

Índice

Capítulo VI

6. – Licenças de Maternidade na Europa dos 15.....	1
6.1 – Licenças de Paternidade na Europa dos 15.....	4
6.2 – Licenças Parentais na Europa dos 15.....	6
6.3 – As Licenças de Maternidade, Paternidade, Parentais e de Cuidados às Crianças e suas Implicações Sociais e Económicas em cinco países da Europa: Portugal, Dinamarca, Países Baixos, Áustria e Irlanda.....	10

Capítulo VII

7. – Benefícios Familiares, Benefícios de Cuidados às Crianças e Benefícios das Famílias Monoparentais.....	19
7.1 – Benefícios Familiares.....	19
7.2 – Benefícios de Cuidados às Crianças.....	26
7.3 – Benefícios das Famílias Monoparentais.....	33
7.4 – Subsídios Familiares na Europa dos 15.....	37
7.5 – Política de Impostos/Benefícios em Portugal.....	43
Quadros e Gráficos de Apoio Estatístico IV.....	47

Capítulo VIII

8. – Redefinição de Papéis e Novos Modelos de Partilha.....	69
8.1 – Os Papéis Sociais e a Repartição de Tarefas.....	71
8.2 – Os Direitos dos Pais e os Direitos dos Filhos.....	82

Capítulo IX

9. – Alguns Estudos efectuados no âmbito da Política Familiar em alguns Países Ocidentais.....	88
--	----

Capítulo X

10. – Políticas Amigas da Família.....	94
--	----

Capítulo XI

11. – Os Cem Compromissos para uma Política da Família (2004-2006).....	100
---	-----

Considerações Finais.....	113
---------------------------	-----

Referências Bibliográficas.....	118
---------------------------------	-----

Sites Consultados.....	133
------------------------	-----

Anexos

▪ Proporção da População entre o 0-14 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2003 (em %).....	1
▪ Proporção da População, entre o 15-24 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2003 (em %).....	2
▪ Proporção da População, entre o 25-49 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2003 (em %).....	3
▪ Proporção da População, entre o 50-64 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2003 (em %).....	4
▪ Proporção da População, entre o 65-79 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2003 (em %).....	5
▪ Proporção da População, com 80 e mais anos, na Europa dos 15, entre 1990-2003 (em %).....	6
▪ Total das Pessoas que vivem Sozinhas, na Europa dos 15, entre 1995-2005.....	7
▪ Total das Pessoas que vivem com Companheiro, na Europa dos 15, entre 1995-2005.....	8
▪ Total de Crianças a viverem em Lares Parentais, na Europa dos 15, entre 1995-2005.....	9
▪ Total de Crianças, entre os 0-4 anos, a viverem em Lares Parentais, na Europa dos 15, entre 1995-2005.....	10
▪ Total de Crianças, entre os 5-9 anos, a viverem em Lares Parentais, na Europa dos 15, entre 1995-2005.....	11
▪ Total de Crianças, entre os 10-14 anos, a viverem em Lares Parentais, na Europa dos 15, entre 1995-2005.....	12
▪ Total de Jovens, entre os 15-19 anos, a viverem em Lares Parentais, na Europa dos 15, entre 1995-2005.....	13

▪ Total de Adultos, entre os 20-24 anos, a viverem em Lares Parentais, na Europa dos 15, entre 1995-2005.....	14
▪ Distribuição dos Agregados Familiares com uma Pessoa, na Europa dos 15, entre 1988-1999 (em %).....	15
▪ Distribuição dos Agregados Familiares com Pai/Mãe com Crianças Dependentes, na Europa dos 15, entre 1988-1999 (em %).....	16
▪ Distribuição dos Agregados Familiares com Dois Adultos, na Europa dos 15, entre 1988-1999 (em %).....	17
▪ Distribuição dos Agregados Familiares com Dois Adultos com Crianças Dependentes, na Europa dos 15, entre 1988-1999 (em %).....	18
▪ Distribuição dos Agregados Familiares com Três ou Mais Adultos, na Europa dos 15, entre 1988-1999 (em %).....	19
▪ Distribuição dos Agregados Familiares com Três ou Mais Adultos com Crianças Dependentes, na Europa dos 15, entre 1988-1999 (em %).....	20
▪ Taxa de Casamentos, na Europa dos 15, entre 1990-2003 (em %).....	21
▪ Taxa de Divórcios, na Europa dos 15, entre 1990-2003 (em %).....	22
▪ Taxa de Natalidade, na Europa dos 15, entre 1990-2003 (em %).....	23
▪ Taxa de Fecundidade, na Europa dos 15, entre 1990-2003 (em %).....	24
▪ Nascimentos fora do Casamento, entre 1990-2003, na Europa dos 15 (em %).....	25
▪ Taxa de Emprego Feminina, entre os 15-64 anos, como parte da População Feminina com a mesma idade, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %).....	26
▪ Taxa de Emprego Masculina, entre os 15-64 anos, como parte da População Masculina com a mesma idade, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %).....	27
▪ Taxa de Emprego sem Crianças Dependentes, numa População entre os 15-64 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %).....	28
▪ Taxa de Emprego por Uma Criança Dependente, dos 0- 2 anos, numa População entre os 15-64 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %).....	29
▪ Taxa de Emprego por Duas Crianças Dependentes, tendo a mais nova entre 0-2 anos, numa População entre os 15-64 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %).....	30
▪ Taxa de Emprego por Três ou Mais Crianças Dependentes, tendo a mais nova entre 0-2 anos, numa População entre os 15-64 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %).....	31
▪ Taxa de Emprego por Uma Criança Dependente, dos 3- 5 anos, numa População entre os 15-64 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %).....	32
▪ Taxa de Emprego por Duas Crianças Dependentes, tendo a mais nova entre 3-5 anos, numa População entre os 15-64 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %).....	33

- Taxa de Emprego por Três ou Mais Crianças Dependentes, tendo a mais nova entre 3-5 anos, numa População entre os 15-64 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)......34
- Taxa de Emprego por Uma Criança Dependente, dos 6-14 anos, numa População entre os 15-64 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)......35
- Taxa de Emprego por Duas Crianças Dependentes, tendo a mais nova entre 6-14 anos, numa População entre os 15-64 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)......36
- Taxa de Emprego por Três ou Mais Crianças Dependentes, tendo a mais nova entre 6-14 anos, numa População, entre os 15-64 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)......37
- Taxa de Emprego pelo Grau Académico Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, entre os 15-24 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)......38
- Taxa de Emprego pelo Grau Académico Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education, entre os 15-24 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)......39
- Taxa de Emprego pelo Grau Académico Tertiary Education, entre os 15-24 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)......40
- Taxa de Emprego pelo Grau Académico Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, entre os 25-64 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)......41
- Taxa de Emprego pelo Grau Académico Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education, entre os 25-64 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)......42
- Taxa de Emprego pelo Grau Académico Tertiary Education, entre os 25-64 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)......43
- Taxa de Emprego pelo Grau Académico Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, com 65 e mais anos, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)......44
- Taxa de Emprego pelo Grau Académico Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education, com 65 e mais anos, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)......45
- Taxa de Emprego pelo Grau Académico Tertiary Education, com 65 e mais anos, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)......46
- Taxa de Emprego segundo o Total dos Graus Académicos Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education e Tertiary Education (15-24 anos) na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)......47
- Taxa de Emprego segundo o Total dos Graus Académicos Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education e Tertiary Education (25-64 anos) na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)......48
- Taxa de Emprego segundo o Total dos Graus Académicos Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education e Tertiary Education (65 e mais anos) na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)......49

- Taxa de Emprego, em Full-Time, entre os 15-24 anos, pelo Grau Académico Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000).....50
- Taxa de Emprego, em Part-Time, entre os 15-24 anos, pelo Grau Académico Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000).....51
- Taxa de Emprego, em Full-Time, entre os 15-24 anos, pelo Grau Académico Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000).....52
- Taxa de Emprego, em Part-Time, entre os 15-24 anos, pelo Grau Académico Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000).....53
- Taxa de Emprego, em Full-Time, entre os 15-24 anos, pelo Grau Académico Tertiary Education, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000).....54
- Taxa de Emprego, em Part-Time, entre os 15-24 anos, pelo Grau Académico Tertiary Education, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000).....55
- Taxa de Emprego, em Full-Time, entre os 25-49 anos, pelo Grau Académico Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000).....56
- Taxa de Emprego, em Part-Time, entre os 25-49 anos, pelo Grau Académico Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000).....57
- Taxa de Emprego, em Full-Time, entre os 25-49 anos, pelo Grau Académico Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000).....58
- Taxa de Emprego, em Part-Time, entre os 25-49 anos, pelo Grau Académico Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000).....59
- Taxa de Emprego, em Full-Time, entre os 25-49 anos, pelo Grau Académico Tertiary Education, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000).....60
- Taxa de Emprego, em Part-Time, entre os 25-49 anos, pelo Grau Académico Tertiary Education, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000).....61
- Taxa de Emprego, em Full-Time, entre os 50-64 anos, pelo Grau Académico Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000).....62

- Taxa de Emprego, em Full-Time, entre os 50-64 anos, pelo Grau Académico Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000).....63
- Taxa de Emprego, em Full-Time, entre os 50-64 anos, pelo Grau Académico Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000).....64
- Taxa de Emprego, em Part-Time, entre os 50-64 anos, pelo Grau Académico Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000).....65
- Taxa de Emprego, em Full-Time, entre os 50-64 anos, pelo Grau Académico Tertiary Education, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000).....66
- Taxa de Emprego, em Part-Time, entre os 50-64 anos, pelo Grau Académico Tertiary Education, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000).....67
- Taxa de Emprego, em Full-Time, com 65 e mais anos, pelo Grau Académico Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000).....68
- Taxa de Emprego, em Part-Time, com 65 e mais anos, pelo Grau Académico Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000).....69
- Taxa de Emprego, em Full-Time, com 65 e mais anos, pelo Grau Académico Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000).....70
- Taxa de Emprego, em Part-Time, com 65 e mais anos, pelo Grau Académico Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000).....71
- Taxa de Emprego, em Full-Time, com 65 e mais anos, pelo Grau Académico Tertiary Education, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000).....72
- Taxa de Emprego, em Part-Time, com 65 e mais anos, pelo Grau Académico Tertiary Education, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000).....73
- *Não encontrou Trabalho a Full-Time* como razão para Trabalhar em Part-Time, entre os 15-24 anos, no sexo masculino, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000).....74
- *Não encontrou Trabalho a Full-Time* como razão para Trabalhar em Part-Time, entre os 15-24 anos, no sexo feminino, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000).....75
- *Não queria um Trabalho a Full-Time* como razão para Trabalhar em Part-Time, entre os 15-24 anos, no sexo masculino, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000).....76
- *Não queria um Trabalho a Full-Time* como razão para Trabalhar em Part-Time, entre os 15-24 anos, no sexo feminino, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000).....77

- *Por Doença ou Incapacidade* como razão para Trabalhar em Part-Time, entre os 15-24 anos, no sexo masculino, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000).....78
- *Por Doença ou Incapacidade* como razão para Trabalhar em Part-Time, entre os 15-24 anos, no sexo feminino, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000).....79
- *Encontrava-se a Estudar ou em Formação* como razão para Trabalhar em Part-Time, entre os 15-24 anos, no sexo masculino, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000).....80
- *Encontrava-se a Estudar ou em Formação* como razão para Trabalhar em Part-Time, entre os 15-24 anos, no sexo feminino, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000).....81
- *Responsabilidades Familiares ou Pessoais* como razão para Trabalhar em Part-Time, entre os 15-24 anos, no sexo masculino, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000).....82
- *Responsabilidades Familiares ou Pessoais* como razão para Trabalhar em Part-Time, entre os 15-24 anos, no sexo feminino, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000).....83
- *Não encontrou Trabalho a Full-Time* como razão para Trabalhar em Part-Time, entre os 25-49 anos, no sexo masculino, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000).....84
- *Não encontrou Trabalho a Full-Time* como razão para Trabalhar em Part-Time, entre os 25-49 anos, no sexo feminino, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000).....85
- *Não queria um Trabalho a Full-Time* como razão para Trabalhar em Part-Time, entre os 25-49 anos, no sexo masculino, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000).....86
- *Não queria um Trabalho a Full-Time* como razão para Trabalhar em Part-Time, entre os 25-49 anos, no sexo feminino, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000).....87
- *Por Doença ou Incapacidade* como razão para Trabalhar em Part-Time, entre os 25-49 anos, no sexo masculino, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000).....88
- *Por Doença ou Incapacidade* como razão para Trabalhar em Part-Time, entre os 25-49 anos, no sexo feminino, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000).....89
- *Encontrava-se a Estudar ou em Formação* como razão para Trabalhar em Part-Time, entre os 25-49 anos, no sexo masculino, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000).....90
- *Encontrava-se a Estudar ou em Formação* como razão para Trabalhar em Part-Time, entre os 25-49 anos, no sexo feminino, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000).....91
- *Responsabilidades Familiares ou Pessoais* como razão para Trabalhar em Part-Time, entre os 25-49 anos, no sexo masculino, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000).....92
- *Responsabilidades Familiares ou Pessoais* como razão para Trabalhar em Part-Time, entre os 25-49 anos, no sexo feminino, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000).....93
- *Não encontrou Trabalho a Full-Time* como razão para Trabalhar em Part-Time, entre os 50-64 anos, no sexo masculino, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000).....94
- *Não encontrou Trabalho a Full-Time* como razão para Trabalhar em Part-Time, entre os 50-64 anos, no sexo feminino, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000).....95

- *Não queria um Trabalho a Full-Time* como razão para Trabalhar em Part-Time, entre os 50-64 anos, no sexo masculino, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000).....96
- *Não queria um Trabalho a Full-Time* como razão para Trabalhar em Part-Time, entre os 50-64 anos, no sexo feminino, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000).....97
- *Por Doença ou Incapacidade* como razão para Trabalhar em Part-Time, entre os 50-64 anos, no sexo masculino, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000).....98
- *Por Doença ou Incapacidade* como razão para Trabalhar em Part-Time, entre os 50-64 anos, no sexo feminino, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000).....99
- *Encontrava-se a Estudar ou em Formação* como razão para Trabalhar em Part-Time, entre os 50-64 anos, no sexo masculino, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000).....100
- *Encontrava-se a Estudar ou em Formação* como razão para Trabalhar em Part-Time, entre os 50-64 anos, no sexo feminino, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000).....101
- *Responsabilidades Familiares ou Pessoais* como razão para Trabalhar em Part-Time, entre os 50-64 anos, no sexo masculino, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000).....102
- *Responsabilidades Familiares ou Pessoais* como razão para Trabalhar em Part-Time, entre os 50-64 anos, no sexo feminino, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000).....103
- *Não encontrou Trabalho a Full-Time* como razão para Trabalhar em Part-Time, com 65 e mais anos, no sexo masculino, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000).....104
- *Não encontrou Trabalho a Full-Time* como razão para Trabalhar em Part-Time, com 65 e mais anos, no sexo feminino, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000).....105
- *Não queria um Trabalho a Full-Time* como razão para Trabalhar em Part-Time, com 65 e mais anos, no sexo masculino, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000).....106
- *Não queria um Trabalho a Full-Time* como razão para Trabalhar em Part-Time, com 65 e mais anos, no sexo feminino, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000).....107
- *Por Doença ou Incapacidade* como razão para Trabalhar em Part-Time, com 65 e mais anos, no sexo masculino, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000).....108
- *Por Doença ou Incapacidade* como razão para Trabalhar em Part-Time, com 65 e mais anos, no sexo feminino, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000).....109
- *Encontrava-se a Estudar ou em Formação* como razão para Trabalhar em Part-Time, com 65 e mais anos, no sexo masculino, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000).....110
- *Encontrava-se a Estudar ou em Formação* como razão para Trabalhar em Part-Time, com 65 e mais anos, no sexo feminino, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000).....111
- *Responsabilidades Familiares ou Pessoais* como razão para Trabalhar em Part-Time, com 65 e mais anos, no sexo masculino, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000).....112
- *Responsabilidades Familiares ou Pessoais* como razão para Trabalhar em Part-Time, com 65 e mais anos, no sexo feminino, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000).....113

▪ Taxa de Desemprego Feminina como percentagem da População Activa Feminina, na Europa dos 15, entre 1990-2004.....	114
▪ Taxa da População Activa Feminina, entre 1999-2003, na Europa dos 15 (1000).....	115
▪ Taxa de Desemprego Masculina como percentagem da População Activa Masculina, na Europa dos 15, entre 1990-2004.....	116
▪ Taxa da População Activa Masculina, entre 1999-2003, na Europa dos 15 (1000).....	117
▪ Taxa de Desemprego Sem Crianças Dependentes, numa População entre os 15-64 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %).....	118
▪ Taxa de Desemprego por uma Criança Dependente, dos 0- 2 anos, numa População entre os 15-64 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %).....	119
▪ Taxa de Desemprego por Duas Crianças Dependentes, tendo a mais nova entre 0-2 anos, numa População entre os 15-64 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %).....	120
▪ Taxa de Desemprego por Três ou Mais Crianças Dependentes, tendo a mais nova entre 0-2 anos, numa População entre os 15-64 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %).....	121
▪ Taxa de Desemprego por uma Criança Dependente, dos 3- 5 anos, numa População entre os 15-64 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %).....	122
▪ Taxa de Desemprego por Duas Crianças Dependentes, tendo a mais nova entre 3-5 anos, numa População entre os 15-64 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %).....	123
▪ Taxa de Desemprego por Três ou Mais Crianças Dependentes, tendo a mais nova entre 3-5 anos, numa População entre os 15-64 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %).....	124
▪ Taxa de Desemprego por uma Criança Dependente, dos 6-14 anos, numa População entre os 15-64 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %).....	125
▪ Taxa de Desemprego por Duas Crianças Dependentes, tendo a mais nova entre 6-14 anos, numa População entre os 15-64 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %).....	126
▪ Taxa de Desemprego por Três ou Mais Crianças Dependentes, tendo a mais nova entre 6-14 anos, numa População entre os 15-64 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %).....	127
▪ Taxa de Desemprego pelo Grau Académico Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education (15-24 anos), na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %).....	128
▪ Taxa de Desemprego pelo Grau Académico Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education (15-24 anos), na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %).....	129
▪ Taxa de Desemprego pelo Grau Académico Tertiary Education (15-24 anos), na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %).....	130
▪ Taxa de Desemprego pelo Grau Académico Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education (25-49 anos), na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %).....	131
▪ Taxa de Desemprego pelo Grau Académico Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education (25-49 anos), na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %).....	132

- Taxa de Desemprego pelo Grau Académico Tertiary Education, (25-49 anos), na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)......133
- Taxa de Desemprego pelo Grau Académico Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education (50-64 anos), na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)......134
- Taxa de Desemprego pelo Grau Académico Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education (50-64 anos), na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)......135
- Taxa de Desemprego pelo Grau Académico Tertiary Education (50-64 anos), na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)......136
- Taxa de Desemprego pelo Grau Académico Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education (65 e mais anos), na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)......137
- Taxa de Desemprego pelo Grau Académico Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education (65 e mais anos), na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)......138
- Taxa de Desemprego pelo Grau Académico Tertiary Education (65 e mais anos), na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)......139
- Taxa de Desemprego segundo o Total dos Graus Académicos Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education e Tertiary Education (15-24 anos) na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)......140
- Taxa de Desemprego segundo o Total dos Graus Académicos Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education e Tertiary Education (25-49 anos) na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)......141
- Taxa de Desemprego segundo o Total dos Graus Académicos Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education e Tertiary Education (50-64 anos) na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)......142
- Taxa de Desemprego segundo o Total dos Graus Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education e Tertiary Education (65 e mais anos) na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)......143
- Diferença entre a Média de Ganhos por Hora entre Homens e Mulheres, como percentagem da Média dos Ganhos por Hora dos Homens, na Europa dos 15, entre 1990 e 2004.....144
- Índice de Dependência dos Jovens dos 0 aos 14 anos pela população entre os 15-64 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2003 (em %)......145
- Índice de Dependência dos Idosos com 65 e mais anos, pela população entre os 15-64 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2003 (em %)......146
- Social Protection Benefits na Família e Crianças, na Europa dos 15, entre 1990-2001, em Milhões de Euros.....147
- Social Protection Benefits na Família e Crianças, em percentagem do PIB, na Europa dos 15, entre 1990-2001.....148

▪ Cash Benefits na Família e Crianças, na Europa dos 15, entre 1990-2001, em milhões de Euros.....	149
▪ Cash Benefits na Família e Crianças, em percentagem do PIB, na Europa dos 15, entre 1990-2001.....	150
▪ Social Protection Benefits na Doença e Cuidados com a Saúde, na Europa dos 15, entre 1990-2001, em milhões de Euros.....	151
▪ Social Protection Benefits na Doença e Cuidados com a Saúde, em percentagem do PIB, na Europa dos 15, entre 1990-2001.....	152
▪ Cash Benefits na Doença e Cuidados com a Saúde, na Europa dos 15, entre 1990-2001, em Milhões de Euros.....	153
▪ Cash Benefits na Doença e Cuidados com a Saúde, em percentagem do PIB, na Europa dos 15, entre 1990-2001.....	154
▪ Social Protection Benefits nos Idosos, na Europa dos 15, entre 1990-2001, em milhões de Euros.....	155
▪ Social Protection Benefits nos Idosos, em percentagem do PIB, na Europa dos 15, entre 1990-2001.....	156
▪ Cash Benefits nos Idosos, na Europa dos 15, entre 1990-2001, em milhões de Euros.....	157
▪ Cash Benefits nos Idosos, em percentagem do PIB, na Europa dos 15, entre 1990-2001.....	158
▪ Taxa Geral do PIB, segundo os preços de 1995, na Europa dos 15, entre 1990-2006, em milhões de Euros.....	159
▪ Tendência da Taxa de Fecundidade em seis Países que apresentam uma Taxa de Fecundidade inferior à Média Europeia, entre 1960-2000.....	160
▪ Estudos relativos aos impactos das Políticas na Fecundidade.....	161
▪ Estudos relativos ao impacto das Políticas na Fecundidade (continuação).....	162
▪ Estudos relativos ao impacto das Políticas na Fecundidade (continuação).....	163
▪ Estudos relativos ao impacto das Políticas na Fecundidade (continuação).....	164
▪ Principais Características dos Equipamentos de Cuidados à Criança, em Portugal.....	165

Índice dos Quadros e Gráficos de Apoio Estatístico IV

- Social Protection Benefits na Família e Crianças, na Europa dos 15, entre 1990-2001, em Milhões de Euros.....48
- Cash Benefits na Família e Crianças, na Europa dos 15, entre 1990-2001, em milhões de Euros.....49
- Social Protection Benefits na Família e Crianças em percentagem do PIB, na Europa dos 15, entre 1990-2001.....51
- Cash Benefits na Família e Crianças, em percentagem do PIB, na Europa dos 15, entre 1990-2001.....53
- Social Protection Benefits nos Idosos, na Europa dos 15, entre 1990-2001, em milhões de Euros.....55
- Cash Benefits nos Idosos, na Europa dos 15, entre 1990-2001, em milhões de Euros.....56
- Social Protection Benefits nos Idosos em percentagem do PIB, na Europa dos 15, entre 1990-2001.....58
- Cash Benefits nos Idosos em percentagem do PIB, na Europa dos 15, entre 1990-2001.....59
- Social Protection Benefits na Doença e Cuidados com a Saúde, na Europa dos 15, entre 1990-2001, em milhões de Euros.....61
- Cash Benefits na Doença e Cuidados com a Saúde, na Europa dos 15, entre 1990-2001, em milhões de Euros.....63
- Social Protection Benefits na Doença e Cuidados com a Saúde em percentagem do PIB, na Europa dos 15, entre 1990-2001.....65
- Cash Benefits na Doença e Cuidados com a Saúde em percentagem do PIB, na Europa dos 15, entre 1990-2001.....67

Capítulo VI

6. Licenças de Maternidade na Europa dos 15

Serão expostas as respectivas Licenças de Maternidade, fazendo posteriormente uma reflexão sobre as mesmas:

País	Tempo de Licença	Subsídios de Maternidade (percentagem dos salários)	Entidade responsável pelo pagamento dos subsídios
Alemanha	14 semanas	100% *	Segurança Social *
Áustria	16 semanas **	100%	Segurança Social
Bélgica	15 semanas	82% durante 4 semanas; 75% nas restantes 11 semanas *	Segurança Social
Dinamarca	18 semanas***	100%	Segurança Social – até 55% Empregadores e Trabalhadores – até 45%
Espanha	16 semanas ****	100%	Segurança Social
Finlândia	14 semanas	70% *****	Segurança Social
França	16 semanas	100%	Segurança Social
Grécia	17 semanas *****	75% *	Segurança Social

Irlanda	18 semanas *****	70%	Segurança Social
Itália	20 semanas	80%	Segurança Social
Luxemburgo	16 semanas	100% *	Segurança Social
Países Baixos	16 semanas	100%	Segurança Social
Portugal	16-20 semanas	16 semanas-100% Se a mãe optar por mais 4 semanas além das 16 semanas, as 20 semanas correspondem apenas a 80% do salário	Segurança Social
Reino Unido	26 semanas	6 semanas-90% 20 semanas –£100 por semana	Segurança Social
Suécia	14 semanas *****	80 % *	Segurança Social

Fonte: Sites Oficiais dos respectivos Governos

* Esta informação não foi confirmada segundo os sites oficiais do Governo do respectivo país.

** Oito semanas antes do parto e 8 semanas após o nascimento do bebé, sendo proibido trabalhar durante estas 16 semanas.

*** Quatro semanas devem ser usufruídas antes do nascimento do bebé.

**** Nas 6 primeiras semanas é obrigatório a mãe ficar em casa com o seu filho.

***** Para além desta licença de maternidade, as mulheres finlandesas têm acesso à chamada “*Maternity Grant*”, em que podem optar por 140 € durante as 14 semanas ou por um pacote de maternidade, no qual estão incluídos artigos para bebé (roupa, cobertores, alforfas e brinquedos).

***** A mãe fica proibida de trabalhar durante as 17 semanas de licença de maternidade.

***** A mãe fica proibida de trabalhar durante as 4 semanas antes do parto e 4 semanas após o nascimento do bebé.

***** As 14 semanas da licença de maternidade devem ser usufruídas num período contínuo de 7 semanas antes do parto e 7 semanas após o nascimento.

Podemos verificar que as licenças de maternidade, na Europa dos 15, apresentam países que são caracterizados por regimes de licença mais alargados, nomeadamente o Reino Unido com 26 semanas, a Itália com 20 semanas, Portugal entre 16 a 20 semanas,

a Irlanda e a Dinamarca com 18 semanas. Os países que apresentam períodos de licença de maternidade mais reduzidos são a Alemanha, a Finlândia e a Suécia (as 14 semanas da licença de maternidade devem ser usufruídas num período contínuo de 7 semanas antes do parto e 7 semanas após o nascimento).

Os subsídios de maternidade relativos à percentagem dos salários variam entre os 70 % e os 100 %. No Reino Unido, as mães recebem nas primeiras 6 semanas 90 % do seu salário e nas restantes 20 semanas £ 100 por semana, enquanto que na Itália, as mães recebem 80 % do seu salário durante todo o período da licença. Em Portugal, se a mãe optar pelas 16 semanas, recebe 100 % do seu ordenado. Mas se a mãe optar pelas 20 semanas, receberá 80 % do seu salário. Na Dinamarca, as mães recebem o seu salário por completo durante as 18 semanas de licença, enquanto que na Irlanda, o mesmo período de licença só é coberto por 70 % do salário da mãe (a mãe fica proibida de trabalhar durante as 4 semanas antes do parto e 4 semanas após o nascimento do bebé). Na Alemanha, a mãe recebe o seu salário por completo durante o período da licença e na Suécia recebe 80 % do seu ordenado (esta última informação não foi confirmada segundo o site oficial do Governo sueco). As mães finlandesas recebem 70 % do seu salário, mas para além desta licença de maternidade as mães também têm acesso à chamada “*Maternity Grant*”, em que podem optar por 140 € durante as 14 semanas ou por um pacote de maternidade, no qual estão incluídos artigos para bebé (roupa, cobertores, alcofas e brinquedos).

A entidade responsável pelo pagamento dos subsídios nos 15 países é a Segurança Social. A Alemanha foi o único país em que esta entidade não foi confirmada pelo site do respectivo Governo.

6.1. Licenças de Paternidade na Europa dos 15

Serão expostas as Licenças de Paternidade dos quinze Países Europeus, fazendo posteriormente uma reflexão sobre as mesmas:

País	Tempo de Licença	Subsídios de Paternidade (percentagem dos salários)	Entidade responsável pelo pagamento dos subsídios
Alemanha	–	–	–
Áustria	Apenas por Acordo Colectivo cedendo 1 ou 2 dias de licença *	–	–
Bélgica	10 dias de licença num período de 30 dias após o nascimento do bebé **	3 dias – 100 % 7 dias – 82 %	3 dias – Empregador 7 dias – Seguro de Saúde
Dinamarca	14 dias após as 14 semanas do nascimento do bebé	Entre 90% a 100%	Segurança Social – até 55% Empregadores e Trabalhadores – até 45% ***
Espanha	2 dias após o nascimento do bebé	100 %	Empregador
Finlândia	18 dias (úteis)****	Entre 100% a 60 %	–
França	15 dias	3 dias – 100 % 12 dias – até 100 %	–
Grécia	2 dias	100 %	–
Irlanda	3 dias de licença cedidos pelo empregador *****	–	–
Itália	– *****	80 %	Seguro de Saúde

Luxemburgo	2 dias após o nascimento do bebé	100 %	Empregador
Países Baixos	2 dias de licença num período de 30 dias após o nascimento do bebé	100 %	–
Portugal	5 dias úteis, seguidos ou interpolados a seguir ao nascimento da criança	100%	Segurança Social
Reino Unido	26 semanas *****	£ 100 por semana ou 90 % se os ganhos forem inferiores a £100	–
Suécia	10 dias após o nascimento do bebé *****	Até 80 %	–

Fonte: Estas informações, que datam de finais de 2003, foram cedidas pelo Gabinete de Direito Comparado da Procuradoria Geral da República.

- Esta informação não se encontra disponível nos sites oficiais dos respectivos Governos.

* De um modo geral, não existe o estabelecimento de uma licença de paternidade. O que sucede é que através de Acordos Colectivos são cedidos 1 ou 2 dias de licença aos trabalhadores.

** Não é obrigatório que estes 10 dias sejam usufruídos num período contínuo.

*** Relativamente aos 90 % do pagamento dos subsídios não existe uma confirmação relativa à percentagem atribuída a cada entidade.

**** Este período poderá estender-se entre 1 a 12 dias, dependendo dos dias usufruídos na licença parental, podendo ser utilizados de modo fragmentado.

***** De um modo geral, não existe o estabelecimento de uma licença de paternidade. O que sucede é que os empregadores concedem estes 3 dias após o nascimento do bebé.

***** Na Itália, o pai usufruí da licença (duração não confirmada) apenas em casos de famílias monoparentais ou quando a mãe estiver doente.

***** Duas destas 26 semanas devem ser usufruídas repartidamente, entre a primeira e a oitava semana após, o nascimento do bebé. Nada foi indicado relativamente às restantes 24 semanas.

***** Estes 10 dias devem ser usados durante os primeiros 60 dias de vida do bebé e devem ser usufruídos com a mãe.

Podemos verificar que as licenças de paternidade, na Europa dos 15, apresentam como períodos de licença mais alargados o Reino Unido com 26 semanas, a Finlândia com 18 dias, a França com 15 dias e a Dinamarca com 14 dias. Os países que apresentam um período menos alargado da licença são a Alemanha, que não concede qualquer licença a este respeito, a Áustria com uma licença entre 1 a 2 dias, a Espanha, a Grécia, o Luxemburgo e os Países Baixos com um período de licença de dois dias e Portugal com um período de 5 dias úteis. Quanto aos subsídios de paternidade, a média é estabelecida entre os 60 % e os 100 % dos salários, apesar de alguns países apresentarem uma grande variação quanto à percentagem paga do salário: na Finlândia, os 18 dias úteis de licença são pagos entre 100% a 60%, enquanto que na França o período de licença de 15 dias, 3 dias são pagos a 100 % e 12 dias são pagos até 100 %, a Dinamarca durante os 14 dias de licença cobre entre 90 % a 100% e a Suécia nos 10 dias de licença cobre até 80 %. Os restantes países apresentam os subsídios de paternidade sem este tipo de variação, destacando-se Portugal que cobre 100% do salário face aos dias de licença estabelecidos por lei, a Bélgica em que no período de licença de 10 dias, os 3 primeiros dias são pagos a 100 % e os outros 7 dias são pagos a 82 %, a Espanha, a Grécia, o Luxemburgo e os Países Baixos apresentam uma licença de 2 dias pagas a 100 %.

6.2. Licenças Parentais na Europa dos 15

A fonte consultada relativamente à Licença Parental foi o Gabinete de Direito Comparado da Procuradoria Geral da República, sendo este documento datado de Dezembro de 2000. Esta fonte não apresentou dados relativos à Licença Parental existente no Reino Unido, sendo apenas analisados 14 dos 15 países em estudo. Serão, de seguida, apresentadas as Licenças Parentais:

Áustria – A Licença Parental consiste até dois anos, desde o nascimento da criança, ou poderá reflectir-se numa redução do horário de trabalho, estando esta última sujeita a um acordo com o empregador, estendendo-se até à idade dos 4 anos da criança. Esta licença só pode ser transferida de um progenitor para o outro apenas uma vez. Um subsídio, o “*childcare benefit*”, encontra-se disponível para os pais trabalhadores durante a utilização da licença parental, sendo financiado pelo Estado (436 € pagos entre 30 a 36 meses). Os pais que pedirem este subsídio devem ter estado empregados pelo menos 52 semanas nos últimos 24 meses ou 26 semanas nos últimos 12 meses, caso os pais tenham uma idade inferior a 25 anos. Aqueles que não respeitarem estes critérios, apenas receberão metade do subsídio.

Bélgica – Cada progenitor usufrui da licença parental a full-time e durante 3 meses ou reduz o seu horário de trabalho durante 6 meses até a criança completar os 4 anos de idade. Esta licença é paga pelo Estado através de uma quantia de dinheiro não variável (subsídio).

Dinamarca – Dez semanas é o tempo atribuído a esta licença parental e deve ser utilizada por cada um dos pais até a criança ter 8 anos. Os progenitores masculinos podem aumentar o seu período de licença por mais 2 semanas. Esta licença pode aumentar até às 52 semanas através de um acordo estabelecido com os empregadores, uma vez que os trabalhadores têm o direito de regressar ao seu trabalho. A licença parental é paga pelo Estado através de um subsídio equivalente ao subsídio de desemprego (até 55% dos ganhos médios, sendo o restante pago pelo empregador e trabalhadores). Treze semanas da licença para cuidados às crianças está disponível para os pais com crianças com menos de 8 anos. Esta licença para cuidados prestados às crianças é paga até 60% do subsídio de desemprego. O Governo cobre os pagamentos desta licença até cerca de 55% dos ganhos médios, enquanto que o restante custo da licença é suportado pelos empregadores e trabalhadores de um determinado sector.

Finlândia – A licença parental de 26 semanas pode ser partilhada pelos pais após a licença de maternidade e deve ser utilizada por cada um dos pais em pelo menos 12 dias consecutivos. Esta licença pode também ser utilizada para reduzir o horário de trabalho até a criança ter 7 anos. Esta licença é paga pelo Estado e a quantia recebida depende

dos anteriores ordenados. A licença para cuidados prestados às crianças pode ser utilizada até a criança atingir os 3 anos de idade, de forma continuada em pelo menos um mês. Existe um pagamento, o “*home-care allowance*”, relativo à licença de cuidados prestados às crianças.

França - A Licença Parental francesa deve ser usufruída até aos 3 anos de idade desde o nascimento da criança, encontrando-se disponível para as famílias se estas tiverem apresentado um ano de serviço com o mesmo empregador. Esta licença pode ser utilizada para trabalhar em part-time, não sendo paga, apesar de haver um subsídio estatal disponível para pais com pelo menos duas crianças.

Alemanha – A Licença Parental consiste em 3 anos desde o nascimento da criança, podendo ser utilizada por ambos os pais ou partilhada. Pode ser alternada até 3 vezes, não sendo paga, a não ser que o rendimento familiar seja inferior a um determinado nível, tornando-se elegíveis para um subsídio estatal até ao segundo aniversário da criança. Podem também trabalhar até 19 horas por semana para outro empregador, mas este novo empregador não pode competir com o actual empregador e não pode ser um antigo empregador.

Grécia - A Licença Parental está disponível até a criança ter 2 anos e meio ou através de um acordo colectivo, no qual a criança poderá ter até 3 anos e meio. Para serem elegíveis, os trabalhadores devem ter mais de um ano de serviço e trabalharem numa empresa com mais de 50 trabalhadores. Os trabalhadores têm de pagar contribuições para a Segurança Social. Os empregadores podem recusar esta licença aos trabalhadores se mais de 8 % dos trabalhadores tiverem pedido esta licença durante 1 ano.

Irlanda – Este país atribui 14 semanas para cada progenitor até a criança atingir os 5 anos de idade, não sendo estas semanas remuneradas.

Itália – A Licença Parental consiste em 10 meses disponíveis para cada progenitor, sendo utilizadas até a criança ter 8 anos (aumenta para 11 meses se o pai usufruir de pelo menos 3 meses). Esta licença é paga pelo Estado, em 30 % dos ordenados. Esta licença pode ser também utilizada para reduzir o horário de trabalho em 2 horas por dia, durante o primeiro aniversário da criança.

Luxemburgo – Cada pai tem direito a 6 meses a tempo inteiro da licença ou a 12 meses da licença a part-time até a criança ter 5 anos. Existe um subsídio que é pago apenas a um dos progenitores.

Países Baixos – Os pais usufruem de uma licença de 6 meses até a criança ter no máximo 8 anos. Os pais podem reduzir o seu horário de trabalho durante um período de 6 meses, em qualquer momento, até a criança ter 8 anos. Esta redução do horário de trabalho não é paga, a não ser que esta redução faça com que os pais das famílias monoparentais se encontrem num nível inferior de rendimentos ao estabelecido pela Segurança Social. Os pais devem ter trabalhado para o seu empregador 1 ano antes da utilização da licença parental. A partir de 2001, ocorreram incentivos de impostos para os empregadores que pagaram a licença em 70 % ou mais dos anteriores ganhos.

Portugal – Esta licença encontra-se disponível entre 6 a 24 meses, de acordo com os primeiros 120 dias da licença de maternidade paga. O tempo restante desta licença parental não é pago. Esta licença pode ser utilizada durante 3 meses a full-time ou durante 12 meses em part-time até a criança fazer 6 anos. Depois da utilização desta licença, os pais podem recorrer a uma licença especial de longa duração a full-time, durante 2 anos (3 anos quando se trata do 3º filho ou mais).

Existe o direito de trabalho a part-time durante 2 anos, sendo este direito exercido até a criança ter 12 anos.

Portugal é o único país que possibilita aos avós, que vivem com os seus netos, terem acesso a apoio financeiro durante 30 dias se um dos progenitores da criança tiver menos de 16 anos de idade e o cônjuge do avô/avó candidato a este subsídio estiver a trabalhar ou for mentalmente e/ou fisicamente incapacitado.

Espanha – A Licença Parental é considerada um direito familiar. Esta licença não remunerada pode ser usufruída até ao 3º aniversário da criança se for utilizada a full-time ou se for utilizada em part-time, com o intuito de reduzir o horário de trabalho para metade do tempo e até a criança fazer 6 anos. Os trabalhadores que utilizam esta licença têm o direito de regressar ao seu anterior trabalho durante o primeiro ano, ou então, regressam a um trabalho equivalente.

Suécia – A Licença Parental corresponde a um período de 12 meses, em que um mês deve ser usado separadamente por cada progenitor. Esta licença parental é paga pelo Estado durante 360 dias, em 80 % do ordenado e 90 dias através de um subsídio, o que requer que este já tenha estado empregado 270 dias antes do nascimento da criança ou então mais do que 30 meses após o nascimento de uma anterior criança. Esta licença pode ser usufruída em part-time ou em full-time, reduzindo o horário de trabalho para 6 horas dia até a criança ter 8 anos. Não existe nenhum subsídio que compense a perda dos ganhos salariais dos pais.

6.3. As Licenças de Maternidade, Paternidade, Parentais e de Cuidados às Crianças e suas Implicações Sociais e Económicas em Cinco Países da Europa: Portugal, Dinamarca, Países Baixos, Áustria e Irlanda

As licenças de maternidade, parental e especial adoptadas em Portugal, quando são usadas de modo sequencial, proporcionam a um dos progenitores (normalmente à mãe) a protecção no emprego até a criança ter 2 anos e meio, prevendo-se o direito ao trabalho a tempo parcial por mais 2 anos.

A duração dos períodos de licença é determinada pelo período de tempo em que essas licenças são remuneradas, uma vez que dois terços das mães portuguesas têm direito a receber um subsídio durante a licença de parto durante 4 ou 5 meses.

As licenças existentes para os pais referem-se principalmente à protecção das trabalhadoras grávidas e aos cuidados prestados aos seus filhos. Além das licenças anteriormente expostas, serão apresentadas mais duas licenças no caso português:

- **Protecção durante a gravidez** – esta medida consiste em estratégias de higiene e segurança no trabalho, de modo a proteger as mulheres grávidas. Por exemplo, as trabalhadoras podem ser proibidas de trabalhar em horários longos e/ou não regulares, podendo ser dispensadas por motivos relacionados com a gravidez. Em Portugal, as mulheres grávidas e mães com filhos pequenos estão dispensadas de trabalhar à noite durante 112 dias e podem ir ao médico durante a gravidez, sempre que for necessário. Podem também usufruir 30 dias de licença antes do parto.

- **Ausências de curta duração** – “as faltas para tratar dos filhos”, em Portugal, consistem na utilização de 30 dias por ano pagos a 65 % do salário base para a assistência a crianças com menos de 10 anos, em caso de doença ou acidente. Segundo a legislação portuguesa, as mães têm direito a curtas interrupções do horário de trabalho para amamentação (ao peito ou a biberão) e ambos os progenitores têm direito em participar em reuniões escolares. Os pais podem usar o período das férias anuais em situações de emergência relacionadas com os filhos (os trabalhadores têm direito a 22 dias úteis de férias).

Em Portugal, o direito à licença prolongada e/ou trabalho a part-time permite que as crianças fiquem entregues aos cuidados de um dos progenitores até à idade pré-escolar, manifestando-se uma vontade governativa dos pais recorrerem mais frequentemente ao trabalho em part-time. O financiamento é importante, uma vez que as licenças prolongadas e em part-time podem não ser pagas, mas a sua utilização é defendida pelo Governo, pois atribui aos pais a possibilidade de optar. No nosso país, o acesso às licenças de maternidade e paternidade dependem das contribuições registadas, pois cerca de um terço das mães não estão sujeitas a nenhum seguro de maternidade ou licença parental paga.

A equidade de género defendida pela política portuguesa originou alguns efeitos positivos, uma vez que os 15 dias de licença por nascimento de um filho (15 dias que constam na *Legislação sobre Licença Parental*¹), foi utilizado por 16.000 pais em 2002 e 27.000 pais em 2003, ou seja, cerca de 30% a 40% dos pais elegíveis existentes em Portugal. Em 2003, cerca de 9.000 pais (quase 12 % dos beneficiários das licenças de maternidade), utilizaram a licença de maternidade partilhada. O aumento em 2000-2003 da utilização da licença de maternidade pelo progenitor masculino deve-se a uma maior sensibilização para as condições e requisitos que permitem o acesso a esse benefício. Porém, as tradicionais atitudes culturais, no posto de trabalho, contribuíram para uma inibição em assumir o estatuto paternal.

¹ Os pais podem usufruir de 15 dias de licença remunerada, devendo ser estas gozadas depois de utilizado o período de 5 dias de licença ou do período de “licença de maternidade” partilhada (OECD, 2004d).

As empresas portuguesas estão a tentar reforçar a ligação ao local de trabalho relativamente aos pais que se encontram em licença, mantendo-os informados sobre os desenvolvimentos ocorridos no local de trabalho, através de circulares, reuniões regulares, entre outros.

A utilização das licenças relacionadas com a vida familiar é mais elevada na Dinamarca. A proporção de mulheres que se encontravam a trabalhar e que estão em período de licença de maternidade ou parental corresponde a cerca de 3% na Dinamarca e 1,7% nos Países Baixos. O número de mães que utilizam a licença parental nos Países Baixos é de 37 mil, um número significativamente baixo em relação ao número de mães que utilizam a licença de maternidade (cerca de 125 mil). Este facto sucede devido aos critérios de elegibilidade restritos associados à licença parental (os trabalhadores têm de trabalhar para um empregador pelo menos doze meses, enquanto que a licença de maternidade está disponível para todas as mulheres, incluindo as trabalhadoras independentes), tal como está associada ao facto da licença parental não ser paga ².

Em 2000 apenas cerca de 10 mil mães de crianças muito pequenas utilizaram a licença de cuidados às crianças na Dinamarca (comparando com 80 mil mulheres que usaram a licença parental). O número limitado de utilização deste tipo de licença está relacionado tanto com o baixo nível de apoio ao rendimento durante a licença de cuidados às crianças, como com a disponibilidade de lugares que cuidam das crianças em muitos municípios, quando a criança tem 6 meses de idade.

Os homens também podem utilizar estas licenças mas normalmente retiram poucas vantagens das mesmas. A maior parte dos pais holandeses apenas retiram alguns dias de licença na altura do nascimento da criança, enquanto que os pais dinamarqueses utilizam o período de licença de paternidade de duas semanas, como em cerca de 20% dos casos os pais cuidam das crianças durante a 25^a e 26^a semana relativas às 52 semanas possíveis da licença parental. Fora deste período, os pais dinamarqueses raramente utilizam esta licença, seguindo a tendência dos pais nos outros países.

Na Dinamarca existe a possibilidade de algumas mães “caírem na armadilha” de permanecerem um período significativo de tempo fora do seu emprego, devido à licença

² Nos Países Baixos, quase dois terços dos trabalhadores que utilizam a licença parental são trabalhadores do sector público, uma vez que recebem frequentemente 75% dos ganhos durante o período da licença, enquanto que a licença parental no sector privado não é geralmente paga. Medidas fiscais foram introduzidas em 2001 para estimular a utilização dessa licença parental no sector privado.

de cuidados prestados às crianças, especialmente quando a licença é articulada com alguns períodos em que recebem o subsídio de desemprego.

A lógica de extensão da licença parental paga é justificada pela dificuldade que alguns governos locais na Dinamarca têm em fornecer serviços de cuidados prestados às crianças, a partir dos 6 meses. De acordo com o sistema vigente, os pagamentos dos salários acabam depois dos 6 meses de idade da criança, mas se um serviço de cuidados prestados às crianças não for encontrado, um progenitor (normalmente a mãe) é forçado a ficar em casa para tomar conta da criança por mais alguns meses, sob rendimentos reduzidos, até encontrar um serviço de cuidados prestados às crianças.

Certas propostas do Governo permitem aos governos locais pagar o equivalente ao subsídio de cuidados prestados às crianças aos pais para cuidarem dos seus filhos em casa durante doze meses. Esta medida iria ajudar os governos locais (particularmente o Governo de Copenhaga) que são incapazes de garantir lugares para todas as crianças nos serviços de cuidados prestados às crianças até ao primeiro ano de idade do bebé, por forma a reduzir a procura dos serviços formais de cuidados prestados às crianças. Esta escolha acabaria por resolver este problema, através de uma licença extensiva que seria concedida aos pais, normalmente à mãe, através do direito de cuidar das suas próprias crianças, por um período prolongado de tempo, em vez da expansão dos serviços formais de cuidados prestados às crianças. Consequentemente implicaria a preferência pelo cuidado de crianças pequenas em casa. Contudo, esta preferência não tem estado presente nas Políticas Públicas há já alguns anos.

Na Dinamarca os gastos públicos, com o apoio dos rendimentos das famílias, durante os períodos de licença, correspondem a cerca de 0.5% do Pib. Os gastos públicos com as licenças de maternidade são de cerca de 0.2% do Pib nos Países Baixos, sendo que os empregadores deste país apenas pagam 100% dos salários às trabalhadoras com elevadas qualificações e que usufruem desta licença.

Relativamente à relação empregador-trabalhador, pode-se afirmar que constitui uma vantagem para os empregadores introduzir períodos de licença pagos, pois melhoram a motivação da sua força de trabalho, aumentam a probabilidade de manterem os seus trabalhadores e/ou atraem novos trabalhadores. Alguns empregadores, especialmente do sector público, podem garantir os benefícios associados às licenças também por um sentimento de obrigação social para com a comunidade. Os custos das licenças pagas consistem em três itens: 1) uma certa produção “perdida” devido à ausência do trabalhador; 2) um pagamento contínuo do

salário do trabalhador ausente durante o período de licença; 3) o custo associado ao contrato e à substituição de trabalhadores para o lugar do trabalhador ausente.

Na medida em que os custos do trabalho aumentam com os níveis de competência, os empregadores enfrentam maiores incentivos/obstáculos em atribuir benefícios de licenças aos trabalhadores altamente qualificados, pois é difícil e oneroso encontrar trabalhadores que os substituam. Do mesmo modo, os empregadores têm menos incentivos em concederem benefícios de licenças aos seus trabalhadores quando o mercado de trabalho os consegue substituir facilmente.

Na falta de legislação que regule a acessibilidade das licenças e os pagamentos dos salários de todos os trabalhadores, a sua distribuição entre a força de trabalho será muito desigual. Na Dinamarca e nos Países Baixos, não é de esperar que os empregadores paguem 100% dos salários durante os períodos de licença, pois existem subsídios públicos para o efeito, sendo que estes últimos cobrem estes pagamentos. Não é universal a cobertura das licenças de maternidade pelos salários e os empregadores do sector privado, nos Países Baixos, raramente pagam a licença parental.

Apesar das trabalhadoras femininas dinamarquesas, que trabalham durante a gravidez, não voltarem ao emprego normalmente antes dos 18 meses a seguir ao nascimento da criança, as altas taxas de emprego femininas (auxiliadas pelas elevadas taxas de emprego das jovens mulheres que não têm filhos), tanto na Dinamarca como nos Países Baixos, não são afectadas pela utilização destes períodos de licenças, quer estas mulheres adiem ou não retornem ao mercado de trabalho.

Os altos custos e as limitações de capacidade dos serviços de cuidados prestados às crianças nos Países Baixos demonstram que os serviços formais de cuidados prestados às crianças são utilizados numa base de part-time, assim como os serviços informais de cuidados prestados às crianças. Nos Países Baixos, diversa legislação facilita o uso de soluções de emprego em part-time, existindo direitos iguais para trabalhadores em part-time e para outros trabalhadores com contratos flexíveis. Os programas de licenças ilustram o papel do trabalho a part-time no modelo político dos Países Baixos. Estes sinais políticos contribuem para explicar a popularidade do emprego em part-time, especialmente entre as mães com crianças.

Nos Países Baixos, a licença parental em part-time é comum, pois contrariamente aos benefícios das licenças típicos em outros países, as licenças a longo termo são criadas para facilitar a tarefa dos pais em ficarem a trabalhar a tempo parcial.

Estes trabalhadores são encorajados através de uma variedade de benefícios, associados às licenças, podendo assim cuidar dos seus familiares.

Uma recente reforma neste país levou a uma integração de diferentes tipos de licenças para cuidar das crianças e outros parentes e companheiros – é o chamado “*The Work and Care Act*”. Esta reforma desenhou benefícios de licença de cuidados prestados às crianças, tais como:

- “*Emergency Leave*” – é uma licença paga de curta duração, que cobre 100% do salário, aplicada em situações de emergência imprevistas em casa, como por exemplo, a morte de familiares.
- “*Short-Term Carers`Leave*” – licença que abrange, no máximo, dez dias por ano, destinados a cuidar de crianças doentes, do marido ou da mulher do trabalhador. Esta licença é paga ao nível do salário mínimo nacional ou então cobre 70% do salário do progenitor que ganhar mais.
- “*Career Break Leave*” – licença paga por seis meses a 444 € por mês (cerca de 70% do salário mínimo), apesar de ser mais longa, estando esta sujeita a um acordo com o empregador. Contudo, há ainda uma consciência limitada deste benefício, o que contribuiu para o seu uso também limitado. Quando foi introduzida em Outubro de 1998, era esperado que cerca de 56 mil pessoas utilizassem esta licença nos próximos cinco anos, sendo que em 2000 apenas 211 trabalhadores tinham utilizado esta licença.

Apesar de não estar incluído no “*Wok and Care Act*”, os desenvolvimentos do Governo dos Países Baixos tornaram possível atribuir aos trabalhadores a oportunidade de utilizarem o seu período de férias de uma forma mais flexível, isto é, os trabalhadores podem usar agora o seu período de férias para prolongar os períodos de licença paga, sem perderem este período de férias durante cinco anos.

Também está sobre consideração a “*Long-Term Carers`Leave*”, uma licença para o caso de assistência a um companheiro que está a morrer, criança ou pai, ou para cuidar de uma criança com uma doença grave. Esta licença ocorrerá em base de part-time e a sua condição de elegibilidade é relativa à existência de seis vezes o número de horas de

trabalho, para serem utilizadas durante um período de doze semanas. Esta licença poderá ser paga a 70% do salário mínimo.

Todas as empresas com mais de dez trabalhadores, tendo estes estado, pelo menos, um ano empregados, têm o direito a trabalhar mais horas ou menos horas. Os trabalhadores têm que aderir a este direito notificando a empresa, pedindo um ajustamento do seu contrato de trabalho, o que pode ser recusado por alguns empregadores sobre certas circunstâncias. Normalmente é concedido aos empregadores este direito.

O actual sistema de um período relativamente curto de licença parental a full-time nos Países Baixos, seguido por um período subsidiado de horas limitadas de trabalho, conduz à situação familiar em que um dos cônjuges trabalha a part-time. Podemos assim verificar que este país apresenta um sistema eficaz que favorece o equilíbrio entre a vida profissional e a vida familiar, através da legislação e da prática empresarial, ambas favorecendo o trabalho a part-time.

Do ponto de vista da equidade de género, importa perceber como é que é financiado o apoio monetário durante o período das licenças. Se as empresas individualmente suportam este apoio financeiro, assiste-se a uma elevada propensão dos empregadores responsáveis pela contratação de jovens mulheres em terem mais custos relativamente aos empregadores que contratam predominantemente homens. Por outro lado, se as contribuições são baseadas no emprego masculino e feminino, se são pagas por todos os trabalhadores (sistema de Segurança Social) ou se são cobertos pelo Governo sob a forma de imposto, os custos de pagamento destas licenças não sobrecam sobre o empregador individual, reduzindo assim o seu incentivo em discriminar as jovens mulheres.

De facto, o sistema de financiamento dos Países Baixos é mais equitativo em termos de género do que o sistema dinamarquês. O pagamento da licença de maternidade nos Países Baixos é financiado através das contribuições feitas ao subsídio de desemprego, que são as mesmas para todos os empregadores do sector privado e trabalhadores. Desta forma, o custo desta maternidade é pago igualmente entre todos os empregadores, independentemente da proporção de jovens mulheres que correspondem à força de trabalho destes empregadores. O sistema dinamarquês apresenta uma redistribuição entre os empregadores mais restrita. Os empregadores e as uniões de trabalhadores levam a cabo fundos separados. O Governo cobre os pagamentos das licenças de maternidade, paternidade e parental até cerca de 55% dos ganhos médios,

enquanto que o restante custo da licença é coberto pelos empregadores e trabalhadores de um certo sector. O que acontece é que as uniões que são dominadas por uma população masculina não têm necessariamente uma atitude progressiva em relação ao pagamento destas licenças. Por exemplo, a união dos trabalhadores de metal têm o seu próprio esquema de maternidade que é barato, pois apenas 1% a 2% dos seus trabalhadores são mulheres. Outras uniões com uma maior proporção de mulheres trabalhadoras aspiram conseguir um conjunto considerável de recursos em todos os sectores das uniões.

Através de um longo período de licença parental e um generoso apoio público aos rendimentos das famílias com crianças pequenas, a versão austríaca em “dar a escolha aos pais” atribui significativamente mais apoio às famílias que escolhem ter um progenitor a cuidar em full-time de crianças pequenas, comparativamente com o que acontece na Irlanda. Há um consenso na sociedade austríaca sobre a importância de ajudar as mães a cuidar de crianças muito pequenas numa base de full-time. Quando as crianças crescem, o sistema de benefícios apoia os casais em que ambos trabalham, enquanto que os jardins de infância (“*kindergartens*”) estão disponíveis. Este facto contribui para que as taxas de emprego das mães com crianças entre os 6 e os 16 anos de idade sejam altas em cerca de 75% mesmo que as horas de abertura dos jardins de infância (“*kindergartens*”) e escolas geralmente não facilitem o emprego a full-time.

A política de emprego para as famílias monoparentais austríacas incentiva um retorno imediato à sua actividade profissional quando terminar a licença parental, o que contribui para as altas taxas de emprego neste grupo da população. Em particular, apenas uma em quatro mães regressa ao seu anterior trabalho após o período de licença parental, enquanto que 25% das mães cuja licença também termina, regressam ao trabalho mas mudando de empregador, por forma a facilitar o trabalho em part-time ou então optam por um trabalho com horas limitadas (“*marginal employment*”).

Os desenvolvimentos políticos da Irlanda geram ambientes alternativos, uma vez que o comportamento no mercado de trabalho parece ser muito diferente entre as jovens mulheres trabalhadoras e as mulheres trabalhadoras mais velhas. O modelo de Política Social para os casais familiares com crianças pequenas é caracterizado pela falta de intervenção de uma política directa durante um período considerável de tempo: a licença de maternidade paga e a licença parental não paga dão às mães a opção de cuidar das suas próprias crianças cerca de 6 meses após o seu nascimento. O acesso à pré-escola só se torna disponível a partir dos quatro ou cinco anos de idade da criança, pois os

subsídios para cuidar das crianças entre os seis meses e os quatro anos são mínimos. Todavia, ocorreu um rápido crescimento do número de mães no trabalho.

Um dos grandes desafios para os políticos irlandeses consiste em melhorar a autonomia entre as famílias monoparentais. O modelo de Política Social Irlandesa concede a longo termo (até as crianças terem 18 ou 22 anos no máximo) benefícios às famílias monoparentais, sem ser exigido qualquer requisito relacionado com a disponibilidade e procura de emprego a estas famílias. Isto parece ser um factor que contribui significativamente para as baixas taxas de emprego entre as famílias monoparentais.

Capítulo VII

7. Benefícios Familiares, Benefícios de Cuidados às Crianças e Benefícios das Famílias Monoparentais

A presença de crianças dependentes na família dá origem à existência de benefícios familiares na maioria dos países ocidentais. Estes são, muitas vezes, universais, ou seja, a quantia paga por cada criança não depende do rendimento do agregado familiar.

Os benefícios de cuidados prestados às crianças podem ajudar os pais que se encontram a trabalhar ou à procura de trabalho a cobrir as despesas referentes às crianças. Existem países que apresentam esquemas de benefícios de cuidados às crianças administrados centralmente, enquanto que outros países apresentam esquemas locais.

Do mesmo modo, cuidar das crianças em casa pode ser uma realidade encorajada pelo facto de haver benefícios que não implicam estar empregado ou estar à procura de emprego, de forma a compensar a perda dos ganhos da pessoa que opta por ficar em casa.

A maioria dos países apoia as famílias monoparentais, através de benefícios especiais, sob a forma de benefícios familiares e de cuidados às crianças mais abrangentes ou através de programas realizados para o efeito.

7.1. Benefícios Familiares

A maioria dos benefícios sociais (e também os impostos) depende de determinadas circunstâncias familiares. Todavia, um certo número de benefícios são fundamentais para apoiarem a família, sendo que o principal critério de elegibilidade é a existência de uma família. Em geral, os benefícios familiares não são passíveis de serem deduzidos de impostos.

A definição do que é considerado uma família, neste contexto, pode variar consoante os países. Na maior parte dos casos, os benefícios são dirigidos às famílias com crianças. Uma exceção é feita no caso italiano, onde os benefícios também estão disponíveis para mulheres dependentes economicamente.

De acordo com o estudo *Benefits and Wages – OECD Indicators* da OCDE (2004), podemos ver que a tabela seguinte expõe os benefícios familiares de todos os países da OCDE no ano de 2002. Apenas iremos focar a nossa atenção no grupo de países que compõe a Europa dos 15.

Benefícios Familiares em 2002

	Maximum benefit for one child aged 3-12			Benefit amount per additional child varies with:- ²	Upper age limit for children (student)	Means test on	Observations
	National currency [1]	% of APW ³ [2]	Age of child [3]				
Australia ⁴	3 303	7	+/-	+ from 3rd	20 (24)	Family earned income.	Family Tax Benefit (FTB) part A to help families with cost of raising children. Can be paid as a benefit or as a tax allowance.
	2 896	6	-	0	15 (18)	Earned income of secondary earner in a couple.	FTB part B to provide extra help for families with one main income. Family based payment which can be paid as a benefit or as a tax allowance.
Austria	1 483	6	+/-	+	19 (27)	No	For low income families there is an extra supplement for each additional child from the 3rd.
	611	3	0	0	17 (24)	No	Non-wastable tax credit.
Belgium	1 102	4	+/-	+/-	17 (24)	No	For unemployed, family benefits are increased as from 7th month of unemployment.
Canada	1 151	3	0	+ from 3rd	17	Family taxable income.	Canada child tax benefit (non-wastable tax credit). Additional supplement per child aged under 7 if no childcare expenses are claimed.
Czech Republic	1 293	3	0	-	14 (25)	Family net income.	National Child Benefit (NCB) supplement for low income families.
Denmark	8 563	4	+/-	0	17	Family income relative to minimum living standard.	Three income levels used to define level of benefit: increased, basic or reduced.
Finland	11 300	4	+/-	0	16	No	
France	6 420	4	0	+	20	No	Fixed rate of increase for each additional child.
	0	0	+	+	3	Yes	Family allowance: zero benefit for first child. For 2 children (under age 11) the amount per child would be EUR 653 (3% of average production worker).
Germany	1 876	9	-	-	18 (27)	No	<i>Allocation pour jeune enfant</i> for families with young children.
	1 848	6	0	+ from 4th	17 (21)	No	<i>Kindergeld</i> is a non-wastable tax credit in the form of a monthly tax refund (deducted from social assistance if no tax liability).
Greece	106	1	0	+/-	15	No	Employment condition: 50 days of work prior to the claim. In addition, the employer usually grants 5% of gross earnings to each worker for each child. The employer benefit and extra family benefit supplements for large families are taxable.
Hungary	45 600	4	0	+	15 (20)	No	
Iceland	155 670	6	-	+	15	Basic allowance is reduced by a percentage of income above limit. Supplement is not means tested.	Basic allowance has an income limit of ISK 1 408 916 for a couple. Reduction is 3, 7 and 9% for 1, 2 and 3 children respectively. There is a supplement for children aged under 7.
Ireland	1 028	4	0	+ from 3rd	15 (18)	No	
Italy	1 010	5	0	+	17	Household taxable income.	Benefit is paid by employers and is only granted if at least 70% of household taxable income is employment income (or earnings replacement benefits including unemployment benefits and employment pension). A spouse is considered a dependent so a couple with no children can receive family allowance. Benefits are reduced in proportion to days not worked.

Benefícios Familiares em 2002 (continuação)

	Maximum benefit for one child aged 3-12		Benefit amount per additional child varies with: ²		Upper age limit for children (student)	Means test on	Observations
	National currency [1]	% of APW ³ [2]	Age of child [3]	Number of children [4]			
Japan	60 000	1	0	+ from 3rd	6	Gross income less employment income tax deduction.	Amount per child doubles as from 3rd child.
Korea	-	-	-	-	-	-	-
Luxembourg	2 609	8	+	+	18 (27)	No	Maximum amount by age is reached at age 12.
Netherlands	838	3	+	0	17	No	Under the previous system (which still applies for children born before 1 January 1995) the amount per child decreased with the number of children.
New Zealand	2 444	6	+	-	18	Family earned income.	Family Support Tax Credit (includes Child Tax Credit available for families not receiving benefits).
Norway	11 664	4	0	0	18	No	Supplement for child aged between 1 and 3.
Poland	510	2	0	+ from 3rd	15 (19)	Gross income per household member relative to average wage.	Benefit also paid for a dependent wife/husband aged over 60/65.
Portugal	315	4	0	-	16 (24)	Income relative to minimum wage.	Higher benefits for children aged under 1. Benefits also vary relative to family income (four levels).
Slovak Republic	9 960	7	+	0	15 (25)	Not for basic allowance since July 2002 but supplement is means tested.	The means test is based on family income relative to state social benefit amounts.
Spain	291	2	0	0	17	Gross family income.	-
Sweden	11 400	5	0	+ from 3rd	16 (20)	No	Basic allowance remains fixed but there is a supplement from the 3rd child onwards.
Switzerland (Zurich)	2 040	3	+	0	15 (24)	No	Amounts are fixed at the level of the cantons and paid by the employer. Benefits are taxable but not subject to social contributions.
United Kingdom	819	4	0	-	15 (18)	No	Fixed rate from 2nd child.
United States (Michigan)	1 056	3	0	+	-	Yes	Temporary Assistance for Needy Families (TANF): benefit is not based on number of children but on family size at the time of application; it does not increase thereafter. The benefit amounts and durations vary by State.

1. Family benefits including non-wastable tax credits. All benefit amounts are shown on an annualised basis. "-" information not available or not applicable. In general family benefits are not taxable unless otherwise indicated.

2. "+": increases, "-": decreases, "0": remains the same, "+/-": increases or decreases (some countries give higher rates to the youngest and oldest age groups).

3. If the per cent of APW value for 2001 differs by more than +/-2 from the 2002 percentage, then the 2001 value is shown in parentheses.

4. Benefit amount for the first child is calculated as the difference in benefit between a 3-member and a 2-member household.

Source: OECD.

Fonte: OECD, 2004b

Nesta tabela são apresentados os benefícios máximos atribuídos a uma criança entre os 3 e os 12 anos (em termos monetários e em percentagem da produção média por trabalhador) numa base anual, bem como os benefícios atribuídos por cada criança adicional (variando estes também com a idade das crianças), a idade limite para se atribuírem os benefícios tendo em conta a definição de “criança” (que normalmente é mais elevada para as crianças/jovens que se encontram a estudar), as experiências de teste destes benefícios e ainda algumas observações mais específicas relativamente a estes benefícios quanto a alguns países.

Verifica-se que a Áustria pode atribuir anualmente um benefício no valor máximo de 1.483 € a uma criança entre os 3 e os 12 anos (o que corresponde a cerca de 6 % da produção média por trabalhador), enquanto que os benefícios atribuídos por cada criança adicional podem ser um pouco maiores ou menores que o valor citado anteriormente (alguns países atribuem maiores benefícios a grupos de crianças mais novas e mais velhas). Também podemos verificar que a idade máxima para as crianças/jovens receberem este benefício, na Áustria, é de 19 anos (27 anos para os jovens que se encontram a estudar). Este benefício não foi testado em nenhum sector particular da população. Resta-nos também afirmar que, para as famílias de baixos rendimentos, existe um suplemento por cada criança adicional a partir do 3º filho.

As famílias austríacas são apoiadas ainda por um benefício de cerca de 611 € também relativo a uma criança entre os 3 e os 12 anos (o que corresponde a cerca de 3% da produção média por trabalhador), enquanto que os benefícios atribuídos por cada criança adicional apresentam o mesmo valor e são tidos em conta no pagamento dos impostos destas famílias.

A Bélgica pode atribuir anualmente um benefício no valor máximo de 1.102 € a uma criança entre os 3 e os 12 anos (o que corresponde a cerca de 4 % da produção média por trabalhador), enquanto que os benefícios atribuídos por cada criança adicional podem ser um pouco maiores ou menores que o valor citado anteriormente (alguns países atribuem maiores benefícios a grupos de crianças mais novas e mais velhas). A idade máxima estabelecida para as crianças/jovens receberem este benefício é de 17 anos (24 anos para os jovens que se encontram a estudar). Este benefício não foi testado em nenhum sector particular da população. Para as famílias desempregadas, os benefícios familiares são aumentados a partir do 7º mês de desemprego.

A Dinamarca pode atribuir anualmente um benefício no valor máximo de 11.300 coroas dinamarquesas a uma criança entre os 3 e os 12 anos (o que corresponde a cerca

de 4 % da produção média por trabalhador), enquanto que os benefícios atribuídos por cada criança adicional podem ser um pouco maiores ou menores que o valor citado anteriormente (alguns países atribuem maiores benefícios a grupos de crianças mais novas e mais velhas). A idade máxima estabelecida para as crianças/jovens receberem este benefício é de 17 anos. Este benefício não foi testado em nenhum sector particular da população.

Na Finlândia, um benefício no valor máximo de 6.420 marcas finlandesas pode ser atribuído a uma criança entre os 3 e os 12 anos (o que corresponde a cerca de 4 % da produção média por trabalhador), enquanto que os benefícios atribuídos por cada criança adicional apresentam o mesmo valor. A idade máxima estabelecida para as crianças/jovens receberem este benefício é de 16 anos, não tendo sido testado em nenhum sector particular da população. Sabemos ainda que existe uma taxa fixa de aumento deste benefício por cada criança adicional.

Relativamente à França, temos uma situação um pouco diferente: não existem benefícios para as famílias com uma criança. Para as famílias com duas crianças (com menos de 11 anos), este benefício é de 653 € por criança (cerca de 3 % da produção média por trabalhador). Este benefício não foi testado em nenhum sector particular da população.

A França também possui um outro benefício (“*Allocation pour jeune enfant*”) para as famílias que têm crianças pequenas (até 3 anos de idade), podendo este atingir um valor máximo de 1.876 € (o que corresponde a cerca de 9 % da produção média por trabalhador), enquanto que os benefícios atribuídos por cada criança adicional apresentam um valor mais reduzido do que o valor acima apresentado (1.876 €).

Na Alemanha, um benefício no valor máximo de 1.848 € é atribuído a uma criança entre os 3 e os 12 anos (*Kindergeld*), o que corresponde a cerca de 6% da produção média por trabalhador, verificando-se assim que os benefícios atribuídos por cada criança adicional apresentam o mesmo valor. A idade máxima estabelecida para as crianças/jovens receberem este benefício é de 18 anos (27 anos para os jovens que se encontram a estudar), não sendo este testado em nenhum sector particular da população. Neste país, este benefício é atribuído sob a forma de reembolso mensal do pagamento dos impostos destas famílias.

A Grécia concede às famílias um benefício no valor máximo de 106 € por uma criança entre os 3 e os 12 anos (o que corresponde a cerca de 1 % da produção média por trabalhador), verificando-se que os benefícios atribuídos por cada criança adicional

apresentam o mesmo valor. A idade máxima estabelecida para as crianças/jovens receberem este benefício é de 17 anos (21 anos para os jovens que se encontram a estudar), não tendo sido testado em nenhum sector particular da população. Este país apresenta uma condição de elegibilidade, ou seja, o trabalhador deve ter estado empregado, pelo menos, 50 dias antes do seu requerimento, onde por sua vez o empregador garante cerca de 5 % dos ganhos brutos a cada trabalhador por cada criança. É também de salientar que este benefício cedido pelo empregador, bem como outros benefícios suplementares às grandes famílias, são colectáveis para efeitos de impostos.

Na Irlanda, um benefício familiar é atribuído às famílias com um filho entre os 3 e os 12 anos no valor de 1.028 € (4 % da produção média por trabalhador), enquanto que os benefícios atribuídos por cada criança adicional apresentam o mesmo valor. A idade máxima estabelecida para as crianças/jovens receberem este benefício é de 15 anos (ou 18 anos para os jovens que se encontram a estudar), não sendo este testado em nenhum sector particular da população.

A Itália dispõe de um benefício 1.010 € atribuído às famílias com um filho entre os 3 e os 12 anos (5 % da produção média por trabalhador), enquanto que os benefícios atribuídos por cada criança adicional apresentam o mesmo valor. A idade máxima estabelecida para as crianças/jovens receberem este benefício é de 17 anos. Este benefício foi testado nos rendimentos brutos do agregado familiar (sujeitos a impostos). Há observações a fazer quanto a este país: este benefício é pago pelos empregadores e só é garantido se, pelo menos, 70 % dos rendimentos brutos do agregado familiar forem rendimentos provenientes do trabalho, sendo estes reduzidos na proporção dos dias em que os trabalhadores estiverem ausentes do trabalho. Uma excepção é feita no caso italiano, onde os benefícios também estão disponíveis para mulheres dependentes economicamente.

O Luxemburgo apresenta um benefício mais significativo, cerca de 2.609 € atribuído às famílias com um filho entre os 3 e os 12 anos (8 % da produção média por trabalhador), enquanto que os benefícios atribuídos por cada criança adicional apresentam um valor ainda mais elevado. A idade máxima estabelecida para as crianças/jovens receberem este benefício é de 18 anos (27 anos para os jovens que se encontram a estudar), não sendo este testado em nenhum sector particular da população. Frequentemente, os benefícios de valor máximo são atribuídos na idade dos 12 anos da criança.

Nos Países Baixos, o valor deste benefício familiar (atribuído às famílias com um filho entre os 3 e os 12 anos) é bastante mais pequeno – 838 €– o que corresponde a cerca de 3 % da produção média por trabalhador. Os benefícios atribuídos por cada criança adicional apresentam um valor ainda mais elevado e a idade máxima estabelecida para as crianças/jovens receberem este benefício é de 17 anos. Este benefício não foi testado em nenhum sector particular da população. É de notar que, no âmbito do anterior sistema (que ainda se aplica às crianças nascidas antes de 1 de Janeiro de 1995), o valor deste benefício decrescia à medida que ia aumentando o número de crianças.

Em Portugal, o valor deste benefício é de 315 € (o segundo mais pequeno da Europa dos 15), representando cerca de 4 % da produção média por trabalhador e em que os benefícios atribuídos por cada criança adicional apresentam o mesmo valor. A idade máxima estabelecida para as crianças/jovens receberem este benefício é de 16 anos (ou 24 anos para os jovens que se encontram a estudar), sendo este testado nos rendimentos relativos ao salário mínimo. É de salientar que existem benefícios mais elevados para as crianças com menos de 1 ano. Os benefícios às famílias variam consoante os rendimentos familiares.

A Espanha é o país que apresenta o benefício atribuído às famílias com um filho entre os 3 e os 12 anos mais pequeno (291 € ou seja, cerca de 2 % da produção média por trabalhador), verificando-se que os benefícios atribuídos por cada criança adicional apresentam o mesmo valor. A idade máxima estabelecida para as crianças/jovens receberem este benefício é de 17 anos, sendo este benefício testado no rendimento familiar bruto.

A Suécia atribui um benefício a este tipo de famílias (com uma criança entre os 3 e os 12 anos) no valor de 11.400 coroas suecas, cerca de 5 % da produção média por trabalhador, enquanto que os benefícios atribuídos por cada criança adicional apresentam o mesmo valor. A idade máxima estabelecida para as crianças/jovens receberem este benefício é de 16 anos (ou 20 anos para os jovens que se encontram a estudar), não sendo este testado em nenhum sector particular da população. A partir do nascimento da 3ª criança, há um suplemento financeiro para cada criança adicional.

O Reino Unido atribui 819 libras a este tipo de família (com uma criança entre os 3 e os 12 anos), o que corresponde a 4 % da produção média por trabalhador, enquanto que os benefícios atribuídos por cada criança adicional apresentam o mesmo valor. A idade máxima estabelecida para as crianças/jovens receberem este benefício é

de 15 anos (ou 18 anos para os jovens que se encontram a estudar), não tendo sido este testado em nenhum sector particular da população. Este país apresenta uma taxa fixa a partir do nascimento do 2º filho.

7.2. Benefícios de Cuidados às Crianças

Os serviços de cuidados prestados às crianças constituem uma componente essencial das Políticas Públicas, de forma a apoiar o equilíbrio entre a vida profissional e familiar. A existência deste tipo de serviços apresenta implicações aos mais variados níveis: decisões relacionadas com a fecundidade, o comportamento dos trabalhadores em relação ao mercado de trabalho e até decisões que implicam o no desenvolvimento da criança. O suporte financeiro disponível às famílias com crianças pequenas que requerem cuidados assume formas bastante diversificadas: pode estar disponível para todas as crianças de uma determinada idade ou pode ser condicionada pela presença destas crianças em certos tipos de serviços de cuidados prestados às crianças, como por exemplo, em instituições formais ou serem entregues a responsáveis devidamente qualificados. Muitas vezes, existe também um generoso apoio financeiro atribuído aos pais que assumem a responsabilidade de cuidar dos seus próprios filhos. A provisão deste tipo de responsabilidade também varia substancialmente – desde a atribuição de benefícios monetários directos, de reduções nos impostos destas famílias ou de subsídios pagos às instituições que cuidam das crianças. Frequentemente, o que sucede é que os países da OCDE efectuem uma combinação destes diferentes tipos de apoios.

Os custos associados à existência de crianças nas famílias pode reflectir-se num grande impacto sentido no comportamento laboral dos membros do agregado familiar que ganham menos e nas famílias monoparentais. Enquanto que os benefícios monetários e as reduções de impostos constituem numa ajuda para reduzir os custos de se ter crianças para os pais trabalhadores, os benefícios monetários disponíveis para os pais que tomam conta dos seus filhos irão aumentar os seus rendimentos, pois estes encontram-se fora do mercado de trabalho ou trabalham em regime de part-time.

Apesar dos benefícios recebidos pelos pais para cuidarem dos seus filhos e da guarda institucional de crianças poderem co-existir, muitos países optam apenas por um destes padrões.

De acordo com o estudo *Benefits and Wages – OECD Indicators* da OCDE (2004), será exposta uma tabela relativa aos benefícios de cuidados prestados às crianças nos 15 países europeus.

Benefícios de Cuidados Prestados às Crianças em 2002

	[1] Benefits to cover costs	[2] Benefits to care for children at home ("child-raising allowances", "non-activity" tested)	[3] Childcare facilities subsidised?	[4] Income test?
Australia	Benefits paid for approved care (institutions) and registered care (child carer is officially registered). If both parents (or a lone parent) are working they are eligible for both types of Childcare Benefit. If neither parent is working they are eligible for up to 20 hours of approved care only.	Parenting payment provides income support to low-income persons who have primary care of children under 16 years of age. Families must receive no other income support payments. However, recipients can work while receiving the benefit (subject to a means-test).	For approved care the benefit may be paid directly to the institution to reduce the fees charged.	Not for registered care fees; but both fees of approved care and parenting payments are family income tested.
Austria	-	Childcare Benefit is combined with the post-natal parental leave scheme and entitlement is linked to previous employment record. The benefit is payable for 18 months for one parent plus (optionally) another 6 for the other parent and is independent of the other parent's income or work status. May be combined with part-time work.	Yes, varies by state (<i>Land</i>).	Yes, for child-raising allowances.
Belgium	Costs are tax deductible (up to a limit) if the care is in approved centres and only for children up to age 3 (free school starts at age 4). The alternative is a non-wastable tax credit.	-	Yes, varies by province (<i>Communauté</i>).	Yes for fees paid in centres.
Canada	Federal tax allowance for expenses up to limit. The Canada Child Tax Benefit includes a supplement for families with children aged under 7; full amount for those not claiming the childcare expenses as a tax allowance, reduction of 25% of childcare costs for those claiming it. Provincial governments may cover all or part of the cost if SA beneficiaries are involved in training or similar programmes. Some benefits available at provincial level, e.g. Ontario Child Care Supplement for Working Families (OCCS). ³	-	Varies by province.	For Federal tax allowance: least of childcare expenses, 2/3 of earned income (of spouse with lowest earnings) or limits based on age of child. For OCCS (greater of 50% of childcare expenses or percentage of earnings over a limit which varies with number of children).
Czech Republic	-	Parental allowance for full-time care for at least one child up to age 4. Rate is individual social assistance rate plus 10%. A parent with low work income may be eligible under certain conditions (e.g. maximum 5 days of childcare per month).	No	Yes for working parent (maximum 1.5 times individual social assistance amount).
Denmark	For low-income families, the benefit covers up to 100% of the (subsidised) fees charged by day care institutions.	-	Heavily subsidised day care is available to all households with young children. Parents only pay 30-32% of costs.	-

Benefícios de Cuidados Prestados às Crianças em 2002 (continuação)

	Benefits to cover costs [1]	Benefits to care for children at home ("child-raising allowances", "non-activity" tested) [2]	Childcare facilities subsidised? [3]	Income test? [4]
Finland	—	Home care allowance and supplement (payable for one child only) available to parents caring for own children aged under 3. Increases with number of children cared for (aged under 6).	Heavily subsidised public day care is available to all children aged under 7 (school age). For those using private day care (and not receiving home care allowance for other children) there is a private day care allowance and supplement which is paid directly to provider.	Public day care fees are a per cent of income exceeding a limit based on family size. Same income limits apply to the supplements for home care and private day care but not to the allowances.
France	The benefits cover (some or all of) the social security contribution costs due for the employment of a person to care for children aged under 6. Either at the parents' home (AGED) or by a qualified carer in their home (AFEAMA). There is also a tax deduction for collective care costs (crèches) or for employing a home worker (in addition to AGED).	Parental education benefit (APE) is payable for families with at least 2 children (one aged under 3) on condition that the parent leaves (partially or totally) employment that has lasted at least 2 years in last 5.	Public sector crèches are subsidised. The majority of children aged 3 and above are in school full time.	Yes. Ceilings based on number and age of children.
Germany	Tax allowance for childcare costs.	Federal child raising allowance for parents taking personal care of at least one child aged under 2 (some states provide allowances for additional periods afterwards).	Yes. Children aged 3-6 are entitled to a place in a kindergarten. Children of other ages are admitted if possible.	Child raising allowance is income tested for level of benefit but parent concerned can work up to 30 hours/week.
Greece	Childcare costs can be included in family expenses which are tax deductible up to 30%.	—	Yes in public nurseries.	Yes for public nurseries.
Hungary	—	Childcare allowance: for parent or grandparent raising a child up to age 3. Child raising support: for parent raising 3 children of which youngest is aged 3-8. Both are equal to minimum old age pension amount. Also childcare benefit (following pregnancy/confinement) for up to 2 years which is 70% of previous earnings up to a limit.	—	Work disregard of 4 hours/day for childcare allowance and child raising support (but benefit becomes taxable as soon as income is earned). Childcare benefit is lost as soon as there is earned or other income.
Iceland	—	—	Day care centres and "day mothers" are heavily subsidised by municipalities.	—
Ireland	—	New carers allowance is a tax credit for families where one parent stays at home to care for children.	Collective childcare is not well developed, very few state subsidies for private provision.	Yes based on working spouse's income up to limit, benefit reduced above limit.
Italy	—	—	In Rome, 80% of nurseries for children aged under 3 are public and subsidised; 90% of children aged 3-5 attend school.	Depends on municipality.
Japan	—	—	Municipal childcare is subsidised for children aged under 5. The government subsidy to municipal childcare increases with the amount of income tax payable by the family.	Yes based on the amount of income tax payable.

Benefícios de Cuidados Prestados às Crianças em 2002 (continuação)

	Benefits to cover costs [1]	Benefits to care for children at home ("child-raising allowances", "non-activity" tested) [2]	Childcare facilities subsidised? [3]	Income test? [4]
Korea	Social assistance recipients are fully subsidised for child "educare" centre fees for children aged under 6. Tax allowance to cover childcare expenses of working mothers or lone-parent fathers up to limit.	—	Public sector childcare is subsidised.	Entitlement for the subsidy is linked to SA receipt. For the tax allowance, no other benefits/deductions for childcare costs may be received.
Luxembourg	Either an abatement on taxable income (amount depending on income level and number of children) or an abatement for childcare expenses which covers real costs up to a limit.	Parent must not be in the labour force and must look after a child aged under 2 at home.	—	For the childcare benefit there are no salary condition (but if one parent has half time job then payment is 50% of benefit) and no employment conditions if family income is below a limit (which depends on number of children). Yes but subsidy also depends on employment terms of the parent.
Netherlands	Formal childcare costs are tax deductible (up to a limit), amount depends on whether care is full or part time and on number of children. There is also a tax credit for working parents.	—	Local government and employers subsidise childcare centres. Children are in school from age 4.	—
New Zealand	—	—	All official centres are subsidised. In particular for low income or working families. Child care subsidy for preschool children (age 0-5) is paid directly to providers. Similar program for part-time care for children aged 5-13 (OSCAR).	Yes. Subsidy rate is related to income and number of children. Maximum 37 hours of subsidised care/week.
Norway	Documented childcare expenses for children aged under 12 are tax deductible up to a limit.	—	Yes	No, fixed amount for one or more children.
Poland	—	For a parent caring for at least one child. Not normally available for children aged over 2.	—	Yes, fixed limit.
Portugal	—	—	Subsidies for non-profit private or state facilities.	—
Slovak Republic	—	For parent caring for at least one child up to age 3.	—	Income from any source stops benefit.
Spain	—	—	Most children aged 3-5 are in subsidised public childcare or in school. All communities provide free childcare for families with serious socio-economic difficulties.	—
Sweden	—	—	Subsidised by state and local governments. All 6-year olds get 525 hours a year of free pre-school.	Yes, parents only pay (per child) 1-3% of their gross income in childcare fees. Percentage varies with number of children.
Switzerland	—	—	Some facilities are subsidised. Considerable variation across regions and municipalities.	—
United Kingdom	Working Families Tax Credit (WFTC) allows parents to claim up to 70% of cost of childcare up to a limit dependant on number of children.	—	No. Free part time care is provided for 4-5 year olds in nursery school education or reception class.	Income and asset test for WFTC recipients. ³ Person must be working over 16 hours per week.

Fonte: OECD, 2004b

Verifica-se que na Áustria, os benefícios que constituem uma ajuda para reduzir os custos de se ter crianças não existem. Contudo, existe um benefício disponível para os pais que tomam conta dos seus filhos, que é por sua vez articulado com o final do período da licença parental, sendo a sua condição de elegibilidade o registo num anterior emprego. Este benefício é atribuído durante 18 meses para um dos progenitores, adicionalmente mais 6 meses para o outro progenitor e é independente do rendimento do primeiro progenitor a usufruir deste benefício e da sua posição profissional. Este benefício pode ainda ser articulado com o trabalho a part-time dos progenitores. Existem, neste país, serviços de cuidados prestados às crianças subsidiados pelo Estado (variando de Estado para Estado - *Land*).

Na Bélgica, os benefícios que constituem uma ajuda para reduzir os custos de se ter crianças são atribuídos sob a forma de reduções dos impostos (até um dado limite) se a guarda das crianças se efectuar em serviços devidamente aprovados e até à idade dos 3 anos. Não existe um benefício disponível para os pais que tomam conta dos seus filhos. Contrariamente, existem neste país serviços de cuidados prestados às crianças subsidiados pelo Estado (também variando de Província para Província – *Communauté*).

Na Dinamarca, os benefícios que constituem uma ajuda para reduzir os custos de se ter crianças são atribuídos às famílias de baixos rendimentos, cobrindo este benefício até 100 % das propinas cobradas pelas instituições de cuidados prestados às crianças. Não existe um benefício disponível para os pais que tomam conta dos seus filhos. Existe um forte apoio financeiro por parte do Estado através dos subsídios atribuídos aos serviços de cuidados prestados às crianças (a todas as famílias com crianças pequenas), sendo que os pais apenas suportam este custo na ordem dos 30% a 32 %.

A Finlândia não apresenta nenhum benefício que constitui uma ajuda para reduzir os custos de se ter crianças. Por outro lado, existe um benefício disponível para os pais que tomam conta dos seus filhos, em que a criança deve ter uma idade inferior a 3 anos. Depois, este benefício pode ser alargado segundo o aumento do número de crianças, com idades até aos 6 anos. Em termos de apoio por parte do Estado, pode-se verificar que este é um país que apresenta uma boa base financeira: grande parte destes serviços de cuidados prestados às crianças públicos (crianças até 7 anos) é financiada pelo Estado. No caso de utilização de serviços de cuidados prestados às crianças privados e no caso dos pais não receberem nenhum outro subsídio relativo a outras crianças, existe um subsídio suplementar que é cedido directamente à entidade prestadora deste tipo de serviços.

No que diz respeito à França, os benefícios que constituem uma ajuda para reduzir os custos de se ter crianças são cobertos (em parte ou na sua totalidade) pelos custos da Segurança Social, quando as famílias contratam alguém responsável para cuidarem da criança, sendo que a idade limite desta criança ou crianças, para a atribuição deste benefício corresponde a 6 anos. Também ocorre uma dedução nos impostos destas famílias por se contratar uma pessoa responsável pelo cuidado prestado às crianças, assim como a utilização dos serviços de cuidados prestados às crianças e das creches. Existe um benefício disponível para os pais que tomam conta dos seus filhos, apenas para famílias com o mínimo de 2 crianças, em que uma das crianças deverá ter menos de 3 anos, mas na condição da licença parental, parcial ou total, ter durado pelo menos 2 anos nos últimos 5 anos. O sector público das creches é subsidiado pelo Estado.

Na Alemanha, os benefícios que constituem uma ajuda para reduzir os custos de se ter crianças são atribuídos sob a forma de redução de impostos. Também existe um subsídio federal para os pais que tomam conta dos seus filhos, pelo menos para uma criança com menos de 2 anos, uma vez que alguns Estados ainda atribuem subsídios por períodos adicionais de tempo. Os serviços de cuidados prestados às crianças (especialmente os que incluem crianças entre os 3 e os 6 anos) são subsidiados pelo Estado. As crianças de outras idades também são incluídas neste esquema, sempre que possível.

A Grécia é um país que atribui benefícios que constituem uma ajuda para reduzir os custos de se ter crianças, através da inclusão destes custos nas despesas familiares, deduzindo nos impostos até cerca de 30 %, mas não concede qualquer tipo de subsídio para os pais que tomam conta dos seus filhos. As creches são subsidiadas pelo Estado grego.

A Irlanda, ao contrário da Grécia, não atribui benefícios que constituem uma ajuda para reduzir os custos de se ter crianças. Todavia, concede um subsídio para os pais que tomam conta dos seus filhos. Trata-se de uma redução de impostos nas famílias, em que um dos progenitores fica em casa a tomar conta dos seus filhos. No que diz respeito ao subsídio público dos serviços de cuidados prestados às crianças, este encontra-se ainda pouco desenvolvido, havendo poucas ajudas quanto aos serviços privados.

A Itália é um dos países que não atribui qualquer benefício relacionado com a ajuda para reduzir os custos de se ter crianças, bem como não atribui benefícios aos pais

que tomam conta dos seus filhos (de acordo com informações da OCDE de 2002). Em Roma, 80 % das creches para crianças com menos de 3 anos são públicas e subsidiadas.

No Luxemburgo, os benefícios que constituem uma ajuda para reduzir os custos de se ter crianças podem assumir a forma de uma redução dos impostos nos rendimentos familiares (dependendo do nível de rendimento e número de crianças) ou na redução das despesas nos serviços de cuidados prestados às crianças, até um certo limite. O benefício atribuído aos pais que tomam conta dos seus filhos toma a seguinte forma: os pais não devem estar incluídos na força de trabalho e devem estar em casa a tomar conta das crianças até aos 2 anos. Não existem serviços de cuidados prestados às crianças subsidiados pelo Estado.

Nos Países Baixos, os benefícios que constituem uma ajuda para reduzir os custos de se ter crianças assumem a forma de custos com os serviços de cuidados prestados às crianças formais deduzidos de impostos (até um certo limite), variando as quantias consoante o número de filhos e segundo o regime dos cuidados prestados às crianças (full-time ou part-time). Também existe uma redução de impostos para os pais que trabalham (dependendo dos termos do contrato de emprego dos progenitores). Os governos locais e os empregadores são as entidades que subsidiam os serviços de cuidados prestados às crianças. Não existe qualquer benefício para os pais que tomam conta dos seus filhos em casa.

Em Portugal, os benefícios referidos anteriormente (os que constituem uma ajuda para reduzir os custos de se ter crianças e os benefícios para os pais que tomam conta dos seus filhos em casa) não existiam à data de 2002. Apenas sabemos que existem subsídios do Estado para serviços públicos de cuidados prestados às crianças e subsídios para estes serviços no sector privado não lucrativo.

Em Espanha o mesmo se passa relativamente aos anteriores benefícios mencionados em Portugal (aqueles benefícios que constituem uma ajuda para reduzir os custos de se ter crianças e os benefícios para os pais que tomam conta dos seus filhos em casa), uma vez que a maioria das crianças, entre os 3 e os 5 anos, se encontram em serviços públicos de cuidados prestados às crianças subsidiados ou em pré-primárias. Todas as comunidades concedem este tipo de serviços grátis às famílias com graves dificuldades socioeconómicas.

A Suécia não apresenta nenhum dos benefícios a referidos anteriormente (nomeadamente aqueles que constituem uma ajuda para reduzir os custos de se ter crianças e os benefícios para os pais que tomam conta dos seus filhos em casa), à

semelhança de Portugal e de Espanha. Existem serviços de cuidados prestados às crianças subsidiados pelo Estado e pelos governos locais, para que todas as crianças com 6 anos de idade tenham 525 horas por ano de pré-primária grátis.

Por fim, apresenta-se a situação do Reino Unido relativamente a esta matéria: pode-se verificar que o “*Working Families Tax Credit*” (*WFTC*) permite aos pais (que devem trabalhar mais de 16 horas por semana) reclamar cerca de 70 % dos custos associados aos serviços de cuidados prestados às crianças até um determinado limite, dependendo do número de crianças. Este país não apresenta benefícios para os pais que tomam conta dos seus filhos em casa. Não existem serviços de cuidados prestados às crianças subsidiados pelo Estado, mas apenas cuidados de crianças grátis num regime de part-time, para crianças entre os 4 e os 5 anos em creches.

7.3 Benefícios das Famílias Monoparentais

Neste tipo de famílias, os benefícios podem ser concedidos adicionalmente com outras transferências ou podem estar disponíveis e serem administrados independentemente, como programas separados. Os benefícios e as reduções de impostos que serão apresentadas referem-se às famílias monoparentais, com uma criança com três anos, independentemente de outros benefícios que recebam não associados ao trabalho, enquanto trabalham ou cuidam das suas crianças.

De acordo com o estudo *Benefits and Wages – OECD Indicators* da OCDE (2004), será apresentada uma tabela relativa aos benefícios das famílias monoparentais em 11 países europeus (dados de 2002).

Benefícios das Famílias Monoparentais¹ em 2002

Type of benefit		Maximum supplementary benefit for one child aged 3 ²		Test on income or capital	Earnings/income disregard and benefit withdrawal	Additional information
		National currency [2]	% of APW ³ [3]			
[1]				[4]	[5]	[6]
Australia	Parenting payment for low income families with primary care of children: higher rate. In addition, Family Tax Benefit part B is not means-tested for lone parents (see Table 1.7)	2 314	5	Income	Disregard: AUD 3 016 plus AUD 640 per child (values are for the entire amount of Parenting Payment, not just the lone-parent supplement).	Lone parents tend to claim parenting payment rather than unemployment assistance since the benefit received is higher. No other benefit may be received at the same time except for the pharmaceutical allowance and the maximum rate family tax benefit. ⁴
Austria	Lone-parent tax credit (non-wastable): same rate as "sole-earner" tax credit for one-earner couple.	–	–	–	–	–
Canada (Ontario)	Childcare supplement: higher rate. Federal and provincial wastable income tax credits plus a non-wastable federal goods and services tax credit.	210 –	1 –	Net family income. –	Disregard: CAD 20 000. –	To help cover childcare cost for working families. Lone parents receive the same amount of tax credits as a couple (with dependent spouse).
Denmark	Family benefit supplement. Family benefit supplement per child aged 0-17.	3 980 13 900	1 5	No No	–	–
Finland	Family benefit supplement.	1 821	7	No	–	–
France ⁵	Lone-parent benefit (API).	8 205	37	Net taxable income.	–	The benefit tops up net taxable income to this maximum level. EUR 2 051 per additional child.
	Family benefit for young children (APJE): higher income disregard.	–	–	Net taxable income.	Disregard: additional EUR 5 568.	–
Germany	Tax allowance.	[2 340]	–	–	–	–
Hungary	Family benefit: higher rate.	8 400	1	No	–	Same increase for 2 children, HUF 4 800 for 3+ children.
Iceland	Family benefit: higher rate.	80 033	3	Income	Disregard: ISK 704 459, 3% withdrawal rate.	ISK 62 313 for each additional child. Benefit withdrawal rates increase to 7% for 2 children and 9% for 3+ children.
	Mother/fatherhood Allowance.	52 692	2	No	–	For a parent with 2 children aged under 18. ISK 137 004 for 3 children.
Ireland	Lone-parent benefit.	7 155	28	Income (excluding benefits).	Disregard: EUR 7 618 plus 50% of gross earned income above this level.	EUR 1 004 for each additional child. Entitlement to only 50% of basic rate of UI with no increase for child dependants.
	Single Parent Family Relief: wastable tax credit.	–	–	–	–	Supplement to basic tax credit so total equals married tax credit.
	Different income tax schedule.	–	–	–	–	20% taxable income band at EUR 32 000.
Japan	Lone-parent benefit.	508 440	12	Income	Disregard of JPY 2 048 million. Reduction of JPY 14 020 for income up to JPY 3 million.	JPY 568 440 for parent with 2 children plus JPY 36 000 for each additional child.
Korea	Child Raising Support.	204 000	1	Property and income.	Varies with number of family members.	Property threshold KRW 50-60 million and income threshold KRW 9.6-18 million for 2-6 family members.
Luxembourg	Tax allowance.	[1 920]	–	–	–	–
	Different income tax schedule.	–	–	–	–	–

Benefícios das Famílias Monoparentais¹ em 2002 (continuação)

Type of benefit [1]	Maximum supplementary benefit for one child aged 3 ²		Test on income or capital [4]	Earnings/income disregard and benefit withdrawal [5]	Additional information [6]
	National currency [2]	% of APW ³ [3]			
Netherlands Single parent and additional tax credit, both wastable.	[2 602]	—	—	—	Basic allowance of EUR 1 301 plus supplement of 4.3% of earned income up to same amount.
New Zealand Domestic Purposes Benefit.	14 115	35	Earnings.	Disregard NZD 4 160; withdrawal rate of 43% up to NZD 9 360, 70% above.	NZD 15 465 if 2 or more children. Same benefit rate as UA but with less strict income and activity tests.
Norway Transitional Benefit.	100 215	34	Income (earnings plus unemployment insurance).	Disregard NOK 27 085, 40% withdrawal rate.	Entitlement limited to 3 years after the birth of the youngest child.
Family benefit.	11 664	4	No.	—	Lone parents are paid one child more than the actual number.
Family benefit supplement.	7 884	3	Earnings.	Earnings above NOK 27 085 stop entitlement.	Lone parents are paid one child more than the actual number for a child aged 0-3 (instead of 1-3).
Childcare benefit.	5 852	2	—	—	70% of expenses up to maximum: NOK 10 248 for 2 children and NOK 15 612 for 3+ children. "Tax liability limitation schedule".
Different income tax schedule.	—	—	—	—	—
Poland Childcare benefit: higher rate.	2 252	9	Income.	Disregard: PLN 548.	—
Family benefit: increased income disregard.	—	—	Gross income per person.	Disregard: additional PLN 64.	No relation to average wage.
Additional wastable tax credit.	—	—	—	—	As for a married couple (with dependent spouse).
Portugal Wastable tax credit for dependent child: higher rate.	[139]	—	—	—	—
Spain Tax allowance: higher personal rate.	Less than for a two-parent family.	—	—	—	Basic tax relief for head of household.
Sweden Lone-parent benefit.	14 076	6	No.	—	For children up to age 16 (20 if student).
United States Tax allowance: higher personal rate.	Less than for a two-parent family.	—	—	—	Basic tax relief for a single head of household.
Different income tax schedule.	—	—	—	—	"Head of household" tax bands.

1. It is assumed that neither lone parents nor their children receive alimony payments from the other parent. All benefit amounts are shown on an annualised basis. "—" information not available or not applicable. Specific provisions for lone parents receiving unemployment benefits or social assistance can be found in the corresponding tables.

2. Where the benefit is a complement to another benefit or tax reduction, the amount shown is the difference between a one-parent/one child situation and a two-parent/one-child situation (Australia, Canada, Hungary, Iceland, Poland). Where the benefit is in the form of a tax allowance or deduction, its income value depends on the marginal tax rate. The amount of the tax allowance/deduction is shown in square brackets in these cases (Germany, Luxembourg, Netherlands, Portugal, Spain, United States).

3. If the per cent of APW value for 2001 differs by more than +/-2 from the 2002 percentage, then the 2001 value is shown in parentheses.

4. See also Table 1.11.

5. API: *allocation de parent isolé*; APJE: *allocation pour jeune enfant*.

Source: OECD.

Fonte: OECD, 2004b

Na Áustria, podemos verificar que uma redução de impostos é efectuada ao mesmo nível do que uma redução de impostos efectuada para os casais em que apenas um dos cônjuges trabalha. O benefício máximo suplementar para este tipo de famílias com uma criança com três anos não existe (0% da produção média por trabalhador), não sendo testado nos rendimentos desta população.

Na Dinamarca existem dois tipos de benefícios familiares suplementares. O primeiro, recebido pelas famílias monoparentais com uma criança com três anos, corresponde a cerca de 3.980 coroas dinamarquesas (cerca de 1% da produção média por trabalhador), não sendo testado no rendimento destas famílias. O segundo benefício atribui-se às famílias monoparentais e inclui cerca de 13 900 coroas dinamarquesas (cerca de 5% da produção média por trabalhador) por cada criança entre os 0 e os 17 anos. Este benefício também não foi testado no rendimento deste tipo de famílias.

A Finlândia apresenta um benefício familiar para estas famílias com uma criança de três anos, consistindo em cerca de 1821 marcas finlandesas (7% da produção média por trabalhador), não sendo este benefício testado no rendimento das famílias monoparentais.

A França atribui dois tipos de benefícios para estas famílias: o primeiro “*Allocation de parent isolé*” (API), inclui 8205 € anuais, ou seja, cerca de 37% da produção média por trabalhador, sendo este benefício atribuído no rendimento líquido destas famílias. Este benefício também cobre o rendimento líquido até um nível máximo de 2051 € por cada criança adicional. O segundo benefício “*Allocation pour jeunes enfant*” (APJE) é incluído igualmente no rendimento líquido destas famílias.

A Alemanha atribui um subsídio sujeito a imposto em cerca de 2340 € às famílias monoparentais. Por sua vez, a Irlanda atribui um benefício e um subsídio de “alívio” às famílias monoparentais com uma criança com três anos. O benefício atribuído a estas famílias corresponde a 7155 € (28% da produção média por trabalhador) e é testado no rendimento destas famílias. Este benefício é de 1004 € por cada criança adicional. O subsídio de “alívio” às famílias é atribuído até 20% dos rendimentos, não passando os 32.000 € susceptíveis de impostos, sendo alvo de diferentes níveis de imposto sobre os subsídios nos rendimentos familiares.

O Luxemburgo apresenta um subsídio sujeito a diferentes níveis imposto, em cerca de 1920 €. Os Países Baixos, por seu turno, demonstram ter um subsídio sujeito a imposto em cerca de 2602 €, uma vez que um subsídio básico de 1301 € é atribuído a

este tipo de famílias, com um suplemento adicional de 4.3 % dos ganhos que podem chegar igualmente ao valor de 1301 €

Em Portugal existe um subsídio sujeito a imposto para este tipo de famílias com crianças dependentes, sendo este de 139 €. Em Espanha também existe um subsídio sujeito a imposto para este tipo de famílias, do qual apenas se sabe que é menor do que o subsídio para uma família com ambos os progenitores.

Por fim, temos a Suécia, que também possui um subsídio para as famílias monoparentais para crianças até 16 anos de idade (ou 20 anos em caso dos jovens que se encontrem a estudar) de cerca de 14.076 coroas suecas, representando cerca de 6 % da produção média por trabalhador, não sendo este subsídio testado no rendimento destas famílias.

7.4. Subsídios Familiares na Europa dos 15

O aumento dos gastos provocado pelo aumento dos custos dos filhos menores reflectiu-se negativamente na economia de todas as famílias, nomeadamente em situações de pobreza para as famílias com rendimentos mais baixos. As prestações monetárias representam um reconhecimento por parte da sociedade relativamente aos elevados encargos financeiros que representa manter uma família.

Existem dois tipos de prestação: os subsídios familiares e as reduções dos impostos fiscais. Os primeiros consistem em transferências monetárias feitas para as famílias a cargo da tesouraria da Segurança Social e dos “*Presupuestos Generales del Estado*”, que pretendem assim aumentar o rendimento disponível das famílias. As reduções dos impostos fiscais também pretendem aumentar a disponibilidade financeira das famílias.

As transferências monetárias são um dos instrumentos da Política Familiar que surgiram primeiro, consistindo em prestações pecuniárias que facilitam as famílias na realização das suas funções. Os subsídios familiares são as prestações mais conhecidas, apresentando diversas denominações: *Allocations Familiales* na França, *Family Allowances* ou *Child Benefits* na Inglaterra, *Familienbeihilfe* na Áustria, *Kindergeld* na Alemanha, *Assedgni Familiari* na Itália, *Abono de Família em Portugal*, *Barnbidrag* na Suécia, *Kinderbijslag* na Dinamarca e *Lapsisila* na Finlândia.

A França foi o primeiro país em que surgiu o subsídio familiar, sendo aprovada a lei respectiva a 11 de Março de 1932. O Reino Unido introduziu no seu sistema estes subsídios em 1944, através do Governo de guerra presidido por Winston Churchill. Na Suécia, entrou em vigor a 1 de Janeiro de 1948 uma lei que concedia prestações monetárias a todas as famílias com filhos menores, independentemente do rendimento dos pais. Esta prestação era paga, anualmente, para todos os filhos com menos de 16 anos.

Os programas de subsídios familiares foram aprovados entre os anos 30 e 50. Na Bélgica, na Itália, em Espanha e nos Países Baixos, estes subsídios foram criados nos anos 30, enquanto que em Portugal, na Irlanda, no Luxemburgo e na Finlândia foram criados nos anos 40 e na Dinamarca, na Alemanha e na Grécia, durante os anos 50. Depois da Segunda Guerra Mundial, os subsídios familiares foram aplicados em quase todos os países europeus.

O aumento da pobreza das famílias com escassos recursos demonstra a necessidade de se optar pela universalidade ou selectividade dos subsídios familiares. Um dos elementos que colocou em causa os sistemas tradicionais de apoio às famílias foi o crescimento das taxas de desemprego e o aumento da pobreza que afectou muitas famílias com crianças pequenas nos países ocidentais. Apesar da pobreza entre as pessoas de idade avançada ter diminuído em muitos países desde os anos 50, as famílias com crianças pequenas a seu cargo viram aumentar a pobreza a que estão sujeitas. Esta situação de empobrecimento fez com que muitos Governos e especialistas nesta matéria questionassem o carácter universal dos subsídios familiares. Margaret Thatcher foi a primeira política que colocou a questão relativa à universalidade de certos recursos para as famílias, considerando que a atribuição de subsídios a todas as mães e filhos sem condições económicas, não apresentavam qualquer utilidade. Propôs a medida de eliminação, entre outras, do subsídio das famílias monoparentais. Porém, a população britânica forçou o Governo a restabelecer um subsídio familiar de carácter universal. Contudo, desde 1975, em países como a Dinamarca (1976), a Alemanha (1983), a Itália (1988), a Grécia (1989), a Espanha (1991) e a França (1997) substituíram o subsídio familiar universal por uma prestação, através de uma comprovação dos seus recursos económicos. Todavia, em 3 desses países, a comprovação dos recursos económicos foi eliminada, nomeadamente na Dinamarca (1981), na Alemanha (1996) e na França (1998).

A cobertura efectiva dos subsídios familiares, na Alemanha em 1989, correspondia a 90 % dos jovens com menos de 18 anos, enquanto que em Espanha, durante os anos 90, esta taxa alcançava apenas 20 %.

A tendência europeia continua a manter a universalidade destes subsídios, apesar do acesso de Governos de esquerda, em países centrais, no continente europeu.

A origem dos subsídios familiares surgiu num momento em que o modelo de família “do homem como ganha-pão” era inquestionável em alguns países, especialmente em Espanha. Os subsídios familiares pretendiam diminuir a participação feminina no mercado de trabalho, pois inicialmente estiveram associados ao chamado “salário familiar”, que deveria permitir ao trabalhador manter os membros da sua família. Se alguns subsídios são considerados excessivamente generosos, podem comportar o risco de algumas mulheres, principalmente as que apresentam qualificações mais baixas, ficarem em casa e renunciarem a sua actividade económica. Contudo, este risco não é exclusivo dos subsídios familiares: as licenças parentais, tal como um incentivo ao trabalho em part-time, podem originar efeitos semelhantes.

A versão universalista é por vezes acusada de utilizar instrumentos conservadores, pois destinam as mesmas quantias de dinheiro para todas as famílias com crianças pequenas, independentemente do nível de rendimento. Os críticos dos subsídios familiares universais defendiam o estabelecimento de subsídios mais generosos para as famílias com fracos rendimentos económicos e a eliminação dos subsídios atribuídos às famílias com recursos mais elevados. Porém, esta tomada de posição também apresenta os seus inconvenientes: 1) pagar os subsídios às famílias com fracas condições económicas pode transformar esses subsídios em prestações de assistência social; 2) a selectividade na atribuição dos subsídios pode fazer com que as pessoas mais necessitadas, nomeadamente as crianças, não cheguem a recebê-los devido ao facto dos pais não solicitarem esses mesmos subsídios, devido à ignorância ou negligência por parte dos mesmos; 3) pagar subsídios muito generosos às famílias mais pobres pode desincentivar a participação no mercado de trabalho das mulheres com níveis económicos e educativos mais baixos, estimulando a passividade e a dependência por parte destas mulheres; 4) a universalidade dos subsídios familiares não têm de apresentar nenhum problema se estiverem conciliados com o sistema fiscal, conseguindo-se um equilíbrio aceitável entre a redistribuição horizontal e vertical (parece ter sido uma das tendências dos anos 90).

Os subsídios atribuídos pelo número de filhos reflectem uma certa importância quanto ao seu tratamento fiscal. Na Alemanha, antes de Janeiro de 1996, eram acumuláveis dois tipos de prestação: a redução dos impostos fiscais por número de filhos e o subsídio familiar. A partir desta data, os beneficiários teriam que optar por uma das duas prestações. Aquelas famílias que estavam isentas da apresentação da declaração de rendimentos apenas poderiam usufruir dos subsídios atribuídos segundo o número de filhos, pagas pela Caixa Federal da Família (“*Familienkasse*”). Os trabalhadores que eram obrigados a apresentar a declaração de rendimentos recebiam estas subsídios juntamente com o seu salário, pagas directamente pelo empregador.

O novo princípio básico que entrou em vigor a 1 de Janeiro de 1996 estabelecia que uma família não deveria ser vista como um encargo a compensar, mas deveria ser encarada como uma vantagem da comunidade, prestando-lhe apoio. Os subsídios por filho são relativamente elevados na Alemanha e determinam o nível de vida das famílias.

Em alguns países europeus, os subsídios familiares revalorizam-se automaticamente, segundo o custo de vida, enquanto que em alguns países, a sua actualização depende de uma decisão governativa ou é atribuída esta responsabilidade ao Parlamento, que por sua vez, tem de autorizar uma lei que permita esses mesmos aumentos.

Na Bélgica os subsídios familiares são estabelecidos em função do valor da inflação. Consiste num sistema que incentiva a natalidade já que os subsídios aumentam segundo o número de filhos. No caso do desaparecimento de um filho, este subsídio mantém-se durante 5 anos, de modo a permitir aos pais suportarem os custos da procura do seu filho. A originalidade deste sistema consiste no aumento dos subsídios à medida que as crianças vão crescendo: um jovem com 18 anos recebe um subsídio superior em 28 % comparando com o subsídio recebido por uma criança com menos de 6 anos. Desta forma, pretende-se ajudar as famílias em função do aumento real dos custos relativos ao crescimento dos filhos, tendo em conta que as necessidades de um adolescente podem representar gastos mais elevados do que os gastos de uma criança pequena. O aumento dos subsídios em função da idade também é encontrado no Luxemburgo (1976), na Áustria (1981) e nos Países Baixos (1983), enquanto que em outros países são aprovados suplementos por idade para os recém-nascidos.

Através da análise dos programas de subsídios familiares pelo número de filhos, um dos factores diferenciados desses mesmos programas é o seu carácter natalista ou

anti-natalista. Existem programas cuja principal finalidade consiste em compensar financeiramente uma família que tem filhos, enquanto que outros programas pretendem incentivar a natalidade através da oferta de uma protecção adicional às famílias numerosas. Historicamente, muitos dos programas tentavam conciliar ambas as finalidades, mas na actualidade alguns países estão a abandonar o programa de carácter natalista. A Alemanha aumenta os seus subsídios segundo o número de filhos, tal como a Bélgica. Em França, as famílias recebem os subsídios a partir do segundo filho, sofrendo estes subsídios aumentos segundo o número de filhos existentes na família, de tal forma que o sexto filho recebe um subsídio superior em 511 % em comparação com o subsídio recebido pelo segundo filho. A ideia subjacente a este programa consiste na dosificação dos subsídios familiares, tendo em conta o esforço realizado pelas famílias. Como todas as famílias têm um primeiro filho, não se considera importante atribuir qualquer tipo de compensação. À medida que cresce o número de crianças, aumentam os encargos financeiros dos pais, sendo importante o restabelecimento do equilíbrio familiar que poderá ser ameaçado devido aos aumentos dos encargos financeiros.

Na actualidade, este sistema constitui uma excepção no Continente Europeu. Até 1975 na Alemanha e até 1977 no Reino Unido, não se atribuíam subsídios para o primeiro filho, mas posteriormente estes subsídios passaram a abranger a totalidade dos filhos. A Suécia é um dos países que abandonou recentemente os programas de incentivo à natalidade. Antes da reforma realizada em Dezembro de 1995, as famílias numerosas com três ou mais filhos recebiam um subsídio adicional. A partir do 3º filho, os subsídios aumentavam em 50 % e a partir do 4º filho e seguintes aumentavam em 160 %. As crianças nascidas na Suécia a 1 de Janeiro de 1996 são tratadas de modo igual, independentemente do seu número em cada família, usufruindo dos mesmos subsídios.

Quando se pretende analisar os subsídios familiares na Europa, deve-se questionar o que se entende por “crianças a cargo”. Este conceito varia bastante entre os diversos países europeus, nomeadamente quanto à idade e respectivas características. Em Portugal, consideram-se como “crianças a cargo” aquelas que têm menos de 15 anos, enquanto que na Irlanda, no Reino Unido e na Suécia são consideradas as crianças com menos de 16 anos. Nos Países Baixos, este conceito é atribuído aos jovens com menos de 17 anos, na Dinamarca aos jovens com menos de 25 anos e nos restantes países, aos jovens com menos de 18 anos.

Em muitos países, existem cláusulas que permitem aumentar as idades dos beneficiários destes subsídios segundo certas circunstâncias: de um modo geral, a continuação dos estudos é visto como um sinal de dependência, mas dentro de limites de idade e segundo o tipo de estudo ou quando um filho tem problemas físicos ou psíquicos pode beneficiar do subsídio de modo permanente, podendo a quantia deste subsídio aumentar significativamente.

Na maioria dos países europeus, os pais recebem subsídios familiares, apesar da excepção existente no Reino Unido (1946) e na Suécia (1947), em que pagavam estes subsídios às mães. Actualmente na Alemanha, os subsídios familiares podem ser pagos quer ao pai como à mãe, ficando estabelecido num prévio acordo entre ambos, mas na prática, 90 % dos receptores destes subsídios são homens. Em França, estes subsídios são pagos aos pais desde 1979. Em Espanha o pagamento é feito quer aos pais, como às mães, se ambos trabalharem.

Em alguns países, as cotizações laborais são as principais fontes de financiamento e os subsídios são pagos como parte do salário. A universalização dos subsídios originou, em muitos países, a necessidade de um financiamento externo à Segurança Social. Em países como a Espanha existe uma modalidade contributiva e não contributiva, enquanto que na Bélgica, na França, na Itália e no Luxemburgo os trabalhadores não contribuem para a Segurança Social, sendo esta obrigação cumprida pelos empregadores, que por sua vez recebem subsídios do Estado. Na Dinamarca, na Alemanha, na Irlanda, nos Países Baixos, na Suécia e no Reino Unido, o seu financiamento provém única ou principalmente do Estado.

No caso espanhol, os subsídios familiares chamados tecnicamente por “*prestaciones familiares por hijo a cargo*” são geridos pela Segurança Social. Estas prestações destinam-se a cobrir a situação de debilidade económica ou o excesso de gastos que produz para certas famílias a existência de crianças. A Lei Geral da Segurança Social veio derrogar a Lei de 26/1990, de 20 de Dezembro, relativa às prestações não contributivas da Segurança Social. A novidade desta reforma baseou-se no abandono do carácter universal destas prestações e a sua ampliação a uma modalidade não contributiva.

Os subsídios familiares por crianças a cargo consistem numa prestação económica, abrangendo modalidades contributivas e não contributivas, para cada criança com menos de 18 anos ou para crianças com mais de 18 anos, nos casos em que

estes jovens vivam com os pais, independentemente do nível de filiação, sendo que estes subsídios são reduzidos em 65 % ou mais.

Os filhos que trabalham por conta própria ou que recebem uma pensão contributiva não são considerados como um encargo para os seus pais.

Têm direito a receber um subsídio familiar por terem filhos a cargo, segundo a modalidade contributiva, todos os trabalhadores, seja qual for a sua nacionalidade, que se encontrem a residir legalmente em território espanhol e que se encontrem abrangidos pela Segurança Social, desde que não preencham ingressos anuais, superiores a uma certa quantia, seja qual for a sua natureza, (desde 1 de Janeiro de 2000).

Têm direito a receber um subsídio familiar na modalidade não contributiva aqueles que residam legalmente no território espanhol e tenham filhos que possam concorrer a estes subsídios, respeitando as condições estabelecidas, desde que não preencham ingressos anuais, seja qual for a sua natureza, superiores a uma certa quantia, onde nem o pai e nem a mãe tenham direito a prestações desta mesma natureza, em qualquer outro regime de protecção social.

Pode-se assim concluir que os requisitos de acesso a estes subsídios, quer pela modalidade contributiva, como pela modalidade não contributiva, são semelhantes.

7.5. Política de Impostos/Benefícios em Portugal

No sistema de tributação do rendimento, em Portugal, a redistribuição vertical não é muito eficaz, uma vez que o grande número de deduções fiscais tende a prejudicar as famílias que apresentam rendimentos mais elevados. Apenas recentemente a reforma relativa ao *Abono de Família* abrangeu o sistema de benefícios. Deveria haver uma preocupação em reduzir a desigualdade de rendimentos e a pobreza dos cidadãos que trabalham, através de um incentivo ou reforço atribuído aos benefícios financeiros das pessoas com baixos rendimentos, através da criação de um benefício fiscal reembolsável que fosse associado ao emprego. O sistema de prestações familiares português concilia a redistribuição vertical para as famílias mais pobres com a redistribuição horizontal para as famílias mais numerosas.

Portugal deveria considerar a introdução no sistema de impostos/benefícios elementos de elegibilidade associados ao emprego, reflectindo-se nos salários, tornando possível o acesso a serviços de cuidados prestados às crianças com qualidade.

Consequentemente, o trabalho tornar-se-ia mais compensador, reduzindo a pobreza nas famílias, de modo a garantir uma futura oferta de trabalho.

O nosso país direcciona uma grande parte das despesas sociais para a população com mais de 60 anos, apesar de Portugal se caracterizar por um baixo nível de despesas atribuídas às Políticas de Família (1,14% e 1,35% do Pib gasto em prestações relativas às crianças, em 2001).

Em Portugal, o principal benefício pecuniário é o designado *Abono de Família a Crianças e Jovens*. Este benefício pecuniário foi sujeito a uma reforma em 2003, na qual passaram a ser beneficiadas principalmente as famílias mais pobres: as famílias que apresentem um rendimento superior a cinco vezes o salário mínimo nacional perdem o direito a este benefício (10% das famílias encontram-se acima deste limite, correspondendo a cerca de 750% da remuneração de um Trabalhador Médio da Produção - TMP)³. O rendimento de referência é calculado pela divisão do total dos ganhos familiares pelo número de filhos com direito a abono de família mais um, ou seja, dividindo-os por um factor de três para uma família com dois filhos. O *Abono de Família* é um subsídio que consiste no pagamento por cada filho, independentemente da situação dos progenitores no emprego. Para as crianças com um ano ou menos de um ano, as taxas de prestação consistem em quatro vezes mais as taxas normais. Deste modo, este subsídio pode atingir até 17% da remuneração de um TMP por uma criança com menos de um ano.

A escala de rendimentos que vai determinar o nível do benefício foi alterada quanto ao nível mais baixo: para as crianças com menos ou com um ano de idade, as taxas do abono são quatro vezes a taxa normal. O *Abono de Família* é financiado pelas contribuições da segurança social pagas pelos trabalhadores e empregadores e pelos impostos.

O sistema de impostos/benefícios são eficazes no combate contra o aumento da pobreza entre famílias constituídas por casais desempregados. Apesar das prestações familiares serem demasiado baixas, de modo a alterarem a situação das famílias portuguesas quanto ao rendimento disponível, o programa de assistência social designado por *Rendimento Social de Inserção*, contribui de modo significativo quanto à pobreza sentida nestes agregados familiares. As taxas de pobreza, após os impostos e as

³ Este conceito refere-se aos salários médios ilíquidos dos trabalhadores adultos, empregados a full-time na indústria transformadora de cada país.

transferências sociais, são mais elevadas nas famílias portuguesas monoparentais desempregadas (superior a 80%).

O sistema de impostos/benefícios influenciam fortemente o rendimento familiar e a qualidade de vida subjacente. É importante conhecer até que ponto estes sistemas vão criar incentivos e desincentivos, acabando por influenciar decisões familiares relacionadas com a procura de trabalho remunerado ou com a dedicação a tempo inteiro no cuidado aos filhos. Os desincentivos por parte do sistema de impostos/benefícios sentidos na área do trabalho quanto aos segundos titulares de rendimentos podem desenvolver obstáculos quanto à procura de trabalho por parte das mães quando é tomada consciência dos custos que os serviços de cuidados prestados às crianças implicam. O trabalho em part-time, conciliado com os serviços de cuidados prestados às crianças, origina taxas médias efectivas de imposto mais elevados para o segundo titular de rendimentos do que o trabalho em full-time, que por sua vez é apoiado por serviços de cuidados prestados às crianças a tempo inteiro. Logo, para o segundo titular de rendimentos é aconselhável que este trabalhe em full-time, contribuindo para uma baixa taxa de trabalho em part-time em Portugal. A explicação deste fenómeno deve-se à estrutura dos custos, pois os custos a full-time são menores que do que em outros países europeus. Mas como não existe uma diminuição dos custos para os serviços de cuidados prestados às crianças a tempo parcial, esta última acaba por ser mais onerosa.

Ao pressupor que os pais podem aceder a cuidados prestados às crianças e ocupação de tempos livres de modo gratuito (avós, familiares, vizinhos, entre outros), existem vantagens quanto ao trabalho desempenhado pelos segundos titulares de rendimento.

Em Portugal, tendo em conta os rendimentos médios, a prestação especial concedida com base no rendimento, por filhos com menos de doze meses, corresponde a um aumento de cerca de 10% do salário de um Trabalhador Médio da Produção (TMP). Quando o filho mais novo atinge os doze meses, o rendimento líquido de uma família com dois filhos diminui de 106% para 96% dos rendimentos de um TMP. Com dois terços e um terço dos rendimentos médios, a redução do rendimento familiar seria cerca de 15% e 25%. Deste modo, o *Abono de Família* é uma prestação de taxa fixa durante o primeiro ano, principalmente para os pais com baixos rendimentos, sendo esta prestação considerada como um complemento à licença parental não remunerada.

Portugal apresenta um variado leque de licenças associada aos cuidados prestados às crianças, mas nem todas as famílias podem usufruir das licenças existentes.

Sete em cada dez agregados familiares (independentemente da idade da criança mais nova) são constituídos por casais com dois titulares de rendimentos, trabalhando a full-time, uma vez que o nosso país é caracterizado por salários baixos. Contudo, o trabalho em part-time também não compensa os pais que têm que utilizar os serviços de cuidados prestados às crianças. Mesmo se os salários fossem mais elevados e se existissem trabalhos em part-time, provavelmente a utilização da licença parental e da licença especial a part-time não registaria um aumento dos seus utilizadores.

Para o trabalho em part-time se tornar mais atractivo, devem ser tomadas medidas governativas no sentido de alterarem o modo como são estabelecidos os custos de cuidados prestados às crianças e a concessão de subsídios, não esquecendo o quanto é importante a existência de serviços de cuidados prestados às crianças em part-time a preços mais acessíveis.

O sistema fiscal do nosso país ainda não foi estruturado de modo a facilitar a conciliação entre a vida profissional e a vida familiar. O sistema de impostos sobre o rendimento baseia-se na distinção da base de tributação, no caso dos casais. Esta medida é atractiva para as famílias com um titular de rendimentos (representa uma em cada quatro famílias com um filho com menos de 16 anos). É necessário começar a considerar a necessidade de apresentar um sistema de impostos sobre o rendimento que torne o trabalho mais compensatório.

Quadros e Gráficos de Apoio

Estatístico IV

Podem ser consultados no *Estudo Comparativo das Políticas Familiares na Europa dos 15 entre 1990-2004, Volume II, Anexos* (p.147-165) os quadros relativos às temáticas expostas no *Quadros e Gráficos de Apoio Estatístico IV*, com os anos discriminados e seus respectivos valores.

Perante os benefícios em análise, optou-se por manter a terminologia apresentada pela fonte Eurostat. A terminologia utilizada foi:

* *Social Protection Benefits*

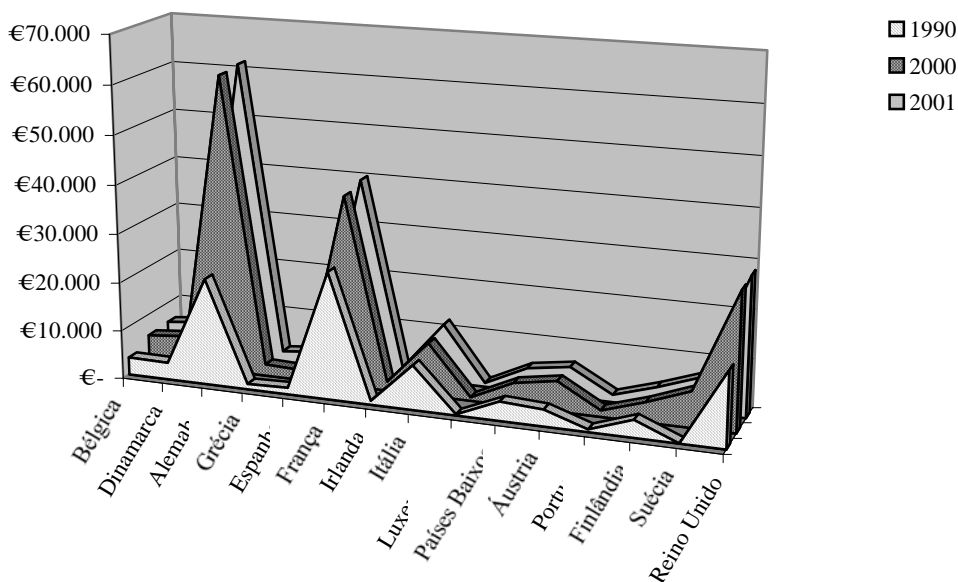
* Cash Benefits

Social Protection Benefits na Família e Crianças, na Europa dos 15, entre 1990-2001, em milhões de Euros

	1990	2000	2001
Europa dos 15	99 841,8	179 783,3	184 590,2
Bélgica	3 595,1	5 599,4e	5 861,1e
Dinamarca	3 477,4	6 393,7	6 741,7
Alemanha	21 844,1	61 058,4	61 644,0p
Grécia	1 074,4	2 324,4	2 397
Espanha	1 316	3 058,5p	3 279,7p
França	25 922,6	38 867,5	40 056,6p
Irlanda	743,5	1 805,4	1 993,5p
Itália	9 051,7	10 765,0p	11 982,0p
Luxemburgo	194,4	689	757,0p
Países Baixos	3 869,6	4 716	4 875,0p
Áustria	3 402,2	6 151,8	6 212
Portugal	527,4	1 283,5	1 457,6p
Finlândia	3 525,9	4 022,9	4 103,3
Suécia	:	7 302,3	7 180,5p
Reino Unido	15 306,4	28 069,9	28 446,3p

Fonte: Eurostat
e Valores estimados
p Valores provisórios

Social Protection Benefits na Família e Crianças, na Europa dos 15, entre 1990-2001, em milhões de Euros



Na Europa dos 15, entre 1990-2001, o social protection benefits na família e crianças assistiu a um aumento de 84748,4 milhões de Euros. Seguindo esta tendência, destacam-se países como a Alemanha com um aumento na ordem dos 39799,9 milhões de Euros, a França com um aumento de 14134 milhões de Euros, o Reino Unido com um aumento de 13139,9 milhões de Euros, a Irlanda com 1250 milhões de Euros e Portugal com um aumento de 930,2 milhões de Euros.

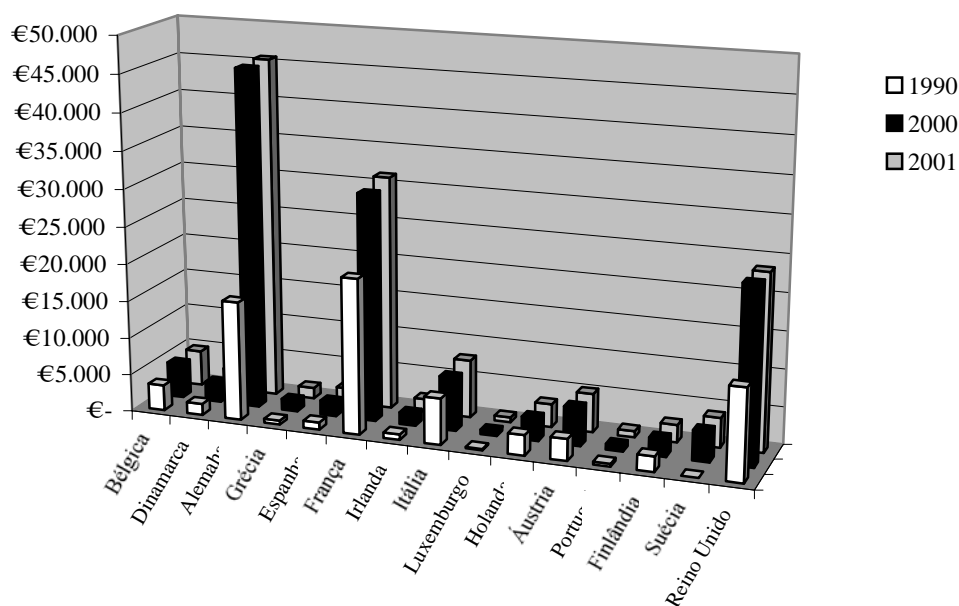
Mais uma vez, o único país exceção foi a Suécia, que registou uma diminuição destes benefícios na ordem dos 121,8 milhões de Euros.

Cash Benefits na Família e Crianças, na Europa dos 15, entre 1990-2001, em milhões de Euros

	1990	2000	2001
Europa dos 15	73 571,9	132 877,4	135 386,6
Bélgica	3 411,4	4 622,1e	4 744,1e
Dinamarca	1 506,9	2 588	2 677,2
Alemanha	15 929,2	45 410,4	45 652,9p
Grécia	557,5	1 455,6	1 449,3
Espanha	972,9	1 876,4p	1 959,9p
França	20 719,5	30 345,5	31 287,5p
Irlanda	727,2	1 609	1 738,5p
Itália	6 186,7	7 160,0p	7 775,0p
Luxemburgo	165,5	583	636,0p
Países Baixos	2 710,1	3 035	3 110,0p
Áustria	2 907,7	5 078,1	5 160,6
Portugal	377,4	771,6	820,5p
Finlândia	2 045,3	2 347,9	2 349,3
Suécia	:	3 999,2	3 968,7p
Reino Unido	12 203,2	23 451,2	23 506,4p

Fonte: Eurostat
e Valores estimados
p Valores provisórios

Cash Benefits na Família e Crianças, na Europa dos 15, entre 1990-2001, em milhões de Euros



Na Europa dos 15, entre 1990-2001, os cash benefits atribuídos à família e crianças, aumentaram na ordem dos 61814,7 milhões de Euros. Catorze dos quinze países em análise registaram aumentos nos seus respectivos valores, entre 1990-2001, destacando-se a Alemanha com um aumento na ordem dos 29723,7 milhões de Euros, o Reino Unido com um aumento de 11303,2 milhões de Euros, a França com mais 10568 milhões de Euros atribuídos a estes benefícios, a Áustria com mais 2252,9 milhões de Euros, o Luxemburgo com um aumento na ordem dos 470,5 milhões de Euros e Portugal com mais 443,1 milhões de Euros relativos a estes benefícios.

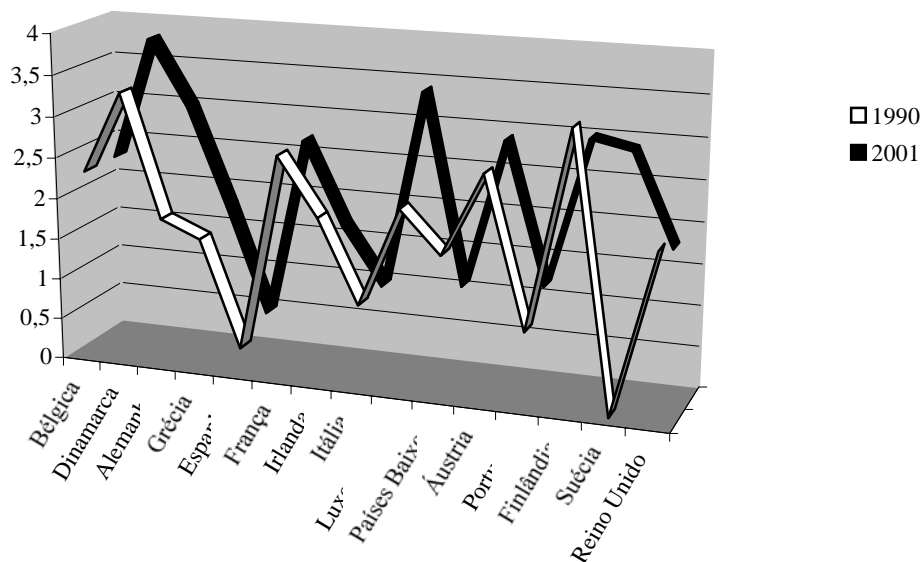
O único país excepção foi a Suécia que registou uma descida pouco significativa dos seus valores, nomeadamente na ordem dos 30,5 milhões de Euros.

Social Protection Benefits na Família e Crianças, em percentagem do PIB, na Europa dos 15, entre 1990-2001

	1990	2001
Europa dos 15	1,9	2,1
Bélgica	2,3	2,3
Dinamarca	3,3	3,8
Alemanha	1,8	3
Grécia	1,6	1,8
Espanha	0,3	0,5
França	2,7	2,7
Irlanda	2	1,7
Itália	1	1
Luxemburgo	2,2	3,4
Países Baixos	1,7	1,1
Áustria	2,7	2,9
Portugal	0,9	1,2
Finlândia	3,3	3
Suécia	:	2,9
Reino Unido	2	1,8

Fonte: Eurostat
: Dados não disponíveis

Social Protection Benefits na Família e Crianças, em percentagem do PIB, na Europa dos 15, entre 1990-2001



Para analisar a percentagem do PIB quanto ao social protection benefits na família e crianças, é necessário conhecer os valores correspondentes ao PIB de cada país, segundo os preços de 1995, em milhões de Euros (consultar **Estudo Comparativo das Políticas Familiares na Europa dos 15 entre 1990-2004, Volume II, Anexos**, página 159).

Este gráfico apresenta a importância que cada país deste grupo de 15 países europeus atribui, em termos de percentagem do seu PIB, ao social protection benefits na família e crianças, entre 1990-2001. Verifica-se que existem países que reservam à família e às crianças valores mais elevados do seu PIB, nomeadamente a Dinamarca, a Finlândia e a Áustria.

Existem países que, durante este período de tempo, atribuíram uma maior importância ao social protection benefits na família e crianças, reflectindo-se na percentagem do PIB. Exemplos disso são a Alemanha e o Luxemburgo com um aumento de 1,2 % destes benefícios, bem como a Dinamarca com um aumento de 0,5%, Portugal com um aumento de 0,3 % e ainda a Grécia, a Espanha e a Áustria com um aumento de 0,2 % destes benefícios.

Outra tendência verificada foi a diminuição destes benefícios em percentagem do PIB em países como os Países Baixos (0,6 %), a Irlanda e a Finlândia (0,3 %) e o Reino Unido (0,2 %). Pode também verificar-se que ocorreu uma estabilidade destes benefícios em percentagem do PIB na Bélgica (2,3 %), na França (2,7 %) e na Itália (1%).

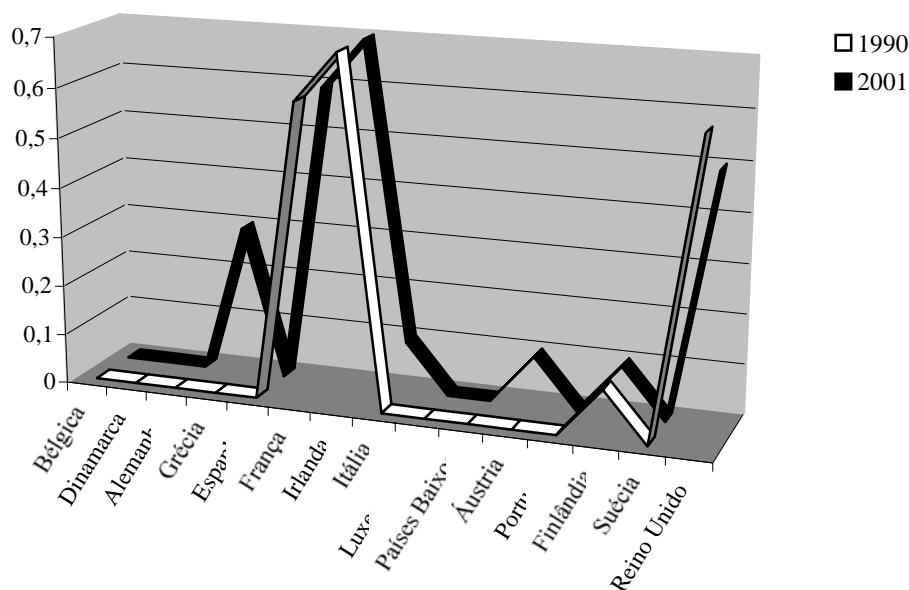
Cash Benefits na Família e Crianças, em percentagem do PIB, na Europa dos 15, entre 1990-2001

	1990	2001
Europa dos 15	0,2	0,2
Bélgica	0	0
Dinamarca	:	0
Alemanha	0	0
Grécia	0	0,3
Espanha	0	0
França	0,6	0,6
Irlanda	0,7	0,7
Itália	0	0,1
Luxemburgo	:	:
Países Baixos	:	0
Áustria	0	0,1
Portugal	0	0
Finlândia	0,1	0,1
Suécia	:	0
Reino Unido	0,6	0,5

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

Cash Benefits na Família e Crianças, em percentagem do PIB, na Europa dos 15, entre 1990-2001



Para analisar a percentagem do PIB quanto ao cash benefits na família e crianças, é necessário conhecer os valores correspondentes ao PIB de cada país, segundo os preços de 1995, em milhões de Euros (consultar **Estudo Comparativo das Políticas Familiares na Europa dos 15 entre 1990-2004, Volume II, Anexos**, página 159).

O gráfico acima representado revela, tal como o gráfico anterior, a importância que cada país atribui, em termos de percentagem do seu PIB, cash benefits na família e crianças, também entre 1990-2001.

A percentagem do PIB que cada país reserva para a atribuição destes benefícios difere ligeiramente. Na Europa dos 15, o seu valor mantém-se nos anos em análise: 0,2%. Os países mais representativos desta estabilidade são a Irlanda (0,7 %), a França (0,6%) e a Finlândia (0,1%). Os aumentos destes benefícios são visíveis na Grécia (0,3%) e na Itália (0,1%), estando registada uma diminuição no Reino Unido (0,1%).

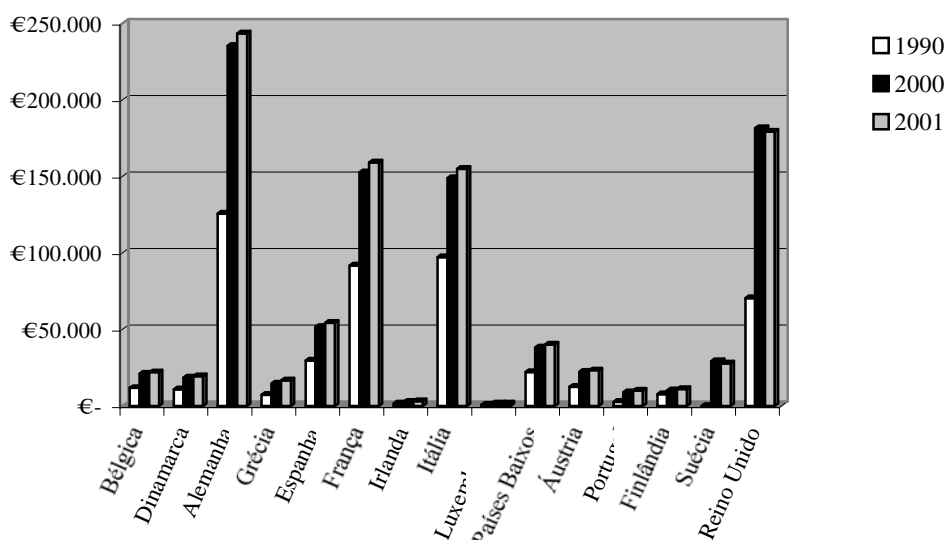
O Luxemburgo não apresenta dados disponíveis, tanto para 1990, como para 2001. Portugal, a Bélgica, a Alemanha e a Espanha não apresentam qualquer percentagem do PIB quanto a estes benefícios, assim como a Dinamarca, os Países Baixos e a Suécia, em 2001.

Social Protection Benefits nos Idosos, na Europa dos 15, entre 1990-2001, em milhões de Euros

	1990	2000	2001
Europa dos 15	:	936 916,3e	965 455,2e
Bélgica	11 743,8	21 026,4e	21 990,3e
Dinamarca	10 745,8	18 527,2	19 309
Alemanha	125 653,2	235 157,2	243 445,2p
Grécia	7 189,7	14 555,7	16 633,9
Espanha	29 625,5	51 547,4p	54 223,0p
França	91 807,6	152 657,6	159 174,2p
Irlanda	1 548,7	2 706,8	3 059,8p
Itália	97 145,5	148 887,0p	154 839,0p
Luxemburgo	760,5	1 528	1 646,0p
Países Baixos	22 056,7	38 279	40 036,0p
Áustria	12 501,1	22 250,5	23 251,2
Portugal	2 659	8 919,2	9 984,0p
Finlândia	7 730	10 234	11 023,3
Suécia	:	29 244,1	27 733,3p
Reino Unido	70 473,5	181 396,2	179 107,0p

Fonte: Eurostat
e Valores estimados
p Valores provisórios

Social Protection Benefits nos Idosos, na Europa dos 15, entre 1990-2001, em milhões de Euros



Entre 1990-2001, o Social Protection Benefits nos idosos, na Europa dos 15, registou evoluções positivas, aumentando cerca de 28538,9 milhões de Euros(não se encontram dados disponíveis em 1990) .

Catorze dos quinze países na Europa dos 15, entre 1990-2001, demonstraram de igual modo esta tendência evolutiva, destacando-se a Alemanha com um aumento de 117792 milhões de Euros, seguindo-se o Reino Unido com um aumento de 108633,5 milhões de Euros, a França com mais 67366,6 milhões de Euros, a Itália com um aumento na ordem dos 57693,5 milhões de Euros, os Países Baixos com mais 17979,3 milhões de Euros, a Áustria com um aumento de 10750,1 milhões de Euros, a Grécia com um aumento de 9444,2 milhões de Euros e Portugal com um aumento de 7325 milhões de Euros.

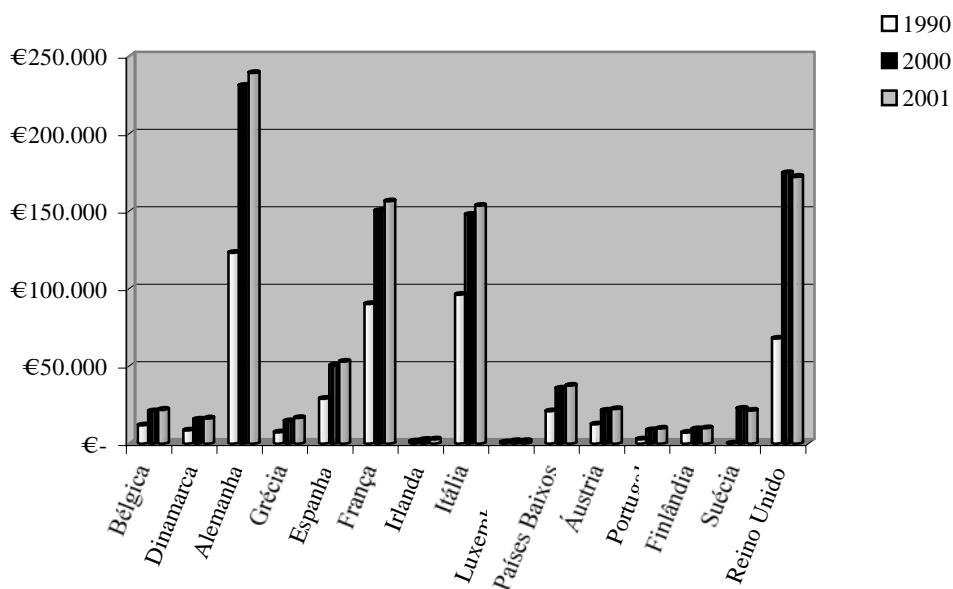
A única exceção registada foi a Suécia, pois entre 2000-2001, assistiu a uma diminuição de 1510,8 milhões de Euros relativos ao Social Protection Benefits nos idosos.

Cash Benefits nos Idosos, na Europa dos 15, entre 1990-2001, em milhões de Euros

	1990	2000	2001
Europa dos 15	:	905 747,3e	933 332,6e
Bélgica	11 725,4	20 819,6e	21 779,7e
Dinamarca	8 361,6	15 538,8	16 174,7
Alemanha	123 176,5	231 084,9	239 308,8p
Grécia	7 157,9	14 426,5	16 503,7
Espanha	28 939,6	50 289,9p	52 859,4p
França	90 061,8	150 172,4	156 384,5p
Irlanda	1 402,5	2 425,2	2 707,9p
Itália	96 117,6	147 701,0p	153 466,0p
Luxemburgo	738,9	1 524	1 641,0p
Países Baixos	20 823,5	35 509	37 323,0p
Áustria	12 363,9	21 297,7	22 305,4
Portugal	2 596	8 612,1	9 604,8p
Finlândia	6 909,8	9 184,7	9 866,5
Suécia	:	22 477,4	21 190,7p
Reino Unido	67 828,7	174 683,9	172 216,6p

Fonte: Eurostat
e Valores estimados
p Valores provisórios
: Dados não disponíveis

Cash Benefits nos Idosos, na Europa dos 15, entre 1990-2001, em milhões de Euros



Os cash benefits nos idosos, em milhões de Euros, entre 1990-2001, registaram na Europa dos 15 uma evolução na ordem dos 27585,3 milhões de Euros.

Catorze países registaram igualmente esta evolução, entre 1990-2001 (apesar de muitos dos países registarem valores em 2001 que são considerados valores provisórios ou estimados), destacando-se a Alemanha com um aumento de 116132,3 milhões de Euros, o Reino Unido com um aumento na ordem dos 104387,9 milhões de Euros, a França com um aumento de 66322,7 milhões de Euros, a Itália com mais 57348,4 milhões de Euros, a Espanha com um aumento de 23919,8 milhões de Euros, os Países Baixos com mais 16499,5 milhões de Euros, a Bélgica com um aumento de 10054,3 milhões de Euros e Portugal com um aumento na ordem dos 7008,8 milhões de Euros.

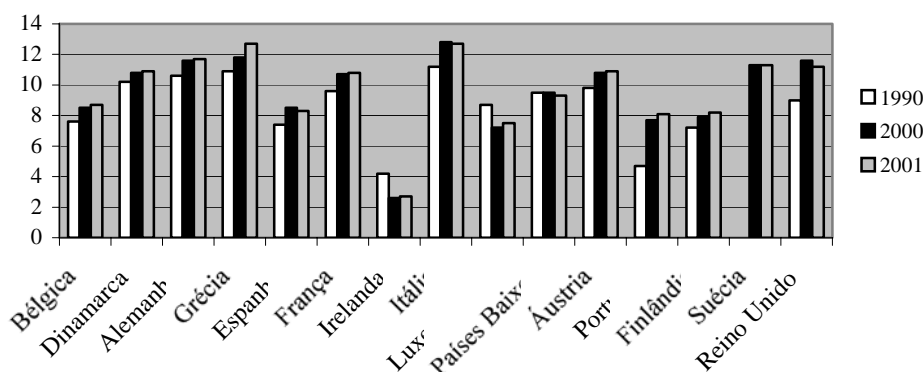
O único país que registou uma diminuição destes benefícios foi a Suécia, que registou uma diminuição de 1286,7 milhões de Euros (apesar de o valor em 2001 ser um valor provisório).

Social Protection Benefits nos Idosos, em percentagem do PIB, na Europa dos 15, entre 1990-2001

	1990	2000	2001
Europa dos 15	9,7	10,9e	10,9e
Bélgica	7,6	8,5e	8,7e
Dinamarca	10,2	10,8	10,9
Alemanha	10,6	11,6	11,7p
Grécia	10,9	11,8	12,7
Espanha	7,4	8,5p	8,3p
França	9,6	10,7	10,8p
Irlanda	4,2	2,6	2,7p
Itália	11,2	12,8p	12,7p
Luxemburgo	8,7	7,2	7,5p
Países Baixos	9,5	9,5	9,3p
Áustria	9,8	10,8	10,9
Portugal	4,7	7,7	8,1p
Finlândia	7,2	7,9	8,2
Suécia	:	11,3	11,3p
Reino Unido	9	11,6	11,2p

Fonte: Eurostat
 : Dados não disponíveis
 e Valores estimados
 p Valores provisórios

Social Protection Benefits nos Idosos, em percentagem do PIB, na Europa dos 15, entre 1990-2001



Para analisar a percentagem do PIB quanto ao social protection benefits nos idosos, na Europa dos 15, entre 1990-2001, é necessário conhecer os valores correspondentes ao PIB de cada país, segundo os preços de 1995, em milhões de Euros (consultar **Estudo Comparativo das Políticas Familiares na Europa dos 15 entre 1990-2004, Volume II, Anexos**, página 159).

Deste modo, verifica-se que na Europa dos 15 houve um aumento da percentagem do PIB atribuída ao social protection benefits nos idosos, nomeadamente 1,2%. Alguns países europeus registaram um aumento da percentagem do PIB atribuída a estes benefícios, entre 1990-2001, nomeadamente Portugal onde 4,7% do PIB corresponde ao social protection benefits nos idosos, passando para 8,1% do PIB, registando-se um aumento de 3,4%. A Grécia registou um aumento de 1,8% quanto à percentagem do PIB que corresponde a estes benefícios, seguindo-se a Bélgica com um aumento de 1,1% e a Dinamarca com um aumento de 0,7%, entre 1990-2001.

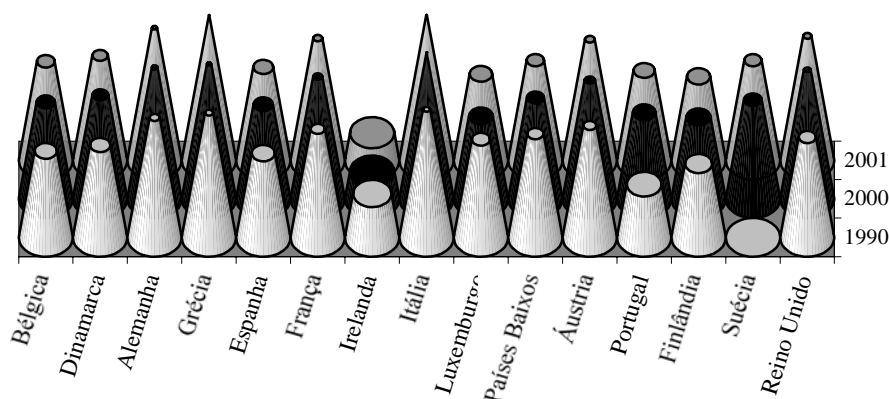
A tendência contrária também foi sentida em alguns países, onde se registou uma diminuição da percentagem do PIB atribuída ao social protection benefits nos idosos, nomeadamente na Irlanda com uma diminuição de 1,5%, no Luxemburgo com uma diminuição de 1,2% e nos Países Baixos com uma diminuição de 0,2% da percentagem do PIB atribuída ao social protection benefits nos idosos.

Cash Benefits nos Idosos em percentagem do PIB, na Europa dos 15, entre 1990 - 2001

	1990	2000	2001
Europa dos 15	9,4	10,6e	10,5e
Bélgica	7,5	8,4e	8,6e
Dinamarca	8	9	9,1
Alemanha	10,4	11,4	11,5p
Grécia	10,8	11,7	12,6
Espanha	7,3	8,2p	8,1p
França	9,4	10,6	10,6p
Irlanda	3,8	2,4	2,4p
Itália	11,1	12,7p	12,6p
Luxemburgo	8,5	7,2	7,5p
Holanda	9	8,8	8,7p
Áustria	9,7	10,3	10,5
Portugal	4,6	7,5	7,8p
Finlândia	6,4	7,1	7,3
Suécia	:	8,6	8,7p
Reino Unido	8,7	11,2	10,8p

Fonte: Eurostat
e Valores estimados; p Valores provisórios

Percentagem dos Benefícios Monetários relativos ao PIB quanto aos Idosos, na Europa dos 15, entre 1990 e 2001 (em %)



Para analisar a percentagem do PIB quanto aos benefícios monetários dos idosos, na Europa dos 15, entre 1990-2001, é necessário conhecer os valores correspondentes ao PIB de cada país, segundo os preços de 1995, em milhões de Euros (consultar **Estudo Comparativo das Políticas Familiares na Europa dos 15 entre 1990-2004, Volume II, Anexos**, página 159).

Verifica-se que a tendência na Europa dos 15, entre 1990-2001, quanto a esta percentagem, foi de ascensão, mas pouco significativa, na ordem dos 1,1%, sendo a percentagem em 2001 um valor estimado pela fonte Eurostat.

A maioria dos países europeus registou aumentos dentro da mesma ordem de valores, sendo estes aumentos pouco significativos. Regista-se Portugal em 2001, com 7,8% do PIB atribuídos aos benefícios monetários dos idosos, apesar de ser um valor provisório, registando-se um aumento de 3,2% desta percentagem entre 1990-2001. Segue-se o Reino Unido com um aumento de 2,1% (valor provisório segundo o Eurostat em 2001), a Grécia com um aumento de 1,8% e a Bélgica com um aumento de 1,1%, entre 1990-2001 (o valor de 2001 é um valor estimado pelo Eurostat).

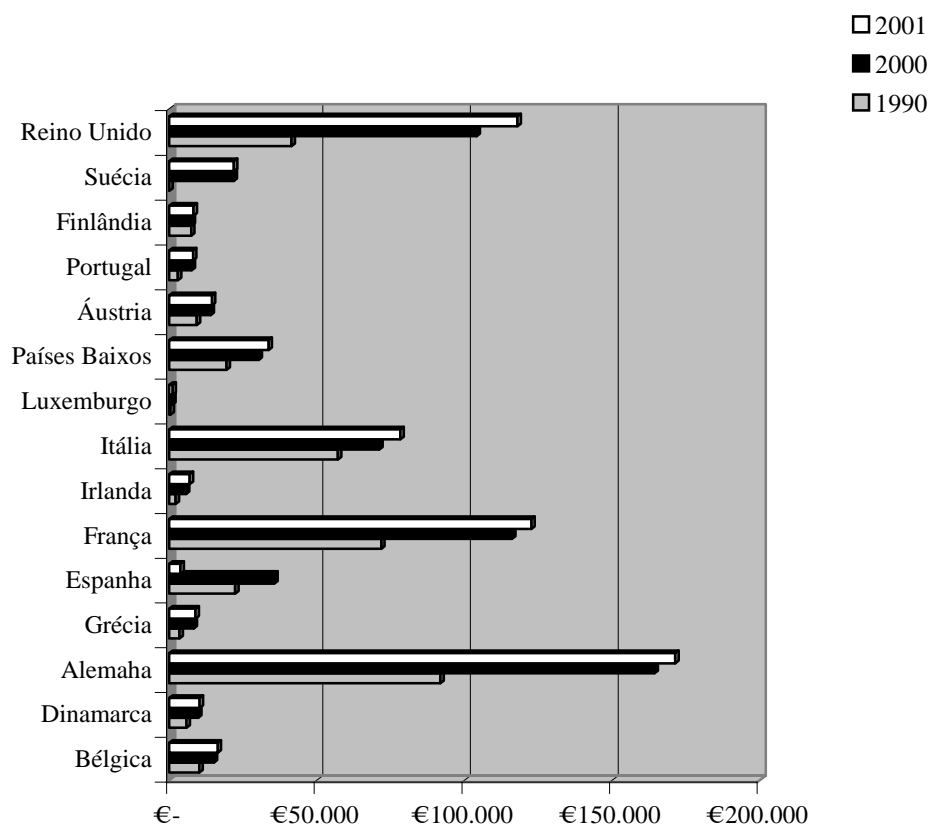
Poucos países europeus registam diminuições da percentagem do PIB atribuída aos benefícios monetários dos idosos, sendo estas diminuições também pouco significativas: a Irlanda com menos 1,4% da percentagem do PIB atribuída a estes benefícios, seguindo-se o Luxemburgo com uma diminuição de 1% e os Países Baixos com uma diminuição de 0,3%.

**Social Protection Benefits na Doença e Cuidados com a Saúde, na Europa dos 15,
entre 1990-2001, em milhões de Euros**

	1990	2000	2001
Europa dos 15	355 767,4	604 472,7	649 763,5
Bélgica	10 180,3	15 137,4e	16 426,0e
Dinamarca	5 866,3	9 830,6	10 311,7
Alemanha	91 826,5	164 322,7	171 355,4p
Grécia	3 528,4	8 313,3	8 931,8
Espanha	22 316,9	35 595,6p	38 324,0p
França	71 838,2	116 064,6	122 651,8p
Irlanda	2 224,5	5 713,7	6 954,1p
Itália	57 169,1	71 136,0p	78 274,0p
Luxemburgo	459,1	1054	1 146,0p
Países Baixos	19 452,2	30 311	33 658,0p
Áustria	9 349,6	14 077,7	14 478,9
Portugal	2 920,4	7 592,4	8 090,2p
Finlândia	7 440,4	7 637,1	8 263,6
Suécia	:	21 861,7	21 894,4p
Reino Unido	41 414,8	104 138,3	117 935,5p

Fonte: Eurostat
e Valores estimados
p Valores provisórios

Social Protection Benefits na Doença e Cuidados com a Saúde, na Europa dos 15, entre 1990-2001, em milhões de Euros



O social protection benefits na doença e cuidados com a saúde, em milhões de Euros, na Europa dos 15, entre 1990-2001, registaram um aumento de 293996,1 milhões de Euros.

Todos os países da Europa dos 15 seguiram esta tendência entre 1990-2001, destacando-se a Alemanha com um aumento do social protection benefits na doença e cuidados com a saúde na ordem dos 79528,9 milhões de Euros, o Reino Unido com um aumento na ordem dos 76520,7 milhões de Euros, a França com mais 50813,6 milhões de Euros relativos a este benefício, os Países Baixos com um aumento de 14205,8 milhões de Euros, a Bélgica com mais 6245,7 milhões de Euros atribuídos a este benefício, a Grécia com um aumento na ordem dos 5403,4 milhões de Euros, Portugal com um aumento na ordem dos 5169,8 milhões de Euros, a Áustria com mais 5129,3 milhões de Euros relativos a este benefício, a Irlanda com um aumento dos seus valores

em 4729,6 milhões de Euros e o Luxemburgo com um aumento de 686,9 milhões de Euros.

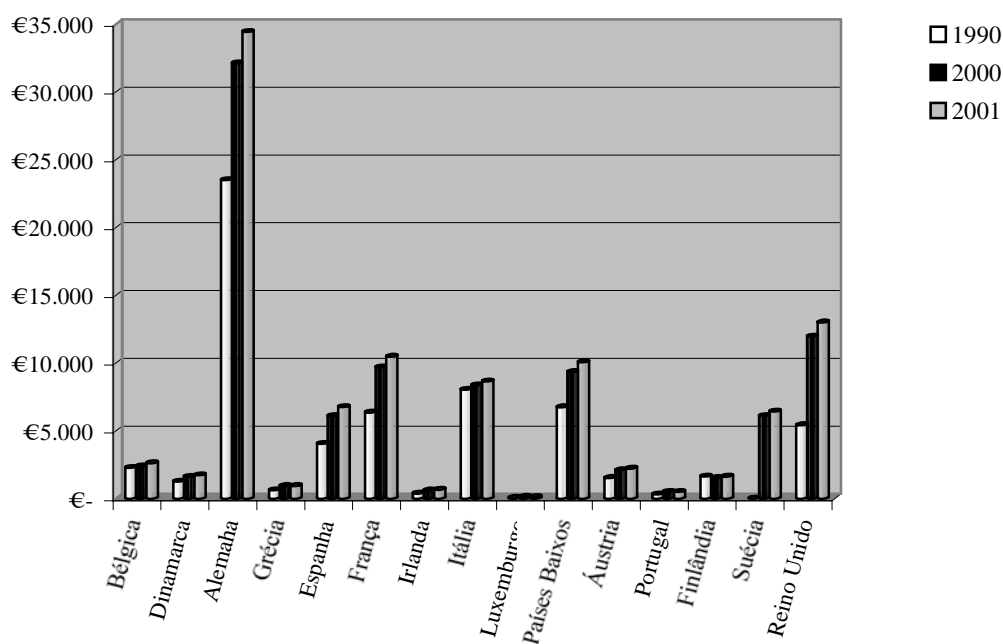
O país que registou um aumento menos significativo foi a Suécia, nomeadamente em cerca de 33 milhões de Euros, entre 2000-2001.

Cash Benefits na Doença e Cuidados com a Saúde, na Europa dos 15, entre 1990-2001, em milhões de Euros

	1990	2000	2001
Europa dos 15	65 007,1	92 481,5	99 284,3
Bélgica	2 269,7	2 388,3e	2 621,6e
Dinamarca	1 253,6	1 614,7	1 726,6
Alemanha	23 501,4	32 103,8	34 425,5p
Grécia	615,8	935,1	936,1
Espanha	4 042,6	6 091,2p	6 758,2p
França	6 347,6	9 686,8	10 473,2p
Irlanda	372	606	658,1p
Itália	8 032,7	8 357,0p	8 650,0p
Luxemburgo	61	131	144,0p
Países Baixos	6 744,2	9 337	10 067,0p
Áustria	1 523,6	2 088,7	2 213,5
Portugal	308,7	499,9	502,0p
Finlândia	1 637,3	1 524,8	1 623,5
Suécia	:	6 099,4	6 423,2p
Reino Unido	5 420,6	11 952,9	12 997,8p

Fonte: Eurostat
e Valores estimados
p Valores provisórios

Cash Benefits na Doença e Cuidados com a Saúde, na Europa dos 15, entre 1990-2001, em milhões de Euros



O cash benefits atribuídos à doença e aos cuidados com a saúde, entre 1990-2001, na Europa dos 15, registaram um aumento na ordem dos 34277,2 milhões de Euros.

De um modo geral, os países da Europa dos 15 registaram um aumento destes benefícios, destacando-se seis países, segundo os países em análise: a Alemanha com um aumento de 10924,1 milhões de Euros, o Reino Unido com um aumento na ordem dos 7577,2 milhões de Euros, a França com um aumento em 4125,6 milhões de Euros, os Países Baixos com mais 3322,8 milhões de Euros atribuídos a estes benefícios, Portugal com um aumento de 193,3 milhões de Euros e o Luxemburgo com mais 83 milhões de Euros relativos a estes benefícios .

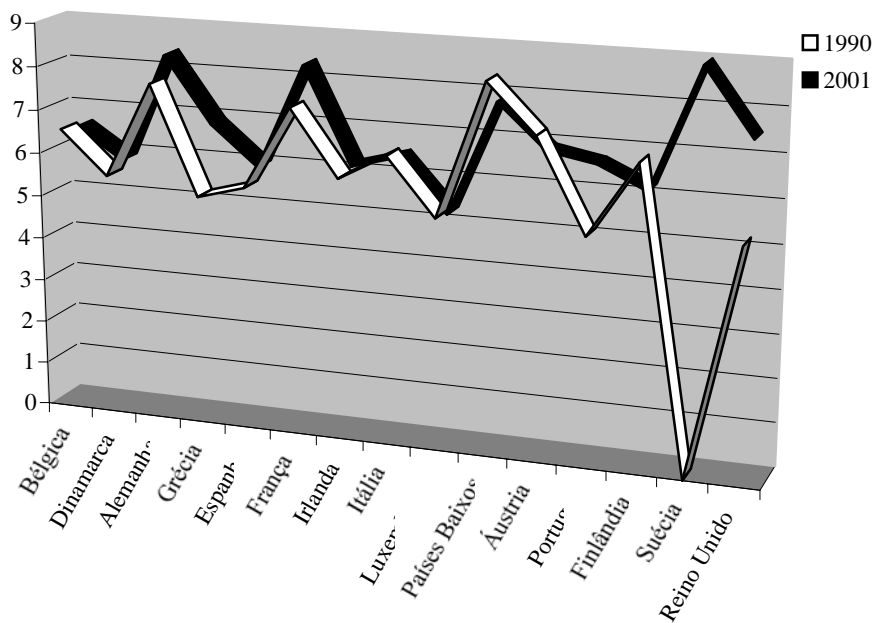
A única exceção registada foi a Finlândia com uma diminuição na ordem dos 14 milhões de Euros, entre 1990-2001.

Social Protection Benefits na Doença e Cuidados com a Saúde, em percentagem do PIB, na Europa dos 15, entre 1990-2001

	1990	2001
Europa dos 15	6,8	7,4
Bélgica	6,6	6,5
Dinamarca	5,6	5,8
Alemanha	7,8	8,3
Grécia	5,3	6,8
Espanha	5,6	5,9
França	7,5	8,3
Irlanda	6	6,1
Itália	6,6	6,4
Luxemburgo	5,3	5,2
Países Baixos	8,4	7,8
Áustria	7,3	6,8
Portugal	5,2	6,6
Finlândia	6,9	6,1
Suécia	:	8,9
Reino Unido	5,3	7,4

Fonte: Eurostat
: Dados não disponíveis

Social Protection Benefits na Doença e Cuidados com a Saúde, em percentagem do PIB, na Europa dos 15, entre 1990-2001



Para analisar a percentagem do PIB quanto ao social protection benefits na doença e cuidados com a saúde, é necessário conhecer os valores correspondentes ao PIB de cada país, segundo os preços de 1995, em milhões de Euros (consultar **Estudo Comparativo das Políticas Familiares na Europa dos 15 entre 1990-2004, Volume II, Anexos**, página 159).

Este gráfico demonstra a importância que cada país, na Europa dos 15, atribui em percentagem do seu PIB, ao social protection benefits na doença e cuidados com a saúde, entre 1990-2001. Verifica-se que existem países que reservam à saúde e à doença valores mais elevados do seu PIB.

Em termos gerais, houve um aumento destes benefícios em percentagem do PIB na ordem dos 0,6 %, na Europa dos 15, entre 1990-2001. Os países que demonstram estes aumentos são: o Reino Unido com um aumento de 2,1 %, a Grécia com um aumento de 1,5 %, seguindo-se Portugal com um aumento de 1,4 %, a França com um aumento de 0,8 %, a Alemanha com mais 0,5 %, a Espanha com um aumento de 0,3 % e a Dinamarca com um aumento de 0,2 %.

A tendência contrária, ou seja, a diminuição do social protection benefits na doença e cuidados com a saúde, entre 1990-2001, ocorreu na Finlândia (0,8%), nos Países Baixos (0,6%), na Áustria (0,5%), na Itália (0,2%) e no Luxemburgo e na Bélgica (0,1%).

Apenas a Suécia não apresenta quaisquer dados disponíveis relativamente a estes benefícios em 1990, apresentando o valor mais elevado deste conjunto de países em 2001: 8,9 %.

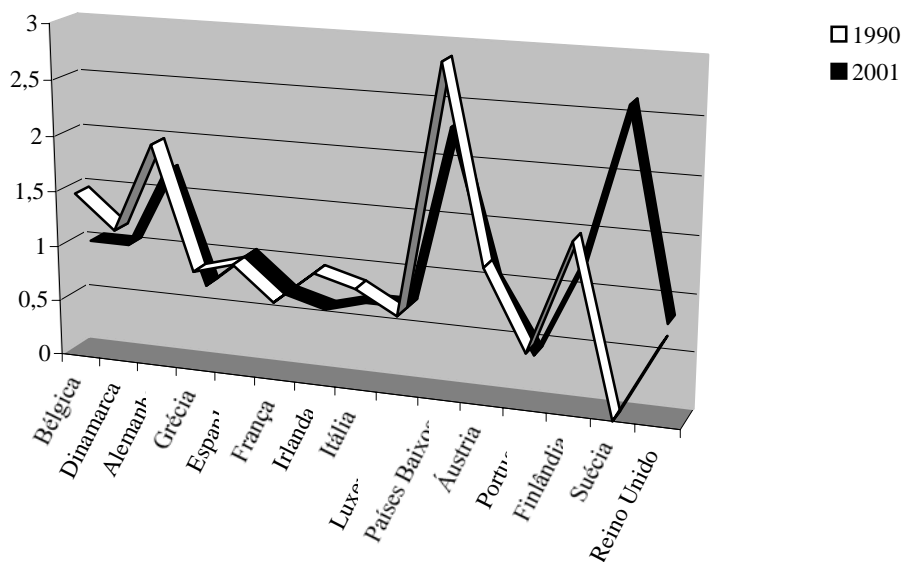
Cash Benefits na Doença e Cuidados com a Saúde, em percentagem do PIB, na Europa dos 15, entre 1990 -2001

	1990	2001
Europa dos 15	1,2	1,1
Bélgica	1,5	1
Dinamarca	1,2	1
Alemanha	2	1,7
Grécia	0,9	0,7
Espanha	1	1
França	0,7	0,7
Irlanda	1	0,6
Itália	0,9	0,7
Luxemburgo	0,7	0,7
Países Baixos	2,9	2,3
Áustria	1,2	1
Portugal	0,5	0,4
Finlândia	1,5	1,2
Suécia	:	2,6
Reino Unido	0,7	0,8

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

Cash Benefits na Doença e Cuidados com a Saúde, em percentagem do PIB, na Europa dos 15, entre 1990 -2001



Para analisar a percentagem do PIB quanto ao cash benefits na doença e cuidados com a saúde, é necessário conhecer os valores correspondentes ao PIB de cada país, segundo os preços de 1995, em milhões de Euros (consultar **Estudo Comparativo das Políticas Familiares na Europa dos 15 entre 1990-2004, Volume II, Anexos**, página 159).

O gráfico acima representado revela, tal como o gráfico anterior, a importância que cada país da Europa dos 15 atribui, em termos de percentagem do seu PIB, ao cash benefits na doença e cuidados com a saúde, entre 1990 -2001.

Verifica-se que existiu uma ligeira diminuição destes benefícios em percentagem do PIB um pouco por todos os países da Europa dos 15, à exceção do Reino Unido, que foi o único país que aumentou estes benefícios em percentagem do PIB em 0,1 %. A Europa dos 15 diminuiu 0,1 % na percentagem do PIB relativa a estes benefícios, enquanto que outros países diminuíram a percentagem do PIB relativa a estes benefícios na ordem dos 0,6 % (Países Baixos), dos 0,5 % (Bélgica), dos 0,4 % (Itália), dos 0,3 % (Alemanha e Finlândia), dos 0,2 % (Grécia e Itália) e dos 0,1% (Portugal).

Houve também uma estabilidade da percentagem do PIB destes benefícios em alguns países: na Espanha (1 %) e na França e no Luxemburgo (0,7 %).

Por fim, a Suécia apenas apresentou um valor: 2,6 % em 2001, um dos valores mais elevados deste conjunto de países.

Capítulo VIII

8. Redefinição de Papéis e Novos Modelos de Partilha

As representações sociais consideram o homem como o responsável pela família, enquanto que a mulher é a representante da mesma. A missão do homem, como “chefe de família”, limita-se à disponibilização de condições financeiras que garantam o bem-estar físico da sua família. A mulher é a mãe, sendo a sua principal função garantir o bem-estar emocional da família, onde o desempenho das tarefas domésticas são determinantes para esse bem-estar (Perista, Heloísa e Margarida Chagas Lopes, 1999). Esta visão permite que exista uma distinção entre homens e mulheres na esfera produtiva, cujas bases encontram-se fortemente marcadas pela biologia, onde os momentos de crise são os únicos que permitem modificações nos papéis desempenhados pelos membros de uma família. O surgimento de outros modelos que parecem querer ganhar predominância na nossa sociedade encontram como entrave estes valores tradicionais que estão fortemente interiorizados na mesma (*Idem*).

O papel desempenhado pelos cônjuges encontra-se interligado a um conjunto de valores e crenças que dificilmente sofrem quaisquer tipo de alterações. Porém, estes papéis começam a encarar possíveis modificações devido às novas necessidades individuais e sociais que vão surgindo no quotidiano das famílias, tal como aos novos tipos de família que têm apresentado uma grande predominância na sociedade.

As famílias têm apresentado diversas modificações estruturais, assistindo-se conseqüentemente ao abandono do estereótipo da família nuclear ideal, dando lugar a novos tipos de organizações familiares, surgindo um novo diálogo ou assistindo-se ao fim do contrato social de género.

Assiste-se a uma nova mudança: perante o modelo das responsabilidades familiares, relativo aos cuidados e assistência aos filhos e às obrigações domésticas, surge outro tipo de modelo. A justificação atribuída ao aparecimento deste novo modelo deve-se à necessidade de uma mais eficaz divisão social do trabalho, remunerado e não remunerado, exigindo uma maior participação masculina no desempenho das tarefas

domésticas. Este novo modelo será uma consequência das modificações derivadas dos padrões de emprego registadas nas últimas décadas.

O aumento das necessidades financeiras das famílias e as fortes alterações económicas foram acompanhadas pela grande adesão das mulheres ao mercado de trabalho, passando estas a desempenhar um importante papel nos orçamentos familiares, abandonando o seu papel secundário na esfera familiar.

A forte adesão das mulheres ao mercado de trabalho e a pressão efectuada sobre os homens de modo a que estes se dediquem mais às tarefas do agregado familiar, permite concluir que os homens estão a ser impulsionados a desenvolverem novos papéis, quer em casa, como no seu local de trabalho. Contudo, o objectivo ainda se encontra muito longe de ser alcançado.

Apesar da entrada das mulheres no mercado de trabalho remunerado, os homens não aumentaram a sua participação na esfera familiar, isto é, não foram registadas alterações significativas quanto às práticas familiares. As mulheres, ao terem menos tempo disponível para as tarefas domésticas, deveria consequentemente existir uma maior participação masculina no desempenho dessas tarefas, assumindo um compromisso de entreajuda, principalmente quanto ao que toca aos cuidados prestados às crianças. Porém, a realidade é outra, pois a mulher continua a desempenhar diversas funções: é a esposa, a mãe e trabalhadora dedicada, não abandonando as suas expectativas pessoais e profissionais. Se as mulheres dedicam menos tempo às tarefas relativas da esfera familiar, este facto não se deve ao apoio concedido pelo seu marido, mas sim porque estas mulheres diminuem as actividades domésticas ou alteram o seu modo de vida.

Surgiram outras necessidades sociais, sendo estas visualizadas colectivamente e não de um modo individual. Estas novas necessidades pretendem: 1) uma repartição das responsabilidades domésticas e familiares; 2) realçar a necessidade de alcançar uma efectiva igualdade entre homens e mulheres em todas as esferas; 3) os homens demonstrarem um maior interesse em reforçar o seu direito de paternidade; 4) o direito que todas as crianças têm quanto a crescerem num lar equilibrado, permitindo uma partilha de afectos.

8.1 – Os Papéis Sociais e a Repartição de Tarefas

Segundo o estudo da Eurostat publicado pela Comissão Europeia *How Europeans spend their time – Everyday life of women and men, data 1998- 2002*, as tabelas relativas à estrutura dos usos do tempo de mulheres e homens empregados reflectem a divisão tradicional das tarefas. Serão analisados seis países, a Bélgica, a Dinamarca, a França, a Finlândia, a Suécia e o Reino Unido. Para ambos os géneros serão apresentados os valores máximos e mínimos mais significativos entre os seis países.

Usos do Tempo das Mulheres Empregadas, entre 1998-2002

	Hours and minutes per day									
	BE	DE	EE	FR	HU	SI	FI	SE	UK	NO
Free time, unspecified time use	3:51	4:49	4:00	3:08	3:43	3:51	4:38	4:27	4:21	5:22
Meals, personal care	2:36	2:31	2:06	2:57	2:21	2:02	2:02	2:23	2:07	2:02
Sleep	8:16	8:11	8:23	8:38	8:18	8:12	8:22	8:05	8:25	8:07
Travel	1:30	1:27	1:15	1:05	1:02	1:09	1:16	1:28	1:33	1:17
Domestic work	3:52	3:11	4:04	3:40	3:54	4:24	3:21	3:32	3:28	3:26
Gainful work, study	3:53	3:52	4:13	4:32	4:43	4:23	4:20	4:05	4:06	3:46
Total	24	24	24	24	24	24	24	24	24	24

Fonte: European Communities, 2004a

Usos do Tempo dos Homens Empregados, entre 1998-2002

	Hours and minutes per day									
	BE	DE	EE	FR	HU	SI	FI	SE	UK	NO
Free time, unspecified time use	4:23	5:11	4:47	3:51	4:37	4:52	5:06	4:51	4:41	5:37
Meals, personal care	2:35	2:21	2:11	2:58	2:30	2:07	1:55	2:05	1:55	1:58
Sleep	8:01	8:00	8:22	8:24	8:08	8:06	8:12	7:52	8:11	7:53
Travel	1:43	1:31	1:20	1:10	1:10	1:14	1:17	1:32	1:36	1:23
Domestic work	2:15	1:52	2:20	1:53	2:09	2:24	1:59	2:23	1:54	2:12
Gainful work, study	5:03	5:05	5:00	5:44	5:25	5:20	5:32	5:17	5:42	4:56
Total	24	24	24	24	24	24	24	24	24	24

Fonte: European Communities, 2004a

Comparando ambas as tabelas, na categoria tempos livres ou tempo não especificado, no caso feminino, podemos verificar que a França é o país que apresenta menos tempo livre (3h08m), enquanto que a Dinamarca disponibiliza 4h49m para esta mesma categoria. No caso masculino, a França é o país que apresenta valores menores nesta categoria, com 3h51m e a Dinamarca constituiu o país que dispõe de mais tempo livre ou tempo não especificado com 5h11m.

Relativamente à tarefa das **refeições e ao tempo utilizado nos cuidados pessoais**, nas mulheres, é a Finlândia que disponibiliza menos tempo, com apenas 2h02m. A França disponibiliza 2h57m para esta mesma tarefa. Quanto aos homens, a Finlândia e o Reino Unido disponibilizam igualmente 1h55m perante a tarefa em análise, enquanto que a França continua a ser o país que disponibiliza mais tempo para a execução desta tarefa (2h58m).

Na categoria **dormir**, e segundo a população empregada feminina, a Suécia disponibiliza 8h05m, sendo a França o país que disponibiliza mais tempo (8h38m). Relativamente à população empregada masculina, a Suécia é o país que apresenta um tempo mínimo de 7h52m, enquanto que a França apresenta 8h24m.

Quanto à categoria **viajar**, verifica-se que a população empregada feminina britânica utiliza 1h33m, enquanto que a população empregada feminina francesa utiliza 1h05m. Na população empregada masculina a Bélgica é o país que apresenta um maior uso do tempo nesta categoria: 1h43m. A França é o país que apresenta um menor uso do tempo também nesta categoria: 1h10m.

No que diz respeito ao **trabalho doméstico**, vemos que a população empregada feminina utiliza cerca de 3h11m na Dinamarca e 3h52m na Bélgica. A população empregada masculina apresenta um uso do tempo nesta categoria de 1h52m na Dinamarca e 2h23m na Suécia.

O maior número de horas de **trabalho remunerado ou estudo**, para os homens, é mais utilizado na França (5h44m), no Reino Unido (5h42m) e na Finlândia (5h32m), enquanto que o menor número de horas de trabalho remunerado ou estudo é mais sentido na Dinamarca (5h05m) e na Bélgica (5h03m). Segundo a análise desta categoria, e segundo as mulheres empregadas, os países que utilizam um maior número de horas são a França (4h32m) e a Finlândia (4h20m), enquanto que as mulheres dinamarquesas e belgas são aquelas que apresentam um menor número de horas de trabalho remunerado ou estudo: 3h52m e 3h53m respectivamente.

O **trabalho doméstico** desempenha um pequeno papel no dia-a-dia da vida dos homens empregados comparativamente com as mulheres empregadas. Entre os homens empregados, a maior parte do trabalho doméstico é realizado pelos homens suecos (2h23m), havendo uma menor dedicação por parte dos homens dinamarqueses (1h52m) e britânicos (1h54m). No caso das mulheres empregadas, as belgas são aquelas que dedicam mais horas ao trabalho doméstico (3h52m), contrastando com as mulheres dinamarquesas (3h11m). Mesmo que os homens empregados trabalhem mais tempo do que as mulheres empregadas, eles usufruem de mais tempo livre, pois gastam menos tempo no trabalho doméstico.

Podemos então concluir que a estrutura dos usos do tempo das mulheres e dos homens parece reflectir claramente que as mulheres ainda se dedicam fortemente às tarefas domésticas, enquanto que os homens continuam a dar primazia à sua actividade profissional.

Quanto às actividades domésticas relativas a homens e mulheres nestes seis países, será analisado o tempo disponível em horas e minutos por dia.

Actividades Domésticas desempenhadas por Homens e Mulheres, entre os 20-74 anos, entre 1998-2002

	BE	DE	EE	FR	HU	SI	FI	SE	UK	NO		BE	DE	EE	FR	HU	SI	FI	SE	UK	NO
	Hours and minutes per day											Hours and minutes per day									
Women											Men										
Food preparation	1:01	0:49	1:21	1:06	1:27	1:25	0:55	0:50	0:59	0:50	Food preparation	0:22	0:16	0:22	0:18	0:14	0:17	0:21	0:25	0:26	0:23
Dish washing	0:22	0:21	0:26	0:20	0:30	0:28	0:15	0:21	0:18	0:21	Dish washing	0:10	0:08	0:06	0:06	0:04	0:04	0:04	0:10	0:09	0:08
Cleaning and upkeep	0:57	0:53	0:53	1:08	0:47	0:56	0:49	0:32	0:50	0:36	Cleaning and upkeep	0:21	0:25	0:36	0:22	0:28	0:32	0:34	0:20	0:20	0:19
Laundry, ironing and handicrafts	0:37	0:29	0:36	0:30	0:33	0:32	0:29	0:21	0:27	0:27	Laundry, ironing and handicrafts	0:03	0:03	0:03	0:02	0:01	0:01	0:02	0:04	0:04	0:02
Gardening	0:06	0:09	0:14	0:09	0:19	0:25	0:08	0:10	0:07	0:09	Gardening	0:17	0:10	0:12	0:18	0:31	0:32	0:06	0:11	0:12	0:10
Construction and repairs	0:05	0:03	0:03	0:04	0:02	0:02	0:04	0:04	0:04	0:04	Construction and repairs	0:24	0:18	0:33	0:32	0:17	0:24	0:21	0:20	0:17	0:23
Shopping and services	0:36	0:38	0:29	0:37	0:25	0:21	0:32	0:29	0:39	0:27	Shopping and services	0:26	0:28	0:21	0:27	0:16	0:16	0:26	0:22	0:24	0:21
Childcare	0:35	0:26	0:34	0:28	0:35	0:29	0:28	0:29	0:33	0:34	Childcare	0:19	0:10	0:11	0:09	0:15	0:12	0:11	0:16	0:12	0:17
Other domestic	0:13	0:23	0:26	0:08	0:19	0:16	0:15	0:25	0:17	0:17	Other domestic	0:16	0:21	0:24	0:07	0:31	0:23	0:11	0:21	0:14	0:16
Domestic work total	4:32	4:11	5:02	4:30	4:57	4:57	3:56	3:42	4:15	3:47	Domestic work total	2:38	2:21	2:48	2:21	2:39	2:39	2:16	2:29	2:18	2:22

Fonte: European Communities, 2004a

Podemos verificar que no caso feminino é a Suécia que gasta menos tempo com o total do **trabalho doméstico** (3h42m), sendo a Bélgica o país que gasta mais tempo com o trabalho doméstico (4h32m). No caso masculino, é a Bélgica que apresenta também um maior tempo gasto no total do trabalho doméstico (2h38m), sendo a Finlândia o país que gasta menos tempo com o trabalho doméstico (2h16m).

Na população feminina, a **preparação da comida** demora 49 minutos na Dinamarca e uma 1h06m na França. Na população masculina, demora apenas 16 minutos na Dinamarca e 26 minutos no Reino Unido.

Relativamente à tarefa **lavar a loiça**, as mulheres levam cerca de 15 minutos na Finlândia e 22 minutos na Bélgica, enquanto que na mesma tarefa a população masculina demora 10 minutos na Suécia e na Bélgica.

Na tarefa **limpezas e manutenção da casa**, a população feminina leva cerca de 32 minutos na Suécia e 1h08m na França, enquanto que os homens levam cerca de 20 minutos na Suécia e no Reino Unido e 34 minutos na Finlândia.

Na tarefa **cuidar da roupa, coser e passar a ferro**, vemos que a população feminina leva cerca de 21 minutos na Suécia e 37 minutos na Bélgica, enquanto que os homens na França e na Finlândia demoram 2 minutos, enquanto que na Suécia e no Reino Unido demoram cerca de 4 minutos.

Relativamente à **jardinagem**, vemos que as mulheres belgas demoram 6 minutos na execução desta tarefa, enquanto que as mulheres suecas demoram 10 minutos. Na população masculina, este uso do tempo varia entre 6 minutos na Finlândia e 18 minutos na França.

Na **construção e reparações**, a população feminina utiliza 3 minutos na Dinamarca e 5 minutos na Bélgica, enquanto que a população masculina utiliza 17 minutos no Reino Unido e 33 minutos na França.

Relativamente à tarefa **fazer compras e utilizar certos serviços**, verifica-se que a população feminina utiliza 29 minutos na Suécia e 39 minutos no Reino Unido. A população masculina, quanto à execução desta mesma tarefa, demora 22 minutos na Suécia e 28 minutos na Dinamarca.

O tempo utilizado pelas mulheres para **cuidar das crianças** varia entre os 26 minutos na Dinamarca e os 35 minutos na Bélgica. A mesma tarefa é levada a cabo pela população masculina, sendo que os franceses utilizam 9 minutos e os belgas demoram 19 minutos.

Uma última tarefa relativa a **outros trabalhos do âmbito doméstico** é utilizada pela população feminina da seguinte forma: 8 minutos corresponde ao tempo disponibilizado na França, enquanto que a Suécia utiliza 25 minutos. A população masculina utiliza 7 minutos na França e 21 minutos na Dinamarca e na Suécia na execução desta mesma tarefa.

As actividades domésticas realizadas por homens e mulheres são vistas como uma segregação de género. As mulheres dedicam-se ao trabalho de casa e cuidam dos seus filhos, enquanto que os homens são os responsáveis pela manutenção e trabalhos de reparação da casa. Quanto às actividades femininas, a preparação da comida é a actividade que mais tempo consome, seguindo-se as limpezas e a manutenção da casa. Os homens dedicam mais do seu tempo às limpezas e à manutenção da casa, construção e reparações e fazer compras.

Foram efectuados alguns trabalhos relativos à divisão sexual do trabalho na família e a visualização dos homens e das mulheres em termos reais e ideais, quanto à partilha das responsabilidades. Pretendia-se assim registar algumas modificações quanto à organização e divisão do trabalho no espaço familiar.

Um dos estudos foi concretizado por Anália Torres e Francisco Vieira da Silva em 1998 (*Idem*), na área da Grande Lisboa, verificando-se uma desigualdade quanto ao desempenho das tarefas domésticas e nos cuidados prestados às crianças, sendo algo comum no nosso país.

Divisão das tarefas domésticas e dos cuidados com os filhos (quem faz o quê e em que percentagem)

Tarefas	Homens que exercem uma profissão	Mulheres que exercem uma profissão	Domésticas
Preparar as refeições	21	68	89
Tratar da loiça	22	61	90
Cuidar da roupa (lavar, passar)	9	69	95
Limpar a casa	15	58	84
Fazer compras	36	67	66
Tratar das contas, seguros, taxas e impostos	69	53	50
Reparações, manutenção do carro, jardinagem, etc.	74	23	17
Brincar com as crianças	37	50	49
Alimentar as crianças	23	52	68
Acompanhar as crianças à escola (infantário, creche, ama, etc.)	27	52	48
Levar as crianças ao médico	31	78	84
Ajudar os filhos a fazer os trabalhos de casa	22	41	47
Cuidados a idosos ou doentes dentro de casa	7	11	11

Fonte: Perista, Heloísa e Margarida Chagas Lopes, 1999

Os homens que exercem uma profissão desempenham muito poucas tarefas domésticas. A sua participação é mais significativa nas **reparações, manutenção do carro, jardinagem, etc.**, com 74%, sendo nesta tarefa onde as mulheres participam menos (23%). Quanto ao **tratar das contas, seguros, taxas e impostos**, 69% dos homens são responsáveis por esta tarefa, contrastando com 53% das mulheres. Quanto ao cuidar dos filhos, a tarefa a que o sexo masculino mais se dedica é **brincar com as crianças** (37%), contrastando com a percentagem feminina: 50%. Como se pode verificar pelo quadro, praticamente todas as tarefas domésticas são desempenhadas pelas mulheres, onde 78% são responsáveis por **levar as crianças ao médico** quando estes estão doentes, seguindo-se o **cuidar da roupa (lavar, passar)** com 69% e **preparar as refeições** com 68%. Relativamente ao cuidado das crianças, são as mulheres que dedicam a maior parte do seu tempo aos seus filhos, algo totalmente diferente do papel desempenhado pelos homens. **Os cuidados dispensados a idosos ou doentes dentro de casa** correspondem ao tempo menos despendido quer por homens,

como por mulheres, apesar das mulheres dedicarem mais tempo do que os homens (homens-7%; mulheres- 11%). São as mulheres que dedicam a maior parte dos seu tempo ao cuidar da casa e dos filhos, com muito pouca participação masculina nestas tarefas.

Uma divisão justa das responsabilidades domésticas não é uma prática típica da sociedade portuguesa. Quer ambos os cônjuges exerçam ou não uma vida profissional, a mulher continua a desempenhar a maior parte das tarefas domésticas, tal como as responsabilidades relacionadas com os seus filhos. Esta desigualdade aumenta ainda mais, uma vez que as tarefas femininas são as mais exigentes, quer quanto ao tempo de execução, quer quanto ao número de tarefas, sendo fundamental uma maior disponibilidade para o exercício das mesmas.

O estudo de Anália Torres e Francisco Vieira da Silva (1998) oferece uma visão da divisão das tarefas em termos ideais e reais. O ideal e o real encontram-se divididos por um conjunto de valores individuais e colectivos, afastando o homem quanto a um possível desempenho igualitário com as mulheres quanto às tarefas domésticas. Os resultados deste estudo sugerem, em termos ideais, a adesão ao “modelo familiar simétrico”, onde os homens demonstraram a intenção de partilhar com as mulheres as actividades domésticas e cuidarem das crianças, sendo esta suposta prática a mais adequada para uma divisão justa das tarefas. Porém, a manifestação desta vontade difere segundo o perfil social e económico do inquirido, tal como do que é realmente praticado.⁴

No trabalho de Poeschl e Rendo de 1997 (*Idem*), é também realizada uma análise em termos do ideal e real, tendo sido obtidos resultados semelhantes. As comparações entre as práticas habituais e as práticas ideais sugerem que os homens deviam contribuir mais intensamente para a concretização das tarefas domésticas e das decisões relativas aos filhos, e ter menos poder quanto a algumas decisões, nomeadamente quanto aos orçamentos familiares. As mulheres deviam trabalhar menos na esfera doméstica, decidir menos relativamente ao lar e filhos, passando a desempenhar tarefas mais relacionadas com algumas matérias associadas ao orçamento e ao lazer.

⁴ Este estudo constitui uma análise feita por uma amostra restrita, quer em número, quer em abrangência espacial (Grande Lisboa), aproximando-se das tendências registadas por outros estudos anteriormente realizados em Portugal.

Práticas familiares e participação de ambos os membros do casal, em termos reais e ideais (valores médios)

Tarefas Domésticas	Homens		Mulheres	
	Real	Ideal	Real	Ideal
Passar a ferro	12,98	41,40	87,02	61,75
Lavar roupa	14,04	41,40	83,57	61,75
Limpar o pó	25,61	58,25	80,35	57,19
Lavar a loiça	27,89	60,18	81,86	59,24
Cozinhar	31,23	57,54	83,86	66,67
Arrumar quartos	31,55	59,15	74,39	57,19
Aspirar e varrer	35,44	60,35	76,14	57,89
Fazer as camas	39,65	64,21	73,33	55,44
Ir às compras	43,51	67,02	69,82	58,95
Pôr a mesa	50,18	69,82	74,39	50,18
Tomada de decisão	Real	Ideal	Real	Ideal
Renovar a mobília	51,64	61,96	72,46	68,25
Escolher escola dos filhos	55,09	63,16	70,41	65,70
Decidir o nº de filhos	57,24	60,75	75,09	68,77
Dar formação desportiva ou cultural aos filhos	62,11	70,53	62,81	68,77
Organizar os tempos livres	58,95	63,16	52,28	60,35
Escolher o local de férias	61,75	63,51	61,32	62,57
Comprar uma casa	66,32	68,07	58,25	65,26
Escolher o programa de televisão	66,67	54,74	57,37	55,26
Fixar o orçamento de férias	67,72	65,96	57,89	60,70
Comprar carro	75,79	69,12	44,21	55,44

Fonte: Perista, Heloísa e Margarida Chagas Lopes, 1999.

Segundo este quadro, verifica-se que existe uma diferença entre o tempo idealizado pelos homens e pelas mulheres e o tempo real atribuído ao desempenho das tarefas. Os homens dedicam muito menos do que o idealizado pelos mesmos quanto às tarefas domésticas, pois apenas 12,98% dos homens é que **passam a ferro**, contrastando com os seus ideais 41,40%. O **ir às compras** e **colocar a mesa** são as duas variáveis que apresentam valores mais próximos da realidade, apesar da diferença ser nítida: ir às compras, em termos ideais, corresponde a 67,02%, enquanto que em termos práticos corresponde a 43,051%; o colocar a mesa corresponde em termos ideais a 69,82% e em termos reais a 50,18%. Na tomada de decisão, os homens apresentam maiores vantagens que as mulheres, nomeadamente na **organização dos tempos livres, escolher o local de férias, comprar uma casa, escolher o programa de televisão, fixar o orçamento de férias e comprar carro**. Quanto às mulheres, estas são as principais responsáveis pelas tarefas domésticas, havendo uma diferença muito grande em termos ideais e reais:

o **passar a ferro**, em termos ideais corresponde a 61,75%, enquanto que na prática verifica-se que 87,02% das mulheres ocupam-se desta tarefa, o **cozinhar** (ideal-66,67%; real- 83,86%), tal como **lavar a roupa** (ideal-61,75%; real-83,57%), **limpar o pó** (ideal-57,19%; real-80,35%) e **aspirar e varrer** (ideal- 57,89%; real- 76,14%). Quanto à tomada de decisão, as mulheres prevalecem quanto aos homens, tanto em termos reais como ideais, no que diz respeito à **decisão do número de filhos** (ideal-68,77%; real- 75,09%), **renovar a mobília** (ideal- 68,25%; real- 72,46%) e na **escolha da escola dos filhos** (ideal- 65,70%; real- 70,41%). **Dar formação desportiva ou cultural aos filhos**, em termos reais, homens e mulheres estão muito próximos (homens- 62,11%; mulheres- 62,81%), apesar de em termos ideais serem as mulheres que mais se aproximam da realidade (homens- 70,53%; mulheres-68,77%). Nas outras tomadas de decisão como **comprar carro e fixar orçamento de férias**, os homens apresentam valores reais superiores aos das mulheres, apesar de na **escolha de programas de televisão** os termos reais (57,37%) ultrapassarem os valores ideais (55,26%) quanto às mulheres, e quanto aos homens, os termos ideais corresponderem a 54,74%, sendo os termos reais de 66,67%.

Portugal situa-se entre os países da União Europeia com uma das taxas mais elevadas de actividade feminina, nomeadamente no que abrange ao número de mães empregadas, onde as mães portuguesas trabalham um maior número de horas. Segundo a situação ideal de organização das actividades domésticas, Portugal deveria ser um dos países com uma divisão do trabalho familiar mais equilibrada entre ambos os sexos, fazendo frente às elevadas exigências existentes no mercado de trabalho. Contudo, esta realidade não é verificada em Portugal, onde os homens portugueses são aqueles que menos participam nas actividades domésticas, segundo a média europeia. A igualdade de oportunidades, entre homens e mulheres, enfrenta diversos problemas, onde o mercado de trabalho e as restrições das actividades domésticas e cuidados com as crianças impostas às mulheres são factores que incentivam a continuação destas diferenças, perpetuando uma discriminação entre a vida familiar e profissional. A mulher, ao assumir primordialmente as suas responsabilidades familiares, enfrenta sérias dificuldades quanto à sua valorização profissional .

A mulher tem-se aproximado do mundo laboral, anteriormente dominado pelos homens, através de uma forte dedicação à sua carreira profissional. Os homens, por sua vez, não se têm aproximado da vida familiar, manifestando algum desprezo quanto às actividades tradicionalmente femininas. O crescimento da população activa feminina

demonstrou que o tempo que as mulheres dedicam à sua vida profissional é muito inferior ao tempo dedicado pelo sexo masculino, devido à injusta distribuição das tarefas não pagas que as mulheres executam mais frequentemente que os homens. Mesmo em trabalhos em full-time, normalmente são as mulheres que cedem parte do seu tempo profissional para cuidarem dos seus filhos ou em momentos mais problemáticos para as suas famílias (por exemplo, cuidar de um familiar idoso doente). Este fenómeno é encarado como uma desigualdade no mercado laboral (por diferenciação salarial e por uma desigualdade na promoção profissional), além da problemática da conciliação e da parentalidade ser considerada, no mundo empresarial, um problema exclusivamente das mulheres.

Se a mulher optar por uma vida mais familiar, existem fortes probabilidades de procurar um trabalho a tempo parcial, sendo este menos bem pago e menos qualificado. Para superarem este estilo de vida, as mulheres devem adaptar-se ao típico modelo de trabalho masculinizado, ou seja, trabalho em full-time e contínuo, deixando a família para segundo plano. Mesmo assim, as mulheres continuam a ser as principais responsáveis pelas actividades domésticas, reduzindo o seu tempo livre.

Quanto à decisão de abandonar o trabalho remunerado, segundo aquele que ganha mais, a teoria neoclássica defende que o rendimento ganho pela mulher é inferior ao rendimento masculino. Deste modo, deve ser a mulher a colocar de parte a sua realização profissional a favor da sua família. Porém, a disposição dos homens para abandonar a sua carreira profissional, caso o seu vencimento fosse inferior ao da mulher, não é completamente assumida, o que demonstra uma forte posição cultural quanto a esta temática.

Se o pai ganhar menos do que a mãe, deve ser ele a deixar de trabalhar de forma a tomar conta dos filhos?

Idades	Homens					Mulheres					TOTAL
	15-24	25-39	40-54	55+	Total	15-24	25-39	40-54	55+	Total	
Concordo Plenamente	13,4	27,2	34,9	29,8	30,0	21,9	32,3	41,5	41,8	36,9	33,2
Concordo	29,8	35,2	34,4	32,7	33,8	26,8	33,6	31,7	28,7	31,3	32,6
Discordo plenamente	50,9	33,1	26,3	31,0	30,9	45,1	27,5	21,0	23,0	25,5	28,4
Discordo	2,5	1,7	2,3	2,5	2,2	0,6	1,2	1,6	1,6	1,4	1,8

Fonte: Perista, Heloísa e Margarida Chagas Lopes, 1999

Segundo este quadro, podemos concluir que a faixa etária masculina dos 15-24 anos discorda plenamente no caso de ser o pai a abdicar da sua carreira caso ganhe menos que o outro cônjuge (50,9%), sendo também nesta idade que as jovens mulheres partilham da mesma opinião (45,1%) que os jovens rapazes. As mulheres entre os 55 e mais anos concordam com este tipo de situação (41,8%), tal como a faixa etária feminina entre os 40-54 anos (41,5%). Os homens entre os 40-54 anos também concordam que seja o homem a abdicar da sua profissão se ganhar menos que a mulher (34,9%) seguindo-se os indivíduos com mais de 55 anos, com 29,08%. Do total das mulheres 36,9% concordam plenamente, enquanto que 33,8% dos homens apenas concordam. Do total geral teve maior predominância o *concordo plenamente* com 33,2%, seguindo-se o *concordo* com 32,6%.

Pode-se assim concluir que as mulheres sofrem persistentes formas de discriminação. Todavia, têm sido as mulheres que mais têm se integrado ao campo masculino e não o inverso.

8.2. Os Direitos dos Pais e os Direitos dos Filhos

Muitos estudos analisam a participação dos homens na vida familiar, ressaltando as vantagens e alterações positivas que seriam sentidas nos agregados familiares. Existe uma dimensão que é muito importante quanto à conciliação da vida profissional e familiar, entre homens e mulheres, mas que por vezes é esquecida: os filhos. Esta dimensão, apesar de nem sempre ser esquecida, pretende demarcar as actividades em que os homens mais participam, mas nunca focando o essencial: os benefícios que as crianças teriam quanto a uma maior dedicação do homem/pai e o direito dos pais em usufruírem de uma maior proximidade com as suas crianças.

Esta partilha envolve objectivos económicos e sociais, pretendendo igualar homens e mulheres nas diversas áreas societais. Nem sempre é lembrado o quanto é importante a participação do homem nas tarefas e responsabilidades familiares, nomeadamente quanto ao bem-estar das crianças. As mulheres cada vez mais se integram no mercado de trabalho, onde ainda predomina o estereótipo masculino. Logo, qual o papel do pai no crescimento e desenvolvimento dos seus filhos?

O papel do pai tem sido muitas vezes menosprezado e considerado como um papel complementar ao da mãe, sendo totalmente ignorado a importância da dedicação do pai no crescimento físico e psicológico da criança. Deve-se assim questionar: será que o pai deveria dedicar menos tempo à sua vida profissional para se dedicar mais à sua família e suas crianças? As crianças não terão direito de crescer num ambiente estável, numa família harmoniosa, onde os afectos são equilibradamente partilhados? Todas estas questões são importantes para justificar a proposta de uma Política de Conciliação que apresente como principal objectivo o aumento do período da licença de paternidade.

Os homens e os pais reconhecem que a conciliação trabalho/família é fundamental para a constituição de uma família, uma vez que muitos pais desejam participar activamente na sua família. A realização dos homens enquanto pais pertence às suas ambições pessoais, ao contrário do que tradicionalmente era defendido. Os filhos precisam do carinho e dedicação dos seus pais e estes estão cada vez mais a compreender e a sentir esta necessidade, pretendendo participar mais activamente na educação das suas crianças. Deste modo, os pais deveriam ceder uma parte do seu

tempo profissional à sua família. Porém, esta realidade ainda não se verifica, pois a sociedade ainda não interiorizou totalmente a transformação dos papéis sociais.

Ainda é muito pequeno o número de homens que se compromete em sacrificar a sua carreira e os seus vencimentos em prol do seu envolvimento em actividades familiares, nomeadamente com as suas crianças. Várias são as razões apontadas pelos homens para não tirarem uma licença sem vencimento para cuidar dos filhos e/ou outros parentes idosos (*Idem*).

Razões para não tirar uma licença sem vencimento para cuidar dos filhos e parentes idosos

	Homens					Mulheres					TOTAL
	15-24	25-39	40-54	55+	Total	15-24	25-39	40-54	55+	Total	
Não tenho dinheiro para isso	57,6	67,2	59,1	61,7	62,5	55,2	71,1	62,3	52,6	62,4	62,5
Tenho medo de perder o emprego	20,8	22,9	16,0	15,9	19,2	23,0	19,4	14,9	10,6	16,2	18,2
Pode prejudicar a minha carreira	7,7	9,8	7,6	4,9	8,0	6,0	7,5	2,8	0,2	4,0	6,8
Não quero depender de ninguém financeiramente	15,7	21,2	19,4	9,8	18,2	6,3	24,2	11,6	18,1	16,3	17,6
Outro	6,1	4,3	10,1	17,7	8,6	10,4	4,3	9,7	8,9	7,9	8,4
Não sei	19,8	13,5	15,7	14,9	15,1	23,0	10,8	19,2	27,3	18,6	16,2

Fonte: Perista, Heloísa e Margarida Chagas Lopes, 1999

No grupo etário dos 25-39 anos, quer os homens, como as mulheres, apresentaram valores mais significativos quanto à primeira razão (*Não tenho dinheiro para isso*) para o facto de não tirarem uma licença sem vencimento para cuidar dos filhos e idosos: 67,2% de homens e 71,1% de mulheres. Quanto à razão *Tenho medo de perder o emprego*, 22,9% dos homens, entre os 25-39 anos, apresentaram este motivo, enquanto que 23,0% das mulheres, entre os 15-24 anos, responderam do mesmo modo. O *Pode prejudicar a minha carreira* foi apresentado maioritariamente como justificação dos homens e das mulheres entre os 25-39 anos (7,5% de mulheres e 9,8% de homens). A quarta razão (*Não quero depender de ninguém financeiramente*) é apresentada maioritariamente pelos homens e pelas mulheres entre os 25-39 anos, com 21,2% e 24,2% respectivamente. Outros motivos são representados pelo sexo masculino com 55 e mais anos (17,7%) e pelas jovens com 15-24 anos (10,4%). O *Não sei* é a justificação

apresentada pelos jovens rapazes e raparigas entre os 15-24 anos, com 19,8% e 23,0% respectivamente. Do total dos homens, o motivo *Não tenho dinheiro para isso* apresentou a maioria das respostas, com 62,5%, verificando-se a mesma situação no total das mulheres (62,4%). Do total de respostas, quer por parte dos homens, como das mulheres, a razão *Não tenho dinheiro* é representado por 62,5% das respostas, seguindo-se a razão relativa ao ter medo de perder o emprego⁵ se colocar em prática o direito à licença, com 18,2%, enquanto que a razão com menor número de respostas foi o *Pode prejudicar a minha carreira*, com 6,8%.

Para ser alcançada uma real igualdade quanto aos papéis parentais e familiares, é fundamental que sucedam diversas alterações. Porém, estas alterações apenas acontecerão quando surgir um novo contrato social de género, tal como uma maior abertura dos empregadores, dos trabalhadores e dos próprios membros familiares quanto a esta temática. As novas formas de emprego podem vir a ser determinantes na modificação da parentalidade e das suas implicações sociais.

A nossa sociedade está marcada por um padrão masculino de trabalho, sendo este caracterizado por: 1) elevado número de horas despendidas em empregos a full-time, muitas vezes exigindo horas suplementares; 2) horários de trabalho irregulares, que se mantêm ao longo da sua actividade profissional. Este padrão assume que os homens não desempenham um papel preponderante no cuidado e crescimento dos seus filhos, o que se opõe a uma divisão mais equilibrada das tarefas e responsabilidades domésticas e familiares. È de salientar que o horário de trabalho dos homens é normalmente sobrecarregado quanto têm a seu cargo crianças dependentes, ao passo que o horário das mulheres torna-se menos pesado face às necessidades crescentes de todo o agregado familiar. Deste modo, a realidade feminina é oposta à masculina .

Apesar da ideia estar incorrecta, a nossa sociedade distingue assim um “bom pai” e um “bom trabalhador” quando estes cumprem os padrões do emprego masculino.

A maior participação masculina no lar é vista com bons olhos, tanto para a mulher, como para os filhos. Contudo, os pais não deverão alterar os seus estilos de vida de forma a dedicarem-se mais aos seus filhos. Mesmo que os pais mantenham o seu

⁵ O receio de perder o emprego encontra-se associado a outros elementos, além das medidas clássicas de conciliação (por exemplo, tirar uma licença sem vencimento para dar assistência aos filhos ou a outros familiares dependentes ou reduzir o horário de trabalho semanal). Estes outros elementos poderão consistir nas seguintes situações: um prolongamento da hora de almoço para ir buscar os filhos à escola ou sair mais cedo para estar presente numa reunião de pais, entre outras pequenas coisas.

desempenho profissional, não esquecendo a sua família, e em especial os seus filhos, este maior envolvimento familiar é interpretado como uma menor dedicação para com o seu trabalho. Esta perspectiva ao ser partilhada tanto pelos superiores, como pelos seus colegas de trabalho, poderá criar ao pai diversos obstáculos quanto a uma progressão profissional.

Muitos empregadores não concordam com práticas de trabalho que facilitem uma maior participação dos homens nas responsabilidades familiares, defendendo modelos de trabalho extremamente rígidos, com horários rigorosos, ultrapassando o horário normal de trabalho semanal, não se preocupando em implementar nas suas empresas medidas que permitam uma maior flexibilidade. Os homens que usufruem do direito de serem pais sofrem consequências e custos elevados no seu trabalho, reflectindo-se nas suas vidas profissionais. São prejudicados quanto à promoção da sua carreira, como também em termos de vencimento (semelhante ao que se passa com a mulher), podendo sofrer uma grande falta de compreensão e aceitação por parte dos seus colegas de trabalho.

Uma empresa não é apenas uma instituição que gera lucro. As preocupações empresariais devem incluir o bem-estar dos seus trabalhadores, promovendo um ambiente adequado que garanta um bom desempenho dos seus trabalhadores, aumentando a produtividade da empresa, nomeadamente o lucro. Aceitar esta mudança pode repercutir-se como algo muito positivo para a empresa, nomeadamente quanto à satisfação e motivação dos trabalhadores, originando um aumento de produtividade e uma menor taxa de absentismo. A empresa que promova a flexibilidade e potencie as condições de trabalho que correspondam às necessidades sentidas pelo trabalhador, irá incentivar a participação do trabalhador no cumprimento dos objectivos da empresa, aumentando assim o seu potencial.

As *Políticas Amigas do Pai* enfrentam sérios entraves por parte dos níveis superiores da hierarquia de uma empresa, uma vez que estes cargos, na sua maioria, são ocupados por pessoas com maior antiguidade ou de idade mais avançada, cujas atitudes são muitas vezes tradicionais e conservadoras.

O papel dos colegas de trabalho é de igual modo importante, pois estes podem desempenhar um papel importante na luta por medidas que facilitem a conciliação entre a vida profissional e familiar, pela sensibilização da sociedade e da entidade empregadora. Todos os esforços são fundamentais para que os preconceitos no local de

trabalho diminuam, desenvolvendo-se a tão desejada conciliação entre a vida familiar e profissional.

Deve-se redefinir o conceito de sucesso, quer na esfera produtiva, como na esfera familiar: um bom pai é apenas o “ganha-pão” da família, como um bom trabalhador nem sempre é aquele que se dedica inteiramente ao seu trabalho. Existem ainda muitos preconceitos associados à nossa sociedade, onde a divisão tradicional dos papéis ainda permanece, bloqueando a efectivação de um direito: o direito de ser pai.

Se os homens utilizassem um pouco mais do seu tempo profissional em prol da família, especificamente para cuidarem dos seus filhos, seria possível começar a caminhar para o fim dos preconceitos que ainda envolvem esta temática. O pai poderia ser visto como aquele que assume seriamente as suas responsabilidades domésticas e familiares, sendo vista esta função como uma norma que deveria ser aplicada a mais homens/pais/maridos, incentivando-os a apostarem na esfera familiar. Por sua vez, as mulheres assistiam a uma diminuição das suas responsabilidades domésticas e familiares. Este efeito é denominado por *sociological snow ball effect (Idem)*.

O envolvimento do pai na esfera familiar apenas terá consequências positivas quando esta decisão for tomada por ambos os membros do casal. As soluções quanto à problemática relativa à conciliação e ao papel do pai não devem ser impostas, permitindo aos pais aumentar o tempo dedicado aos seus filhos e à sua família, desde que estes estejam efectivamente interessados. É importante respeitar os valores e as preferências do pai e não impor um modelo rígido e pré-definido, onde o “social é imposto”.

As decisões tomadas em família, quanto às responsabilidades paternais, assistem a um aumento da sua eficácia, repercutindo-se no bem-estar das crianças e na qualidade de toda a família. Medidas como o aumento da licença de paternidade podem contribuir positivamente para a consolidação do direito do pai e do filho, demonstrando como é importante um ambiente familiar equilibrado para o desenvolvimento da criança. O aumento da licença de paternidade permite um maior equilíbrio entre os papéis parentais, possibilitando ao casal um relacionamento mais dedicado e constante com os seus filhos, nomeadamente na primeira fase da vida da criança. Este aumento deve abranger apenas a licença dos homens/pais, pois se houver uma grande flexibilidade no usufruto da licença e como permanece a ideia na sociedade de que é a mulher a responsável pelo cuidado prestado às suas crianças, uma maior aproximação entre o pai e a criança pode não ser alcançada. Caso contrário, as desigualdades entre homens e

mulheres no mercado de trabalho iriam manter-se ou seriam agravadas, pois as mulheres continuam a ser mais prejudicadas, relativamente aos homens, nos processos de recrutamento e durante toda a sua vida profissional. Do mesmo modo, uma maior dedicação e empenho do pai perante a sua família e seus filhos não seria alcançado.

O Governo deve reconhecer e atribuir a importância necessária à necessidade dos pais passarem mais tempo com as suas crianças, enaltecendo o papel do pai através da atribuição da mesma importância que é atribuída e reconhecida ao papel da mãe.

Segundo o artigo *Househusband Fathers (Idem)* é possível uma conciliação entre a vida familiar e profissional se for cumprida uma política efectiva de conciliação entre trabalho e a família:

“ Com a presença crescente das mulheres no mercado de trabalho, os homens podem relaxar mais, trabalhar menos e pensar mais na sua qualidade de vida. Irão abdicar de horas extras e de promoções em prol de ficar com a família. Na medida em que este novo homem consciencioso emerge, mais homens seguirão o exemplo e partilharão o trabalho doméstico com as suas mulheres envolvendo-se mais na sua função de pais. O papel tradicional de mãe será visto como o papel parental, com poucas distinções entre os papéis dos homens e mulheres”.

Capítulo IX

9. Alguns Estudos efectuados no âmbito da Política Familiar em alguns Países Ocidentais

Foram efectuadas algumas investigações que trouxeram contributos importantes para a Política Familiar quer nos países da Europa dos 15, quer nos países da OCDE. Passamos a apresentá-los de uma forma sucinta.

O estudo denominado *Policy Relevance of Family and Welfare` Research*, por Linda Hantrais, demonstra que a investigação das políticas de incentivos ao aumento das taxas de fecundidade foi limitada pelo facto das políticas pró-natalistas não serem politicamente aceites na generalidade das democracias ocidentais. Os benefícios monetários para as famílias foram utilizados como um incentivo à fecundidade, onde se registou, em algumas análises quantitativas, uma relação entre a generosidade dos subsídios familiares e dos cuidados prestados às crianças, tal como entre as altas ou baixas taxas de fecundidade. Porém, esta descoberta está longe de ser unívoca e universalmente aplicável, não estando colocada de parte a hipótese de eliminação da influência de outros factores. É encontrada uma relação em vários projectos, havendo vários factores em causa – a baixa fecundidade, as Políticas de Emprego e de Habitação e particularmente na Europa do Sul a ausência de provisões generosas por parte do Estado.

O adiamento dos nascimentos ou até dos não nascimentos parecem estar associados com o aumento dos níveis de educação, uma entrada tardia no mercado de trabalho, situações de emprego instáveis e pobres perspectivas económicas. A maternidade precoce, por contraste, mostra-se relacionada com um baixo nível de educação e um alto risco de pobreza e exclusão social.

Por outro lado, vários projectos que apresentam como objectivo examinar o impacto do conjunto das medidas de Política de Família, sugerem que Políticas de Família muito generosas e extensivas podem ajudar a criar um ambiente “amigo da família”, conduzindo à formação da mesma, possibilitando aos casais em terem o número de filhos que desejam. Contudo, o vasto ambiente socioeconómico precisa de

ser levado em conta, bem como as aspirações individuais, os valores e as expectativas socialmente condicionados. Estes projectos têm revelado que o impacto da economia e das Políticas de Emprego na formação da família pode ser maior do que medidas de Políticas de Família específicas, particularmente na Europa do Sul.

Uma outra questão directamente relacionada com os incentivos à fecundidade é a relação entre trabalho pago e vida familiar. O alvo principal da Política de Família consiste na resolução do potencial conflito entre os objectivos de aumento da participação no mercado de trabalho e da vida familiar. Muitas investigações de carácter quantitativo que se debruçaram sobre esta questão tendem a considerar que a provisão pública de serviços de cuidados prestados às crianças é uma condição *sine qua non* que permite conciliar o emprego feminino e a criação de uma família. Todavia, alguns estudos qualitativos sugerem que esta condição não é sentida de um modo tão directo. Este tipo de projectos está mais interessado em questões como a interdependência da provisão destes serviços públicos e privados e o impacto dos cuidados não familiares no bem-estar da criança. As suas sugestões indicam que os serviços públicos de cuidados prestados às crianças podem não ser o único factor a ter em conta nas estratégias de conciliação do trabalho pago e da vida familiar. Contribuem também para este processo de conciliação o sector privado de provisão de serviços de cuidados prestados às crianças, as “*Políticas Amigas da Família*” no local de trabalho, as redes de apoio à família, as percepções das obrigações familiares e a própria capacidade para combinar a escola, o trabalho e os serviços em diferentes horários.

As Políticas de Conciliação na União Europeia e a nível nacional têm sido prosseguidas numa associação com as Políticas que promovem a Igualdade de Oportunidades no acesso ao mercado de trabalho e uma maior equidade na distribuição das tarefas da casa e dos cuidados prestados às crianças. Vários projectos confirmam a persistência da segregação de género no emprego e das suas falhas em termos de pagamentos associados às estruturas do mercado de trabalho e aos padrões de emprego interrompidos pelas mulheres, apesar de décadas de Políticas da Igualdade e de Género.

Os esforços para envolverem os homens na tarefa de cuidados prestados às crianças, bem como em usufruírem da licença parental, têm demonstrado poucos resultados e são ainda áreas para futuros desenvolvimentos políticos. Os resultados destas políticas sugerem que não só têm tido um pequeno impacto nas atitudes, como também, têm tido um efeito negativo no comportamento: os empregadores, em alguns países têm sido relutantes em recrutar mulheres em idade fértil devido aos custos

associados à legislação implementada na União Europeia. Enquanto a licença de maternidade for obrigatória para as mulheres e o período de licença parental, o trabalho em part-time e os trabalhos de cuidados prestados às crianças forem praticados por mulheres, estes estudos revelam que um baixo *status* atribuído às mulheres no mercado de trabalho irá continuar a afectar as suas oportunidades de carreira ao longo da sua vida.

No seu estudo *Improving Policy Responses and Outcomes to Socio-Economic Challenges: changing family structures, policy and practice (IPROSEC)*, Linda Hantrais salienta que nos países em que os Governos estão preocupados em colocar novamente na agenda política a questão do equilíbrio de género, os países estão a aplicar medidas políticas que têm por objectivo trazer para as profissões predominantemente femininas os próprios homens: por exemplo, através do seu recrutamento para o ensino e para os serviços de cuidados prestados às crianças na França, na Suécia e no Reino Unido. Igualmente campanhas nos media e cotas estão a ser disponibilizadas para encorajar as mulheres a participarem em cargos estatais nos mesmo países referidos anteriormente e na Alemanha. Uma solução ambicionada quanto a este conflito será a redução das horas de trabalho dos progenitores masculinos e uma diminuição das horas de trabalho em full-time, podendo resultar numa maior partilha das tarefas domésticas entre homens e mulheres. Também é necessário que haja uma maior sincronização dos horários das escolas, lojas e outros serviços, bem como uma provisão adequada de transportes públicos.

O estudo *The Dynamics of Social Change in Europe (DynSoc)*, por Richard Berthoud, revela alguns dados sobre as obrigações relacionadas com o cuidar de parentes mais velhos por parte das mulheres empregadas. No Norte da Europa, as mulheres tendem a reduzir as suas horas de trabalho pago quando começam a cuidar dos seus familiares idosos. No Sul da Europa, estas mulheres tendem a ajustar as suas horas de trabalho com os cuidados prestados aos idosos, assistindo a um aumento dos seus compromissos. Nenhuma destas regiões, contudo, apresenta provas de que as mulheres conseguem regressar ao seu anterior compromisso com o mercado de trabalho quando este cuidado prestado aos idosos já não ocorre.

Este estudo revela também que o aumento da actividade económica das mulheres casadas traz consequências potencialmente adversas relacionadas com o tempo disponibilizado para com as suas crianças. O tempo médio que as mães passam com as suas crianças varia entre 37 horas por semana na Grécia e 73 horas por semana

no Reino Unido. É ainda de salientar o facto das características de família ajudarem a explicar as variações entre as mães no mesmo país, mas não ajudam a explicar as variações entre mães de países diferentes, uma vez que esta situação justifica-se pelas diferenças culturais e políticas existentes entre os diversos países.

No estudo *Female Employment and Family Formation in National Institutional Contexts (FENICs)*, por Peter Elias, é salientado o facto dos casamentos estarem a ser continuamente adiados pelas gerações mais jovens de mulheres nos seguintes países: França, Espanha, Alemanha, Suécia e Itália. Esta situação ultrapassa os efeitos produzidos pelo aumento dos níveis de educação e pelo aumento da participação no mercado de trabalho. Este progressivo adiamento parece estar relacionado com um aumento da incerteza do curso de vida e com as dificuldades em aceder e estabelecer uma posição segura no próprio mercado de trabalho. De facto, a crescente incerteza relativa à flexibilização do trabalho traduz-se num atraso na formação de uma família, o que por sua vez leva a um adiamento, por exemplo, do nascimento de uma criança. Consequentemente haverá um aumento da procura de formas menos estruturadas de união, como a coabitação, sendo este um período de transição para alcançar a autonomia dos jovens e para a formação de uma futura família.

Este estudo também analisa um grupo crescente de países nos quais o nível de famílias sem filhos está a aumentar a níveis excepcionais, com mais de 20% de mulheres que acabam a sua idade fértil sem terem tido um filho. A não existência de crianças nas famílias está a tornar-se numa grande questão social. Inquéritos sobre a fecundidade têm sido levados a cabo, em que as mulheres expressam a sua vontade em ter pelo menos um filho e a proporção de mulheres que afirmam que desejam não ter filhos é muito menor do que o nível observado. Este facto sugere uma clara necessidade das Políticas Sociais em ajudar as mulheres a alcançar o seu desejo de ter pelo menos uma criança.

As principais transições da formação da família (o sair de casa, uma primeira união e ter um primeiro filho), na Itália e na Espanha, estão altamente correlacionadas. Os jovens adultos permanecem em casa dos pais até terem acumulado suficientes recursos para formarem um agregado familiar independente. Este modelo de formação de família, característico dos países do Sul da Europa, implica um adiamento da primeira união e do nascimento do primeiro filho. Este aspecto afecta a baixa fecundidade e as altas taxas de não existência de crianças indesejadas. Por outro lado, as mulheres da Europa Central e do Norte podem mais facilmente constituir um

agregado familiar independente, principalmente porque os custos associados ao ser mãe são mais baixos num Estado de Segurança Social “mais amigo da família”.

Em países com uma baixa participação feminina e um alto nível de contratos temporários, como por exemplo no caso espanhol, a incerteza relacionada com o mercado de trabalho pode desempenhar um importante papel nas decisões de família, tais como as decisões de deixar o lar ou a casa dos pais, a formação de uma união e as decisões de fecundidade.

Segundo o estudo *The Rationale of Motherhood Choices: influence of employment conditions and of Public Policies (MoCho)* de Síle O`Dorchai, podemos ver a influência das Políticas Públicas na fecundidade das mulheres, bem como nas suas escolhas profissionais. Existem importantes diferenças na Europa dos 15. O impacto da presença das crianças na taxa de emprego feminina é maior na Alemanha, no Luxemburgo e nos Países Baixos e menor nos Países Escandinavos, Portugal e Grécia, apesar dos seus padrões diversos em termos de emprego feminino.

O exemplo dos Países Escandinavos ilustra como as Políticas Públicas podem desenvolver um papel importante ao tornar possível à mulher combinar a sua vida familiar com a sua vida profissional. Sendo Portugal excluído desta análise, existem dois conjuntos de países com tendências contrárias e que podem ser distinguidos. Na Europa do Norte, tanto a participação no mercado de trabalho, como a taxa de fecundidade são altas, enquanto que as mesmas são baixas na Europa do Sul.

A provisão de serviços públicos de cuidados prestados às crianças reflecte uma ideologia de género em que ambos os membros do casal trabalham e ganham. Os países nórdicos são aqueles que mais aderiram a esta ideologia. As suas Políticas oficiais de Igualdade de Género conduziram ao suporte das famílias em que ambos os membros do casal trabalham e ganham, tal como ao emprego feminino. Na prática, esta ideologia tem sido traduzida em extensos serviços públicos de cuidados prestados às crianças. Os países nórdicos, a Bélgica e a Itália oferecem um grande apoio às mães empregadas quanto a esta temática.

No Luxemburgo, na Alemanha e nos Países Baixos, as Políticas Públicas desempenham um papel importante nas escolhas das decisões de maternidade, essencialmente porque estas alteram o custo associado às crianças.

Desde o início dos anos 70 que a Suécia destaca-se pelas suas Políticas de Apoio às Famílias, em que ambos os membros do casal trabalham e ganham. O apoio às famílias na Alemanha centrou a sua atenção nos casais em que apenas um dos membros

trabalha e ganha. Os Países Baixos tomaram conhecimento das necessidades das mães trabalhadoras, promovendo e subsidiando os serviços de cuidados prestados às crianças e limitando o período de licença parental (um longo período de licença provou ter tido consequências negativas em futuros desenvolvimentos da carreira profissional) apenas a partir de 1990. No Reino Unido, até recentemente, a intervenção pública na vida familiar era bastante limitada.

Podemos questionar se as políticas favoráveis às famílias em que ambos os membros trabalham e ganham fazem com que as mães adiem menos a maternidade. Informação demográfica pode indicar a resposta a esta questão. Esta informação mostra um grande aumento da idade média das mães com o primeiro filho na antiga Alemanha de Leste, de 22.2 anos em 1985 para 27.3 anos em 1996. Uma vez que as crianças estão presentes, as Políticas Públicas desempenham um papel importante em tornar possível para as mulheres a reentrada no mercado de trabalho e a conciliação da vida familiar com uma carreira profissional satisfatória.

O estudo *Network for Integrated European Population Studies (NIEPS)* de Dragana Avramov e Robert Cliquet, apresenta duas conclusões relevantes ao nível do comportamento reprodutivo. Por um lado, as mulheres parecem querer ter mais filhos do que de facto têm. Por outro lado, mesmo que a maioria das mulheres conseguisse alcançar o número de filhos que desejariam, na maioria dos países, as gerações não iriam ser substituídas a longo prazo. Isto deve-se ao facto de uma proporção substancial de famílias com três ou quatro crianças ser necessária para compensar aqueles, que por variadas razões, permanecem sem filhos ou com apenas um filho.

Capítulo X

10. Políticas Amigas da Família

Existem três áreas que são principalmente abrangidas pelas Políticas Públicas: os cuidados prestados às crianças, as licenças e o trabalho em part-time. Estas áreas são negociadas entre os empregadores e os trabalhadores e são as principais preocupações destas Políticas. Existem algumas questões, tais como a flexibilidade do horário de trabalho, os dias em que os pais faltam ao trabalho para cuidarem dos seus filhos doentes, o teletrabalho, etc., que podem ajudar na conciliação entre o trabalho e a vida familiar.

Na Dinamarca, os cuidados prestados às crianças são uma matéria das Políticas Públicas e não das relações industriais. A licença paga é extensiva, apesar de muitas vezes ser estabelecida através de acordos colectivos com os empregadores. O trabalho a part-time não é um motivo de conflito entre os empregadores e as uniões.

Nos Países Baixos, a distinção entre as questões que são deixadas para negociação social e as questões relativas às Políticas Públicas é mais facilitada do que em outros países. O Governo especifica questões que considera que serão sujeitas a conflitos na relações industriais. Se os resultados não forem satisfatórios (como já sucedeu com as licenças e a flexibilidade dos horários e cuidados prestados às crianças) poderá ser necessário impor a legislação existente. A licença de maternidade é paga a uma elevada taxa pelo Governo, apesar dos papéis desempenhados pelo empregador. O trabalho a part-time recebeu um apoio por parte “*Adjustment of Working Time Act*”, que possibilita aos trabalhadores alterarem o seu horário de trabalho, excepto se o empregador conseguir provar que essa alteração vai prejudicar o negócio. A preponderância de outras *Políticas Amigas da Família*, tais como a flexibilidade de horário ou as faltas ao trabalho pelas crianças estarem doentes é elevada.

As *Políticas Amigas da Família* são vantajosas para o empregador e para o trabalhador ou não envolve custos directos para o empregador. Existe um paradoxo nesta área, no sentido em que algumas companhias que introduziram certas práticas

(flexibilidade do horário de trabalho, entre outras) relatam elevados retornos a estas mesmas políticas, apesar da cobertura destes esquemas efectuar-se de forma repartida. Existem diversas explicações para este fenómeno: a falta de capacidade do negócio em se aperceber das vantagens destas práticas, das competências femininas e das suas taxas de emprego nas empresas, o conservadorismo das uniões de trabalhadores que consideram como ideal o trabalho a full-time, a exigência dos trabalhadores quanto às práticas relativas a uma maior flexibilidade do horário de trabalho, entre outras.

As mulheres, mais que os homens, são as principais utilizadoras de muitas das “políticas amigáveis” relacionadas com o trabalho, podendo reflectir-se na alteração das práticas de emprego. Por exemplo, a licença de maternidade paga aumenta os custos dos empregadores e alguns estudos sugerem que as licenças que são pagas e financiadas pelos empregadores prejudicam a contratação de trabalhadoras qualificadas, havendo uma retenção do pagamento dessas licenças. O empregador, ao não pagar essas licenças, poderá sentir-se incentivado em contratar mais homens do que mulheres, reflectindo-se numa maior produtividade da empresa.

O sistema de pagamento da licença de maternidade nos Países Baixos apresenta uma neutralidade quanto ao género, uma vez que os empregadores são reembolsados quanto ao pagamento dos salários relativos a essas mesmas licenças. Na Dinamarca, os custos associados às licenças para os empregadores apresentam limites. Os custos são apenas distribuídos entre os sectores industriais, e uma vez que estes são dominados por homens, as uniões não pretendem partilhar os custos com sectores maioritariamente femininos. Todos os custos associados com a licença de maternidade, na Dinamarca, são suportados pelos empregadores, que recebem incentivos para não contratarem mulheres grávidas.

Em Portugal, existem factores característicos das *Políticas Amigas da Família*:

- **Não discriminação** – Portugal apresenta protecção no emprego para as mulheres com crianças, tal como legislação contra a discriminação das mulheres grávidas. Contudo, é impossível ter conhecimento do número preciso de mulheres que se sentem prejudicadas mas não procuram apoio jurídico. O nosso país também proíbe a discriminação directa e indirecta com base no estatuto familiar, incluindo as responsabilidades parentais.

- ***Promover a equidade de género*** – as condições do mercado de trabalho levantam por vezes dificuldades que fazem com que os Governos intervenham para alargar os direitos a todos os trabalhadores, independentemente da sua situação de emprego, sexo e idade. As Políticas Portuguesas dão importância à equidade de género, por exemplo, aos incentivos financeiros dados ao pai, de modo a que este utilize 20 dias de licença por direito próprio, permitindo também a transferência da licença de maternidade paga 6 semanas após o nascimento da criança.
- ***Objectivos relacionados com a saúde*** – são clinicamente desejáveis os períodos de repouso antes e depois do parto, para recuperação. A legislação portuguesa protege as mulheres grávidas no que se refere ao trabalho suplementar, trabalho em turnos nocturnos, etc.
- ***Desenvolvimento da criança*** – o risco da pobreza vê-se reduzido através do emprego, diminuindo assim a privação que possa prejudicar o desenvolvimento da criança. Este desenvolvimento é incentivado através de cuidados de qualidade, efectuados pelos pais ou por profissionais dessa área. Porém, o emprego das mães durante o período da infância pode reflectir-se em efeitos negativos no desenvolvimento cognitivo das crianças.
- ***Problemas de fecundidade*** – as Políticas Públicas podem tentar intervir no sentido de garantir que os períodos de licença a part-time e/ou as prestações familiares (por filhos) sejam mais extensas e/ou mais elevadas, uma vez que a natalidade é valorizada. Existe assim a vontade de compensar aqueles que têm filhos, quer por razões de cidadania social, quer para que os pais sintam que podem ter o número de filhos que quiserem. A preocupação com a taxa de fecundidade começou a apresentar os seus primeiros passos nas Políticas Públicas Portuguesas, apesar de ainda não poderem associar-se explicitamente a medidas políticas.
- ***Objectivos do Mercado de Trabalho*** – a não utilização de trabalhadores qualificados pode contribuir para dificuldades a nível da oferta de mão-de-obra no mercado de trabalho, sendo estas agravadas pelas tendências

demográficas. Este fenómeno poderá fazer com que os Governos intervenham no sentido de tornar a participação da mão-de-obra mais atractiva para as mães ou potenciais mães, tal como para outros grupos de trabalhadores. Esta intervenção pública fará com que se assista a um aumento dos custos do trabalho, devendo ser considerada na perspectiva das suas implicações para o crescimento económico. As dificuldades orçamentais vão influenciar a intervenção pública: numa perspectiva orçamental, a longo prazo, compensa apoiar os pais que trabalham, pois estes geram receitas fiscais. Não apoiando estes pais, poderão surgir duas potenciais fontes de agravamento da despesa pública: 1) pode tornar-se necessário o apoio ao rendimento; 2) apoiar o emprego (incluindo cuidados às crianças) poderá também ser concedido de modo a ajudar os pais a encontrar e manter um emprego.

Os objectivos da equidade de género demonstram ser de grande importância em Portugal, mais do que em outros países europeus ou da OCDE. Existem várias razões para os empregadores praticarem medidas amigas da família perante os seus trabalhadores:

- Mantêm os seus trabalhadores, reduzindo o custo de uma possível saída dos mesmos e da entrada de novos trabalhadores;
- A flexibilidade dos horários de trabalho pode ser vantajosa não apenas para os trabalhadores, mas também para os empregadores;
- Serem conhecidos como empregadores que adoptam práticas de trabalho amigas da família pode trazer a vantagem aos empregadores de poderem escolher os melhores trabalhadores;
- Algumas destas práticas podem melhorar a motivação e a produtividade da força de trabalho.

Relativamente aos Países Baixos, é uma preocupação das políticas Públicas a falta de neutralidade na questão de género. O *Conselho de Igualdade de Oportunidades* deste

país desenvolveu um modelo alternativo de sociedade, no qual as horas de trabalho masculinas em full-time são reduzidas, por forma a permitir que haja mais tempo para actividades não pagas fora do mercado de trabalho, permitindo aumentar assim as horas de trabalho dos seus parceiros. Esta política é uma política oficial do Governo (SZW, 1997 e 1999), mas até certo ponto, esta política permanece mais como uma aspiração do que uma implementação.

Na prática, as empresas normalmente não introduzem medidas “amigas da família” e normalmente estas só são introduzidas porque alguém, bem colocado na empresa, toma essa decisão, implicando um comportamento da empresa perante o trabalhador. A extensão deste tipo de práticas depende da visão pessoal do líder da empresa, salientando a sua perspectiva de abertura e não uma perspectiva fechada e compartimentada da mesma. Outra razão deve-se ao facto de muitos directores de empresas terem de assumir a responsabilidade por algumas das consequências derivadas da introdução de medidas “amigas da família”, por forma a não comprometer ou prejudicar os objectivos da empresa e das suas próprias carreiras.

Sucedem também que as uniões dos trabalhadores ainda se encontram num processo de transição de apoio ao modelo do “ganha pão” masculino, não encontrando as melhores soluções que expressem as necessidades das trabalhadoras. Algumas práticas, como por exemplo, o horário flexível, podem ser claramente do interesse dos trabalhadores e empregadores. Apesar dessas práticas serem muito boas, muitas destas *Políticas Amigas da Família* constituem um interesse minoritário. Os prémios e a publicidade aos bons empregadores são práticas extremamente valiosas para educar os restantes empregadores sobre o que é possível fazer neste campo, mas de facto, parecem não ter conduzido a grandes resultados, especialmente nos chamados grupos difíceis (pequenos empregadores ou empregadores que têm trabalhadores com baixas qualificações). Podemos concluir que a penetração destas *Políticas Amigas da Família* ainda é feita de um modo irregular, uma vez que os seus resultados se aplicam estritamente ao sector público e a profissionais altamente qualificados e pagos.

Existem duas linhas orientadoras da Política Austríaca que encorajam os empregadores a serem mais amigos da família. A linha mais interessante corresponde à auditoria realizada à família e ao trabalho (“*Family and Work Audit*”), consistindo numa avaliação às empresas que desejam tornar-se mais amigas da família. A segunda linha orientadora é uma competição nacional anual, de modo a encontrar a empresa que oferece as melhores condições para as suas trabalhadoras femininas e para os seus

familiares. O prémio consiste no reconhecimento da importância destas práticas e normalmente é divulgado pelos media e por publicidade que promovem a empresa.

A auditoria à família e ao trabalho consiste numa iniciativa de pequena escala, envolvendo directamente 56 companhias no final do ano de 2002, com o objectivo de gerar a consciência da importância de iniciativas deste género entre as empresas, encorajando o apoio a este tipo de medidas. As principais vantagens desta auditoria consistem na identificação das empresas, um aumento da motivação dos trabalhadores, bem como do seu compromisso para com a empresa e níveis de stress reduzidos. Estes resultados foram obtidos através de uma auditoria em dez áreas da empresa, salientando-se o horário de trabalho, as práticas do local de trabalho, as competências de gestão, o desenvolvimento dos recursos humanos e dos próprios serviços de apoio aos trabalhadores.

A força desta iniciativa baseou-se num envolvimento estruturado de trabalhadores e dirigentes, com possibilidade de verificações regulares. O primeiro passo é conhecer o quadro de direcção da empresa, seguido de um workshop para o grupo de trabalhadores, em que um consultor externo identifica as necessidades do local de trabalho. Este consultor expõe um grupo de propostas e sob o acordo da direcção estabelecem objectivos práticos a serem atingidos dentro de um período de tempo que pode atingir os três anos. No final deste período, um auditor externo avalia os objectivos atingidos e se a companhia conseguir alcançá-los, a companhia é devidamente certificada. Idealmente este processo deverá ser repetido (com outros objectivos) para assegurar o sucesso destas práticas.

Relativamente à Irlanda, o *Comité Nacional do Trabalho para as Políticas Amigas da Família* foi estabelecido sobre o programa para a prosperidade e justiça. Este Comité Irlandês deseja identificar que parceiros sociais podem ajudar o desenvolvimento deste tipo de políticas nos locais de trabalho. O seu principal objectivo consiste em disseminar informação sobre estas políticas, desenvolvendo linhas orientadoras e boas práticas de trabalho flexível (como por exemplo o teletrabalho), tal como outras medidas difíceis de legislar. Um dos resultados deste Comité foi o *Dia Anual do Local de Trabalho Amigo da Família*, com o objectivo de fomentar e promover as *Políticas Amigas da Família*. Um esquema de auditorias de empresas semelhante ao utilizado na Áustria está sobre consideração, por forma a ser aplicado na Irlanda.

Capítulo XI

11. Os Cem Compromissos para uma Política da Família (2004-2006)

Os Cem Compromissos para uma Política da Família (2004-2006) foi um Plano realizado pelo Conselho Consultivo da Coordenação Nacional para os Assuntos da Família (CNAFA), do Ministério da Segurança Social, da Família e da Criança, em 2003, estabelecendo objectivos e áreas de intervenção que promovam a família como a instituição social basilar da sociedade portuguesa.

Neste Plano é atribuída à família a responsabilidade de transmissão de valores e da solidariedade entre gerações, sendo assim necessária a existência de políticas que fomentem as capacidades familiares, através de uma oferta de soluções relativas às necessidades das famílias. O Estado tem deveres perante a instituição família, nomeadamente quanto à cooperação, apoio e promoção deste núcleo basilar da nossa sociedade, mas deve resistir à tentação de substituir a família nas suas responsabilidades.

Para constituir uma Política de Família é imperativo conhecer a realidade nacional e corresponder às necessidades das famílias, possibilitando criar programas de acção e estratégias específicas que apoiem e valorizem a instituição família.

Estes Cem Compromissos visam abranger os diversos agregados familiares e suas necessidades, tendo em conta os contextos da conjugalidade e parentalidade, a infância, a juventude, a velhice, o trabalho, o lazer, a educação, a cultura, a economia e o desenvolvimento social. Ao abranger estes variados contextos, este Plano visa responder às necessidades das famílias, reforçar os laços entre as gerações e fomentar a cultura de partilha das responsabilidades.

Para a promoção de uma Política Familiar, é necessário atribuir uma especial atenção à evolução demográfica do nosso país e da Europa, através da criação de políticas que promovam a natalidade e o envelhecimento activo.

Este Plano apresenta princípios orientadores fundamentais para a sua própria concretização:

- **Universalidade** – este Plano visa abranger todas as famílias, sendo beneficiárias de todos os programas, acções e medidas que estejam integrados neste Plano;
- **Responsabilidade do Estado** – o Estado é responsável pelo desenvolvimento de uma política que apresente como principal objectivo a protecção e valorização da família, permitindo a realização pessoal dos membros familiares;
- **Subsidiariedade** – o Estado assume uma intervenção subsidiária perante a família, devendo respeitar as acções assumidas pela família, a sua identidade e autonomia, valorizando o papel basilar desta instituição na nossa sociedade, criando as condições necessárias para que a família desempenhe as suas funções, fomentando as iniciativas familiares através do incentivo atribuído ao desenvolvimento das suas competências e responsabilidades familiares;
- **Informação** – o Estado e outras entidades públicas, cooperativas, mutualistas e privadas são responsáveis pela informação fornecida às famílias quanto aos seus direitos e deveres, sendo assim possível fomentar uma consciencialização relativa à importância da família e seu importante papel desempenhado na sociedade;
- **Participação** – o planeamento e desenvolvimento da Política de Família precisa da colaboração da própria família, podendo esta colaboração ser efectuada através das organizações representativas desta instituição social;
- **Transversalidade** – a instituição família necessita de soluções coerentes que se encontrem integradas nos diversos sectores e planos, em que a própria família se vê envolvida;
- **Cooperação** – A Política Global de Família e o Plano em questão necessitam da cooperação de todas as entidades públicas, cooperativas, mutualistas e privadas, de modo a desenvolver uma política eficaz e coerente;

- **Coordenação** – o Plano em questão necessita de um desenvolvimento coordenado, sendo para tal necessário uma articulação com os diferentes Ministérios e outras entidades públicas, cooperativas, mutualistas e privadas, através do estabelecimento de critérios e objectivos comuns, realizando-se intervenções sociais que primam pela eficácia e eficiência;
- **Proximidade e Adequação** – para que as necessidades das famílias sejam resolvidas com eficácia, é importante que os serviços, equipamentos e outros recursos que apoiam as famílias estejam próximos das mesmas;
- **Continuidade e Estabilidade** – os programas e acções que constituem este Plano devem procurar manter a continuidade e a estabilidade da Política da Família.

Para que seja possível constituir uma Política de Família que preze e fomente a família, é necessário que sejam seguidos certos objectivos que foram estabelecidos por este Plano:

- **Reconhecer e valorizar a família como unidade social base** – a família é a base da nossa sociedade, e para tal é necessário reconhecer e demonstrar o quanto esta instituição é importante através do destacamento das suas funções, responsabilidades, divulgação dos seus direitos e deveres, pelo incentivo das suas capacidades, de modo a que desenvolva as suas competências e responsabilidades;
- **Reforçar o carácter global e integrado das Políticas Sectoriais com incidência Familiar** – a Política de Família, ao ser universal e transversal, deve abranger diferentes sectores, sendo da responsabilidade do Coordenador Nacional para os Assuntos da Família a coordenação de projectos, programas e acções que atribuam à família a sua importância na sociedade, na realização das pessoas e da solidariedade entre gerações. Isto será possível se for assegurado e reforçado o carácter global e integrado das várias Políticas Sectoriais e Redistributivas com incidência Familiar;

- **Fomentar e promover a presença da família na sociedade, valorizando-a enquanto estrutura de coesão** – a família deve ser fomentada pela sociedade e pela Política de Família como um agente integrador, educador e estabilizador da sociedade. Deste modo, a estabilidade familiar é considerada como um elemento de coesão e estabilidade social;
- **Promover a solidariedade intergeracional e estimular a partilha de responsabilidades** – a Política de Família deve ter a preocupação em estimular a cultura de partilha de responsabilidades entre os familiares, bem como a solidariedade entre gerações. Para que exista uma Política Global de Família eficiente, devem ser disponibilizadas às famílias os recursos e meios necessários para que estas possam cuidar dos seus membros familiares mais frágeis e mais desprotegidos;
- **Proporcionar e promover condições de desenvolvimento do ciclo de vida familiar, bem como favorecer a estabilidade da família** – a família ao apresentar constantes mudanças e evoluções, torna necessário que existam estratégias concretas e eficazes perante as diferentes necessidades das famílias, contribuindo estas estratégias para o aparecimento de melhores condições educativas, económicas, laborais, sociais e culturais, que vão por sua vez facilitar a formação e manutenção da instituição familiar ao longo dos tempos;
- **Promover a conciliação entre as responsabilidades familiares e profissionais**– a partilha de responsabilidades e a conciliação entre a vida familiar e profissional são fundamentais para o equilíbrio saudável da sociedade e das suas famílias;
- **Apoiar as famílias com necessidades específicas** – as famílias mais carentes devem sofrer a intervenção de programas que estejam adequados às suas necessidades, possibilitando a concretização de uma Política Global de Família adequada às suas necessidades.

São nove as áreas de intervenção apresentadas por este Plano e que assumem um papel primordial na vida das famílias. O sucesso deste Plano implica uma interdependência das diferentes estratégias, tal como a participação de todos os intervenientes, pois apenas assim será possível criar uma Política Global de Família integrada. É particularmente relevante a articulação deste Plano com a legislação vigente e com as reformas em curso, tal como com a articulação com outros Planos Nacionais aprovados, nomeadamente o *Plano Nacional de Acção para a Inclusão (PNAI)*, o *Plano Nacional de Emprego (PNE)*, o *Plano Nacional para a Igualdade (PNI)* e o *Plano de Combate à Violência Doméstica (PNCVD)*.

Serão de seguida expostas as nove áreas de intervenção, tal como algumas das medidas características das áreas em questão, a tipo exemplificativo.

A primeira área de intervenção é designada por ***Família, Conjugalidade e Parentalidade***. Esta área consiste num desenvolvimento equilibrado da sociedade através de condições próprias ao desenvolvimento do ciclo familiar, possibilitando por sua vez opções de escolha e de gestão relacionadas com as responsabilidades familiares. Esta área de intervenção apresenta diversas medidas, tais como:

- Informar e garantir a divulgação dos direitos e deveres da instituição família;
- Apoiar e facilitar aos casais o acesso a serviços de orientação e aconselhamento conjugal, aumentando as atribuições dos gabinetes de mediação familiar;
- Criar e reforçar o número de meios extrajudiciais em sede de mediação familiar, havendo estruturas e diferentes formas de apoio disponíveis para os membros familiares, respeitando uma perspectiva de prevenção, proximidade e participação. Deste modo, pretende-se preservar a família como instituição basilar da nossa sociedade;
- Apoiar e facilitar às famílias o acesso a serviços de educação e de formação parental;
- Ao sensibilizar as famílias para a fomentação de uma economia familiar equilibrada e um consumo consciente pretende-se evitar o sobreendividamento das mesmas.

A ***Família, Infância e Juventude*** é a segunda área de intervenção deste Plano, demonstrando esta área o quanto é importante estimular estratégias que protejam e apoiem as crianças e famílias no desempenho das suas funções e responsabilidades.

Do variado elenco de medidas assumidas para esta área de intervenção, serão apresentadas as seguintes:

- Promover e valorizar uma cultura de respeito pela vida e pela criança;
- Aplicar mecanismos de bonificação das pensões das mulheres segundo o número de filhos, nos termos previstos pela Lei nº 32/2002, de 17 de Dezembro, onde ficaram aprovadas as bases gerais do Sistema de Segurança Social;
- Promover novas estratégias de conciliação da vida familiar e profissional, nomeadamente em matéria relativa à assistência a filhos menores, com especial atenção para as crianças até aos três anos de idade;
- O acesso a creches de Segurança Social devem dar primazia às crianças cujos pais estejam a trabalhar;
- Rever a lei de protecção de crianças e jovens, assegurando os recursos de protecção de crianças e jovens em risco, não ignorando as estratégias de apoio às famílias que coloquem em primeiro lugar o desenvolvimento das crianças no seu ambiente familiar, tal como o desenvolvimento de programas de formação parental.

A terceira área de intervenção abrange a temática ***Família, Educação e Formação***, sendo esta essencial para o desenvolvimento da família e da própria sociedade. A família é a instituição responsável pela primeira socialização das suas crianças, onde os pais desempenham um papel fundamental e insubstituível na educação dos seus filhos. O Estado tem a obrigação de apoiar as famílias nesta tarefa, através do desenvolvimento de estratégias que contrariem o abandono escolar, garantindo a

liberdade de ensino e uma escolaridade completa, tal como através de estratégias que reduzam o insucesso escolar e evitem situações de trabalho infantil ou inserção precoce no mercado de trabalho.

Algumas das medidas que deverão ser adoptadas consistem em:

- Reconhecer e atribuir valor à relação entre a escola e família quanto à temática educativa;
- Todos os projectos de âmbito local que incluam o incentivo e desenvolvimento de actividades e incluam serviços de apoio pedagógico a crianças, jovens e adultos, ao domicílio ou em salas de estudo, serão fortemente apoiados;
- Conceber estratégias de prevenção que sejam eficazes relativamente a situações de abandono escolar ou de exploração de mão-de-obra infantil, tentando obter um conhecimento aprofundado quanto às causas que originaram estas situações;
- Criação de “Bancos de Livros “ e “Feiras de Troca” que promovam a redução do custo dos manuais escolares e a possibilidade da sua reutilização;
- Acompanhar e apoiar as famílias que apresentam alguns sinais de disfunção e que se reflecte no comportamento assumido pela criança na escola;
- Instituir o Certificado “Escola Amiga da Família”, sendo este certificado atribuído aos estabelecimentos de ensino que se destaquem pela promoção atribuída à relação entre a família e a escola.

A *Família e o Envelhecimento* foi abordada como a quarta área de intervenção. Este Plano considera muito importante o apoio e o incentivo atribuído ao envelhecimento activo, reconhecendo que as acções dos mais idosos devem ser valorizadas, não esquecendo o importante papel que desempenham quer nas famílias, como na sociedade. Deve ser assim estimulada a solidariedade intergeracional, sendo esta uma importante arma de combate contra a exclusão e isolamento dos mais idosos, assumindo a família um papel preponderante na concretização deste objectivo. Porém,

devem ser estimuladas medidas que promovam a natalidade, pois estas acabarão por se reflectir na estabilidade familiar e serão importantes para a realização dos objectivos anteriormente mencionados.

Algumas medidas importantes desta temática consistem em:

- Combater a exclusão e o isolamento dos mais idosos, através de incentivos atribuídos às famílias que mantenham os idosos em casa;
- Apoiar as iniciativas de âmbito local que visem actividades e prestem serviços de apoio a pessoas idosas, nomeadamente o apoio domiciliário, acompanhamento, actividades de lazer, entre outras;
- Fomentar a participação dos reformados e pensionistas na sociedade, através de programas de apoio à infância e juventude;
- Divulgar e fomentar uma cultura positiva da velhice, através da promoção de estilos de vida activa, participativa e autónoma, segundo o *Plano Internacional de Acção sobre o Envelhecimento*;
- Sensibilizar a sociedade relativamente às questões demográficas, sua evolução e fortes alterações que se têm sentido em Portugal e na Europa.

A *Família e o Trabalho* é a quinta da área de intervenção que apresenta um forte impacto na nossa sociedade. A conciliação da vida profissional e da vida familiar é vista como um constante desafio, sendo cada vez mais importante promover o tempo livre das famílias, de modo a garantir a qualidade de vida das famílias e da sociedade.

Algumas medidas que deverão ser assumidas consistem em:

- Incentivar uma cultura de responsabilidade social nas empresas, através de uma maior consciencialização por parte dos empregadores e trabalhadores do papel desempenhado pelas empresas na própria sociedade;

- Apoiar todas as iniciativas e projectos que visem a criação de novas entidades, de postos de trabalho ou que contribuam para um aumento dos serviços de apoio à família, reflectindo-se nas economias locais;
- Esclarecer os trabalhadores quanto à utilização da licença de paternidade consagrada no Código do Trabalho;
- Criar estratégias que promovam o desenvolvimento de uma rede nacional de serviços e de equipamentos sociais de apoio à família;
- Estimular a formação credenciada de amas e de ajudantes familiares, assegurando a supervisão das actividades desenvolvidas por estes responsáveis;
- Apoiar todos os projectos e iniciativas de âmbito local que visem o desenvolvimento de actividades e executem serviços relativos à guarda de crianças, incluindo o “*baby-sitting*” e a assistência a crianças e jovens com dificuldades escolares, não esquecendo as actividades e serviços que incluam o acompanhamento dos mais idosos;
- Certificar as empresas com o título de “Empresa Amiga da Família” quando estas se destaquem relativamente a práticas de apoio à família;
- Adoptar estratégias que permitam o trabalho em part-time na Administração Pública;
- Criar incentivos quanto ao trabalho a part-time nas empresas.

A sexta área de intervenção será relativa à ***Família, Comunidade, Cultura e Lazer***. É importante incentivar as famílias a participarem mais nas suas comunidades, pois vai contribuir para a preservação dos valores sociais e culturais que são transmitidos entre gerações, originando uma sociedade mais justa e solidária.

Algumas das medidas consistem em:

- A elaboração e fomentação dos recursos de apoio às famílias que existem e se encontram disponíveis nos municípios ou freguesias, devendo ser um dos campos principais de actuação das autarquias;
- Alterar o regime jurídico de arrendamento urbano, de modo a que se reflectam melhores condições de acesso à habitação, sendo assim possível oferecer um maior apoio quanto às necessidades de habitação que são sentidas ao longo da vida familiar e segundo o tamanho do agregado familiar;
- As famílias puderem aceder gratuitamente aos Museus Nacionais, aos Palácios Nacionais, Monumentos e a outros locais no Dia Internacional da Família;
- Criar o *bilhete família*, possibilitando assim o acesso a bens e serviços culturais, através do desenvolvimento de programas específicos. O *bilhete família* seria um mecanismo de acesso dos membros familiares a esses bens e serviços culturais;
- Instituir o certificado “Município Amigo da Família” e atribuí-lo aos municípios que se destaquem pelas práticas desenvolvidas na promoção e apoio prestado às famílias;
- Desenvolver melhores acessos, não esquecendo os acessos que permitem uma melhor mobilidade das pessoas com deficiência, dos mais idosos e dos equipamentos destinados às crianças.

A *Família e a Saúde* é uma área na qual a família mais uma vez desempenha um papel preponderante na defesa e promoção do bem-estar dos seus membros. Para além da família ser responsável pelo incentivo de hábitos de prevenção e de estilos de vida, que por sua vez se reflectem no bem-estar dos seus membros, também é responsável pela criação das condições necessárias que permitam um acompanhamento próximo das famílias e da humanização dos cuidados de saúde.

Algumas medidas desta área de intervenção deverão consistir em:

- Aumentar a consciencialização das famílias quanto às responsabilidades existentes na educação para a saúde, divulgando informação que previna os acidentes domésticos, a segurança rodoviária, as doenças infecto-contagiosas, a saúde oral, a nutrição, a segurança, a higiene e saúde no trabalho e estilos de vida saudável;
- Fomentar a saúde escolar e o acompanhamento psicológico, tal como as acções realizadas entre a família, a escola e o centro de saúde, sendo estas acções encaradas como forma de prevenção;
- Desenvolver uma rede de cuidados contínuos, nomeadamente a prestação de apoio às famílias com doentes a seu cargo e reconhecer a importância desse acompanhamento a nível social, psicológico e fiscal;
- Fomentar e criar condições que permitam que os pais fiquem perto dos seus filhos quanto estes estiverem sujeitos a internamento hospitalar;
- Fomentar nas maternidades e nos centros de saúde a importância fundamental da relação pais/bebé, possibilitando a presença do pai, não deixando de promover a informação necessária quanto a esta etapa tão importante da vida;
- Certificar os centros de saúde com o título “Centro de Saúde Amigo da Família” quando estes se destacarem quanto ao apoio e acompanhamento disponibilizado às famílias.

A oitava área de intervenção deste Plano é relativa à ***Família e Sociedade de Informação***. Nesta área, as famílias são responsáveis pela divulgação e contribuição para o desenvolvimento das qualidades da sociedade de informação e de conhecimentos que permitam valorizar a família, na sua boa integração e no seu bom desenvolvimento, reflectindo-se na participação e realização pessoal dos seus membros.

Algumas das medidas que deverão ser adoptadas nesta área abrangem:

- Aumentar o interesse das famílias pelo conhecimento de novas tecnologias, fomentando a utilização destas tecnologias entre o seio familiar;
- Incentivar os media na promoção de programas e projectos pedagógicos que respeitem e incentivem os valores familiares;
- Desenvolver nos meios de comunicação social uma cultura positiva da velhice, através da importância atribuída às acções desempenhadas pelos mais idosos, destacando a experiência e o conhecimento destas pessoas;
- Atribuir o Prémio “Comunicação e Família” aos trabalhos informativos que destaquem temáticas familiares;
- Criar e desenvolver o Portal da Família;
- Atribuir um peso significativo à representatividade das famílias num órgão independente que avalie e regule os media.

A última área de intervenção é relativa às *Famílias e Segurança Social*. Nos nossos dias, existem múltiplos factores de instabilidade social que são os principais responsáveis pelas fragilidades sentidas pelas famílias. Para combater este tipo de fragilidades, é necessário desenvolver acções inclusivas e desenvolver uma cultura de partilha de riscos sociais. Este tipo de cultura poderá fomentar a solidariedade, aumentar a força inerente à justiça social, reflectindo-se numa maior dignidade das famílias.

Algumas das medidas subjacentes a esta área de intervenção deverão consistir em:

- Promover a diferenciação positiva relativa às prestações sociais para as famílias que tenham mais filhos e menos possibilidades económicas;
- Criar mecanismos de diferenciação positiva para aquelas famílias que acolhem ou mantêm os mais idosos em suas casas;

- Criar Centros de Noite para os idosos, aumentando a protecção e diminuindo o isolamento e insegurança nocturna sentida por estas pessoas mais fragilizadas;
- Apoiar todas as iniciativas e projectos de âmbito local que desenvolvam actividades e disponibilizem serviços de apoio a pessoas com deficiência e suas respectivas famílias, nomeadamente apoio domiciliário, acompanhamento e actividades de lazer;
- Fomentar a criação de comunidades de inserção que promovam a inclusão social de pessoas que estão marginalizadas, quer a nível social, como a nível profissional;
- Incentivar a contratação de mulheres desempregadas no ano posterior ao fim da licença de maternidade;
- Divulgar e fomentar o mecenato familiar;
- Criar e desenvolver modalidades de apoio a famílias jovens que apresentem ascendentes em situação de dependência.

Os *Cem Compromissos para uma Política da Família (2004-2006)* consiste num Plano que promove as famílias e a sua interdependência com as diferentes esferas da sociedade. Este Plano, ao ser concretizado, permitirá que se desenvolvam as condições necessárias para que a instituição família seja mais valorizada, consistindo em passos importantes quanto ao incentivo e apoio ao envelhecimento activo que abranje muitas famílias, apoiar aqueles que estão mais fragilizados mas que não deixam de ser membros das nossas famílias e incentivar a natalidade na sociedade.

Considerações Finais

Toda a Política Familiar parte do princípio de que a infância e a terceira idade necessitam de serem protegidas, sendo esta responsabilidade atribuída ao Estado e à sociedade.

As medidas adoptadas por certos países europeus (França, Alemanha, Irlanda, Itália, Espanha, Suécia e Dinamarca) abrangeram as várias necessidades que os países enfrentavam, havendo principalmente dois tipos de preocupações para com o conjunto de países anteriormente mencionados: o combate à pobreza, através de uma melhor distribuição do rendimento ou a resolução de problemas demográficos.

A baixa taxa de natalidade e o reduzido número de filhos altera os objectivos principais estabelecidos pela Segurança Social. As famílias com crianças de pouca idade acabam por assistir à diminuição dos seus rendimentos, contribuindo para este facto a ameaça da perda do posto de trabalho da mãe e os subsídios que não são suficientes para cobrir as despesas reais das famílias. A solução deveria consistir no aumento dos abonos (eventualmente em forma de pagamento ao pai ou à mãe que cuide das crianças) e no aumento dos serviços de guarda e cuidados prestados às crianças, permitindo aos pais manterem os seus postos de trabalho.

Os próximos anos enfrentam o desafio de melhorar e coordenar as medidas adoptadas relativamente à Segurança Social e aos cuidados prestados à infância e à velhice, havendo uma interligação com a Política de Emprego, no sentido de ajudar os diversos tipos de famílias a enfrentar as transformações socioeconómicas existentes na sociedade.

Serão apresentadas algumas sugestões relativas às Políticas dos Serviços Formais e Informais de cuidados prestados às crianças, às Políticas de Mercado de Trabalho e outras Políticas Sociais relevantes para a concepção de Políticas Familiares mais eficientes:

- **Políticas relativas aos Serviços Formais**

* A disponibilidade dos serviços formais para todas as famílias deverá ser a principal política adoptada na Europa. Uma vez que a universalidade dos serviços informais de cuidados prestados às crianças não é considerada como

uma garantia em nenhum país da Europa, os serviços formais tornam-se numa prioridade nas nações europeias. Contudo, sem financiamento público, a maioria das pessoas não poderá usufruir destes serviços. Se o acesso aos serviços formais se encontra limitado a certos segmentos da população, a desigualdade social surgirá e a igualdade entre géneros continuará ameaçada.

Em diversos países europeus (por exemplo em Portugal, na França, no Reino Unido, na Finlândia e na Itália) existem diversas falhas quanto à guarda e cuidados prestados às crianças. Actualmente, estes serviços não estão organizados de modo a se coadunarem com as horas atípicas de trabalho dos pais (uma vez que muitos pais têm que trabalhar durante os serões, durante as noites e fins-de-semana), quando as crianças ou pais se encontram doentes, durante as tardes após a escola das crianças e em férias escolares. Estas falhas dos serviços formais devem ser solucionadas principalmente quando existem famílias que não podem contar com redes de serviços informais. As crianças que se encontram nestas situações devem ter assegurado os cuidados de que necessitam por parte dos adultos.

* A flexibilidade nos horários de serviço e as próprias estruturas dos serviços formais é algo que ainda deixa muito a desejar nos países europeus. Actualmente, os serviços existentes ainda não são flexíveis o suficiente de modo a satisfazerem as necessidades individuais e os valores culturais das famílias, em muitos dos países europeus. Por vezes, pequenas mudanças nas práticas institucionais poderiam ser o suficiente para se assistir a melhorias significativas nos serviços formais.

*É necessário e fundamental uma mudança nos serviços formais, pois a provisão destes serviços devem deixar de ser planeados e organizados, de modo autónomo, por estes mesmos serviços. Os provedores destes serviços têm que reconhecer que apenas constituem uma parte de todo o conjunto relativo aos cuidados prestados às crianças. Consequentemente, os serviços informais devem ser aceites pelos serviços formais como estruturas de apoio que se encontram ao mesmo nível. Para os serviços formais, este facto implica uma cooperação e integração para com os serviços informais.

▪ **Políticas relativas aos Serviços Informais**

* Para que no futuro um aumento considerável de procura de serviços formais subsidiados seja evitado, as famílias devem começar a conciliar, de um modo mais eficaz, os serviços informais e a participação no mercado de trabalho (trabalho remunerado), uma vez que não tem mais sentido esperar que as mulheres abdicuem do seu trabalho remunerado quando surjam necessidades familiares relativas à prestação de cuidados.

* Toda a esfera das necessidades relativas às Políticas Sociais têm que ser avaliadas e reformuladas, tendo em conta o apoio concreto que estas políticas oferecem ou não quanto à conciliação do trabalho e da vida familiar.

* Os responsáveis pela prestação de cuidados às crianças devem ser capazes de conciliar simultaneamente a vida profissional com as suas responsabilidades relativas à prestação desses mesmos cuidados. Para esta conciliação, é muito importante que exista uma flexibilização do horário de trabalho. As famílias também necessitam de ter acesso a serviços que lhes dêem algum apoio, nomeadamente os serviços domiciliários, mas estes serviços devem ser adaptados às necessidades sentidas, quer por quem presta este serviço, quer por quem recebe este serviço.

▪ **Políticas relativas ao Mercado de Trabalho**

* O aumento das horas atípicas de trabalho resultaram num elevado custo para o bem-estar das famílias e num aumento dos custos financeiros para as autoridades locais. Deste modo, é importante que exista a consciência de que os empregadores beneficiam com o aumento das horas atípicas de trabalho, mas não se sabe como é que os empregadores vão suportar os custos desta tendência.

* A flexibilidade do horário de trabalho é compreendida como um método em que deveria beneficiar as economias nacionais e a autonomia dos trabalhadores. Porém, as famílias não podem usufruir da flexibilidade do horário de trabalho, tornando-se muito difícil a conciliação entre o trabalho e as suas responsabilidades familiares. A ênfase atribuída à flexibilidade do horário de trabalho nas políticas deve ser alterado: as políticas devem promover oportunidades de escolha para os trabalhadores, de modo a que estes consigam mais facilmente conciliar a sua vida profissional com as suas responsabilidades familiares.

* Aos trabalhadores deve ser dada a possibilidade de utilização de licenças que permitam a prestação de cuidados a membros dependentes, tal como usufruírem do trabalho em part-time. Após a utilização desta licença ou do período em que trabalharam a tempo parcial, deve estar assegurado para os trabalhadores o regresso ao seu local de trabalho.

▪ **Outras Políticas Sociais**

* As Políticas de Habitação são necessárias para que haja uma boa execução dos cuidados prestados aos membros dependentes. Se o local ou o ambiente onde são prestados estes cuidados oferecerem alguns tipos de barreiras físicas, a prestação de cuidados às crianças ou idosos torna-se difícil e começa a ser onerosa. Ao pretender tornar os serviços informais possíveis, as Políticas de Habitação devem oferecer oportunidades para que as diferentes gerações e membros familiares vivam mais próximos, de modo a facilitar a execução desses mesmos serviços.

* Se as famílias não tiverem condições económicas que lhes possibilitem a utilização de serviços formais, estas famílias e os responsáveis pelos serviços informais são deixados numa situação precária. Deste modo, as Políticas da Segurança Social são importantes devido aos apoios financeiros que disponibilizam, possibilitando a utilização dos serviços formais. A disponibilidade de serviços de prestação de cuidados aos membros

dependentes deve estar assegurada para toda a população. De modo a alcançar um maior equilíbrio entre o género quanto à partilha das responsabilidades da prestação de cuidados, é necessário que a participação masculina nestas tarefas seja suportada pelas Políticas da Segurança Social.

* O trabalho social encontra-se fortemente relacionado com as condições materiais das famílias, com a violência doméstica e outros tipos de problemas. Porém, a falta de prestação de cuidados é um problema social tão grave como os pequenos rendimentos das famílias. Deste modo, o trabalho social deveria desenvolver as suas práticas profissionais e aumentar a atenção disponibilizada quanto aos suportes familiares, através da provisão de serviços funcionais e com qualidade. O trabalho social também é fundamental quanto ao equilíbrio de redes de apoio que auxiliem os mais idosos, proporcionando-lhes uma melhor qualidade de vida.

Torna-se necessário que as políticas acabem com certas dicotomias que são a causa de muitos problemas: os cidadãos europeus não são apenas trabalhadores ou apenas responsáveis pelos seus membros familiares dependentes, mas desempenham simultaneamente estes dois papéis. As crianças não precisam apenas de serviços formais ou de serviços informais: necessitam da conciliação de ambos os serviços, sendo necessário a sua integração na vida quotidiana das famílias.

Para encarar de forma mais eficiente e eficaz os desafios do futuro, torna-se necessário que as Políticas Familiares e as outras Políticas se encontrem associadas na elaboração e execução dos seus objectivos, sendo apenas assim possível o bem-estar e uma boa qualidade de vida para as famílias europeias.

Referências Bibliográficas

- Affichard, Joëlle et al. (1998), “Familles et politiques: les difficultés des comparaisons en Europe”, *La situation sociale dans les États membres de l’Union Européenne*, Dublin, Fondation Européenne pour l’amélioration des conditions de vie et du travail.
- Anstee, Margaret J. (1990), “Integrating Social and Family Policy for the 90`s Opening Address” in *European Conference – Integrating Social and Family Policy for the 90`s*, Malta, Ministry for Social Policy, p. 60-65.
- Amaro, Rogério Roque (2004), “Baby-Sitting Social – Carnide inova na Economia Social” in *Revista Cidade Solidária*, Nº 11, Lisboa, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, p.86-89.
- Bánfalvi, István (1990), “Hungary: Shaping a Policy to Accept various Patterns of Family Lifestyles” in *European Conference – Integrating Social and Family Policy for the 90`s*, Malta, Ministry for social Policy, p. 169-175.
- Barreto, António (2000), *A Situação Social em Portugal 1960-1999 – Indicadores Sociais em Portugal e na União Europeia*, Vol. II, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Bégeot, F. et J.A.Fernandez-Cordon (1997), “ La Convergence Démographiques au-delà des Diffèrences Nationales” in *La question Familiale en Europe*, Paris, L`Harmattan Logiques Sociales, p. 33-60.
- Benham, Diamchid (1990), “ Unesco`s Role in Sensitizing Governments to Family Problems” in *European Conference – Integrating Social and Family Policy for the 90`s*, Malta, Ministry for Social Policy, p. 151-153.

- Berner, Manuela e Gerold Mikula (2002), “Reconciliation of Work and Family Life: external resources for families in Austria, Belgium, Germany, Italy, the Netherlands, Portugal and Switzerland” in *EU-Project Famwork – Family life and Professional Work: Conflict and Synergy*, Graz, University of Graz – Department of Psychology.

- Bertram, Hans (1994), *Future of the Family. The Family in Europe at the close of the Century*, Bonn, Ministry for the Family, The Elderly, Women and Youth.

- Björnberg, Ulla (1997), “Les limites culturelles et politiques d’une transformation des rôles familiaux” in *La question Familiale en Europe*, Paris, L’Harmattan Logiques Sociales, p. 221-235.

- Bradshaw, Jonathan (1997), *Le coût de l’enfant : quelle politiques publiques en Europe ? Futuribles analyse et prospective*, France, Futuribles Sarl.

- Brannen, Julia (1994), “Reconciling Employment and Family Lives: Equalities and Inequalities”, in a Research Workshop *Families, Labour Markets and Gender Roles*, Dublin, European Foundation for the Improvement of Living and Working, Centre For Research on Family Life and Employment, Thomas Coram Research.

- Burniaux, Jean-Marc (s.d.), *Projects for Female Participation in an Ageing World*, Paris, OECD Publications Services – Economics Department.

- Carone, Giuseppe *et al.* (2004), *Indicators of Unemployment and Low-Wages Traps*, Paris, OECD Publications Services – Directorate for Employment, Labour and Social Affairs.

- Castro, José Ribeiro e (2000), *A Família e as Políticas de Família na União Europeia – Jornadas de Estudo*, Vilamoura, Grupo União para a Europa das Nações.

- Coeffard, Alain (1990), “Framework of the European Community’s Future Activities” in *European Conference – Integrating Social and Family Policy for the 90’s*, Malta, Ministry for Social Policy, p. 147-150.

- Comisión Interinstitucional de Família (2000,), *Plan Interinstitucional de Apoyo a las Familias con Hijos e Hijas*, Comunidad Autónoma del País Vasco, Comisión Interinstitucional de Família.
- Comissão Europeia (2004), *A Situação Social na União Europeia em 2004 – Síntese*, Luxemburgo, Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- Comissão das Comunidades Europeias (1996), *Relatório da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu – A Situação Demográfica na União Europeia*, Bruxelas, Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- Commaille, Jacques et François de Singly (1997), “L`Avenir Politique de la Question Familiale en Europe” in *La Question Familiale en Europe*, Paris, L`Harmattan Logiques Sociales, p. 307-326.
- Commission of the European Communities (1991), *Study on the Relationship between Female Activity and Fertility*, Vol. 2, Brussels, Directorate General, Employment, Industrial Relations and Social Affairs.
- Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (2001), *Guia de Boas Práticas para a conciliação da Vida Familiar e Profissional*, Lisboa, Ministério do Trabalho e Solidariedade – Departamento de Estudos, Prospectiva e Planeamento.
- Comissão de Peritos sobre a Conciliação entre a Vida Profissional com a Vida Familiar (1992), *Resposta Nacional ao Questionário sobre a conciliação da Vida Profissional com a vida Familiar numa Política de Igualdade de Oportunidades*, Lisboa, Conselho da Europa.
- Conselho Consultivo da CNAFA (2003), *Plano de Acção da Política Global e Integrada de Família 2004-2006*, Lisboa, Ministério da Segurança Social, da Família e da Criança.
- Cruz, Rute e Carla Machado (2004), “Núcleos Familiares Monoparentais” in *Revista de Estudos Demográficos*, nº 35, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, p.37-141.
- Davis, Margaret Fine (1994), “Changing Attitudes to the Role of Women”, in a *Research Workshop Families, Labour Markets and Gender Roles*, Dublin, European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions

- Departamento de Bienestar Social, Deporte y Juventud (2001), *Plan de Apoyo a la Familia – un marco estratégico para el fortalecimiento de nuestra sociedad, Actuación, Valoración Económica y Seguimiento*, Navarra, Departamento de Bienestar Social, Deporte y Juventud.
- Direcção de Serviços de Informação e Análise (1998), *Mortalidade Infantil, Perinatal e Materna*, Lisboa, Direcção Geral da Saúde.
- Ditch, John, Helen Barnes, Jonathan Bradshaw e Mafella Kilkey (1996), *A Synthesis of National Family Policies*, Inglaterra, European Commission – Employment & Social Affairs.
- Drew, Eileen, Ruth Emerek e Evelyn Mahon (1995), *Families, Labour Markets and Gender Roles: a Report on European Research Workshop*, Luxemburgo, European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions-Office for Official Publications of European Conditions.
- Donati, Pierpaolo (1990), “Towards an Integrated and Synergized Social Policy: Concepts and Strategies” in *European Conference – Integrating Social and Family Policy for the 90`s*, Malta, Ministry for Social Policy, p. 86-104.
- Dooghe, D. e N. Appeton (1995), *Eldery Women in Europe*, Leuven, Centrum voor Bevolkings.
- Dumon, Wilfred (1997), “Les Incertitudes des Politiques à l`égard de la Famille” in *La Question Familiale en Europe*, Paris, L`Harmattan Logiques Sociales, p. 81-103.
- Dumon, Wilfred (1990), “The Interplay between the actors in Social and Family Policy: networking of groups” in *European Conference – Integrating Social and Family Policy for the 90`s*, Malta, Ministry for Social Policy, p. 113-127.
- Emerek, Ruth, (1994), “A Typical Working Time: Examples from Denmark” in a Research Workshop *Families, Labour Markets and Gender Roles*, Dublin, European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions - Department of Planning and Development, Aalborg University.
- European Commission (2004), *Social Protection in the Member States of the European Union, of the European Economic Area and in Switzerland*, Brussels, European Commission – Directorate-General for Employment and Social Affairs.

- European Commission (2003), *The Social Situation in European Union*, Luxembourg, Office for Official Publications of the European Communities.
- European Commission, Directorate General Employment, Industrial Relations and Social Affairs (1996), *European Commission Network on Childcare and other Measures to reconcile Employment and Family Responsibilities*, Brussels, Equal Opportunities Unit.
- European Commission (1994), *Family Cycle and Growth in Women's Part-time employment in Western European Countries*, Brussels, European Commission-Directorate General Employment, Industrial Relations and Social Affairs.
- European Communities (2004a), *How Europeans Spend Their Time Everyday Life on Women and Men: Data 1998-2002*, Luxembourg, Office for Official Publications of the European Communities.
- European Communities (2004b), *Study of Low Fertility in the Regions of the European Union: Places, Periods and Causes*, Luxembourg, Office for Official Publications of the European Communities.
- European Communities (2004c), *Living Conditions in Europe: Statistical Pocketbook: data 1998-2002*, Luxembourg, Office for Official Publications of the European Communities.
- Eurostat (2004a), "People in Europe 1" in *Etat Yearbook 2004*, Brussels, Eurostat.
- Eurostat (2004b), "Population Statistics" in *Theme 3 - Population and Social Conditions*, Brussels, Eurostat, p. 11-24 ; 37-101.
- Eurostat (2004c), "Statistics in Focus" in *Theme 3 - Population and Social Conditions*, Brussels, Eurostat, p. 1-7.
- Eurostat (2003), "People in Europe 1" in *Etat Yearbook 2002*, Brussels, Eurostat, p. 1-30.

- Fernandes, Ana Alexandre (2001), “A Questão Demográfica: do Declínio da Fecundidade a um Debate sobre a Política Familiar” in *Demografia & Dinâmicas*, Lisboa, ISCTE, p. 1-4.
- Ferrão, João (1997), “Destinos Cruzados: Estruturas e Processos da Homogamia” in *Análise Social*, Nº 144, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.
- Ferrera, Maurizio (1993), *EC Citizens and Social Protection, Main Results From a Eurobarometer Survey*, Itália, Universidade de Pavia.
- Flaquer, Lluís (2000), “Las Políticas Familiares en una Perspectiva Comparada” in *Colección Estudios Sociales Número 3*, Barcelona, Fundación La Caixa.
- Florence, Jaumotte (2003), “Female Labour Force Participation: Past Trends and Main Determinants in OECD Countries” in *Working Papers No.376*, Paris, OECD Publications Services – Economics Department, p.3-66.
- Foschi, Franco (1990), “Priorities in Social Family Policies of the Council of Europe” in *European Conference – Integrating Social and Family Policy for the 90`s*, Malta, Ministry for social Policy, p. 138-142.
- Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e do Trabalho (2001), *Emprego no Sector dos serviços de Apoio às famílias*, Luxemburgo, Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- Gauthier, Anne (1993), *Family Policies in the EC countries*, Oxford, Oxford University.
- Generalitat de Catalunya - Departamento de Bienestar Social (1999), *Estudio Comparativo sobre las Políticas Familiares en la Unión Europea*, Cataluña, Departamento de Bienestar Social.
- Ghiotti, Renzo (1990), “San Marino: Development of Social Service since the Fifties” in *European Conference – Integrating Social and Family Policy for the 90`s*, Malta, Ministry for social Policy, p. 185-188.

- Giovannini, Dino (1994), “Are Fathers Changing? Comparing some different images on sharing childcare and domestic work”, in a Research Workshop *Families, Labour Markets and Gender Roles*, Dublin, European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions – Department of Educational Sciences, University of Bologna.
- Guibentif, Pierre e Denis Bouget (1997), *As Políticas de Rendimento Mínimo na União Europeia*, Lisboa, União das Mutualidades Portuguesas.
- Gregg, Paul *et al.* (2003a), *The Employment of Married Mothers in Great Britain: 1974-2000*, University of Bristol, CMPO.
- Gregg, Paul *et al.* (2003b), *The Effects of Early Maternal Employment on Child Development in the UK*, University of Bristol, CMPO.
- Gregg, Paul e Susan Harkness (2003a), *Welfare Reform and Lone Parents Employment in the UK*, University of Bristol, CMPO.
- Gregg, Paul e Susan Harkness (2003b), *Lone Mums Going Back to Work: How Effective are Current Policies?* University of Bristol, CMPO.
- Gregg, Paul e Liz Washbrook (2003), *Working Mums: What Impact on children`s Early Years Development?*, University of Bristol, CMPO.
- Halonen, Tarja (1990), “Finland: New Approach to Social Welfare Policies” in *European Conference – Integrating Social and Family Policy for the 90`s*, Malta, Ministry for Social Policy, p. 163-168.
- Hantrais, Linda (2003), “Policy Relevance of Family and Welfare Research” in *Family & Welfare 2003*, Brussels, European Commission – Directorate-General for Research, Information and Communication Unit, p. 5-111.
- Hantrais, Linda (1997), “La Régulation Socio-Politique de la Relation Travail Famille” in *La Question Familiale en Europe*, Paris, L`Harmattan Logiques Sociales, p. 105-116.
- Hespanha, Pedro e Sílvia Portugal (2002), *A Transformação da Família e a Regressão da Sociedade-Providência*, Porto, Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente (Comissão de Coordenação da Região do Norte).

- Huet, Maryse e Frédérique Leprince (1994), *Comité d'Experts sur la Conciliation et la vie professionnelle et de la vie familiale*, Strasbourg, Council of Europe.
- INE (1998), *Anuário Estatístico de Portugal*, Lisboa, INE.
- Inglott, Peter Sarraceno (1990), “Report of The six Workshoops” in *European Conference – Integrating Social And Family Policy for the 90`s*, Malta, Ministry for Social Policy, p. 41-45.
- Kaufmann, Franz-Xaver (1997), “Les états Providence Européennes dans leur Rapport avec la Famille” in *La Question Familiale en Europe*, Paris, L'Harmattan Logiques Sociales, p.121-133.
- Kessler, Francis (s.d.), 2002 : *Many Ways of Remodelling Social Protection*, s.l.,s.ed.
- Krassowski, Andrzej (1990), “Goals for a United Nations International Family Year” in *European Conference – Integrating Social and Family Policy for the 90`s*, Malta, Ministry for Social Policy, p. 128-131.
- Kröger, Teppo (2001), “Report 1, Comparative Research on Social Care – the State of the Art” in *Soccare Project*, Brussels, European Commission.
- Lalumière, Catherine (1990), “Integrating Social and Family Policy for the 90`s Opening Address” in *European Conference - Integrating Social and Family Policy for the 90`s*, Malta, Ministry for Social Policy, p. 55-59.
- Larsen, Trine P.e Jan Hadlow (2003), “Workpackage 3, Multi-career Families, Work and Care in Finland, France, Italy, Portugal and United Kingdom” in *Soccare Project*, Finland, Department of Social Policy and Social Work.
- Leira, A.(1994), “Working Mothers and Welfare States” ” in a Research Workshop *Families, Labour Markets and Gender Roles*, Dublin, European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions.

- Lima, Maria Fernanda e Paulo C. Soares (1994), *A Família*, Vol. I, Tomo II Lisboa, Assembleia da República.
- Lutz, Wolfgang (1999), “Determinants of Low Fertility and Ageing Prospects for Europe” in *Family Issues Between Gender and Generations*, Vienna, European Observatory on Family Matters.
- Machado, Rita Pinto (1998), *Comité dos Altos Funcionários Responsáveis pelos Assuntos da Família – Unidade para a Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens e para os Assuntos da Família e Criação*, Bruxelas, Comissão Europeia.
- Mariller, Noëlle (1997), “Le Statut des Femmes”, *Démographie et Famille in Informations Sociales*, N° 58, Paris, Ministère du Travail et des Affaires Sociales, CNAF.
- Martí, Ignacio e Maria Nuria Chinchilla (2002), *Políticas Familiares en España: un Estudio Comparativo com el Resto de Estados Miembro de la Unión Europea*, Navarra, IESE Business School, Universidad de Navarra.
- Martin, Claude e Antoine Vion (2002), “Workpackage 2, Lone Parent Families, Work and Social Care : A qualitative comparison of care arrangements in Finland, Italy, Portugal, the United Kingdom and France” in *Soccare Project*, Finland, Department of Social Policy and Social Work.
- Martin, Claude et al. (2001), “Workpackage 3, Care Arrangements in multi-career Families, National Report: France” in *Soccare Project*, Finland, Department of Social Policy and Social Work.
- Matlary, Janne Haaland (s.d.), *Os Direitos da Maternidade*, Oslo, Universidade de Oslo – Departamento de Ciência Política e ARENA.
- McRae, Susan (1994), “Part-time employment in a European Perspective: Good or Bad for Women?”, ” in a Research Workshop *Families, Labour Markets and Gender Roles*, Dublin, European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions – Policy Studies Institute, London.
- Mendes, Rita Veloso (2004), “Paternidade, um processo partilhado” in *Revista Cidade Solidária*, N° 11, Lisboa, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

- Ministério do Emprego e da Segurança Social – Direcção Geral da Família (1994), *Conferência Luso-Alemã – As Políticas Familiares na União Europeia*, Lisboa, Fundação Konrad Adenauer.
- Nazareth, Manuel (s.d), *Que Política Demográfica e Familiar para Portugal?*, (s.l), (s.d).
- Nielson et. al. (2003), *Does the Gap in Family –Friendly Policies Drive the Family Gap ?*, Aarhus, University of Aarhus – Department of Economics.
- Norris, (s.d.),“ Class, Gender and Equal Opportunities”, in a Research Workshop *Families, Labour Markets and Gender Roles*, Dublin, European Foundation for the Improvement of Living and Working.
- OECD (2004a), “Clocking in and Clocking out: Recent Trends in Working Hours” in *OECD Observer*, OECD Publications Services, p. 1-6.
- OECD (2004b), *Benefits and Wages – OECD Indicators*, Paris, OECD Publications Services.
- OECD (2004c), *OECD Employment Outlook*, Paris, OECD Publications Services.
- OECD (2004d), *Babies and Bosses – Reconciling Work and Family Life: New Zealand, Portugal and Switzerland*, Vol.III, Paris, OECD Publications Services.
- OECD (2003a), *Society at a Glance – OECD Social Indicators*, Paris, OECD Publications Services.
- OECD (2003b), *Babies and Bosses – Reconciling Work and Family Life: Austria, Ireland and Japan*, Vol.II, Paris, OECD Publications Services.
- OECD (2003c), *Benefits and Wages Country Chapter: Finland 2002*, Paris, OECD Publications Services.

- OECD (2003d), *Benefits and Wages Country Chapter: Portugal 2002*, Paris, OECD Publications Services.
- OECD (2003e), *Benefits and Wages Country Chapter: United Kingdom 2002*, Paris, OECD Publications Services.
- OECD (2003f), *Benefits and Wages Country Chapter: Sweden 2002*, Paris, OECD Publications Services.
- OECD (2003g), *Benefits and Wages Country Chapter: The Netherlands 2002*, Paris, OECD Publications Services.
- OECD (2003h), *Benefits and Wages Country Chapter: Luxembourg 2002*, Paris, OECD Publications Services.
- OECD (2003i), *Benefits and Wages Country Chapter: France 2002*, Paris, OECD Publications Services.
- OECD (2003j), *Benefits and Wages Country Chapter: Italy 2002*, Paris, OECD Publications Services.
- OECD (2003k), *Benefits and Wages Country Chapter: Greece 2002*, Paris, OECD Publications Services.
- OECD (2003l), *Benefits and Wages Country Chapter: Denmark 2002*, Paris, OECD Publications Services.
- OECD (2003m), *Benefits and Wages Country Chapter: Germany 2002*, Paris, OECD Publications Services.
- OECD (2003n), *Benefits and Wages Country Chapter: Belgium 2002*, Paris, OECD Publications Services.
- OECD (2003o), *Benefits and Wages Country Chapter: Austria 2002*, Paris, OECD Publications Services.
- OECD (2003p), *Benefits and Wages Country Chapter: Spain 2002*, Paris, OECD Publications Services.

- OECD (2003q), *Benefits and Wages Country Chapter: Ireland 2002*, Paris, OECD Publications Services.
- OECD (2002), *Babies and Bosses – Reconciling Work and Family Life: Australia, Denmark and the Netherlands*, Vol.I, Paris, OECD Publications Services.
- OECD (s.d.a), *Employment, Child Care and Taxes : Putting more Women to Work – the role of taxation*, Paris, OECD Publications Services.
- OECD (s.d.b), *Raising Women`s Employment Rate Would Help to face Demographic Challenge*, Paris, OECD Publications Services.
- Olalla, Rosina Santa (1990), “ Towards a UN Charter for the Family” *in European Conference – Integrating Social and Family Policy for the 90`s*, Malta, Ministry for social Policy, p. 132-137.
- Papadopoulos, Theodoros (1994), “Childcare Policy in Greece: a comparative perspective”, *in a Research Workshop Families, Labour Markets and Gender Roles*, Dublin, European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions.
- Perista, Heloísa e Margarida Chagas Lopes (1999), “A Licença de Paternidade – Um Direito Novo para a Promoção da Igualdade” *in Coleção Estudos, Série A -Estudos Gerais*, Lisboa, Ministério do Trabalho e da Solidariedade, Departamento de Estudos, Prospectiva e Planeamento.
- Piasek, Joanna Strarega (1990), “ Poland: Social Policy – its results and goals” *in European Conference – Integrating Social and Family Policy for the 90`s*, Malta, Ministry for Social Policy, p. 182-184.
- Pinto, Marieta (1993), *Situação Actual da Família Portuguesa*, Vol.I, Lisboa, Ministério do Emprego e da Segurança Social.
- Poeschl, Gabrielle (2000), “Trabalho Doméstico e Poder Familiar: práticas, normas e ideais” *in Análise Social*, Nº 156, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.

- Portugal, Sílvia (2000), “ A igualdade nas Políticas de Família” in *Revista Ex-Aequo*, Oeiras, Celta Editora.
- Presidência do Conselho de Ministros (1999), *Plano para uma Política Global de Família*, Lisboa, Gabinete da Alta Comissária para a Igualdade e Família.
- Presidência Portuguesa da União Europeia (2000), “ The Responsibility of Social Partners” in *Comunicações – Abertura*, Évora, Comissão Europeia.
- Presvelou, Clio (1990), “Social and Family Policies in Europe Today” in *European Conference – Integrating Social and Family Policy for the 90`s*, Malta, Ministry for Social Policy, p.75-85.
- Procuradoria Geral da República (2005a), *Regime de Licença de Maternidade e Paternidade – Índice*, Vol. I, Lisboa, Procuradoria Geral da República – Gabinete de Documentação e Direito Comparado.
- Procuradoria Geral da República (2005b), *Regime de Licença de Maternidade e Paternidade – Índice*, Vol. II, Lisboa, Procuradoria Geral da República – Gabinete de Documentação e Direito Comparado.
- Ray, J.C. (1997), “The Role of Demographic and Economic Characteristics of twelve member states of European Union in the Diversity of State Support for Families” in *Journal of European Social Policy*, Vol.VII, London, Sage Publications.
- Repo, Katja (2001), “ Workpackage 3, Care Arrangements in multi-career families: Finland, Improving Human Potential and Socio-Economic Knowledge Base” in *Soccare Project*, Finland, Department of Social Policy and Social Work.
- Rubellin-Devichi, Jacqueline (1997), “La Permanence des Spécificités Nationales en Droit de La Famille” in *La question Familiale en Europe*, Paris, L’Harmattan Logiques Sociales, p. 61-77.
- Salido, Olga (2002), *La Participación Laboral de las Mujeres en España: cifras para un debate*, Madrid, Universidad Complutense de Madrid.

- Salvage, Ann V. (1995), *Who Will Care? Future prospects for family care of older people in European Union*, Ireland, European Foundation of the Improvement of Living and Working Conditions.
- Saraceno, Chiara (1997), *Sociologia da Família*, Lisboa, Editorial Estampa.
- Schultheis, Franz (1997), “La contribution de la Famille a la Reproduction Sociale: une affaire d’état” in *La question Familiale en Europe*, Paris, L’Harmattan Logiques Sociales, p. 239-256.
- Secretaría General de Asuntos Sociales del Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales (2001), “Plan Integral de Apoyo a la Familia” in *Revista del Ministerio de Trabajo e Asuntos Sociales*, Nº 40, Madrid, Secretaría General de Asuntos Sociales del Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales, p. 105-124.
- Segalen, Martine (1999), *Sociologia da Família*, Lisboa, Terramar.
- Sgritta, Giovanni B. (1997), “Solidarité Étatique versus Solidarité Familiale – La Question des Générations” in *La question Familiale en Europe*, Paris, L’Harmattan Logiques Sociales, p.201-217.
- Sipilä, Jorma *et al.* (2003), “Report 6, Final Report- Families, Work and Social Care in Europe: A qualitative study of care arrangements in Finland, France, Italy, Portugal and United Kingdom” in *Soccare Project*, Finland, Department of Social Policy and Social Work.
- Sleenbos, Joëlle E. (2003), “Low Fertility Rates in OECD Countries: Facts and Policy Responses” in *OECD Social, Employment and Migration Working Papers, No.15*, Paris, OECD Publications Services, p.9-63.
- Sousa, Marta Homem e (s/d.), *Análise do Comportamento das Despesas das Famílias em Portugal*, Lisboa, Gabinete de Estudos e Conjuntura – INE.
- Steenvoorden, M.A.G.A et al (1993), *Family Care of the Older Eldery: casebook of initiatives*, Dublin, Netherlands Institute of Care and Welfare.
- Torres, Anália Cardoso e Francisco Vieira da Silva (1998), *Guarda das Crianças e Divisão do Trabalho entre Homens e Mulheres*, Lisboa, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia/ISCTE.

- Veenis, Els (1994), Working Parents: “Experience from the Netherlands” in a Research Workshop *Families, Labour Markets and Gender Roles*, Dublin, European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions- Department of General Social Science, Utrecht University.
- Voirin, Michel (1990), “Family and Social Policy” in *European Conference – Integrating Social and Family Policy for the 90`s*, Malta, Ministry for Social Policy, p.154-156.
- Wall, Karin e Cristina Lobo (1999), “Famílias Monoparentais em Portugal” in *Análise Social, Vol. 34*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, p. 123-145.
- Washbrook, Liz (2003), *Mummy`s Back: The Effects of Maternity Rights on Mothers` Return to Work*, University of Bristol, CMPO.
- Wicks, Malcolm (1990), “How Families look at Social Policy” in *European Conference – Integrating Social and Family Policy for the 90`s*, Malta, Ministry for Social Policy, p.107-112.
- Wintersberger, Helmut (1990), “Synopsis of the Plenary Session” in *European Conference – Integrating Social and Family Policy for the 90`s*, Malta, Ministry for Social Policy, p.32-40.
- Woods, Michael (1990), “ Ireland: Need for Integrating Economic and Social Policies” in *European Conference – Integrating Social and Family Policy for the 90`s*, Malta, Ministry for social Policy, p. 176-181.

Sites Consultados

- [http:// www. carloscoelho.org](http://www.carloscoelho.org)
- <http:// www. cleofas.com.br>
- [http://www. zenit.org/portuguese/mainhp.phtml](http://www.zenit.org/portuguese/mainhp.phtml)
- http://europa.eu.int/comm/employment_social/eoss/index_en.html
- <http://www.agencia.eclesia.pt>
- <http://www.apdemografia.pt/boletim1.PDF>
- <http://www.3.europarl.eu.int/omk/omnsapir.so/calendar>
- <http://www.ine.pt>
- <http://europa.eu.int/comm/Etat>
- <http:// coe.int/>
- <http:// www.oecd.org/>
- <http://www.unece.org/stats/archive/docs.date.e.htm>
- <http://w3.unece.org/stats/scriptsdb/showResults.asp>
- <http://www.eurofound.ie/index.htm>
- http://europa.eu.int/comm/employment_social/soc-prot/missoc98/english/f_main.htm
- http://www.estudios.Lacaixa.comunicacions.com/webes/estudis.nsf/wurl/pfes003cos_esp
- <http://www.pastoralfamiliarcnbb.org.br/arq/Oficina09Pol%c3%Adictasfamiliares-Pe%5B1%5D.Petrine.doc>
- http://www.vatican.va/roman_curia/secretariat_state/2004/documents/RC_seg-sl_20040206_yearfamily_po.html
- <http://www.apfm.com.pt/Cadernos/Cadernos2/caderno2a4.PDF>
- <http://www3.planalfa.es/irhcordoba/document/hetfeld.htm>
- <http://www.sendadigital.com/familiasnumerosas/muestranoticia.asp?contador=%20150>
- <http://www.fanoc.org/index.php3/noticias/noticias/584.htm>
- <http://www.fanoc.org/index.php3/congresso/ponencias>
- [http://www.uni-ab.pt/~porto/textos/Fatima Alves/ fatimaweb3-176.htm#item.o](http://www.uni-ab.pt/~porto/textos/Fatima%20Alves/fatimaweb3-176.htm#item.o)

- http://noticias.juridicas.com/base_datos/CCAA/ca-118-2003.html
- <http://www.fanoc.org/index.php3/noticias/actualidad/545.htm>
- <http://www.fanoc.org/index.php3/noticias/actualidad/584.htm>
- <http://www.fanoc.org/index.php3/noticias/actualidad/529.htm>
- <http://www.fanoc.org/index.php3/noticias/actualidad/461.htm>
- <http://www.fanoc.org/index.php3/noticias/actualidad/477.htm>
- <http://www.fanoc.org/index.php3/noticias/actualidad/453.htm>
- <http://www.fanoc.org/index.php3/noticias/actualidad/442.htm>
- <http://www.fanoc.org/index.php3/noticias/actualidad/437.htm>
- <http://www.iese.edu/research/pdfs/OP-02-1.pdf>
- <http://www.ceu.es/fnd/carmen%20carron.pdf>
- <http://www.ceu.es/fnd/joaquin%20diaz.pdf>
- <http://www.ceu.es/fnd/dolores%20ruiz.pdf>
- <http://www.issa.int/pdf/anvers03/topic2/bradshaw.pdf>
- <http://www.issa.int/pdf/anvers03/topic2/2schmahl.pdf>
- <http://www.issa.int/pdf/anvers03/topic2/2sirovatka.pdf>
- <http://www.issa.int/pdf/anvers03/topic2/1steck.pdf>
- <file:///C:/WINDOWS/Temporary%20Internet%20Files/Content.IES/OWH2ECGC/283,Diapositivo>
- <http://www.iser.essex.ac.uk/epag/pubs/>
- <http://www.datashop.org>
- <http://www.dst.dk/bibliotek>
- <http://www.eu-datashop.de/>
- <http://tilastokeskus.fi/tk/kk/datashop/>
- <http://www.scb.se/tjanster/datashop/datashop.asp>
- <G:\line\maria\comparativereport.doc>
- <http://www.uta.fi/laitokset/sospol/soccar>
- <http://www.eu-project-famwork.org>

- http://www.coe.int/t/e/social_cohesion/population/Publications
- <http://www.oeaw.ac.at/vid/publications.html>
- <http://www.econ.au.dk/afn>
- http://www.webcommerce.insee.fr/FichesComm/FPORSOCO03/FPORSOC03_c0.htm
- <http://www.indexmundi.com/g./g.aspx?c=au&v=29>
- <http://www.mionri.it>
- <http://www.childoneurope.org>
- <http://europa.eu.int/comm/enlargement/malta/index.htm>
- <http://europa.eu.int/scadplus/leg/pt/s24000.htm>
- www.bmfsfj.de - Ministério Federal para os Assuntos da Família, Idosos, Mulher e Juventude.
- www.sm.dk - Ministério dos Assuntos da Família e do Consumo, Ministério dos Assuntos Sociais.
- www.sweden.gov.se - Ministério para as Crianças e as Famílias.
- www.bmsg.gov.at - Secretaria de Estado da Família, Gerações e Consumo - Ministério Federal da Segurança Social, Gerações e Protecção do Consumidor
- www.stm.fi/english - Ministério dos Assuntos Sociais e da Saúde.
- www.welfare.ie - Departamento para os Assuntos Sociais e Família.
- www.gouvernement.lu/ministeres/minis_fam_in.html - Ministério da Família e da Integração.
- www.familia.gov.pt - Coordenação Nacional para os Assuntos da Família – Ministério da Segurança Social, da Família e da Criança.
- www.belgium.fgov.be- Secretaria de Estado das Famílias e Deficientes – Ministério dos Assuntos Sociais e da Saúde Pública.
- www.famille.gouv.fr - Ministério da Família e da Infância.
- www.dwp.gov.uk - Departamento para o Trabalho e Pensões
- www.mtas.es/sgas - Secretaria de Estado de Serviços Sociais, Família e Deficientes – Ministério do Trabalho e dos Assuntos Sociais.
- www.mohaw.gr – Ministério da Saúde e Solidariedade Social.
- www.minvws.nl - Ministério do Bem-Estar Social e do Desporto.

Anexos

Proporção da População entre os 0-14 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2003 (em %)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Europa dos 15	18,3	18,2	18	17,9	17,8	17,6	17,4	17,2	17,1	16,9	16,8	16,7	16,6	16,5
Bélgica	18,1	18,1	18,2	18,2	18,1	18	17,9	17,8	17,7	17,7	17,6	17,6	17,5	17,4
Dinamarca	17,1	17	16,9	17	17,1	17,3	17,5	17,8	18	18,2	18,4	18,6	18,7	18,8
Alemanha	16	16,2	16,3	16,4	16,4	16,3	16,2	16,1	16	15,8	15,7	15,5	15,3	15
Grécia	19,5	19,1	18,6	18,1	17,6	17,1	16,6	16,1	15,8	15,4	15,2	:	:	:
Espanha	20,2	19,5	18,8	18,1	17,4	16,8	16,3	15,8	15,4	15,1	14,9	14,7	14,6	:
França	20,1	20,1	20	19,9	19,8	19,6	19,4	19,2	19	18,9	18,9	18,8	18,7	18,7
Irlanda	27,4	26,8	26,3	25,8	25,2	24,5	23,9	23,2	22,7	22,2	21,9	21,5	21,2	21
Itália	16,8	16,3	15,8	15,7	15,4	15,2	15	14,8	14,6	14,5	14,4	14,4	:	:
Luxemburgo	17,2	17,5	17,7	17,9	18,1	18,3	18,5	18,6	18,7	18,8	19	19	18,9	18,8
Países Baixos	18,2	18,2	18,3	18,3	18,4	18,4	18,4	18,4	18,4	18,5	18,6	18,6	18,6	18,6
Áustria	17,5	17,4	17,5	17,6	17,6	17,6	17,5	17,3	17,2	17	17,1	16,9	16,7	16,6
Portugal	20,8	19,6	19,5	19	18,5	18	17,5	17,1	16,7	16,4	16,1	16	15,9	15,8
Finlândia	19,3	19,3	19,2	19,2	19,1	19,1	19	18,9	18,7	18,4	18,2	18,1	17,9	17,8
Suécia	17,8	18	18,2	18,5	18,7	18,9	18,8	18,8	18,7	18,6	18,5	18,4	18,2	18
Reino Unido	18,9	19,1	19,2	19,4	19,4	19,4	19,4	19,3	19,2	19,2	19	18,9	:	:

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

Proporção da População, entre os 15-24 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2003 (em %)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Europa dos 15	15,2	14,8	14,5	14,1	13,8	13,5	13,2	13	12,8	12,6	12,4	:	:	:
Bélgica	14,2	13,8	13,5	13,2	13	12,8	12,7	12,5	12,3	12,2	12,1	12,1	12,1	12,1
Dinamarca	15	14,7	14,3	13,9	13,7	13,5	13,2	12,8	12,4	12	11,7	11,3	11,1	11,1
Alemanha	14,1	13,4	12,8	12,3	11,8	11,4	11,2	11	11	11,1	11,1	11,3	11,4	11,5
Grécia	15,1	15,2	15,1	15	15	14,9	14,8	14,7	14,5	14,3	14	:	:	:
Espanha	16,9	16,9	16,9	16,8	16,7	16,6	16,4	16	15,6	15,2	14,7	14,1	13,5	:
França	15,2	14,9	14,6	14,3	14,1	13,8	13,7	13,5	13,3	13,1	13	13	13	13
Irlanda	17	17	17,1	17,2	17,3	17,4	17,4	17,5	17,6	17,6	17,5	17,3	16,4	16,2
Itália	15,9	15,6	15,3	14,9	14,5	14,1	13,6	13,2	12,7	12,3	11,8	11,4	:	:
Luxemburgo	13,4	13,1	12,7	12,3	12,1	11,8	11,7	11,5	11,3	11,3	11,3	11,5	11,5	11,4
Países Baixos	15,9	15,4	14,9	14,5	14	13,4	12,9	12,5	12,2	12	11,9	11,8	11,9	11,9
Áustria	15,4	15	14,5	13,9	13,4	12,8	12,5	12,2	12	11,9	11,9	11,9	11,9	12
Portugal	16,2	16,7	16,5	16,6	16,6	16,5	16,3	16,1	15,8	15,4	15	14,5	13,8	13,4
Finlândia	13,2	12,9	12,8	12,6	12,4	12,4	12,4	12,4	12,5	12,7	12,8	12,7	12,6	12,5
Suécia	13,8	13,6	13,2	12,9	12,6	12,4	12,3	12,1	11,9	11,7	11,6	11,5	11,6	11,7
Reino Unido	15	14,5	14	13,5	13,1	12,8	12,6	12,3	12,2	12,1	12,2	12,1	:	:

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

Proporção da População, entre os 25-49 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2003 (em %)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Europa dos 15	35,1	35,4	35,8	36,2	36,5	36,7	37	37,1	37,1	37,1	37	:	:	:
Bélgica	35,7	36,1	36,5	36,8	37	37,2	37,3	37,2	37,1	36,9	36,7	36,5	36,3	36,2
Dinamarca	37	37,4	37,8	37,9	37,8	37,5	37,2	36,9	36,7	36,5	36,4	36,3	36,2	35,9
Alemanha	36,4	36,4	36,6	37	37,4	37,6	38,1	38,4	38,4	38,2	38	37,6	37,4	37,1
Grécia	32,8	32,9	33,5	34	34,4	34,7	35	35,2	35,5	35,8	36	:	:	:
Espanha	33,1	33,6	34,1	34,6	35,1	35,5	35,9	36,3	36,7	37,2	37,7	38,3	38,8	:
França	35,1	35,5	35,9	36,2	36,5	36,7	36,9	36,8	36,6	36,4	36,1	35,7	35,3	35
Irlanda	32	32,4	32,8	33,1	33,4	33,8	34,2	34,4	34,6	34,9	35,1	35,5	36,4	36,6
Itália	34,5	34,7	35,1	35,5	35,9	36,3	36,7	36,9	37	37,1	37,3	37,4	:	:
Luxemburgo	38,5	38,7	39,1	39,3	39,4	39,5	39,6	39,6	39,6	39,4	39,4	39,7	39,6	39,4
Países Baixos	38,4	38,8	39,1	39,4	39,7	39,9	40,1	39,8	39,5	39,1	38,8	38,4	38,1	37,6
Áustria	36,4	36,6	36,8	37,3	37,7	38	38,5	38,8	38,7	38,6	38,2	38,2	38,1	37,9
Portugal	33	34	33,7	34	34,3	34,5	34,8	35,1	35,4	35,6	35,9	36	36,6	36,9
Finlândia	38,4	38,7	38,5	38,8	38,8	38,6	38,2	37,5	36,8	36	35,5	35	34,7	34,3
Suécia	35,2	35,5	35,6	35,6	35,4	35,1	34,8	34,6	34,4	34,2	34,1	34	33,9	33,8
Reino Unido	34,8	35,3	35,7	36	36,3	36,5	36,7	36,7	36,5	36,3	36,2	36,3	:	:

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

Proporção da População, entre os 50-64 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2003 (em %)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Europa dos 15	16,8	16,9	16,8	16,8	16,8	16,8	16,7	16,8	17,1	17,3	17,5	:	:	:
Bélgica	17,2	17	16,6	16,4	16,3	16,2	16,1	16,2	16,4	16,6	16,7	16,9	17,1	17,3
Dinamarca	15,3	15,3	15,4	15,7	16	16,4	16,9	17,5	18	18,4	18,7	19	19,2	19,4
Alemanha	18,6	19	19,3	19,3	19,3	19,3	18,9	18,8	18,8	18,9	19	18,9	18,9	18,8
Grécia	18,9	18,9	18,6	18,3	18	17,9	17,8	17,8	17,7	17,6	17,5	:	:	:
Espanha	16,4	16,2	16,1	16	16	15,9	15,9	15,9	16	16	16	16	16,1	:
França	15,7	15,4	15,1	15	14,9	14,8	14,7	15	15,3	15,7	16	16,4	16,7	17
Irlanda	12,3	12,3	12,3	12,5	12,6	12,8	13,1	13,4	13,7	14	14,3	14,5	14,8	15,1
Itália	18,1	18,2	18,2	18,2	18,1	18	17,8	18	18,2	18,4	18,5	18,6	:	:
Luxemburgo	17,5	17,3	17	16,8	16,6	16,4	16,1	16,1	16,1	16,2	16,4	16,1	16,1	16,3
Países Baixos	14,6	14,7	14,7	14,8	14,9	15,1	15,3	15,9	16,4	16,8	17,2	17,5	17,8	18,1
Áustria	15,9	16,1	16,3	16,3	16,3	16,5	16,3	16,3	16,7	17	17,3	17,5	17,8	18
Portugal	16,7	16,7	16,5	16,5	16,4	16,4	16,5	16,5	16,5	16,7	16,9	17,1	17,1	17,3
Finlândia	15,8	15,7	15,9	15,7	15,7	15,8	16,2	16,8	17,4	18,1	18,7	19,2	19,6	20,1
Suécia	15,3	15,2	15,2	15,4	15,7	16,1	16,6	17,1	17,6	18,1	18,5	18,9	19,1	19,3
Reino Unido	15,6	15,4	15,3	15,3	15,4	15,5	15,6	15,9	16,4	16,7	16,9	17,1	:	:

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

Proporção da População, entre os 65-79 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2003 (em %)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Europa dos 15	11,1	11,2	11,3	11,3	11,4	11,5	11,7	12	12,2	12,4	12,6	:	:	:
Bélgica	11,3	11,5	11,6	11,7	11,8	11,9	12,2	12,5	12,9	13,2	13,3	13,2	13,1	13
Dinamarca	11,9	11,8	11,8	11,6	11,5	11,4	11,3	11,1	11	10,9	10,9	10,8	10,8	10,8
Alemanha	11,2	11,2	11,2	11,1	11,2	11,3	11,5	11,8	12,1	12,4	12,7	12,9	13,1	13,4
Grécia	10,7	10,8	11,1	11,3	11,6	11,9	12,3	12,7	13	13,4	13,7	:	:	:
Espanha	10,6	10,8	11,1	11,3	11,5	11,8	12,1	12,4	12,7	12,9	13,1	13,1	13,1	:
França	10,2	10,4	10,5	10,6	10,7	10,9	11,2	11,6	11,9	12,2	12,4	12,3	12,2	12,1
Irlanda	9,3	9,2	9,1	9,1	9	9	8,9	8,9	8,8	8,8	8,7	8,6	8,6	8,5
Itália	11,6	11,7	11,9	12,1	12,2	12,4	12,7	13	13,3	13,8	14	14,1	:	:
Luxemburgo	10,3	10,3	10,4	10,4	10,5	10,6	10,7	10,9	11,1	11,2	11,2	10,9	10,9	11
Países Baixos	9,9	10	10	10	10,1	10,1	10,2	10,3	10,3	10,4	10,4	10,4	10,4	10,4
Áustria	11,4	11,3	11,3	11,2	11,2	11,2	11,4	11,6	11,9	12	12	11,9	11,7	11,6
Portugal	10,8	11,3	11,2	11,3	11,5	11,7	11,9	12,2	12,4	12,7	12,8	13	13	13,1
Finlândia	10,5	10,6	10,6	10,7	10,8	10,9	11,1	11,2	11,3	11,4	11,5	11,6	11,6	11,7
Suécia	13,6	13,5	13,3	13,2	13	12,8	12,8	12,7	12,6	12,5	12,4	12,1	12	11,9
Reino Unido	12	12	12	11,9	11,8	11,7	11,7	11,7	11,7	11,7	11,6	11,6	:	:

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

Proporção da População, com 80 e mais anos, na Europa dos 15, entre 1990-2003 (em %)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Europa dos 15	3,4	3,5	3,6	3,7	3,8	3,9	3,9	3,9	3,7	3,7	3,7	3,9	4	4,1
Bélgica	3,5	3,5	3,6	3,7	3,7	3,8	3,8	3,7	3,6	3,5	3,5	3,7	3,8	4
Dinamarca	3,7	3,7	3,8	3,9	3,9	3,9	3,9	3,9	3,9	3,9	3,9	4	4	4
Alemanha	3,7	3,8	3,8	3,9	4	4,1	4	3,9	3,7	3,5	3,6	3,8	3,9	4,1
Grécia	3	3,1	3,2	3,3	3,4	3,4	3,5	3,5	3,5	3,5	3,6	:	:	:
Espanha	2,8	3	3,1	3,1	3,2	3,3	3,4	3,5	3,5	3,6	3,7	3,8	3,9	:
França	3,7	3,8	3,9	4	4,1	4,2	4,1	3,9	3,8	3,7	3,6	3,9	4,1	4,2
Irlanda	2,1	2,2	2,3	2,4	2,4	2,5	2,5	2,5	2,5	2,5	2,5	2,6	2,6	2,6
Itália	3,1	3,3	3,5	3,7	3,8	4	4,2	4,2	4,1	3,9	3,9	4,1	:	:
Luxemburgo	3,1	3,1	3,2	3,3	3,3	3,4	3,7	3,3	3,2	3,1	3,1	3	3	3,1
Países Baixos	2,9	2,9	2,9	3	3	3,1	3,1	3,1	3,2	3,1	3,2	3,2	3,3	3,4
Áustria	3,5	3,6	3,7	3,7	3,8	3,9	3,8	3,7	3,5	3,4	3,4	3,6	3,8	3,9
Portugal	2,5	2,6	2,6	2,7	2,7	2,9	3	3	3,1	3,2	3,3	3,4	3,5	3,6
Finlândia	2,8	2,9	3	3,1	3,1	3,2	3,2	3,2	3,3	3,3	3,3	3,4	3,5	3,6
Suécia	4,2	4,3	4,4	4,5	4,5	4,6	4,7	4,8	4,8	4,9	4,9	5,1	5,2	5,3
Reino Unido	3,6	3,7	3,8	3,9	3,9	4	4	4	4	3,9	4	4	:	:

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

Total das Pessoas que vivem Sozinhas, na Europa dos 15, entre 1995-2005

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2005
Europa dos 15	41881582	42111917	41945588	41903729	42003773	42098771	42177696
Bélgica	1091272	1097399	1103947	1115576	1132526	1150132	1150608
Dinamarca	1039125	1042447	1027250	1013971	1003087	991719	941455
Alemanha	12767631	12783748	12703104	12646432	12625492	12607368	12479620
Grécia	762728	773617	789397	808253	830433	853192	866557
Espanha	1530050	1555333	1522978	1516911	1526338	1535742	1643791
França	6844432	6894713	6900502	6926709	6976472	7026957	7132479
Irlanda	253582	255658	254076	253913	255287	256677	268899
Itália	4568775	4629490	4589948	4558583	4540504	4517798	4620276
Luxemburgo	36701	37103	36565	36170	36006	35850	36678
Países Baixos	1971101	1982430	1952643	1929847	1911148	1887536	1915639
Áustria	914698	918791	906345	896806	890924	884988	873093
Portugal	460926	466271	453600	443892	437706	432137	440849
Finlândia	911823	915300	908102	903445	901902	900660	897952
Suécia	1701144	1705669	1690268	1677232	1668285	1659439	1627370
Reino Unido	7027594	7053948	7106863	7175989	7267663	7358576	7282430

Fonte: Eurostat

Total das Pessoas que vivem com Companheiro, na Europa dos 15, entre 1995-2005

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2005
Europa dos 15	179094945	180639098	183597894	186119230	188352081	190574452	204107422
Bélgica	4590399	4621270	4644412	4655049	4656394	4657820	5016594
Dinamarca	2504543	2525204	2569081	2607073	2640855	2674520	2828350
Alemanha	41944729	42295180	43192911	43975600	44684616	45392491	48292885
Grécia	5219123	5269738	5341862	5402974	5457253	5506585	5961499
Espanha	17908640	18122752	18483798	18800135	19088931	19377619	21243143
França	28644812	28898442	29362649	29764544	30121587	30475830	32429414
Irlanda	1350022	1364153	1387495	1408687	1428741	1449804	1594729
Itália	25967962	26195096	26496805	26738846	26939915	27135970	29294398
Luxemburgo	197090	199884	205180	209945	214360	218789	240042
Países Baixos	7986831	8067580	8216777	8352719	8476803	8599409	9156994
Áustria	3718346	3755229	3811348	3857346	3896240	3934336	4237087
Portugal	4681384	4720243	4799289	4869186	4937500	5007764	5476994
Finlândia	2371718	2382995	2419601	2452357	2483297	2514718	2665584
Suécia	4244073	4262597	4330247	4389721	4444295	4499858	4761648
Reino Unido	27765273	27958735	28336439	28635048	28881294	29128939	30908061

Fonte: Eurostat

Total de Crianças a viverem em Lares Parentais, na Europa dos 15, entre 1995-2005

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2005
Europa dos 15	118259010	117367403	116957667	116681648	116667119	116819573	114824279
Bélgica	3009718	2995585	2968816	2943895	2924242	2911471	2900817
Dinamarca	1413953	1423675	1424389	1426690	1432286	1440412	1502441
Alemanha	21771988	21693817	21670430	21685590	21763588	21874948	22106147
Grécia	3517110	3484383	3480690	3481380	3489584	3508970	3393100
Espanha	15464964	15247220	15153158	15067075	15014981	14987960	14172552
França	18123460	18014909	18001677	18002916	18040562	18100075	18068488
Irlanda	1457844	1446461	1433872	1420427	1407812	1395803	1347345
Itália	20536598	20225660	20076851	19945182	19860914	19801297	18493979
Luxemburgo	126792	129121	131597	133810	136144	138448	147034
Países Baixos	4651214	4628294	4623451	4635935	4661851	4697704	4798582
Áustria	2515781	2491948	2477859	2466574	2461866	2460611	2454714
Portugal	3697334	3655358	3633699	3623136	3619340	3624045	3478402
Finlândia	1370686	1370416	1368798	1367166	1367183	1367349	1368762
Suécia	2458743	2454002	2455451	2461435	2473877	2489545	2577214
Reino Unido	18142825	18106554	18056929	18020437	18012889	18020935	18014702

Fonte: Eurostat

Total de Crianças, entre os 0-4 anos, a viverem em Lares Parentais, na Europa dos 15, entre 1995-2005

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2005
Europa dos 15	20451541	20177817	20404055	20671210	21162942	21821296	23438210
Bélgica	595103	587079	584704	582513	585791	594443	618945
Dinamarca	331744	339796	348232	352497	357488	360400	363471
Alemanha	4093153	3972354	4026994	4106976	4222628	4381162	4669812
Grécia	499009	501431	516373	534630	558192	585055	668473
Espanha	1869503	1860522	1904928	1957001	2040937	2155221	2531595
França	3493962	3442015	3474448	3519482	3618975	3732626	4016732
Irlanda	248318	242288	239379	238758	240913	245193	266438
Itália	2662872	2651044	2725512	2779282	2878348	3010807	3320640
Luxemburgo	26290	26591	27420	27902	28275	28743	30115
Países Baixos	982860	979391	982874	991341	1004103	1018442	1044561
Áustria	457581	453033	456403	458562	462657	470493	490678
Portugal	538723	540879	545050	552258	564295	584760	659640
Finlândia	325715	323821	326415	326531	328897	331072	333466
Suécia	598843	576942	565070	555517	553866	558926	591020
Reino Unido	3727865	3680631	3680253	3687960	3717577	3763953	3832624

Fonte: Eurostat

Total de Crianças, entre os 5-9 anos, a viverem em Lares Parentais, na Europa dos 15, entre 1995-2005

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2005
Europa dos 15	21254944	21343248	21367183	21343987	21164958	20924772	22352795
Bélgica	587568	598334	607522	614523	614704	609050	606835
Dinamarca	289514	300691	310128	322236	331426	340575	367681
Alemanha	4541894	4632477	4612339	4542435	4431130	4312363	4616755
Grécia	552745	539238	529063	521944	516323	512869	599440
Espanha	2002030	1949570	1922516	1908231	1896303	1873132	2163205
França	3732927	3723944	3707429	3684130	3622967	3567530	3797689
Irlanda	280643	274383	268105	261719	256465	250478	247619
Itália	2705086	2691509	2696762	2727572	2722971	2702801	3067093
Luxemburgo	23766	25089	25891	26969	27825	28620	30900
Países Baixos	939132	956360	969799	980165	990121	998142	1041715
Áustria	447800	449415	452953	458019	461749	464081	481725
Portugal	533326	523495	526766	532546	540738	540662	593711
Finlândia	310650	313190	317591	324173	325553	327176	333214
Suécia	553831	577219	597322	613360	617075	612212	574253
Reino Unido	3754032	3788334	3822997	3825965	3809608	3785081	3830960

Fonte: Eurostat

Total de Crianças, entre os 10-14 anos, a viverem em Lares Parentais, na Europa dos 15, entre 1995-2005

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2005
Europa dos 15	21859711	21599480	21437615	21332331	21406265	21481194	21169250
Bélgica	587926	580411	576137	575108	579289	585740	608185
Dinamarca	269135	268202	271326	275217	283581	293359	343445
Alemanha	4418623	4420390	4464515	4520313	4623209	4709370	4480642
Grécia	666561	642306	618085	594856	574658	558460	522045
Espanha	2461277	2347363	2241374	2144320	2057635	1991484	1872970
França	3801010	3766660	3751007	3729507	3758407	3768927	3583052
Irlanda	324009	313147	304069	295242	285544	277686	247839
Itália	2942051	2883039	2816166	2757636	2730333	2715349	2715693
Luxemburgo	22270	22572	23180	23813	24789	25698	30114
Países Baixos	894285	892039	900390	917561	935955	952247	1016860
Áustria	459993	457294	452775	448580	449654	450037	470381
Portugal	641430	615400	589926	564872	544065	532524	545859
Finlândia	324848	324306	321537	315426	312360	310967	327955
Suécia	491737	494764	504636	517461	538239	560209	619787
Reino Unido	3554556	3571587	3602492	3652419	3708547	3749137	3784423

Fonte: Eurostat

Total de Jovens, entre os 15-19 anos, a viverem em Lares Parentais, na Europa dos 15, entre 1995-2005

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2005
Europa dos 15	21160816	21097992	21053260	20980411	20794673	20599956	20034650
Bélgica	553066	558789	561489	559947	555003	547968	547711
Dinamarca	284806	275076	264495	255741	246286	240549	258354
Alemanha	3790233	3906154	3992938	4072463	4123428	4157958	4363624
Grécia	663772	660436	655889	646991	633391	615647	512362
Espanha	2938824	2854404	2752109	2640753	2526324	2419685	1969608
França	3392718	3443918	3520736	3572749	3577087	3576220	3498123
Irlanda	287432	298599	303863	302263	296783	287407	246444
Itália	3493600	3322601	3196189	3091497	2994313	2925391	2700214
Luxemburgo	20115	20713	21631	22183	22662	23029	25451
Países Baixos	846258	846635	849011	850043	848334	851657	904884
Áustria	408154	409260	418261	426903	431760	435732	427498
Portugal	752199	725650	696558	672958	652960	632233	529692
Finlândia	252699	251523	248845	249536	251557	251760	235178
Suécia	454582	450610	447352	446051	446417	446710	504858
Reino Unido	3022358	3073624	3123894	3170333	3188368	3188010	3310649

Fonte: Eurostat

Total de Adultos, entre os 20-24 anos, a viverem em Lares Parentais, na Europa dos 15, entre 1995-2005

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2005
Europa dos 15	16556625	16144898	15726539	15409894	15204588	15047863	13645025
Bélgica	403494	390419	376735	367153	361577	359485	343354
Dinamarca	158622	160549	153331	146102	140925	135084	111549
Alemanha	2615705	2483029	2396931	2372963	2393495	2426302	2471793
Grécia	518252	517457	522590	528134	534421	539914	468930
Espanha	2709919	2714001	2722679	2716669	2696112	2655166	2118774
França	2238684	2168467	2093342	2051562	2025539	2035577	2018309
Irlanda	166780	165375	165339	169285	175972	184117	183006
Itália	3739118	3674599	3580748	3470547	3353478	3205487	2551306
Luxemburgo	16313	16174	15916	15852	15985	16225	16753
Países Baixos	599975	564787	539890	522998	518003	516723	499093
Áustria	349700	333288	316247	302889	295067	289704	302403
Portugal	615508	625194	632233	630932	623590	613215	497383
Finlândia	85567	87421	88439	88944	88976	87911	84356
Suécia	252781	248817	238895	229862	221801	217285	209825
Reino Unido	2086207	1995321	1883224	1796002	1759647	1765668	1768191

Fonte: Eurostat

Distribuição dos Agregados Familiares com uma Pessoa, na Europa dos 15, entre 1988-1999 (em %)

	1988	1994	1999
Europa dos 15	:	25,08	28,49
Bélgica	28,75	20,92	29,69
Dinamarca	:	32,79	37,25
Alemanha	31,85	31,73	35,36
Grécia	11,34	13,87	16
Espanha	:	10,12	10,12
França	24,55	26,77	28,86
Irlanda	:	19,43	20,82
Itália	20,7	20,21	22,02
Luxemburgo	11,51	23,28	24,81
Países Baixos	24,67	28,18	33,72
Áustria	:	22,16	30,15
Portugal	9,86	13,93	17,3
Finlândia	:	34,34	38,3
Suécia	:	29,63	38,24
Reino Unido	23,72	26,52	31,41

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

Distribuição dos Agregados Familiares com Pai/Mãe com Crianças Dependentes, na Europa dos 15, entre 1988-1999 (em %)

	1988	1994	1999
Europa dos 15	:	6,03	4,38
Bélgica	6,12	5,26	6,68
Dinamarca	:	7,83	5,17
Alemanha	6,25	5,73	3,92
Grécia	6,55	4,68	2,05
Espanha	:	0,86	1,97
França	7,1	7,06	5,69
Irlanda	:	6,78	5,2
Itália	5,38	4,33	2,41
Luxemburgo	5,86	7,42	3,1
Países Baixos	6,09	6,48	4,75
Áustria	:	6,97	3,67
Portugal	6,33	4,25	1,98
Finlândia	:	7,57	4,75
Suécia	:	7,55	5,72
Reino Unido	8,99	9,27	6,49

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

Distribuição dos Agregados Familiares com Dois Adultos, na Europa dos 15, entre 1988-1999 (em %)

	1988	1994	1999
Europa dos 15	:	26,06	28,96
Bélgica	24,4	30,67	26,42
Dinamarca	:	25,27	31,25
Alemanha	27,28	27,88	31,39
Grécia	23,07	25,59	28,76
Espanha	:	22,22	21,86
França	24,62	26,09	29,74
Irlanda	:	18,36	20,67
Itália	21,08	22,21	27,1
Luxemburgo	26,37	22,73	25,43
Países Baixos	26,05	27,36	31,22
Áustria	:	23,87	27,75
Portugal	20,82	25,69	27,34
Finlândia	:	24,21	29,56
Suécia	:	27,97	28,13
Reino Unido	27,84	28,02	30,31

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

Distribuição dos Agregados Familiares com Dois Adultos com Crianças Dependentes, na Europa dos 15, entre 1988-1999 (em %)

	1988	1994	1999
Europa dos 15	:	30,47	26,24
Bélgica	33,25	38,09	33,28
Dinamarca	:	24,72	21,33
Alemanha	28,26	28,79	22,07
Grécia	37,23	35,66	28,06
Espanha	:	22,67	32,37
França	33,89	32,14	31,26
Irlanda	:	43,96	31,91
Itália	39,08	36,11	29,83
Luxemburgo	48,73	35,22	31,22
Países Baixos	37,39	31,78	26,07
Áustria	:	34,09	21,99
Portugal	34,65	35,24	26,49
Finlândia	:	26,32	23,59
Suécia	:	25,13	24,43
Reino Unido	30,63	28,1	21,03

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

Distribuição dos Agregados Familiares com Três ou Mais Adultos, na Europa dos 15, entre 1988-1999 (em %)

	1988	1994	1999
Europa dos 15	:	5,87	7,66
Bélgica	4,07	3,17	2,15
Dinamarca	:	0,49	2,85
Alemanha	2,03	2,74	5,22
Grécia	7,92	9,77	16,65
Espanha	:	28,53	19,02
França	3,33	2,77	3,09
Irlanda	:	4,12	10,67
Itália	6,48	8,69	12,32
Luxemburgo	3,18	4,66	9,26
Países Baixos	0,88	0,79	2,84
Áustria	:	4,81	9,92
Portugal	5,6	9,13	16,12
Finlândia	:	1,91	2,58
Suécia	:	0,48	1,97
Reino Unido	2,7	2,53	7,25

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

**Distribuição dos Agregados Familiares com Três ou Mais Adultos com Crianças Dependentes, na Europa dos 15, entre 1988-1999
(em %)**

	1988	1994	1999
Europa dos 15	:	3,86	4,27
Bélgica	2,55	1,35	1,77
Dinamarca	:	0,33	2,15
Alemanha	1,34	1,12	2,05
Grécia	11,6	8,61	8,49
Espanha	:	15,61	14,66
França	2,4	1,63	1,36
Irlanda	:	4,7	10,73
Itália	6,36	7,84	6,32
Luxemburgo	2,71	4,72	6,18
Países Baixos	0,59	0,11	1,39
Áustria	:	6,33	6,52
Portugal	9,08	11,52	10,78
Finlândia	:	0,74	1,22
Suécia	:	0,23	1,52
Reino Unido	1,67	1,39	3,51

Fonte: Eurostat
: Dados não disponíveis

Taxa de Casamentos, na Europa dos 15, entre 1990-2003 (em %)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Europa dos 15	5,96	5,64	5,54	5,33	5,2	5,14	5,07	5,08	:	5,12p	5,12e	:	4,80e	4,70e
Bélgica	6,48	6,07	5,79	5,37	5,14	5,07	4,98	4,69	4,35	4,32	4,4	4,09	3,9	4,00p
Dinamarca	6,13	6,03	6,22	6,1	6,78	6,64	6,83	6,48	6,55	6,66	7,19	6,82	6,9	6,5
Alemanha	6,5	5,68	5,62	5,45	5,41	5,27	5,22	5,15	5,09	5,25	5,09	4,73	4,8	4,60e
Grécia	5,81	6,39	4,69	5,94	5,38	6,02	4,24	5,62	5,12	5,62	4,48e	5,20e	5,30e	5,10e
Espanha	5,68	5,6	5,57	5,14	5,09	5,1	4,92	4,97	5,22	5,22p	5,39	5,08e	5,10p	4,90e
França	5,06	4,92	4,74	4,44	4,4	4,4	4,83	4,88	4,65p	4,88p	5,06p	4,87p	4,7	4,60e
Irlanda	5,08	4,93	4,68	4,7	4,63	4,32	4,45	4,26	:	4,93	5,04	4,98	5,10e	5,10e
Itália	5,64	5,5	5,49	5,3	5,1	5,06	4,85	4,83p	4,86p	4,86	4,92	4,54	4,60p	4,50e
Luxemburgo	6,05	6,7	6,4	5,98	5,84	5,08	5,08	4,78	4,8	4,85	4,92	4,49	4,5	4,4
Países Baixos	6,4	6,3	6,17	5,77	5,39	5,27	5,48	5,45	5,54	5,66	5,53	4,97p	5,2	5,00p
Áustria	5,89	5,69	5,83	5,69	5,45	5,4	5,31	5,2	4,91	4,94	4,9	4,26	4,5	4,60p
Portugal	7,24	7,24	7,01	6,84	6,6	6,56	6,33	6,52	6,57	6,75e	6,23	5,67	5,4	5,1
Finlândia	5,01	4,93	4,67	4,87	4,89	4,65	4,77	4,56	4,66	4,7	5,05	4,79	5,2	5
Suécia	4,73	4,27	4,29	3,9	3,9	3,81	3,79	3,65	3,57	4,03	4,5	4,02	4,3	4,4
Reino Unido	6,52	6,05	6,14	5,87	5,67	5,5	5,33	5,26p	5,15	5,06	5,12	:	:	:

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

e Valores estimados

p Valores provisórios

Taxa de Divórcios, na Europa dos 15, entre 1990-2003 (em %)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Europa dos 15	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:e	1,9e	2,0e	:
Bélgica	2	2,1	2,2	2,1	2,2	3,5	2,8	2,6	2,6	2,6	2,6	2,8e	3,0p	3,0p
Dinamarca	2,7	2,5	2,5	2,5	2,6	2,5	2,4	2,4	2,5	2,5	2,7	2,7	2,8	2,9
Alemanha	1,9	1,7	1,7	1,9	2	2,1	2,1	2,3	2,3	2,3	2,4	2,4p	2,5	:
Grécia	0,6	0,6	0,6	0,7	0,7	1	1	1,1	0,7	0,9	1,0p	1,0ep	1,0e	1,0p
Espanha	0,6	0,7	0,7	0,7	0,8	0,8	0,8	0,9	:	:	1,0p	0,9	1,0p	:
França	1,9	1,9	1,9	1,9	2	2,1	2	2	2	2	:	1,9p	2,1p	:
Irlanda	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	0,7p	0,7e	0,7	:
Itália	0,5	0,5	0,5	0,4	0,5	0,5	0,6	0,6	0,6p	0,6	0,7	0,7e	0,7e	:
Luxemburgo	2	2	1,8	1,9	1,7	1,8	2	2,4	2,4	2,4	2,4	2,3e	2,4	2,3
Países Baixos	1,9	1,9	2	2	2,4	2,2	2,2	2,2	2,1	2,1	2,2	2,3p	2,1p	2,0p
Áustria	2,1	2,1	2,1	2,1	2,1	2,3	2,3	2,3	2,2	2,3	2,4	2,6	2,4e	2,3p
Portugal	0,9	1,1	1,2	1,2	1,4	1,2	1,3	1,4	1,5	1,7e	1,9	1,8p	2,7e	2,1
Finlândia	2,6	2,6	2,6	2,5	2,7	2,7	2,7	2,6	2,7	2,7	2,7	2,6	2,6	2,6
Suécia	2,3	2,3	2,5	2,5	2,5	2,6	2,4	2,4	2,3	2,4	2,4	2,4	2,4	2,4
Reino Unido	2,9	3	3	3,1	3	2,9	2,9	2,7	2,7e	2,7	2,6e	2,6	2,7e	:

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

e Valores estimados

p Valores provisórios

Taxa de Natalidade, na Europa dos 15, entre 1990-2003 (em %)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Europa dos 15	12,0	11,7	11,5	11,2	10,9	10,8	10,8	10,8	10,7	10,7	10,7	10,6p	10,5e	10,6e
Bélgica	12,4	12,6	12,4	12,0	11,5	11,4	11,5	11,4	11,2	11,1	11,3	11,1	10,8	10,8p
Dinamarca	12,3	12,5	13,1	13,0	13,4	13,3	12,8	12,8	12,5	12,4	12,6	12,2	11,9	12,0
França	13,4	13,3	13,0	12,4	12,3	12,6	12,7	12,5	12,6	12,7	13,2	13,0	12,8p	12,7e
Irlanda	15,1	14,9	14,4	13,8	13,5	13,5	13,9	14,4	14,5	14,4	14,3	15,0	15,4	15,4e
Itália	10,0	9,9	10,0	9,6	9,3	9,2	9,2	9,3	8,9	9,3	9,4	9,3	9,4	9,5e
Luxemburgo	12,8	12,9	13,0	13,6	13,7	13,2	13,8	13,1	12,7	13,0	13,1	12,4	11,9	11,8
Países Baixos	13,2	13,2	13,0	12,8	12,7	12,3	12,2	12,3	12,7	12,7	13,0	12,6	12,5	12,4p
Áustria	11,8	12,2	12,2	12,0	11,6	11,2	11,2	10,5	10,2	9,8	9,8	9,4	9,7	9,5p
Portugal	11,8	11,7	11,5	11,4	10,9	10,7	11,0	11,2	11,2	11,4	11,7	11,0	11,0	10,8
Finlândia	13,1	13,0	13,2	12,8	12,8	12,4	11,8	11,5	11,1	11,1	11,0	10,8	10,7	10,9
Suécia	14,5	14,4	14,2	13,5	12,8	11,7	10,8	10,2	10,1	10,0	10,2	10,3	10,7e	11,1
Reino Unido	13,9	13,7	13,5	13,1	12,9	12,5	12,5	12,3	12,1	11,8	11,4	11,2		
													11,3e	11,7e

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis
e Valores estimados
p Valores provisórios

Taxa de Fecundidade, na Europa dos 15, entre 1990-2003 (em %)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Europa dos 15	1,57	1,53	1,51	1,47	1,44	1,42	1,44	1,45	1,45	1,45	1,5	1,49	1,50e	1,52e
Bélgica	1,62	1,66	1,65	1,61	1,56	1,55e	1,59	1,61	1,59	1,61e	1,66	1,64e	1,62e	1,61e
Dinamarca	1,67	1,68	1,76	1,75	1,81	1,8	1,75	1,75	1,72	1,73	1,77	1,74	1,72	1,76
Alemanha	1,45	1,33	1,3	1,28	1,24	1,25	1,32	1,37	1,36	1,36	1,38e	1,35p	1,34e	1,34e
Grécia	1,39	1,38	1,38	1,34	1,35	1,32	1,3	1,31	1,29	1,28p	1,29e	1,25p	1,27e	1,27p
Espanha	1,36	1,33	1,32	1,27	1,21	1,18	1,17	1,19	1,15	1,20p	1,24p	1,26p	1,26ep	1,29e
França	1,78	1,77	1,73	1,65	1,66	1,7	1,72	1,71p	1,75p	1,79p	1,88p	1,89p	1,88p	1,89e
Irlanda	2,11	2,08	1,99	1,9	1,85	1,84	1,88p	1,94p	1,95p	1,91p	1,90p	1,94p	1,97p	1,98
Itália	1,33	1,31	1,31	1,25	1,21	1,18	1,2	1,22	1,19p	1,22p	1,24e	1,25e	1,27e	1,29e
Luxemburgo	1,61	1,6	1,64	1,7	1,72	1,69	1,76	1,71	1,68	1,73	1,76	1,66	1,63	1,63
Países Baixos	1,62	1,61	1,59	1,57	1,57	1,53	1,53	1,56	1,63	1,65e	1,72	1,71	1,73p	1,75p
Áustria	1,46	1,51	1,51	1,5	1,47	1,42	1,45	1,39	1,37	1,34e	1,36	1,33	1,40e	1,39p
Portugal	1,57	1,57	1,54	1,51	1,44	1,41	1,44	1,47	1,48	1,50e	1,55	1,45	1,47p	1,44e
Finlândia	1,78	1,79	1,85	1,81	1,85	1,81	1,76	1,75	1,7	1,74	1,73	1,73	1,72	1,76
Suécia	2,13	2,11	2,09	1,99	1,88	1,73	1,6	1,52	1,5	1,5	1,54	1,57	1,65	1,71
Reino Unido	1,83	1,81	1,79	1,75	1,74	1,71	1,72	1,72	1,71	1,68p	1,64	1,63p	1,64e	1,71e

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis
e Valores estimados
p Valores provisórios

Nascimentos fora do Casamento, entre 1990-2003, na Europa dos 15 (em %)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Europa dos 15	19,55	20,54	21,09	21,79	22,5	23,5	24,48	25,09	:	:	:	:	30,60p	31,40e
Bélgica	11,61	12,62	13,59	14,55	15,84	17,28e	19,05e	20,98e	:	:	:	:	29,50e	:
Dinamarca	46,4	46,53	46,4	46,76	46,85	46,47	46,28	45,14	44,8	44,86	44,57	44,62	44,6	44,9
Alemanha	15,32	15,08	14,89	14,81	15,39	16,06	17,12	17,96	20,01	22,14e	23,41	25,03	26,1	26,20p
Grécia	2,17	2,38	2,64	2,84	2,87	3,04	3,27	3,46	3,81	3,87e	4,02e	:	4,4	4,30e
Espanha	9,61	10,01	10,52	10,75	10,76	11,09	11,68	13,12	14,51	16,30e	17,74e	:e	26,60p	23,20e
França	30,05	31,83	33,2	34,9	36,1	37,58	38,88	40,02p	40,72p	41,74p	42,61	43,71	44,3	:
Irlanda	14,64	16,91	18,03	19,93	20,82	22,26	25,26p	26,81p	28,71	31,14	31,51p	31,18p	31,1	31,4
Itália	6,47	6,72	6,68	7,36	7,82	8,11	8,29	6,98p	9,04p	9,24	9,66e	:	10,80e	:
Luxemburgo	12,78	12,17	12,72	12,93	12,75	13,12	14,96	16,83	17,47	18,65	21,89	22,26	23,2	25
Países Baixos	11,38	11,99	12,44	13,1	14,26	15,52	16,99	19,16	20,78	22,75p	24,94	27,2	29,1	31,30p
Áustria	23,55	24,79	25,23	26,33	26,81	27,37	28,02	28,8	29,45	30,49	31,3	33,06	33,8	35,3
Portugal	14,71	15,6	16,1	16,96	17,84	18,67	18,66	19,56	20,15p	20,85	22,2	23,78	25,5	27
Finlândia	25,24	27,37	28,86	30,34	31,33	33,12	35,38	36,51	37,2	38,69	39,21	39,55	39,9	40
Suécia	47	48,19	49,47	50,42	51,6	52,96	53,88	54,08	54,65	55,29	55,33	55,49	56	56
Reino Unido	27,9	29,79	30,83	31,75	31,99	33,57	35,51	36,74	37,62	38,79p	39,48	40,05	40,6	43,10p

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

e Valores estimados

p Valores provisórios

Taxa de Emprego Feminina, entre os 15-64 anos, como parte da População Feminina com a mesma idade, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Europa dos 15	:	:	49,7	49,2	49,3	49,7	50,2	50,8	51,6	52,9	54,1	55	55,6	56,1	:
Bélgica	40,9	42,9	44,3	44,5	44,6	45	45,4	46,5	47,6	50,4	51,5	51	51,4	51,8	:
Dinamarca	70,2	69,9	69,7	68,2	66,9	66,7	67,4	69,1	70,2	71,1	71,6	72	71,7	70,5	:
Alemanha	:	57	55,9	55,1	55,1	55,3	55,3	55,3	55,8	57,4	58,1	58,7	58,9	59,1	:
Grécia	37,1	35,4	36,2	36,6	37,3	38,1	38,7	39,3	40,2	40,6	41,2	40,9	42,5	43,8	:
Espanha	30,8	31,5	31,5	30,7	30,7	31,7	32,9	34,4	35,8	38,4	41,2	43	44,1	46	:
França	51,1	51,4	51,4	51,5	51,6	52,1	52,2	52,4	53,1	54	55,2	56	56,7	57,2	:
Irlanda	35,6	35,9	37,1	38,5	40,1	41,6	43,2	45,9	49	52	54,1	55	55,6	55,8	:
Itália	:	:	:	35,8	35,4	35,4	36	36,4	37,3	38,3	39,6	41,1	42	42,7	:
Luxemburgo	41,8	44	45,7	44,8	44,4	42,6	43,8	45,3	46,2	48,6	50,1	50,9	51,6	52	:
Países Baixos	47,7	49,4	51,8	52,2	53,2	53,8	55,8	58	60,1	62,3	63,5	65,2	66,2	65,8	:
Áustria	:	:	:	:	58,9	59	58,4	58,6	58,8	59,6	59,6	60,7	61,3	61,7	:
Portugal	54,6	56,9	55,9	55	54,4	54,4	54,9	56,5	58,2b	59,4	60,5	61,3	61,4	61,4	:
Finlândia	71,3	68,3	63,7	59,5	58,7	59	59,4	60,3	61,2	63,4	64,2	65,4	66,2	65,7	:
Suécia	76,2	75,3	73,1	69,7	68,5	68,8	68,1	67,2	67,9	69,4	70,9	72,3	72,2	71,5	:
Reino Unido	61,5	61	60,8	60,8	61,2	61,7	62,5	63,1	63,6	64,2	64,8	65	65,3	65,3	:

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

b Dados com intervalos nas series

Taxa de Emprego Masculina, entre os 15-64 anos, como parte da População Masculina com a mesma idade, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Europa dos 15	:	:	72,8	71	70,4	70,5	70,4	70,7	71,3	72	72,8	73,1	72,9	72,7	:
Bélgica	68,3	68,7	68,2	67	66,6	66,9	66,9	67,1	67,1	68,1	69,5	68,8	68,3	67,3	:
Dinamarca	79,3	78,3	77,4	75,8	77,5	79,9	80	80,5	79,9	80,8	80,8	80,2	80	79,6	:
Alemanha	:	78,3	76,7	74,9	74,1	73,7	72,6	71,9	71,9	72,8	72,9	72,8	71,8	71	:
Grécia	73,5	72,6	72,4	72,1	72,4	72,5	72,7	72,1	71,6	70,8	71,1	70,8	71,4	72,4	:
Espanha	70,6	69,9	67,1	63	61,8	62,5	63,2	64,5	66,7	69,2	71,1	72,4	72,6	73,2	:
França	70,6	69,7	68,7	67,3	66,8	67,2	67	66,9	67,4	68	69,2	69,7	69,5	69,4	:
Irlanda	67,9	66,5	65,1	64,8	65,9	67,1	67,5	69,1	72,1	74,5	76,2	76,5	75,5	75	:
Itália	:	:	:	69,3	67,7	66,9	66,7	66,5	66,8	67,3	68	68,5	69,1	69,6	:
Luxemburgo	76,7	77,1	76,5	76,4	74,9	74,4	74,3	74,3	74,5	74,5	75	75	75,1	73,3	:
Países Baixos	75,6	75,8	75,9	74,6	74,5	75,3	76,5	78,8	80,2	80,9	82,1	82,8	82,4	80,9	:
Áustria	:	:	:	:	78,1	78,5	77,3	77,1	77	77,6	77,3	76,4	76,4	76,4	:
Portugal	80,1	80,4	78,1	75,8	74,5	73,5	73,9	75,5	75,9b	75,8	76,5	77	76,5	75	:
Finlândia	77	72,3	66,6	62,5	62	64,2	65,4	66,2	67,8	69,2	70,1	70,8	70	69,7	:
Suécia	87,1	84	78,8	73	72	73,1	72,6	71,7	72,8	74	75,1	75,7	74,9	74,2	:
Reino Unido	80,1	77,7	75	73,9	74,5	75,1	75,5	76,6	77,3	77,7	78,1	78,3	78	78,1	:

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

b Dados com intervalos nas series

Taxa de Emprego Sem Crianças Dependentes, numa População entre os 15-64 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Europa dos 15	:	:	:	:	:	55,6	55,7	56,1	57,4	58	59,2	60,2	60,5	60,6	:
Bélgica	46,2	47,6	48,3	47,3	47,5	48	48,1	48,8	49,3	50,7	55,6	59,6	59,5	59,2	60,4
Dinamarca	71,9	71,5	70,7	68,5	72,4	73,9	74	75,4	75,3	76,5	76,4	75,9	76,4	75,1	76
Alemanha	65,1	65,1	63,5	62,1	61,6	61,5	60,6	60,3	60,4	61,2	61,7	62,1	61,9	61,5	:
Grécia	48,8	47,2	47,7	47,3	47,9	48,5	49	49,1	49,9	49,9	55,8	55,6	52,2	53,3	:
Espanha	44,1	44,4	44,1	41,2	40,5	41,3	42,1	43,9	51,7	48,8	51,5	53,4	54,3	55,4	56,4
França	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	56,4	56,2
Irlanda	50,6	49,1	48,5	48,5	49,9	51	51,5	53,4	59,6	62,5	64,5	65	65	65	65,5
Itália	47,6	48,2	:	46,2	45,4	44,8	45,2	45,4	46,1	46,8	47,7	48,8	50,1	51	:
Luxemburgo	56,1	57,6	58	57	55,5	52,4	54,4	54,3	54,3	55,8	56,6	56,8	68	56,1	:
Países Baixos	59,4	60	61,8	61,2	61,4	61,9	62,7	64,9	66,6	68,1	70,5	71,3	71,6	70,6	73,1
Áustria	:	:	:	:	:	:	:	:	:	63,3	63,5	63	63,5	63,9	69,4
Portugal	59,7	61,5	58,9	56,8	56	55,6	55,5	57,5	60,5	61	61,7	62,8	63,4	62,1	61,7
Finlândia	:	:	:	:	:	55,2	55,1	55,9	58,3	67,4	68,1	69,1	69,1	68,7	68,3
Suécia	:	:	:	:	:	70,7	69,7	68,3	68,6	70,6	71,1	74,4	74	73,6	72,4
Reino Unido	70,6	68,8	67,2	66	66,6	66,8	67,3	68,1	68,7	68,7	69,2	69,6	69,5	69,7	70,8

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

Taxa de Emprego por uma Criança Dependente, dos 0- 2 anos, numa População entre os 15-64 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2004
(em %)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Europa dos 15	:	:	:	:	:	71,2	72,1	72,7	73,7	75,4	76,7	76,5	75,7	76,3	:
Bélgica	80,8	82	83,6	82,3	81,5	80,7	79,6	83,1	81,1	85,6	80,8	73,6	88,2	77,5u	76
Dinamarca	78	78,5	82,4	77,8	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Alemanha	67,9	72,4	71,5	69,1	70,3	69,8	70,3	70,2	71,8	73,2	72,9	73	72,3	72,6	:
Grécia	68,3	69,3	70,8	69	69,4	69,9	71,5	72,2	71,8	70,9	:	:	70,7	72,8	:
Espanha	64,1	64	63,3	61,7	62,2	62,2	63,7	66,1	51,7	71,8	73	72,6	72,7	73,8	75,9
França	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	80,9	79,5
Irlanda	69	68,6	69	69,6	70,4	72,7	74,8	74,6	:	:	:	:	:	:	:
Itália	72	70,7	:	69,4	69,1	70,1	70,1	71	71,7	73,1	73,7	74,5	73,2	73,6	:
Luxemburgo	71,7	72,2	74	72,2	74,9	71,4	73,9	78,9	76,8	77,7	79,4	81,6	:	84,3	:
Países Baixos	69,1	69,9	71	72,7	73,9	73,9	78,1	78,9	80,6	81,6	84,4	84,8	84,8	85,2	:
Áustria	:	:	:	:	:	:	:	:	:	85,5	84,8	88,1	88,3	89,3	36,9
Portugal	80,6	82,7	86	85,3	80,4	79,3	82,4	81,3	86,8	87,1	89,2	87,9	87,6	85,7	88,6
Finlândia	:	:	:	:	:	59,4	63,3	65,3	66,7	:	:	:	:	:	:
Suécia	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Reino Unido	66,8	66,9	66,6	68,1	67,6	69,3	71,1	72,2	73,7	74,4	76	75,4	75,2	75	73,6

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

u Dados pouco confiáveis ou dados incertos

Taxa de Emprego por Duas Crianças Dependentes, tendo a mais nova entre 0-2 anos, numa População entre os 15-64 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Europa dos 15	:	:	:	:	:	67	67,3	68,7	67,9	70,4	70,5	71,4	71,2	71,2	:
Bélgica	77,1	76,7	79,5	78,9	77,9	80,7	79,1	81,2	79,5	83,3	80,7	94,8	100,0u	90,4u	:
Dinamarca	81,4	79,6	82,2	79	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Alemanha	63,3	67,7	66,6	63,8	63,8	64,1	65,2	65,8	66,4	68,9	68,1	68,9	69,5	69,6	:
Grécia	68,6	67,2	68,2	68,1	68,6	68,9	69,8	69,5	71,4	72	:	:	71,3	73,2	:
Espanha	60,8	59,9	58,8	57,9	57,4	59	61,4	63,3	43,2	65,3	68,2	67,1	66,5	68,6	71,8
França	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	70,9	71
Irlanda	59,5	59,4	60,5	61	64,6	65,3	67,9	67,2	:	:	:	:	:	:	:
Itália	66,6	66,5	:	66,7	65,1	65,6	66	64,7	66,4	67,3	67,9	69,5	70,8	70,3	:
Luxemburgo	65,9	63,3	63,8	64,4	68,9	66,8	65,1	68,6	73,1	69	75,3	76,3	:	77,4	:
Países Baixos	62,8	64,1	66,1	66,8	67,4	69,4	72,2	76,1	76	77,1	77,5	81,4	81,8	82,6	:
Áustria	:	:	:	:	:	:	:	:	:	82,5	80,5	82,2	82	82,7	26,8
Portugal	81,3	83,1	80,4	80,7	82,9	81,2	79,7	83,3	81,7	81,3	82,3	84,1	85,3	84	83,9
Finlândia	:	:	:	:	:	63,3	65,6	68,9	63	:	:	:	:	:	:
Suécia	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Reino Unido	63,4	61,7	63,1	63,3	63,1	64,2	65,5	70,9	67,8	71,7	71,9	73,1	71	70,6	70,3

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

u Dados pouco confiáveis ou dados incertos

Taxa de Emprego por Três ou Mais Crianças Dependentes, tendo a mais nova entre 0-2 anos, numa População entre os 15-64 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Europa dos 15	:	:	:	:	:	55,9	56,3	58	58,9	59,1	59,5	59,7	59,8	59,2	:
Bélgica	59,9	63,3	62,2	64	64,2	60,6	62,2	67,7	65,2	65,7	65	:	:	:	:
Dinamarca	74,3	70,8	77	76,3	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Alemanha	58,6	60,5	60,1	56,4	56,1	55,2	55,4	55,7	56,3	57,3	58	58,6	59,7	56,8	:
Grécia	65,3	64,3	65,6	63,5	64,6	65,2	65,1	66,1	68,8	71,2	:	:	66,2	65,1	:
Espanha	54,2	56,9	53,1	48,7	48,7	50,8	53,9	56,4	41,2	60	57,4	57,7	60,4	59	61,4
França	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	57,3	57,8
Irlanda	47,8	47,2	47,6	49,1	51,2	53,9	55,5	55,2	:	:	:	:	:	:	:
Itália	62	62,3	:	58,7	58,6	59,8	58	61,2	60	58,5	59	60,6	61,8	62,8	:
Luxemburgo	57,3	59,9	62,3	57	59,6	62,4	60,2	63,9	60,6	60,5	63	63,2	:	64,3	:
Países Baixos	57,3	57,8	59,5	60,3	60	60,1	63,7	65,9	69,6	69,5	65,3	70,3	71,7	73,2	:
Áustria	:	:	:	:	:	:	:	:	:	73,8	75,6	76,6	73,6	74,9	27,3
Portugal	69,5	74	70,4	75	71,8	74,9	70,9	69,7	70,8	65,2	70,8	81,9	73,2	75,8	73,9
Finlândia	:	:	:	:	:	55,8	63,7	68,3	71,7	:	:	:	:	:	:
Suécia	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Reino Unido	54	52,5	50,7	50,2	51,4	52,1	52,2	55	56,4	57,2	60,2	58,3	57,2	56,1	53,4

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

Taxa de Emprego por uma Criança Dependente, dos 3- 5 anos, numa População entre os 15-64 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2004
(em %)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Europa dos 15	:	:	:	:	:	72,6	72,5	73,1	73,8	75,6	77	76,8	77,5	77,5	:
Bélgica	79,1	80,5	82,1	78,2	77,2	79,2	78,4	79,9	79,9	83,5	82,3	70,5u	:	:	:
Dinamarca	87,5	78,5	79,9	81	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Alemanha	72,9	77,3	76,7	74,9	73,4	74,1	73,4	73,4	72,9	75,9	78,3	78,1	76,9	76,9	:
Grécia	72,9	69,6	70,3	71,5	72,9	74	72,2	73,4	74,1	74,5	:	:	73,8	72	:
Espanha	64,7	64,9	63,3	61,7	61,2	63,5	63,6	64,1	51,2	70	71	70,4	73,4	74,5	75
França	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	80,5	80
Irlanda	60	60,9	59	62,5	60,8	64,8	68,3	68,4	:	:	:	:	:	:	:
Itália	72,2	71,9	:	70,1	69,1	70	69,9	70,1	70,9	71,9	72,6	72,3	73,4	74,6	:
Luxemburgo	71	73,5	75,7	76,5	74	75,2	78,4	76,8	80,4	80,3	86,2	87,5	27,8u	83,5	:
Países Baixos	57,7	64,5	64,5	68	67,5	71,2	68,5	75,2	77,6	74,6	76,8	79,3	80,4	78,2	:
Áustria	:	:	:	:	:	:	:	:	:	83,7	82,5	81,1	84,8	82,5	41,3
Portugal	84	85,5	84,8	85,9	81,7	82,4	86,2	84,4	86,2	86,3	89,4	89,7	89,5	87	88,1
Finlândia	:	:	:	:	:	74,8	76,3	76	84,5	:	:	:	:	:	:
Suécia	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Reino Unido	70,4	69,5	67,8	67,8	68,9	70,5	71,2	74,8	73,2	74,1	76,1	75,8	75,5	77	74,9

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

u Dados pouco confiáveis ou dados incertos

Taxa de Emprego por Duas Crianças Dependentes, tendo a mais nova entre 3-5 anos, numa População entre os 15-64 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Europa dos 15	:	:	:	:	:	71	71,1	71,9	72,2	73,5	75	75,8	75,9	75	:
Bélgica	78,5	79,9	78,4	79,1	81,3	80,4	81,1	82,8	81,5	82,7	81,3	:	:	:	:
Dinamarca	87,3	86,4	85,9	83,4	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Alemanha	69,3	75,1	73,5	70,8	71,4	71,1	70,2	69,1	69,3	72,7	73,9	74,9	74,6	73,2	:
Grécia	68,6	67,7	68,6	69,9	69,9	70,1	71,4	72,2	72,4	73,1	:	:	74,7	74,3	:
Espanha	61,4	62,6	60	59,4	59,4	61,3	60,6	62,7	44,5	65,5	68,2	69	69,6	69,7	72
França	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	80,3	82,4
Irlanda	55,2	57,1	56,6	58,3	60,4	61,1	64,9	66,7	:	:	:	:	:	:	:
Itália	68,1	67,5	:	66,5	65,1	64,6	64,8	67	66	66,3	67	69,8	69,2	69,8	:
Luxemburgo	63,1	67,4	68,3	69,5	69,8	68,1	67,8	71,6	70	71,1	75,1	74,2	:	73,9	:
Países Baixos	65	67,3	67,9	69,7	69,9	70,7	73	71,8	76	77,8	81,7	80,2	79,9	79,4	:
Áustria	:	:	:	:	:	:	:	:	:	79	78,2	80,2	78,3	79,1	35,5
Portugal	79,8	82,6	83,4	81,6	78,7	81,9	82,6	83,4	85,6	85,6	84	84,2	85,6	84,9	85,3
Finlândia	:	:	:	:	:	77,5	80	86,2	86,2	:	:	:	:	:	:
Suécia	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Reino Unido	73,8	72,1	70,2	71,7	71,1	72,6	73,7	75,4	74,9	75,6	77,2	78,5	78,9	77,4	74,5

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

Taxa de Emprego por Três ou Mais Crianças Dependentes, tendo a mais nova entre 3-5 anos, numa População entre os 15-64 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Europa dos 15	:	:	:	:	:	62,7	62,8	62,4	62,8	64,6	65,6	66	65,1	67,5	:
Bélgica	66,4	65,3	66,6	68,3	64,8	67,5	66,2	71,9	65,8	77,4	70,7	:	:	:	:
Dinamarca	82,2	82,6	84,4	77,7	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Alemanha	63	66,7	66,5	64,6	62,7	62,6	60,7	60,9	59,6	62,8	63,5	65	62,9	63,1	:
Grécia	66,5	62,5	66,2	65,3	66,4	66,9	67,6	71	68,9	66,9	:	:	71,8	73,5	:
Espanha	57	56,4	56,6	52,5	54,1	55,8	57,5	54,7	36,5	58,9	62,2	67,1	65,8	69,8	65,9
França	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	69,6	70,6
Irlanda	49,9	50,1	49,4	51,2	51,7	54,8	56,8	57,1	:	:	:	:	:	:	:
Itália	60,2	58,9	:	58,7	57,6	57,9	58,7	58,4	58,5	58,8	60,5	60	58,2	62,9	:
Luxemburgo	58,2	60,6	64	62,5	60,2	71,1	62,7	64,3	68,6	69,2	64,9	62,5	:	66	:
Países Baixos	61,4	63,9	64,2	63,2	64,7	64,2	66,9	67,7	72,2	72,6	71,1	73,3	76,4	70,8	:
Áustria	:	:	:	:	:	:	:	:	:	69,3	72,5	74,9	75,2	71,9	39,1
Portugal	75,9	76,2	69,7	72,3	72,3	70,5	67,8	72	71,7	67,4	82,2	70,2	76,7	81	81,9
Finlândia	:	:	:	:	:	74,4	73,7	71,2	79,4	:	:	:	:	:	:
Suécia	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Reino Unido	64,8	64,1	57,3	58,6	59,7	62,4	62,9	61,7	62,8	64,8	65,4	65,8	62,3	64,3	63,3

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

Taxa de Emprego por Uma Criança Dependente, entre os 6-14 anos, numa População entre os 15-64 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Europa dos 15	:	:	:	:	:	73,8	74,1	74,2	74,8	75,8	76,8	77,5	77,4	77,6	:
Bélgica	73,4	76,2	76,4	76,5	76,0	76,4	74,2	76,0	76,4	77,2	78,4	73,9	72,6	78,7	54,8
Dinamarca	88,1	85,3	84,5	83,6	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Alemanha	75,7	80,5	80,2	79,3	78,5	79,2	79,5	78,3	78,2	80,0	80,6	81,0	80,3	79,5	:
Grécia	67,8	66,4	67,6	67,8	68,5	68,8	70,1	70,5	71,5	70,5	69,3	78,1u	72,1	74,3	:
Espanha	57,9	58,3	59,0	57,8	58,1	60,0	61,0	62,1	39,6	65,3	67,0	68,0	69,2	70,7	71,5
França	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	82,6	81,0
Irlanda	51,9	52,7	52,7	53,3	55,8	57,4	59,4	60,5	:	:	:	:	:	:	:
Itália	69,1	70,0	:	68,0	68,2	67,5	67,8	68,0	68,0	68,7	69,6	70,4	70,3	70,4	:
Luxemburgo	68,0	69,1	73,6	71,6	70,0	70,8	71,2	72,1	71,5	75,4	76,6	76,2	27,9	77,9	:
Países Baixos	65,5	68,2	68,4	71,4	71,0	69,4	70,2	72,7	75,3	77,4	77,9	80,0	81,2	79,8	:
Áustria	:	:	:	:	:	:	:	:	:	82,5	83,8	85,5	85,1	85,2	44,2
Portugal	77,0	80,4	80,9	80,7	80,9	80,9	82,0	82,1	82,9	83,8	85,0	85,4	84,8	84,3	84,8
Finlândia	:	:	:	:	:	78,7	80,1	83,7	80,8	:	:	:	:	:	:
Suécia	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Reino Unido	80,0	79,5	78,2	77,1	76,6	77,5	77,5	77,3	78,6	79,3	79,5	79,7	80,5	80,9	78,7

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

u Dados pouco confiáveis ou dados incertos

Taxa de Emprego por Duas Crianças Dependentes, tendo a mais nova entre 6-14 anos, numa População entre os 15-64 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Europa dos 15	:	:	:	:	:	74,3	74,6	74,9	75,6	76,3	77,8	78,4	78,4	79,0	:
Bélgica	75,4	76,6	78,2	79,7	79,1	78,9	79,6	78,7	79,4	81,0	83,4	89,2 ^u	84,5	68,0	90,1 ^u
Dinamarca	88,7	89,1	88,0	87,1	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Alemanha	73,5	79,4	78,5	77,4	77,1	77,9	77,4	76,7	76,7	77,6	79,1	79,6	78,9	79,1	:
Grécia	70,2	68,7	69,5	70,1	70,4	71,5	72,6	72,6	73,0	73,8	62,9	:	73,4	75,5	:
Espanha	61,4	61,6	61,6	60,0	58,9	60,8	61,7	62,7	42,7	65,9	68,8	69,4	71,2	72,0	72,2
França	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	83,2	85,7
Irlanda	54,2	54,9	56,3	56,8	57,8	60,1	60,6	62,3	:	:	:	:	:	:	:
Itália	67,3	67,4	:	67,7	66,0	65,1	66,0	65,9	65,9	66,5	67,7	69,5	69,4	69,7	:
Luxemburgo	67,2	71,3	70,1	69,4	70,7	70,8	70,2	72,3	71,7	75,4	73,8	77,6	22,4 ^u	73,6	:
Países Baixos	68,8	71,1	73,2	72,3	73,2	74,0	74,8	75,6	78,4	80,2	80,4	82,7	83,5	83,4	:
Áustria	:	:	:	:	:	:	:	:	:	81,3	81,9	82,5	83,3	83,7	47,3
Portugal	78,9	81,7	81,4	84,7	81,3	81,5	82,9	82,0	84,2	82,1	85,2	82,7	84,6	85,4	82,7
Finlândia	:	:	:	:	:	79,0	83,2	85,3	86,5	:	:	:	:	:	:
Suécia	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Reino Unido	81,7	81,4	80,7	79,9	78,8	79,7	79,3	80,9	80,4	81,3	82,0	82,2	82,7	83,8	80,3

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

u Dados pouco confiáveis ou dados incertos

Taxa de Emprego por Três ou Mais Crianças Dependentes, tendo a mais nova entre 6-14 anos, numa População entre os 15-64 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Europa dos 15	:	:	:	:	:	65,4	66,0	66,9	68,3	69,5	71,1	71,5	71,3	72,2	:
Bélgica	67,9	70,6	66,5	70,7	70,8	69,4	68,9	69,3	68,3	72,0	69,7	:	:	:	:
Dinamarca	72,7	83,8	88,4	85,3	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Alemanha	67,1	68,6	70,5	67,8	68,7	69,2	68,5	66,4	67,9	66,2	69,8	72,0	70,6	69,4	:
Grécia	70,2	67,3	66,7	67,6	69,2	68,4	69,8	69,6	68,7	71,2	:	:	67,7	75,4	:
Espanha	57,7	57,7	55,8	56,3	52,8	53,2	53,2	57,2	40,2	62,8	63,4	67,5	66,1	67,5	71,1
França	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	78,5	74,0
Irlanda	52,5	53,1	51,8	53,0	52,5	57,3	58,3	58,8	:	:	:	:	:	:	:
Itália	63,3	60,3	:	59,1	59,1	58,8	57,0	57,2	58,7	59,9	61,9	60,8	63,6	62,5	:
Luxemburgo	74,4	71,3	66,9u	70,9	64,0u	65,6	65,2	72,1	74,6	73,8	71,3	69,1	:	76,4	:
Países Baixos	67,0	66,1	68,8	66,3	67,4	68,9	70,7	77,0	73,0	82,1	75,5	83,1	82,7	82,0	:
Áustria	:	:	:	:	:	:	:	:	:	74,8	77,4	75,9	79,0	74,2	44,6
Portugal	72,9	80,0	75,9	77,8	78,9	75,4	70,6	70,9	75,5	76,9	76,2	72,1u	71,5	77,8	80,0
Finlândia	:	:	:	:	:	75,7	76,4	83,4	82,4	:	:	:	:	:	:
Suécia	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Reino Unido	71,4	69,6	69,1	66,2	67,9	65,4	66,7	69,0	71,4	70,9	73,9	72,2	72,3	72,6	71,2

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

u Dados pouco confiáveis ou dados incertos

**Taxa de Emprego pelo Grau Académico Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, entre os 15-24 anos, na Europa dos 15,
entre 1990-2004 (em %)**

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Europa dos 15	:	:	:	:	:	29,8	29,6	29,3	27,1	33,6	33,7	30,0	:	27,0	:
Bélgica	:	:	20,8	16,6	15,2	13,5	11,9	10,9	12,0	14,8	14,3	13,1	16,9	12,0	12,6
Dinamarca	:	:	61,9	56,6	59,0	59,1	61,2	63,4	60,6	62,9	61,6	50,3	56,0	51,2	55,3
Alemanha	:	:	39,9	45,3	39,9	39,0	31,5	31,9	:	69,4	68,0	33,9	:	32,4	:
Grécia	:	:	25,8	24,6	22,3	21,6	20,4	19,6	21,3	19,3	19,1	18,5	20,7	18,6	:
Espanha	:	:	32,9	26,8	26,5	27,4	26,6	27,6	35,7	39,1	39,9	40,0	39,7	37,9	38,1
França	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	14,9	14,6
Irlanda	:	:	23,0	21,0	20,4	20,0	18,7	20,9	:	27,2	27,5	26,4	32,0	23,1	21,3
Itália	:	:	:	26,7	23,7	23,6	22,4	21,5	22,4	21,2	20,7	21,0	22,2	19,2	:
Luxemburgo	:	:	48,6	41,5	38,8	35,8	34,0	30,5	:	30,0	30,6	24,3	:	12,4	:
Países Baixos	:	:	:	:	:	:	48,2	51,4	52,5	55,9	61,3	64,8	66,3	:	:
Áustria	:	:	:	:	:	:	:	:	:	37,8	36,2	34,8	37,5	34,0	31,8
Portugal	:	:	49,3	44,7	40,7	39,4	38,1	40,5	44,4	43,1	42,4	44,8	43,9	40,3	38,9
Finlândia	:	:	:	:	:	15,1	14,8	14,8	18,2	29,2	26,9	29,1	29,9	26,3	28,0
Suécia	:	:	:	:	:	18,5	23,4	16,3	19,6	24,3	26,6	36,7	42,5	33,7	29,2
Reino Unido	:	:	49,2	45,6	44,3	43,4	44,8	44,4	:	33,7	32,5	33,9	34,3	30,0	30,7

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

Taxa de Emprego pelo Grau Académico Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education, entre os 15-24 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Europa dos 15	:	:	:	:	:	44,9	44,3	44,4	36,3	49,1	51,0	51,7	:	50,3	:
Bélgica	:	:	35,4	34,0	33,8	33,7	32,7	32,3	33,4	31,5	38,2	37,3	37,5	35,7	35,3
Dinamarca	:	:	69,3	66,9	68,9	71,8	72,8	74,8	74,2	70,8	75,0	69,4	71,5	71,3	70,0
Alemanha	:	:	71,0	67,7	68,7	68,0	66,0	65,2	:	67,2	66,5	66,5	:	62,4	:
Grécia	:	:	30,4	29,8	30,7	30,7	29,3	28,0	33,4	32,9	32,3	31,1	30,1	31,2	:
Espanha	:	:	19,8	18,2	16,5	16,4	15,5	17,0	18,4	20,5	24,8	26,4	29,6	28,6	30,1
França	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	45,9	45,1
Irlanda	:	:	47,7	46,6	47,8	49,4	45,8	49,1	:	61,0	63,0	60,5	68,3	58,6	58,7
Itália	:	:	:	32,4	31,8	29,2	29,5	30,3	29,9	31,4	32,7	33,4	32,1	32,6	:
Luxemburgo	:	:	54,2	56,2	48,0	42,4	43,5	41,6	:	33,6	30,6	43,9	:	35,3	:
Países Baixos	:	:	:	:	:	:	71,8	73,7	72,6	74,5	77,5	78,9	78,9	:	:
Áustria	:	:	:	:	:	:	:	:	:	68,6	66,9	64,9	66,4	68,0	69,0
Portugal	:	:	32,2	29,4	29,6	25,2	25,2	29,3	32,4	34,7	33,2	31,9	33,7	32,0	28,5
Finlândia	:	:	:	:	:	45,4	41,9	48,2	47,0	59,7	61,9	63,0	64,5	62,4	61,1
Suécia	:	:	:	:	:	53,1	51,4	51,6	55,9	56,5	58,4	66,0	67,1	64,4	61,2
Reino Unido	:	:	67,9	64,9	64,4	64,1	66,1	66,4	:	65,5	66,2	65,5	68,7	64,2	64,3

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

Taxa de Emprego pelo Grau Académico Tertiary Education, entre os 15-24 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Europa dos 15	:	:	:	:	:	53,6	55,3	57,2	43,8	57,4	59,9	61,5	:	60,2	:
Bélgica	:	:	68,7	60,0	59,8	63,9	63,7	65,9	65,7	66,6	80,8	71,9	61,6	72,9	71,0
Dinamarca	:	:	:	67,0	74,2	73,0	70,1	78,3	73,0	67,9	76,5	77,2	78,8	75,0	73,6
Alemanha	:	:	76,0	79,4	78,1	77,2	69,1	57,3	:	75,0	78,6	81,1	:	78,0	:
Grécia	:	:	42,0	41,0	43,6	49,3	46,5	51,8	49,9	46,9	56,6	54,2	55,7	55,8	:
Espanha	:	:	54,7	35,5	33,7	34,0	35,5	36,2	38,0	43,6	45,3	48,7	50,0	51,0	51,2
França	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	46,9	47,4
Irlanda	:	:	65,4	64,6	69,0	72,0	71,1	74,3	:	76,6	80,2	75,9	77,8	76,1	76,2
Itália	:	:	:	43,3	33,8	44,0	45,0	45,3	39,5	52,4	49,3	48,3	60,2	53,0	:
Luxemburgo	:	:	35,1u	40,2	47,0	39,7u	33,0u	43,3u	:	22,2u	39,9	53,8u	:	37,8u	:
Países Baixos	:	:	:	:	:	:	60,8	67,2	88,9	92,8	87,6	84,1	91,3	:	:
Áustria	:	:	:	:	:	:	:	:	:	62,6	65,9	76,9	70,8	74,2	64,6
Portugal	:	:	55,9	47,3	57,7	57,7	56,2	61,8	75,1	73,7	76,6	77,1	68,8	70,8	68,9
Finlândia	:	:	:	:	:	72,9	71,4	66,6	62,9	75,5	73,7	76,2	86,8	78,2	78,1u
Suécia	:	:	:	:	:	56,8	45,3	39,8	41,7	44,1	43,7	60,4	63,8	55,1	51,5
Reino Unido	:	:	73,8	75,8	75,7	76,2	76,5	82,0	:	80,6	82,6	81,5	78,2	80,2	82,4

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

u Dados pouco confiáveis ou dados incertos

**Taxa de Emprego pelo Grau Académico Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, entre os 25-64 anos, na Europa dos 15,
entre 1990-2004 (em %)**

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Europa dos 15	:	:	:	:	:	53,7	53,7	53,9	53,5	53,7	54,5	54,9	55,2	55,7	:
Bélgica	:	:	47,9	46,7	46,5	46,7	45,8	46,1	47,5	49,1	51,2	48,3	48,2	48,8	49,4
Dinamarca	:	:	63,7	55,8	57,9	57,2	58,8	61,5	60,9	61,7	62,5	61,5	60,8	61,6	62,0
Alemanha	:	:	51,4	48,6	48,2	47,9	48,5	47,3	:	50,5	51,5	52,3	50,9	50,2	:
Grécia	:	:	55,4	55,6	56,1	56,2	56,6	56,6	55,7	54,8	55,4	55,0	55,9	57,3	:
Espanha	:	:	49,4	47,3	46,4	47,0	47,4	48,8	50,2	52,1	53,7	54,9	55,7	56,6	56,9
França	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	58,6	58,6
Irlanda	:	:	46,4	46,1	47,4	48,9	49,7	50,6	:	54,4	55,9	56,8	56,9	56,6	57,2
Itália	:	:	:	50,4	49,2	48,2	47,8	47,5	49,5	49,8	49,3	49,4	50,5	51,2	:
Luxemburgo	:	:	57,7	51,1	54,5	54,5	52,8	54,9	:	54,5	57,9	58,2	59,3	61,1	:
Países Baixos	:	:	:	:	:	:	52,4	54,1	55,7	56,8	58,3	59,8	60,7	:	:
Áustria	:	:	:	:	:	:	:	:	:	52,8	54,1	54,3	54,5	55,3	52,5
Portugal	:	:	68,0	67,6	66,9	67,1	67,0	67,6	72,0	71,8	72,8	73,2	73,4	72,5	72,0
Finlândia	:	:	:	:	:	53,6	53,6	53,2	55,9	58,6	59,6	58,3	58,7	58,5	57,0
Suécia	:	:	:	:	:	77,9	68,4	66,6	66,0	66,1	66,5	68,8	68,3	67,9	67,1
Reino Unido	:	:	66,4	65,4	65,2	66,0	65,9	67,1	:	53,8	54,9	55,2	54,2	55,3	54,3

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

Taxa de Emprego pelo Grau Académico Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education, entre os 25-64 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Europa dos 15	:	:	:	:	:	72,3	72,5	72,3	73,1	73,7	74,2	74,6	74,6	74,2	:
Bélgica	:	:	72,6	73,5	71,8	72,5	71,8	72,9	72,1	74,5	74,6	75,1	74,7	73,3	73,1
Dinamarca	:	:	79,4	77,0	76,9	77,7	77,4	78,4	79,1	80,7	80,9	80,5	81,2	79,8	79,7
Alemanha	:	:	70,4	69,0	68,9	69,4	69,7	68,9	:	70,0	70,4	70,3	70,6	69,8	:
Grécia	:	:	62,8	62,4	62,5	63,5	64,1	64,2	64,9	65,1	64,9	65,1	65,7	66,8	:
Espanha	:	:	67,5	67,1	64,0	64,6	65,3	65,8	67,4	69,6	71,9	71,6	71,7	72,3	73,0
França	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	76,0	75,3
Irlanda	:	:	64,1	64,7	66,0	66,8	67,9	68,8	:	74,8	76,6	77,2	77,2	75,7	75,7
Itália	:	:	:	73,3	72,1	71,0	71,3	70,8	70,3	70,3	71,3	72,1	72,4	72,6	:
Luxemburgo	:	:	72,7	80,7	72,5	69,2	72,1	72,2	:	73,0	73,2	74,2	73,6	71,7	:
Países Baixos	:	:	:	:	:	:	74,1	75,5	76,6	78,3	79,3	79,9	79,8	:	:
Áustria	:	:	:	:	:	:	:	:	:	75,7	75,1	74,6	75,3	75,8	73,8
Portugal	:	:	83,7	83,3	80,0	77,5	80,3	79,6	79,7	81,8	83,2	83,0	81,9	81,6	80,2
Finlândia	:	:	:	:	:	68,2	71,1	71,9	72,2	74,3	75,2	75,7	75,5	74,8	74,4
Suécia	:	:	:	:	:	83,4	79,3	78,1	78,0	80,0	80,8	82,1	82,1	81,5	80,9
Reino Unido	:	:	78,3	77,6	78,0	78,1	79,1	78,7	:	80,3	80,6	80,9	80,7	81,2	79,7

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

Taxa de Emprego pelo Grau Académico Tertiary Education, entre os 25-64 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Europa dos 15	:	:	:	:	:	83,1	83,0	83,0	82,0	83,7	84,2	84,5	84,3	84,0	:
Bélgica	:	:	85,2	84,3	83,7	83,7	83,6	83,8	84,4	85,4	85,8	84,4	83,6	82,9	84,1
Dinamarca	:	:	90,6	87,9	86,9	86,6	87,1	87,6	87,5	87,9	88,4	87,0	86,9	85,0	86,5
Alemanha	:	:	83,7	83,5	82,6	83,1	82,8	82,3	:	82,7	83,1	83,3	83,1	83,0	:
Grécia	:	:	80,2	80,0	80,3	80,3	80,5	80,2	80,5	81,3	81,2	80,0	81,2	81,9	:
Espanha	:	:	80,7	76,4	75,0	75,0	75,3	76,0	76,9	78,3	79,9	80,9	80,9	81,8	82,4
França	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	82,1	82,6
Irlanda	:	:	80,9	81,4	82,9	83,1	82,7	84,3	:	87,2	87,6	87,1	86,6	86,1	86,1
Itália	:	:	:	84,3	82,9	81,2	81,8	80,7	81,2	81,1	81,6	81,8	82,3	81,7	:
Luxemburgo	:	:	84,5	87,3	76,2	82,4	85,5	84,4	:	85,0	84,3	85,5	85,2	82,6	:
Países Baixos	:	:	:	:	:	:	83,1	84,4	86,7	87,2	86,2	86,9	86,7	:	:
Áustria	:	:	:	:	:	:	:	:	:	86,3	87,6	87,7	86,9	85,7	82,8
Portugal	:	:	93,2	91,4	90,7	89,7	88,8	88,4	89,5	90,7	90,8	90,7	89,7	88,1	88,4
Finlândia	:	:	:	:	:	81,7	81,1	83,5	82,5	84,7	84,4	85,7	85,6	85,0	84,6
Suécia	:	:	:	:	:	89,7	87,2	85,6	84,9	86,3	85,6	87,4	87,6	87,1	86,7
Reino Unido	:	:	86,8	86,1	86,9	86,4	86,6	87,5	:	87,8	88,0	88,4	87,9	88,1	87,7

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

**Taxa de Emprego pelo Grau Académico Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, com 65 e mais anos, na Europa dos 15,
entre 1990-2004 (em %)**

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Europa dos 15	:	:	:	:	:	3,5	3,3	3,4	2,9	3,2	3,2	3,0	3,1	3,2	:
Bélgica	:	:	0,8	0,9	0,8	0,9	0,9	0,7	0,5	1,2	1,3	0,9	1,0	0,9	0,9
Dinamarca	:	:	9,4	8,4	1,2	1,1u	0,8u	1,0u	1,6	7,6u	2,0u	3,8	1,9u	2,3	1,8
Alemanha	:	:	2,1	2,0	1,8	1,7	1,7	2,0	:	1,6	1,7	1,8	1,8	1,7	:
Grécia	:	:	7,6	6,9	7,5	7,3	7,6	6,7	6,3	5,7	5,2	4,8	4,4	4,8	:
Espanha	:	:	2,0	1,9	1,6	1,8	1,6	1,2	1,2	1,3	1,2	1,2	1,1	1,2	1,0
França	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	0,9	0,8
Irlanda	:	:	9,0	8,4	7,8	8,0	8,0	8,0	:	17,4u	8,7	17,1	7,0	6,8	6,9
Itália	:	:	:	3,0	2,6	2,5	2,7	2,6	2,7	2,9	2,7	2,4	2,4	2,4	:
Luxemburgo	:	:	1,7u	:	1,5u	:	:	1,3u	:	:	1,4u	:	:	:	:
Países Baixos	:	:	:	:	:	:	1,6	1,5	1,4	1,7	1,7	2,0	2,1	:	:
Áustria	:	:	:	:	:	:	:	:	:	2,5	2,8	3,1	2,6	2,6	1,4
Portugal	:	:	12,0	12,8	13,6	14,1	15,2	15,9	17,5	17,1	17,9	18,9	19,3	18,9	18,0
Finlândia	:	:	:	:	:	2,5	2,1	2,2	2,9	5,1	6,0	1,7	1,8	1,7	1,5
Suécia	:	:	:	:	:	5,6	:	5,1	6,4	5,9	8,4	7,0	6,9	6,6	7,3
Reino Unido	:	:	100,0	100,0	99,7	99,9	99,9	100,0	:	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

u Dados pouco confiáveis ou dados incertos

Taxa de Emprego pelo Grau Académico Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education, com 65 e mais anos, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Europa dos 15	:	:	:	:	:	4,2	4,2	4,2	3,8	4,6	4,3	4,4	4,8	4,5	:
Bélgica	:	:	2,6	2,4u	2,1u	2,6	2,7	2,0	1,8u	2,4	1,6u	2,0	1,2u	2,1	1,3u
Dinamarca	:	:	15,7	14,4	4,9u	6,6	7,2	20,7	6,3	4,7	4,5	6,6	7,4	6,4	6,7
Alemanha	:	:	2,4	2,4	2,2	2,2	2,5	2,6	:	2,6	2,4	2,6	2,9	2,5	:
Grécia	:	:	5,4	6,1	6,0	5,4	4,6	5,1	4,7	3,9	4,1	4,7	5,0	5,0	:
Espanha	:	:	4,7	4,0u	4,6	5,0	2,8u	3,0	2,9u	3,7	4,0	3,8	2,3	2,7	3,6
França	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	1,5	1,4
Irlanda	:	:	8,9u	8,7u	7,5u	8,6u	9,2u	8,6u	:	:	:	:	10,9	8,3	8,8
Itália	:	:	:	6,9	7,2	7,7	7,3	7,0	6,6	7,3	6,1	6,0	7,0	7,0	:
Luxemburgo	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Países Baixos	:	:	:	:	:	:	4,6	4,6	4,5	2,8	3,1	5,4	5,6	:	:
Áustria	:	:	:	:	:	:	:	:	:	1,3	2,0	4,2	2,3	2,1	1,9
Portugal	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Finlândia	:	:	:	:	:	8,3	3,6u	:	:	4,1u	3,1u	2,7u	2,3u	3,8	3,2u
Suécia	:	:	:	:	:	15,1	:	5,9	7,2	8,6	8,6	10,1	12,6	10,3	9,4
Reino Unido	:	:	100,0	100,0	100,0	100,0	99,7	100,0	:	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

u- Dados pouco confiáveis ou dados incertos

Taxa de Emprego pelo Grau Académico Tertiary Education, com 65 e mais anos, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Europa dos 15	:	:	:	:	:	11,8	11,4	10,5	9,0	10,4	10,4	9,9	10,1	10,7	:
Bélgica	:	:	5,7	5,2	6,4	6,1	5,4	4,8	3,7u	8,7	4,3	4,3	3,1	6,7	4,2
Dinamarca	:	:	28,3	16,8	9,3u	10,8u	13,9	11,8u	12,0	:	6,9u	12,8	16,4	12,5	9,8
Alemanha	:	:	6,8	6,3	6,6	6,9	7,6	6,1	:	6,6	6,6	6,5	6,2	6,7	:
Grécia	:	:	11,5	9,8	9,4	9,7	9,4	8,2	9,3	7,8	9,2	8,2	10,0	8,6	:
Espanha	:	:	11,3	10,5	10,5	7,7	7,2	7,6	7,8	9,1	10,2	9,1	8,0	7,7	9,9
França	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	4,7	3,3
Irlanda	:	:	14,4u	12,3u	13,2u	15,5u	14,2u	15,2u	:	:	:	:	16,6	16,6	12,3
Itália	:	:	:	19,3	21,5	19,6	17,8	17,8	17,4	18,9	17,0	16,0	16,6	15,3	:
Luxemburgo	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Países Baixos	:	:	:	:	:	:	8,6	8,4	6,3	7,2	6,6	6,6	10,9	:	:
Áustria	:	:	:	:	:	:	:	:	:	5,0	4,5	6,8	5,2	3,6	8,2
Portugal	:	:	28,9u	30,7u	28,1u	23,9u	22,6u	20,6u	26,8u	21,7u	21,8u	18,0u	19,4u	18,8u	19,0u
Finlândia	:	:	:	:	:	7,3u	:	4,4u	5,2u	5,5u	3,6u	4,0u	4,2u	5,5	3,7u
Suécia	:	:	:	:	:	18,3	:	21,5	17,4	11,2	19,6	17,9	15,9	20,3	16,3
Reino Unido	:	:	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	:	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

u Dados pouco confiáveis ou dados incertos

Taxa de Emprego segundo o Total dos Graus Académicos Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education e Tertiary Education (15-24 anos) na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Europa dos 15	:	:	:	:	:	37,2	36,4	36,4	37,6	38,7	39,9	40,6	:	39,7	:
Bélgica	30,4	31,4	31,4	28,1	27,5	26,6	26,1	25,2	26	25,5	30,3	28,5	31,2	27,1	28,1
Dinamarca	65	64,7	63,1	60,2	62,1	65,9	66	68,2	66,4	66	67,1	61,7	65,5	59,4	61,3
Alemanha	57,9	57,1	54,8	51,9	50	48	45,5	44,4	45,1	46,2	46,1	46,5	:	44	:
Grécia	30,2	29,1	28,4	27,5	26,7	26,5	25,4	24,5	28,1	26,8	26,9	26	27,1	26,3	:
Espanha	32,1	31,5	29,8	24,9	23,8	24,2	23,6	24,7	26,4	29,7	32	33,2	34,4	33,2	33,7
França	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	30,1	29,8
Irlanda	40,1	37,7	35,6	35	35,7	36,4	35,6	38,3	42,9	46,4	48,3	46,9	54	45,8	44,8
Itália	33,3	33,1	:	28,7	26,6	25,8	25,2	25,1	25,4	25,5	26,1	26,2	26,8	25,4	:
Luxemburgo	43,3	51,8	49,4	45,7	42,8	38,2	36,9	34,7	33,1	31,7	31,8	32,3	:	26,4	:
Países Baixos	53	53,6	56	54,2	53,7	54,5	54,1	56,9	60,3	62,7	68,4	70,4	71,2	68,4	66,2
Áustria	:	:	:	:	:	:	:	:	:	53,7	51,5	50,7	52,4	51,2	51,1
Portugal	52,4	51,7	46	41,7	38,7	36,2	35,1	37,9	42,5	41,9	41,1	42,3	42,2	39	37,1
Finlândia	:	:	:	:	:	29,2	27,7	31,3	32,5	45	45,4	46,2	47,1	44,3	43,3
Suécia	:	:	:	:	:	36,5	33,8	32,1	33,5	35,4	36,9	46,2	47,5	43,4	39,5
Reino Unido	64,3	60,4	57,3	54,5	54,1	53,8	54,8	55,6	55,9	55,2	55,9	55,6	57	54,3	54,7

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

Taxa de Emprego segundo o Total dos Graus Académicos Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education e Tertiary Education (25-64 anos) na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Europa dos 15	:	:	:	:	:	65,4	65,7	66	66,5	67,5	68,4	69,1	69,4	69,7	:
Bélgica	60,7	62,1	62,8	62,8	62,6	63,4	63,4	64,4	64,5	66,6	67,9	66,8	66,7	66,6	67,8
Dinamarca	78,3	77,4	77,4	75,4	75	75,9	75,9	77,1	77,3	78,6	78,4	78,7	78,8	78,2	78,9
Alemanha	68,5	70,3	69,1	67,8	67,5	67,9	67,6	67,2	67,2	68,3	69	69,4	69,3	69,1	:
Grécia	61,4	59,5	60,3	60,5	61,2	61,7	62,4	62,6	62,7	62,7	63	62,8	63,8	65,2	:
Espanha	54,8	55,3	55,4	53,7	52,9	53,9	55	56,4	58	60,2	62,5	63,8	64,6	65,7	66,6
França	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	71,3	71,2
Irlanda	56,5	56,4	56,6	57,3	58,8	60,6	62,1	63	65,7	68,2	70,2	71,2	71,6	71,2	71,8
Itália	59,6	60,4	:	58,6	57,9	57,2	57,5	57,5	57,8	58,4	59,1	60,2	61,2	62,2	:
Luxemburgo	62,8	62,8	64,3	64,2	63,9	62,9	63,8	65,2	65,8	67,7	69	69,3	70	70,1	:
Países Baixos	63,4	64,4	65,7	65,9	66,3	66,6	68	69,9	71,3	72,7	73,8	74,9	75,3	74,7	74,5
Áustria	:	:	:	:	:	:	:	:	:	71,5	71,9	72	72,5	72,8	71,2
Portugal	69,7	72,6	72,1	71,5	70,8	70,8	70,9	71,2	74,2	74,5	75,5	75,9	75,9	75,2	75,1
Finlândia	:	:	:	:	:	66,2	67,6	68,6	70,3	72,5	73,4	74,3	74,5	74,2	73,8
Suécia	:	:	:	:	:	79,1	78,2	76,8	76,6	78,3	78,6	80,6	80,6	80,3	79,9
Reino Unido	73,1	72,1	71	70,6	71	71,6	71,9	72,9	73,4	74	74,6	75,2	75,1	75,6	75,4

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

Taxa de Emprego segundo o Total dos Graus Académicos Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education e Tertiary Education (65 e mais anos) na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Europa dos 15	:	:	:	:	:	3,5	3,4	3,4	3,3	3,3	3,3	3,3	3,5	3,5	:
Bélgica	1,1	1,0	1,3	1,3	1,3	1,5	1,4	1,2	0,9	1,9	1,6	1,3	1,2	1,6	1,3
Dinamarca	7,2	6,4	7,0	6,4	2,2	2,5	2,9	3,3	3,3	1,9	2,5	4,6	4,9	4,8	4,5
Alemanha	3,1	2,6	2,7	2,6	2,5	2,5	2,7	2,7	2,6	2,6	2,6	2,8	2,8	2,7	:
Grécia	7,8	7,0	7,6	7,0	7,5	7,2	7,4	6,7	6,3	5,6	5,3	4,9	4,7	5,0	:
Espanha	2,5	2,4	2,4	2,3	2,1	2,1	1,8	1,5	1,5	1,7	1,6	1,6	1,5	1,5	1,6
França	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	1,3	1,1
Irlanda	8,9	8,8	9,3	8,6	8,0	8,5	8,6	8,5	8,1	8,0	8,0	7,8	8,1	7,9	7,6
Itália	4,4	4,5	:	3,8	3,5	3,4	3,5	3,5	3,1	3,3	3,1	3,2	3,3	3,3	:
Luxemburgo	2,1u	1,7u	2,5u	1,9u	2,1u	1,7u	1,6u	1,9u	1,5u	1,1u	1,6u	:	1,3u	1,3u	:
Países Baixos	3,7	3,3	3,4	3,3	3,2	2,9	3,1	3,1	2,8	2,7	2,6	3,4	4,1	3,4	4,6
Áustria	:	:	:	:	:	:	:	:	:	2,3	2,6	3,8	2,7	2,5	2,2
Portugal	12,7	14,1	12,6	13,3	14,0	14,4	15,4	16,0	17,7	17,2	18,0	18,8	19,1	18,7	17,9
Finlândia	:	:	:	:	:	3,4	2,5	2,3	2,1	1,9	2,3	2,2	2,2	2,5	2,0
Suécia	:	:	:	:	:	8,7	4,0	3,7	4,0	3,7	4,9	4,8	5,0	4,8	4,6
Reino Unido	5,3	5,0	5,5	4,9	4,9	5,1	4,8	4,9	5,0	5,3	5,2	4,7	5,3	5,9	5,9

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

u Dados pouco confiáveis ou dados incertos

Taxa de Emprego, em Full-Time, entre os 15-24 anos, pelo Grau Académico Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Europa dos 15	:	:	:	:	:	14374	13633	13188	13337	13595	13880	14051	13900	13434	:
Bélgica	362	364	355	315	313	295	282	268	267	233	271	292	293	279	278
Dinamarca	296	295	264	224	238	255	251	241	220	214	218	198	181	168	157
Alemanha	4580	5386	4959	4559	4221	3912	3620	3486	3526	3591	3599	3592	3533	3434	:
Grécia	393	384	363	364	346	336	318	312	359	338	336	324	318	304	:
Espanha	1919	1923	1769	1436	1344	1346	1287	1305	1368	1497	1587	1608	1552	1487	1433
França	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	1741	1729
Irlanda	219	212	194	181	187	191	194	205	221	238	248	246	237	232	220
Itália	2636	2771	:	2221	1988	1860	1775	1705	1665	1604	1555	1530	1486	1467	:
Luxemburgo	19	23	23	20	19	17	17	16	15	13	14	15	15	12	:
Países Baixos	731	702	630	592	549	496	455	457	436	469	490	501	481	446	426
Áustria	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	426	:	:	431	431
Portugal	821	787	676	631	599	552	529	551	606	583	569	569	548	482	452
Finlândia	:	:	:	:	:	97	96	122	130	191	195	202	187	187	178
Suécia	:	:	:	:	:	235	211	192	205	194	224	280	267	251	219
Reino Unido	4153	3700	3288	3165	2961	2818	2732	2620	2574	2568	2585	2582	2627	2543	2517

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

Taxa de Emprego, em Part-Time, entre os 15-24 anos, pelo Grau Académico Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Europa dos 15	:	:	:	:	:	1286	1708	1783	970	1236	1248	1326	1368	951	:
Bélgica	:	:	22	19	16	15	16	16	17	30	31	23	24	20	23
Dinamarca	:	:	143	125	134	130	136	146	143	121	128	68	79	109	130
Alemanha	:	:	80	89	72	75	106	136	:	84	99	237	248	244	:
Grécia	:	:	13	13	12	12	14	11	16	12	10	6	7	7	:
Espanha	:	:	81	91	89	90	88	93	89	95	94	89	88	102	98
França	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	129	134
Irlanda	:	:	9	11	10	11	11	15	:	31	30	26	22	20	19
Itália	:	:	:	82	90	81	67	66	67	59	62	60	52	48	:
Luxemburgo	:	:	1u	1u	:	1u	1u	1u	:	1u	1u	1u	1u	:	:
Países Baixos	:	:	:	:	:	:	333	346	373	388	411	418	444	:	:
Áustria	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	12	:	:	12	16
Portugal	:	:	31	28	28	24	22	22	28	31	24	25	25	26	23
Finlândia	:	:	:	:	:	33	27	28	37	44	42	43	44	40	42
Suécia	:	:	:	:	:	66	55	49	48	60	59	82	75	83	79
Reino Unido	:	:	602	553	559	612	673	715	:	138	126	130	133	120	124

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

u Dados pouco confiáveis ou dados incertos

Taxa de Emprego, em Full-Time, entre os 15-24 anos, pelo Grau Académico Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Europa dos 15	:	:	:	:	:	6744	6364	6141	3115	6906	7162	7316	7355	6860	:
Bélgica	:	:	174	164	168	160	154	153	144	116	149	163	150	154	142
Dinamarca	:	:	165	170	170	184	137	134	133	115	118	137	120	93	89
Alemanha	:	:	2954	2593	2578	2316	1987	1833	:	1795	1808	1851	1835	1725	:
Grécia	:	:	171	177	171	176	174	170	211	203	205	196	192	184	:
Espanha	:	:	383	321	294	300	280	298	313	327	383	393	372	352	363
França	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	940	944
Irlanda	:	:	92	90	93	91	90	96	:	135	143	141	130	129	124
Itália	:	:	:	836	826	765	776	795	768	779	790	766	786	807	:
Luxemburgo	:	:	8	7	7	6	6	6	:	7	8	7	9	9	:
Países Baixos	:	:	:	:	:	:	249	245	243	246	254	253	257	:	:
Áustria	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	260	:	:	268	280
Portugal	:	:	86	84	94	93	96	106	95	100	107	102	108	103	89
Finlândia	:	:	:	:	:	72	69	97	94	125	132	135	130	132	123
Suécia	:	:	:	:	:	173	154	144	155	143	158	195	189	179	160
Reino Unido	:	:	1441	1284	1293	1258	1092	1066	:	1794	1813	1807	1874	1817	1843

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

**Taxa de Emprego, em Part-Time, entre os 15-24 anos, pelo Grau Académico Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary
Education, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000)**

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Europa dos 15	:	:	:	:	:	1216	1452	1541	1005	2278	2352	2431	2490	2199	:
Bélgica	:	:	31	24	23	27	28	25	30	29	36	33	30	33	38
Dinamarca	:	:	44	71	59	72	57	62	61	62	58	92	103	62	65
Alemanha	:	:	160	161	170	169	181	188	:	249	250	267	273	280	:
Grécia	:	:	15	13	14	15	15	13	21	25	18	15	16	15	:
Espanha	:	:	50	53	63	66	69	80	87	94	94	95	99	97	98
França	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	250	252
Irlanda	:	:	10	13	14	15	13	18	:	32	35	33	35	41	37
Itália	:	:	:	63	73	83	86	90	100	108	127	114	103	101	:
Luxemburgo	:	:	:	1u	1u	1u	1u	:	:	1u	1u	1u	:	1u	:
Países Baixos	:	:	:	:	:	:	223	233	309	294	325	326	341	:	:
Áustria	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	28	:	:	29	40
Portugal	:	:	11u	10u	14u	10u	11u	19	12u	14u	10u	13u	16	17	17
Finlândia	:	:	:	:	:	37	43	41	34	47	50	47	51	53	54
Suécia	:	:	:	:	:	80	74	73	65	67	58	79	86	93	102
Reino Unido	:	:	262	270	356	351	373	407	:	972	1010	1033	1053	1126	1172

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

u Dados pouco confiáveis ou dados incertos

Taxa de Emprego, em Full-Time, entre os 15-24 anos, pelo Grau Académico Tertiary Education, na Europa dos 15, entre 1990-2004

(1000)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Europa dos 15	:	:	:	:	:	1234	1268	1371	684	1449	1550	1582	1595	1479	:
Bélgica	:	:	73	65	67	65	73	66	67	56	70	72	86	70	81
Dinamarca	:	:	:	6u	7u	10	7u	6u	8	5u	8	7u	8	8	6u
Alemanha	:	:	183	157	141	141	118	128	:	114	118	116	118	122	:
Grécia	:	:	19	20	21	17	18	19	20	18	19	20	24	21	:
Espanha	:	:	202	191	172	180	206	218	222	271	292	299	302	285	243
França	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	361	361
Irlanda	:	:	34	36	40	46	56	57	:	46	48	51	51	55	54
Itália	:	:	:	17	10	13	16	16	20	22	22	19	18	28	:
Luxemburgo	:	:	1u	2	3	1u	1u	1u	:	1u	2	1u	1u	1u	:
Países Baixos	:	:	:	:	:	:	33	45	40	50	40	41	38	:	:
Áustria	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	13	:	:	18	20
Portugal	:	:	16	16	18	20	20	23	25	26	27	25	28	24	32
Finlândia	:	:	:	:	:	10	6	6	12	17	22	15	12	10	10
Suécia	:	:	:	:	:	33	24	20	27	24	27	22	17	19	17
Reino Unido	:	:	382	389	426	456	474	539	:	503	515	518	492	471	501

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

u Dados pouco confiáveis ou dados incertos

Taxa de Emprego, em Part-Time, entre os 15-24 anos, pelo Grau Académico Tertiary Education, na Europa dos 15, entre 1990-2004
(1000)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Europa dos 15	:	:	:	:	:	216	268	304	192	303	291	294	300	317	:
Bélgica	:	:	8	8	8	9	8	11	12	5	11	5	9	8	15
Dinamarca	:	:	:	5u	5u	4u	4u	6u	:	:	:	:	:	6u	4u
Alemanha	:	:	12	15	11	14	12	17	:	16	12	17	15	19	:
Grécia	:	:	:	3u	:	:	3u	:	:	:	3u	:	:	:	:
Espanha	:	:	15	22	27	32	37	39	44	54	60	59	53	49	59
França	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	96	90
Irlanda	:	:	:	4u	4u	4u	6	5	:	4u	5	4u	6	8	9
Itália	:	:	:	:	:	:	4u	:	:	6u	5u	:	:	8	:
Luxemburgo	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Países Baixos	:	:	:	:	:	:	50	56	16	19	22	26	27	:	:
Áustria	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	3	:	:	:	5
Portugal	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Finlândia	:	:	:	:	:	:	:	:	3u	5	3u	:	:	:	:
Suécia	:	:	:	:	:	14	10	15	19	22	17	9	8	10	12
Reino Unido	:	:	35	47	58	74	81	82	:	75	72	80	90	102	97

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

u Dados pouco confiáveis ou dados incertos

Taxa de Emprego, em Full-Time, entre os 25-49 anos, pelo Grau Académico Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Europa dos 15	:	:	:	:	:	26501	27474	26516	19895	23123	22669	22843	22372	21014	:
Bélgica	:	:	872	843	801	752	712	679	704	605	615	654	611	595	549
Dinamarca	:	:	220	131	201	178	220	212	209	206	193	193	191	179	169
Alemanha	:	:	2039	2024	1735	2019	2397	2060	:	2361	2205	2035	1927	1768	:
Grécia	:	:	1064	1065	1030	1011	975	942	910	845	831	821	803	781	:
Espanha	:	:	4872	4590	4424	4377	4274	4295	4422	4562	4605	4647	4674	4672	4547
França	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	3327	3256
Irlanda	:	:	269	252	259	253	249	264	:	236	231	231	222	212	219
Itália	:	:	:	6927	6580	6415	6284	6109	5996	5835	5552	5953	5969	5778	:
Luxemburgo	:	:	61	50	48	53	50	52	:	33	37	40	37	29	:
Países Baixos	:	:	:	:	:	:	828	819	824	823	820	792	757	:	:
Áustria	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	324	:	:	279	267
Portugal	:	:	1843	1847	1783	1771	1747	1701	2107	2074	2134	2156	2136	2084	2032
Finlândia	:	:	:	:	:	284	270	254	249	232	216	198	185	174	154
Suécia	:	:	:	:	:	348	323	324	313	278	287	244	222	215	200
Reino Unido	:	:	4899	4726	4699	4695	4730	4643	:	1066	1085	1095	1016	980	908

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

Taxa de Emprego, em Part-Time, entre os 25-49 anos, pelo Grau Académico Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Europa dos 15	:	:	:	:	:	4583	5232	5146	2842	4200	4158	4113	4056	3561	:
Bélgica	:	:	127	132	127	129	126	129	142	141	160	162	156	155	157
Dinamarca	:	:	56	35	36	32	32	31	39	37	34	28	33	34	33
Alemanha	:	:	532	541	523	577	705	685	:	755	753	741	736	722	:
Grécia	:	:	48	43	48	43	53	44	53	55	42	37	39	34	:
Espanha	:	:	297	306	315	341	345	361	376	410	419	424	422	436	437
França	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	791	782
Irlanda	:	:	32	33	39	44	42	46	:	58	57	56	54	51	50
Itália	:	:	:	427	465	474	473	478	486	495	516	603	592	554	:
Luxemburgo	:	:	5	6	6	6	5	6	:	5	6	7	7	7	:
Países Baixos	:	:	:	:	:	:	447	448	461	461	463	446	452	:	:
Áustria	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	98	:	:	100	80
Portugal	:	:	112	114	119	116	111	130	158	156	148	141	150	163	147
Finlândia	:	:	:	:	:	26	25	20	29	22	23	21	18	18	14
Suécia	:	:	:	:	:	86	79	71	71	73	65	45	46	49	43
Reino Unido	:	:	1833	1795	1743	1753	1806	1717	:	522	505	465	451	411	384

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

Taxa de Emprego, em Full-Time, entre os 25-49 anos, pelo Grau Académico Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Europa dos 15	:	:	:	:	:	35393	37061	37652	21150	39706	40261	40972	41200	39370	:
Bélgica	:	:	856	854	875	913	935	939	884	697	701	870	889	873	887
Dinamarca	:	:	828	820	701	739	701	746	764	777	759	756	753	685	701
Alemanha	:	:	10780	10714	10699	11313	11124	11131	:	11018	10836	11031	11150	10504	:
Grécia	:	:	676	738	782	823	857	880	926	982	1016	1031	1047	1071	:
Espanha	:	:	1304	1299	1336	1468	1567	1660	1696	1843	2038	2118	2234	2345	2472
França	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	6441	6327
Irlanda	:	:	207	213	226	237	245	249	:	344	369	372	374	372	377
Itália	:	:	:	4710	4993	5189	5377	5605	5603	5762	6112	5931	6118	6409	:
Luxemburgo	:	:	29	28	32	34	38	36	:	56	54	54	56	70	:
Países Baixos	:	:	:	:	:	:	1474	1501	1550	1527	1487	1504	1448	:	:
Áustria	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	1416	:	:	1394	1316
Portugal	:	:	345	344	351	360	377	381	354	389	414	429	453	463	506
Finlândia	:	:	:	:	:	679	723	743	611	614	612	621	630	625	635
Suécia	:	:	:	:	:	953	964	939	927	965	995	1249	1225	1206	1188
Reino Unido	:	:	4397	4140	4478	4534	4494	4657	:	7050	7061	7092	7048	6883	7320

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

**Taxa de Emprego, em Part-Time, entre os 25-49 anos, pelo Grau Académico Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary
Education, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000)**

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Europa dos 15	:	:	:	:	:	5744	6580	7032	3433	8486	8786	8976	9039	8214	:
Bélgica	:	:	119	129	133	150	152	170	172	195	208	205	226	229	244
Dinamarca	:	:	141	138	136	130	141	133	142	131	141	138	122	126	127
Alemanha	:	:	2071	2132	2283	2412	2414	2560	:	2836	2874	3053	3147	3171	:
Grécia	:	:	21	20	24	28	28	28	37	44	35	32	34	35	:
Espanha	:	:	48	68	72	83	104	118	112	132	142	154	168	184	216
França	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	1113	1128
Irlanda	:	:	19	23	26	29	29	30	:	55	56	61	59	60	70
Itália	:	:	:	231	278	293	344	388	445	508	628	623	602	630	:
Luxemburgo	:	:	2	1u	2	2	3	3	:	6	7	6	7	10	:
Países Baixos	:	:	:	:	:	:	721	741	789	835	875	936	966	:	:
Áustria	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	304	:	:	341	336
Portugal	:	:	11u	10u	12u	11u	15	15	15	15u	16	18	19	21	17
Finlândia	:	:	:	:	:	69	67	77	63	59	54	53	59	58	58
Suécia	:	:	:	:	:	313	288	286	269	283	266	235	239	281	284
Reino Unido	:	:	897	893	982	1018	996	1098	:	1969	2020	2042	1993	2016	2198

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

u- Dados pouco confiáveis ou dados incertos

Taxa de Emprego, em Full-Time, entre os 25-49 anos, pelo Grau Académico Tertiary Education, na Europa dos 15, entre 1990-2004
(1000)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Europa dos 15	:	:	:	:	:	19374	20664	21201	12100	22802	23806	24454	24718	24389	:
Bélgica	:	:	716	761	778	791	825	858	844	715	753	880	883	876	927
Dinamarca	:	:	320	385	433	436	447	378	380	421	406	446	449	489	488
Alemanha	:	:	4773	4941	4775	5227	5285	5418	:	5437	5564	5421	5091	5335	:
Grécia	:	:	430	460	500	516	547	553	609	604	607	607	620	623	:
Espanha	:	:	1659	1747	1885	2022	2220	2367	2547	2798	3098	3334	3535	3721	3943
França	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	4153	4298
Irlanda	:	:	170	185	195	216	246	258	:	242	265	295	323	339	384
Itália	:	:	:	1339	1348	1379	1502	1525	1632	1737	1763	1874	1956	1971	:
Luxemburgo	:	:	17	30	29	21	25	28	:	25	26	27	28	22	:
Países Baixos	:	:	:	:	:	:	867	926	908	921	939	944	951	:	:
Áustria	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	400	:	:	383	484
Portugal	:	:	398	390	401	410	387	387	308	342	352	372	387	429	519
Finlândia	:	:	:	:	:	352	354	361	499	530	545	559	555	542	555
Suécia	:	:	:	:	:	639	618	600	609	642	689	591	613	626	636
Reino Unido	:	:	3220	3478	3640	3815	3942	4065	:	4327	4544	4637	4718	4878	4806

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

Taxa de Emprego, em Part-Time, entre os 25-49 anos, pelo Grau Académico Tertiary Education, na Europa dos 15, entre 1990-2004
(1000)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Europa dos 15	:	:	:	:	:	2521	3014	3282	1795	3622	3750	3840	4012	3590	:
Bélgica	:	:	103	115	117	122	132	138	150	157	161	181	186	197	212
Dinamarca	:	:	63	79	70	79	83	92	83	79	81	82	80	84	93
Alemanha	:	:	554	625	631	743	685	780	:	848	893	909	922	956	:
Grécia	:	:	15	15	17	17	16	18	27	30	20	20	21	21	:
Espanha	:	:	78	84	102	125	170	181	191	201	214	241	246	260	313
França	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	633	656
Irlanda	:	:	13	14	15	18	20	21	:	25	28	31	34	38	41
Itália	:	:	:	61	83	94	92	117	110	136	162	184	178	192	:
Luxemburgo	:	:	1u	2	2	2	1u	2	:	3	2	3	3	2	:
Países Baixos	:	:	:	:	:	:	432	449	411	460	512	504	537	:	:
Áustria	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	48	:	:	78	89
Portugal	:	:	14u	12u	10u	9u	16	14u	21	19	19	18	19	17	20
Finlândia	:	:	:	:	:	22	20	18	27	38	35	35	34	37	39
Suécia	:	:	:	:	:	140	132	150	148	146	137	94	96	130	144
Reino Unido	:	:	535	595	663	642	694	747	:	815	823	836	899	942	979

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

u Dados pouco confiáveis ou dados incertos

Taxa de Emprego, em Full-Time, entre os 50-64 anos, pelo Grau Académico Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Europa dos 15	:	:	:	:	:	10694	10828	10729	7933	9737	9702	9955	10072	9803	:
Bélgica	:	:	248	227	223	231	204	215	229	151	161	209	226	215	208
Dinamarca	:	:	125	80	109	90	91	97	100	89	99	99	97	94	89
Alemanha	:	:	1197	1182	929	948	1035	937	:	926	838	819	733	694	:
Grécia	:	:	697	653	647	642	639	640	599	571	587	586	576	596	:
Espanha	:	:	2043	1924	1839	1807	1777	1837	1886	1870	1920	1954	1970	2040	2006
França	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	1710	1778
Irlanda	:	:	112	108	109	113	113	117	:	115	115	117	122	124	132
Itália	:	:	:	2780	2590	2392	2288	2200	2180	2154	2116	2226	2303	2232	:
Luxemburgo	:	:	13	11	10	10	9	9	:	7	8	8	9	8	:
Países Baixos	:	:	:	:	:	:	213	220	245	265	256	276	290	:	:
Áustria	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	118	:	:	115	104
Portugal	:	:	692	679	693	709	711	748	719	724	743	747	782	782	757
Finlândia	:	:	:	:	:	156	159	154	165	179	175	184	183	179	160
Suécia	:	:	:	:	:	271	264	252	255	247	249	242	242	237	223
Reino Unido	:	:	1794	1715	1716	1721	1745	1760	:	852	811	827	811	804	780

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

Taxa de Emprego, em Full-Time, entre os 50-64 anos, pelo Grau Académico Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Europa dos 15	:	:	:	:	:	2437	2618	2632	1317	2374	2365	2461	2423	2275	:
Bélgica	:	:	30	28	29	34	33	34	40	48	55	59	63	79	85
Dinamarca	:	:	52	40	34	26	28	32	27	33	33	18	24	22	21
Alemanha	:	:	442	462	394	428	447	420	:	452	409	428	403	410	:
Grécia	:	:	37	33	38	42	43	38	50	43	31	29	33	31	:
Espanha	:	:	132	130	121	134	145	153	141	154	152	165	162	169	189
França	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	484	465
Irlanda	:	:	10	14	15	17	16	19	:	29	33	34	37	38	38
Itália	:	:	:	179	174	182	170	186	174	194	191	221	212	219	:
Luxemburgo	:	:	1u	1u	1u	1u	1u	1u	:	1u	2	1u	2	2	:
Países Baixos	:	:	:	:	:	:	155	162	181	197	207	240	255	:	:
Áustria	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	35	:	:	41	34
Portugal	:	:	87	90	97	87	114	127	156	159	155	169	170	165	153
Finlândia	:	:	:	:	:	21	22	22	24	30	31	32	34	35	36
Suécia	:	:	:	:	:	131	115	96	86	84	85	83	80	72	75
Reino Unido	:	:	915	921	924	903	905	916	:	490	499	504	476	496	464

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

u Dados pouco confiáveis ou dados incertos

Taxa de Emprego, em Full-Time, entre os 50-64 anos, pelo Grau Académico Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Europa dos 15	:	:	:	:	:	7892	8010	8434	4046	9074	9532	10122	10733	10630	:
Bélgica	:	:	132	134	135	144	148	151	150	102	110	180	175	187	184
Dinamarca	:	:	182	206	198	207	196	247	243	274	276	296	303	307	292
Alemanha	:	:	3427	3322	3363	3489	3093	3084	:	2968	3019	3170	3492	3272	:
Grécia	:	:	106	105	115	117	125	134	130	158	171	172	177	207	:
Espanha	:	:	131	129	137	143	176	176	197	221	252	301	320	349	394
França	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	1720	1802
Irlanda	:	:	29	31	31	33	36	38	:	54	62	67	68	73	79
Itália	:	:	:	745	809	812	886	940	905	973	1075	1096	1169	1365	:
Luxemburgo	:	:	5	5	6	6	6	6	:	10	11	11	12	15	:
Países Baixos	:	:	:	:	:	:	264	298	320	350	367	370	376	:	:
Áustria	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	299	:	:	327	288
Portugal	:	:	37	44	46	47	49	49	33	45	46	48	51	57	57
Finlândia	:	:	:	:	:	95	121	138	137	138	159	175	188	192	208
Suécia	:	:	:	:	:	231	289	330	350	367	378	437	460	475	479
Reino Unido	:	:	1151	1088	1144	1193	1193	1325	:	1806	1874	1965	2033	2107	2665

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

Taxa de Emprego, em Part-Time, entre os 50-64 anos, pelo Grau Académico Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Europa dos 15	:	:	:	:	:	1579	1674	1783	672	2163	2342	2519	2706	2624	:
Bélgica	:	:	14	10	12	15	17	16	22	24	26	36	43	56	62
Dinamarca	:	:	47	61	42	57	48	58	60	64	68	62	57	64	73
Alemanha	:	:	663	695	752	837	740	774	:	856	896	990	1057	1096	:
Grécia	:	:	3u	3u	:	3u	3u	:	5	4u	5	4u	5	5	:
Espanha	:	:	4u	4u	5u	5	5	9	11	11	9	16	16	17	17
França	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	329	317
Irlanda	:	:	4u	5	5	4u	6	6	:	13	14	15	18	18	19
Itália	:	:	:	22	25	32	34	34	35	38	51	50	53	65	:
Luxemburgo	:	:	:	:	:	:	:	:	:	1u	1u	1u	1u	2	:
Países Baixos	:	:	:	:	:	:	143	147	160	165	208	224	253	:	:
Áustria	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	49	:	:	65	76
Portugal	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Finlândia	:	:	:	:	:	14	15	20	18	18	22	24	24	30	36
Suécia	:	:	:	:	:	103	113	117	120	121	113	130	135	143	147
Reino Unido	:	:	250	231	282	302	319	357	:	584	637	659	715	736	964

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

u Dados pouco confiáveis ou dados incertos

Taxa de Emprego, em Full-Time, entre os 50-64 anos, pelo Grau Académico Tertiary Education, na Europa dos 15, entre 1990-2004
(1000)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Europa dos 15	:	:	:	:	:	4694	4924	5221	2622	5853	6106	6504	6637	6755	:
Bélgica	:	:	110	116	124	131	136	150	149	140	131	193	179	181	204
Dinamarca	:	:	78	97	110	123	141	140	147	154	141	158	178	193	202
Alemanha	:	:	1702	1707	1775	1902	1816	1855	:	1894	1916	1971	1856	2039	:
Grécia	:	:	71	75	80	84	94	105	107	117	127	127	140	164	:
Espanha	:	:	269	298	294	318	363	390	423	443	495	541	576	610	691
França	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	954	948
Irlanda	:	:	31	33	35	36	44	42	:	46	50	54	57	61	68
Itália	:	:	:	326	350	361	371	398	434	487	492	554	594	646	:
Luxemburgo	:	:	4	7	7	6	6	7	:	7	7	7	7	6	:
Países Baixos	:	:	:	:	:	:	159	200	213	218	230	234	253	:	:
Áustria	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	110	:	:	107	133
Portugal	:	:	78	77	82	93	91	95	58	65	68	68	67	72	96
Finlândia	:	:	:	:	:	94	88	95	126	155	166	169	173	185	192
Suécia	:	:	:	:	:	205	218	218	231	261	273	271	279	297	300
Reino Unido	:	:	661	700	738	772	791	858	:	1024	1081	1154	1183	1258	1330

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

Taxa de Emprego, em Part-Time, entre os 50-64 anos, pelo Grau Académico Tertiary Education, na Europa dos 15, entre 1990-2004

(1000)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Europa dos 15	:	:	:	:	:	647	754	820	366	958	1081	1196	1253	1204	:
Bélgica	:	:	9	10	12	11	14	17	18	20	24	34	39	43	51
Dinamarca	:	:	17	18	15	21	22	24	27	23	21	31	38	34	44
Alemanha	:	:	138	144	175	217	196	219	:	241	272	295	290	342	:
Grécia	:	:	:	:	:	:	:	:	3u	4u	:	:	3u	:	:
Espanha	:	:	12	12	15	11	15	16	18	17	19	23	23	22	27
França	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	150	158
Irlanda	:	:	:	3u	4u	4u	4u	5	:	6	9	9	9	11	11
Itália	:	:	:	12	13	14	11	9	13	13	21	25	26	30	:
Luxemburgo	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	1u	1u	1u	:	:
Países Baixos	:	:	:	:	:	:	87	94	114	123	152	161	182	:	:
Áustria	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	10	:	:	13	14
Portugal	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Finlândia	:	:	:	:	:	4u	7	6	11	13	19	20	22	26	29
Suécia	:	:	:	:	:	46	40	39	51	52	59	60	65	65	75
Reino Unido	:	:	189	199	229	244	281	301	:	324	353	391	395	456	505

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

u Dados pouco confiáveis ou dados incertos

Taxa de Emprego, em Full-Time, com 65 e mais anos, pelo Grau Académico Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Europa dos 15	:	:	:	:	:	646	667	667	483	547	525	556	578	603	:
Bélgica	:	:	8	9	9	9	8	6	6	:	:	7	8	4u	7
Dinamarca	:	:	13	9	4u	4u	:	:	4u	4u	:	5u	:	5u	4u
Alemanha	:	:	43	46	35	38	38	39	:	27	28	28	25	24	:
Grécia	:	:	85	81	89	92	93	93	76	73	74	73	70	81	:
Espanha	:	:	81	81	70	66	61	50	51	57	50	53	56	52	51
França	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	37	27
Irlanda	:	:	26	23	22	22	22	22	:	3u	8	4u	18	16	16
Itália	:	:	:	193	166	163	190	182	144	155	146	182	186	188	:
Luxemburgo	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Países Baixos	:	:	:	:	:	:	5u	6u	:	5u	7u	5u	5u	:	:
Áustria	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	10	:	:	5	3
Portugal	:	:	98	110	118	129	138	146	130	132	127	124	138	138	125
Finlândia	:	:	:	:	:	7	5	6	5	4u	4u	4u	4u	4u	4u
Suécia	:	:	:	:	:	6	:	12	16	13	6	8	7	8	8
Reino Unido	:	:	91	65	71	61	59	60	:	36	38	31	30	44	43

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

u Dados pouco confiáveis ou dados incertos

Taxa de Emprego, em Part-Time, com 65 e mais anos, pelo Grau Académico Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Europa dos 15	:	:	:	:	:	477	474	501	275	454	497	521	543	514	:
Bélgica	:	:	:	:	:	:	3u	:	:	:	:	5	5	8	6
Dinamarca	:	:	17	12	4u	:	:	4u	5u	:	4u	6u	4u	6u	5u
Alemanha	:	:	53	55	46	50	54	65	:	58	59	64	68	66	:
Grécia	:	:	20	17	22	20	28	19	22	18	15	13	14	14	:
Espanha	:	:	21	21	17	31	27	20	17	19	20	19	14	21	14
França	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	25	28
Irlanda	:	:	3u	3u	3u	3u	3u	3u	:	:	3u	:	7	8	7
Itália	:	:	:	44	43	39	32	35	27	25	29	40	34	32	:
Luxemburgo	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Países Baixos	:	:	:	:	:	:	14	13	15	16	16	21	22	:	:
Áustria	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	8	:	:	12	6
Portugal	:	:	51	55	61	62	82	105	137	134	156	180	179	177	176
Finlândia	:	:	:	:	:	5	8	7	5	4u	7	6	6	6	4u
Suécia	:	:	:	:	:	19	:	8	8	7	26	17	17	12	18
Reino Unido	:	:	202	196	182	194	172	176	:	130	122	111	131	129	126

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

u Dados pouco confiáveis ou dados incertos

Taxa de Emprego, em Full-Time, com 65 e mais anos, pelo Grau Académico Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Europa dos 15	:	:	:	:	:	196	203	215	93u	191	181	200	233	219	:
Bélgica	:	:	4u	3u	3u	4u	4u	3u	3u	:	:	:	:	:	:
Dinamarca	:	:	8	11	:	5u	5u	7u	5u	4u	:	7u	9	5u	4u
Alemanha	:	:	63	57	59	63	62	67	:	53	53	57	69	52	:
Grécia	:	:	7	7	8	7	7	9	6	7	8	9	10	11	:
Espanha	:	:	5u	4u	6	6	4u	4u	4u	5u	5u	7	4u	5u	8
França	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	14	13
Irlanda	:	:	:	:	:	3u	3u	3u	:	:	:	:	3u	3u	4u
Itália	:	:	:	39	43	50	52	55	43	52	40	42	51	58	:
Luxemburgo	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Países Baixos	:	:	:	:	:	:	8u	5u	6u	:	7u	7u	5u	:	:
Áustria	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	6	:	:	6	5
Portugal	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Finlândia	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Suécia	:	:	:	:	:	5	:	4	4	11	6	7	8	11	8
Reino Unido	:	:	27	22	31	28	30	29	:	37	36	40	50	47	65

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

u Dados pouco confiáveis ou dados incertos

Taxa de Emprego, em Part-Time, com 65 e mais anos, pelo Grau Académico Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Europa dos 15	:	:	:	:	:	176	166	182	:	230	231	251	307	285	:
Bélgica	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	3u	3u	4u	:
Dinamarca	:	:	8	11	:	4u	5u	5u	5u	4u	7u	8	9	9	12
Alemanha	:	:	56	62	57	61	58	67	:	81	76	92	113	108	:
Grécia	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Espanha	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	3u	:	:	:	:
França	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	11	11
Irlanda	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Itália	:	:	:	5u	7u	8	6u	8	6u	7u	9	7u	9	8	:
Luxemburgo	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Países Baixos	:	:	:	:	:	:	15	18	18	13	8u	21	24	:	:
Áustria	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	3	:	:	5	5
Portugal	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Finlândia	:	:	:	:	:	3u	:	:	:	:	:	:	:	4u	:
Suécia	:	:	:	:	:	18	:	8	13	8	15	17	26	16	17
Reino Unido	:	:	75	62	57	60	61	60	:	99	98	85	104	116	173

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

u Dados pouco confiáveis ou dados incertos

Taxa de Emprego, em Full-Time, com 65 e mais anos, pelo Grau Académico Tertiary Education, na Europa dos 15, entre 1990-2004

(1000)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Europa dos 15	:	:	:	:	:	188	201	190	106	194	195	199	207	214	:
Bélgica	:	:	4u	4u	6	5	5	4u	3u	:	:	4u	3u	6	3u
Dinamarca	:	:	4u	4u	:	:	4u	5u	5u	:	:	5u	7u	5u	6u
Alemanha	:	:	51	45	53	54	62	51	:	58	55	54	48	61	:
Grécia	:	:	7	6	6	7	7	7	7	6	8	7	9	8	:
Espanha	:	:	17	18	19	14	14	17	18	22	25	24	25	25	31
França	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	21	12
Irlanda	:	:	3u	:	:	3u	3u	3u	:	:	:	:	3u	4u	3u
Itália	:	:	:	41	48	47	42	43	45	49	47	48	54	47	:
Luxemburgo	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Países Baixos	:	:	:	:	:	:	:	:	:	5u	:	:	:	:	:
Áustria	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	3	:	:	2	5
Portugal	:	:	8u	8u	9u	8u	10u	9u	:	:	:	:	:	:	:
Finlândia	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Suécia	:	:	:	:	:	:	:	6	:	5	:	5	3	4	5
Reino Unido	:	:	22	21	25	23	24	24	:	24	26	22	26	29	32

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

u Dados pouco confiáveis ou dados incertos

Taxa de Emprego, em Part-Time, com 65 e mais anos, pelo Grau Académico Tertiary Education, na Europa dos 15, entre 1990-2004
(1000)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Europa dos 15	:	:	:	:	:	150	151	169	:	168	189	193	205	216	:
Bélgica	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	4u	3u
Dinamarca	:	:	5u	5u	:	:	4u	:	:	:	:	7u	11	8	6u
Alemanha	:	:	29	29	28	40	43	41	:	43	49	55	56	65	:
Grécia	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Espanha	:	:	4u	4u	5	4u	4u	:	3u	4u	5u	4u	:	:	5u
França	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	8u	7u
Irlanda	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Itália	:	:	:	5u	8	5u	9	10	7u	11	9	9	7u	8	:
Luxemburgo	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Países Baixos	:	:	:	:	:	:	15	16	14	13	15	14	25	:	:
Áustria	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	4
Portugal	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Finlândia	:	:	:	:	:	:	:	:	3u	:	:	3u	3u	3u	:
Suécia	:	:	:	:	:	13	:	13	11	5	17	16	14	18	13
Reino Unido	:	:	62	57	60	68	62	71	:	78	77	72	69	89	95

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

u Dados pouco confiáveis ou dados incertos

Não encontrou Trabalho a Full-Time como razão para Trabalhar em Part-Time, entre os 15-24 anos, no sexo masculino, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Europa dos 15	:	:	:	:	:	289	273	278	267	263	230	221	:	260	:
Bélgica	5	3u	4u	6	5	6	6	8	6	8	10	7	8	8	6
Dinamarca	:	4u	4u	6u	12	6u	6u	6u	4u	6u	:	4u	6u	6u	7u
Alemanha	:	:	:	:	8	9	16	19	20	21	20	20	:	33	:
Grécia	4u	5	8	6	8	8	9	6	10	9	8	5	5	5	:
Espanha	13	10	8	9	13	15	19	23	15	24	14	18	14	13	13
França	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	40	54
Irlanda	4u	4u	4u	6	6	6	5	5	4u	3u	:	:	3u	4u	:
Itália	33	45	:	30	32	33	31	27	34	32	33	27	30	27	:
Luxemburgo	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Países Baixos	29	28	11	16	20	22	19	18	19	10	13	16	19	21	23
Áustria	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Portugal	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Finlândia	:	:	:	:	:	11	7	5	3u	8	6	6	7	6	8
Suécia	:	:	:	:	:	13	12	13	13	14	9	14	13	14	21
Reino Unido	27	31	51	68	64	78	73	67	66	66	55	59	73	76	75

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

u Dados pouco confiáveis ou incertos

Não encontrou Trabalho a Full-Time como razão para Trabalhar em Part-Time, entre os 15-24 anos, no sexo feminino, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Europa dos 15	:	:	:	:	:	598	592	589	572	557	516	495	:	517	:
Bélgica	26	23	27	22	21	22	22	23	26	25	24	23	21	19	24
Dinamarca	13	15	12	14	17	17	10	10	14	13	11	10	8	12	8
Alemanha	16	22	18	23	28	39	48	49	59	59	55	68	:	66	:
Grécia	5	4u	7	6	7	8	8	8	12	11	8	7	7	4u	:
Espanha	33	25	25	25	31	40	36	41	43	49	48	38	35	38	45
França	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	148	124
Irlanda	4u	4u	5	7	7	7	7	6	5	6	4u	4u	5	5	4u
Itália	59	72	:	54	66	60	62	66	63	67	68	54	54	49	:
Luxemburgo	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Países Baixos	56	52	29	27	33	37	30	33	27	25	18	15	17	22	26
Áustria	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	6	:	:	7	8
Portugal	8u	9u	8u	:	:	8u	:	10u	12u	10u	10u	:	:	10u	10u
Finlândia	:	:	:	:	:	14	13	8	11	14	15	16	13	14	15
Suécia	:	:	:	:	:	41	38	42	33	33	26	33	34	36	40
Reino Unido	51	68	92	113	115	99	103	100	93	85	85	84	83	84	69

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

u Dados pouco confiáveis ou incertos

Não queria um Trabalho a Full-Time como razão para Trabalhar em Part-Time, entre os 15-24 anos, no sexo masculino, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Europa dos 15	:	:	:	:	:	155	175	180	128	150	188	193	:	273	:
Bélgica	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Dinamarca	:	:	:	4u	6u	12	11	9	12	10	5u	7u	9	5u	4u
Alemanha	10	13	10	17	13	12	16	18	23	29	28	23	:	25	:
Grécia	3u	:	:	:	:	:	3u	:	:	:	:	:	:	:	:
Espanha	:	3u	:	:	:	:	:	:	3u	5	:	6	3u	4u	4u
França	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	82	79
Irlanda	:	:	:	:	:	:	:	:	:	3u	3u	:	3u	:	:
Itália	5u	13	:	5u	5u	4u	9	6u	6u	8	5u	8	10	9	:
Luxemburgo	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Países Baixos	:	:	39	42	34	40	38	44	33	36	101	107	127	119	111
Áustria	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Portugal	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Finlândia	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Suécia	:	:	:	:	:	3	3	3	4	5	4	8	13	10	8
Reino Unido	16	13	17	16	18	20	25	21	24	27	23	:	48	:	13

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

u Dados pouco confiáveis ou incertos

Não queria um Trabalho a Full-Time como razão para Trabalhar em Part-Time, entre os 15-24 anos, no sexo feminino, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Europa dos 15	:	:	:	:	:	434	457	452	416	432	468	355	:	427	:
Bélgica	3u	:	3u	3u	3u	:	3u	3u	:	:	3u	:	4u	5	3u
Dinamarca	7u	7u	5u	6u	11	18	9	12	14	16	10	10	11	10	15
Alemaha	73	85	78	74	65	58	79	70	72	83	83	38	:	38	:
Grécia	4u	3u	3u	3u	3u	3u	4u	4u	4u	:	3u	4u	3u	3u	:
Espanha	7	5u	:	5u	4u	3u	:	3u	5u	8	4u	9	8	9	12
França	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	116	137
Irlanda	:	:	:	:	:	:	:	:	4u	8	8	7	10	5	5
Itália	15	21	:	14	14	16	13	12	16	13	19	18	20	13	:
Luxemburgo	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Países Baixos	24	20	88	80	82	85	83	84	75	78	135	158	193	171	161
Áustria	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	2	:	:	3	5
Portugal	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Finlândia	:	:	:	:	:	:	:	:	:	4u	3u	5	4u	4u	4u
Suécia	:	:	:	:	:	11	10	10	10	13	11	18	32	17	17
Reino Unido	105	101	129	119	124	122	134	123	133	125	121	25	174	29	27

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

u Dados pouco confiáveis ou incertos

Por Doença ou Incapacidade como razão para Trabalhar em Part-Time, entre os 15-24 anos, no sexo masculino, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Europa dos 15	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Bélgica	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Dinamarca	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Alemanha	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Grécia	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Espanha	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
França	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Irlanda	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Itália	:	6u	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Luxemburgo	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Países Baixos	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Áustria	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Portugal	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Finlândia	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Suécia	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Reino Unido	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

u Dados pouco confiáveis ou incertos

Por Doença ou Incapacidade como razão para Trabalhar em Part-Time, entre os 15-24 anos, no sexo feminino, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Europa dos 15	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Bélgica	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Dinamarca	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Alemaha	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Grécia	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Espanha	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
França	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Irlanda	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Itália	5u	5u	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Luxemburgo	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Países Baixos	:	:	:	5u	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Áustria	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Portugal	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Finlândia	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Suécia	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Reino Unido	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

u Dados pouco confiáveis ou incertos

***Encontrava-se a Estudar ou em Formação* como razão para Trabalhar em Part-Time, entre os 15-24 anos, no sexo masculino, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000)**

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Europa dos 15	:	:	:	:	:	772	833	898	1041	1069	1058	1058	:	1035	:
Bélgica	5	6	6	4u	5	6	6	5	6	4u	11	7	7	8	8
Dinamarca	82	81	77	81	76	75	75	89	67	57	66	59	63	64	68
Alemaha	36	41	59	60	53	49	67	82	107	111	124	139	:	134	:
Grécia	4u	:	4u	4u	:	3u	3u	:	3u	4u	5	3u	4u	5	:
Espanha	13	12	17	20	17	14	18	18	18	25	29	29	22	28	28
França	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	11	8u
Irlanda	3u	3u	3u	5	5	6	6	9	16	21	23	22	21	24	18
Itália	10	17	:	10	10	16	9	9	10	11	16	13	15	13	:
Luxemburgo	1u	1u	:	:	:	:	:	:	:	1u	:	1u	:	:	:
Países Baixos	137	157	210	205	205	220	222	237	281	272	201	201	188	207	205
Áustria	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	5	:	:	7	14
Portugal	:	10u	8u	:	10u	:	:	:	:	11u	9u	8u	8u	9u	:
Finlândia	:	:	:	:	:	18	24	22	21	25	23	23	20	24	23
Suécia	:	:	:	:	:	34	31	33	33	36	34	43	33	42	42
Reino Unido	237	240	268	248	301	317	359	377	394	398	431	420	419	457	430

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

u Dados pouco confiáveis ou incertos

Encontrava-se a Estudar ou em Formação como razão para Trabalhar em Part-Time, entre os 15-24 anos, no sexo feminino, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Europa dos 15	:	:	:	:	:	844	912	1003	1186	1267	1293	1321	:	1295	:
Bélgica	:	3u	3u	3u	3u	3u	3u	:	4u	3u	5	4u	3u	5	6
Dinamarca	87	82	86	90	75	78	85	86	95	83	93	72	82	78	96
Alemaha	36	41	52	52	57	59	68	94	114	142	156	168	:	183	:
Grécia	:	:	:	3u	3u	3u	:	:	3u	5	:	:	3u	4u	:
Espanha	11	11	17	19	19	20	18	18	15	27	39	38	24	38	34
França	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	18	13
Irlanda	4u	4u	4u	6	6	7	7	10	16	24	29	26	28	30	23
Itália	15	16	:	12	12	14	12	10	13	15	23	20	20	20	:
Luxemburgo	1u	1u	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Países Baixos	116	131	207	190	194	198	211	215	260	276	215	226	205	224	220
Áustria	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	6	:	:	9	16
Portugal	:	:	10u	:	11u	:	:	9u	11u	13u	8u	11u	:	10u	11u
Finlândia	:	:	:	:	:	24	25	30	35	38	40	38	35	39	38
Suécia	:	:	:	:	:	55	46	40	44	50	48	65	51	70	65
Reino Unido	291	308	336	323	342	372	425	479	478	499	521	531	512	572	594

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

u Dados pouco confiáveis ou incertos

Responsabilidades Familiares ou Pessoais como razão para Trabalhar em Part-Time, entre os 15-24 anos, no sexo masculino, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Europa dos 15	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Bélgica	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Dinamarca	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Alemanha	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Grécia	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Espanha	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
França	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Irlanda	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Itália	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Luxemburgo	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Países Baixos	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Áustria	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Portugal	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Finlândia	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Suécia	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Reino Unido	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

Responsabilidades Familiares ou Pessoais como razão para Trabalhar em Part-Time, entre os 15-24 anos, no sexo feminino, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Europa dos 15	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	152	:	161	:
Bélgica	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	4u	3u	:	:
Dinamarca	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Alemanha	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	55	:	51	:
Grécia	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Espanha	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	3u	:	3u
França	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	5u	6u
Irlanda	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Itália	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Luxemburgo	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Países Baixos	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Áustria	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	8	9
Portugal	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Finlândia	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Suécia	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Reino Unido	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	79	:	89	89

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

u Dados pouco confiáveis ou incertos

Não encontrou Trabalho a Full-Time como razão para Trabalhar em Part-Time, entre os 25-49 anos, no sexo masculino, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Europa dos 15	:	:	:	:	:	716	786	826	848	840	808	724	689	713	:
Bélgica	11	10	10	13	15	14	15	19	20	18	20	23	20	22	24
Dinamarca	5u	9	7u	8	8	10	8	9	9	7u	9	10	8	11	14
Alemanha	27	23	28	30	56	60	78	107	111	121	114	110	135	171	:
Grécia	12	11	17	18	23	19	24	20	25	25	18	18	16	12	:
Espanha	16	15	12	16	23	25	33	35	41	48	41	37	34	31	38
França	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	114	131
Irlanda	8	8	9	11	13	15	14	12	13	14	13	11	10	9	6
Itália	87	100	:	80	101	107	125	137	142	142	163	159	138	134	:
Luxemburgo	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Países Baixos	43	42	27	27	42	48	51	36	43	38	23	17	14	21	24
Áustria	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	6	:	:	6	8
Portugal	:	:	8u	:	10u	10u	12u	15u	21	17	13u	:	11u	11u	15
Finlândia	:	:	:	:	:	18	20	17	15	17	17	13	12	14	12
Suécia	:	:	:	:	:	38	32	35	31	42	28	24	26	25	34
Reino Unido	41	51	93	121	130	129	141	145	152	143	141	122	113	123	117

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

u Dados pouco confiáveis ou incertos

Não encontrou Trabalho a Full-Time como razão para Trabalhar em Part-Time, entre os 25-49 anos, no sexo feminino, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Europa dos 15	:	:	:	:	:	2139	2237	2460	2249	2194	2136	2089	1978	2176	:
Bélgica	69	77	90	89	86	94	90	87	95	73	92	81	69	82	85
Dinamarca	35	42	47	48	45	40	34	34	37	40	37	36	41	29	37
Alemanha	109	160	162	215	302	318	389	469	500	494	455	455	462	547	:
Grécia	15	13	18	20	22	23	25	28	40	43	34	34	38	36	:
Espanha	78	58	56	57	74	99	122	138	145	157	157	156	135	146	164
França	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	608	617
Irlanda	8	9	10	13	13	14	14	13	11	15	15	13	13	12	10
Itália	141	141	:	159	202	209	217	232	250	280	312	339	288	291	:
Luxemburgo	:	:	:	:	1u	1u	:	1u	1u	1u	1u	1u	1u	2	:
Países Baixos	185	186	36	42	46	65	56	56	59	48	47	30	31	37	42
Áustria	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	31	:	:	29	33
Portugal	29	33	33	32	30	37	38	43	53	55	60	47	49	54	55
Finlândia	:	:	:	:	:	46	43	44	39	45	38	37	38	39	33
Suécia	:	:	:	:	:	138	139	144	138	133	105	94	87	82	90
Reino Unido	133	183	261	307	332	323	298	286	261	226	217	205	184	178	152

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

u Dados pouco confiáveis ou incertos

Não queria um Trabalho a Full-Time como razão para Trabalhar em Part-Time, entre os 25-49 anos, no sexo masculino, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Europa dos 15	:	:	:	:	:	511	576	651	681	744	730	623	644	632	:
Bélgica	:	:	:	3u	3u	3u	4u	4u	4u	:	4u	3u	7	4u	6
Dinamarca	10	8	9	8	8	8	10	12	14	11	8	14	12	12	12
Alemanha	57	57	71	77	84	92	141	144	149	167	170	98	108	100	:
Grécia	:	:	3u	:	3u	:	3u	3u	4u	4u	3u	:	3u	3u	:
Espanha	:	:	3u	3u	:	:	:	:	:	3u	3u	5	:	3u	7
França	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	126	111
Irlanda	:	:	:	:	:	:	:	:	3u	4u	6	5	5	5	4u
Itália	21	22	:	28	31	33	31	37	33	30	34	52	46	41	:
Luxemburgo	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Países Baixos	11	12	144	158	168	173	183	201	206	226	231	244	259	269	261
Áustria	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	4	:	:	13	6
Portugal	:	:	:	:	:	:	:	:	11u	10u	8u	:	:	:	:
Finlândia	:	:	:	:	:	4u	:	:	:	3u	4u	3u	4u	4u	5
Suécia	:	:	:	:	:	15	10	14	12	11	14	15	18	12	12
Reino Unido	23	26	45	52	65	64	77	105	104	122	117	36	39	39	42

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

u Dados pouco confiáveis ou incertos

Não queria um Trabalho a Full-Time como razão para Trabalhar em Part-Time, entre os 25-49 anos, no sexo feminino, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Europa dos 15	:	:	:	:	:	8357	9092	9167	9655	10070	10248	4648	4683	4469	:
Bélgica	33	32	33	40	34	38	39	37	39	39	33	38	37	51	52
Dinamarca	201	191	172	164	149	154	159	163	155	147	146	137	111	119	108
Alemanha	1927	2283	2318	2356	2329	2357	2889	2941	3115	3249	3428	480	514	493	:
Grécia	21	16	21	18	21	22	23	21	25	25	22	18	18	17	:
Espanha	29	32	13	13	13	17	19	25	20	33	47	67	65	67	77
França	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	1317	1328
Irlanda	32	33	12	11	14	17	16	16	43	79	98	110	111	112	58
Itália	210	253	:	179	204	183	212	209	204	237	263	306	305	327	:
Luxemburgo	5	6	5	6	6	6	6	7	7	8	9	9	10	4	:
Países Baixos	424	487	925	1096	1142	1158	1236	1272	1267	1359	1358	1273	1326	1357	1364
Áustria	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	49	:	:	64	56
Portugal	31	35	15	10u	8u	8u	9u	11u	29	21	22	22	24	28	20
Finlândia	:	:	:	:	:	28	17	10	14	12	9	11	10	10	10
Suécia	:	:	:	:	:	292	266	258	249	249	222	156	155	104	95
Reino Unido	2337	2236	2773	2710	2734	2752	2842	2846	2850	2921	2949	394	384	427	409

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

u Dados pouco confiáveis ou incertos

Por Doença ou Incapacidade como razão para Trabalhar em Part-Time, entre os 25-49 anos, no sexo masculino, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Europa dos 15	:	:	:	:	:	79u	97	101	101	95u	110	126	140	136	:
Bélgica	:	:	:	3u	:	:	:	3u	:	3u	3u	3u	6	5	3u
Dinamarca	:	4u	:	:	:	:	7u	:	:	4u	4u	4u	5u	6u	4u
Alemanha	9	16	13	13	16	13	19	19	20	25	34	32	30	29	:
Grécia	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Espanha	4u	:	:	:	:	3u	4u	3u	:	3u	3u	4u	3u	:	3u
França	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	27	28
Irlanda	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Itália	9	8	:	5u	5u	4u	6u	6u	5u	4u	5u	7u	13	7u	:
Luxemburgo	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Países Baixos	14	14	30	34	35	30	27	28	27	20	:	5u	:	:	:
Áustria	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	4	3
Portugal	:	:	:	:	:	:	:	:	:	8u	:	:	:	:	:
Finlândia	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Suécia	:	:	:	:	:	6	10	9	11	10	7	9	10	13	11
Reino Unido	:	:	10	:	13	14	13	23	21	14	23	23	30	29	29

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

u Dados pouco confiáveis ou incertos

Por Doença ou Incapacidade como razão para Trabalhar em Part-Time, entre os 25-49 anos, no sexo feminino, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Europa dos 15	:	:	:	:	:	147	165	165	190	200	224	250	246	260	:
Bélgica	:	:	5	4u	3u	4u	4u	5	4u	9	8	8	9	11	12
Dinamarca	:	:	:	:	:	:	4u	:	7u	7u	8	6u	11	12	8
Alemanha	23	46	31	30	30	30	55	49	51	49	52	64	51	61	:
Grécia	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Espanha	:	:	:	:	:	:	:	:	3u	:	:	:	:	:	:
França	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	80	77
Irlanda	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Itália	15	14	:	5u	:	4u	:	6u	6u	7u	6u	10	10	8	:
Luxemburgo	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Países Baixos	10u	13	40	37	42	37	38	39	48	53	11	13	9u	11	14
Áustria	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	3	:	:	3	4
Portugal	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	8u
Finlândia	:	:	:	:	:	4u	:	:	4u	3u	:	:	:	:	:
Suécia	:	:	:	:	:	24	19	24	19	19	20	20	21	23	24
Reino Unido	26	31	30	30	32	34	29	28	38	43	40	44	39	43	57

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

u Dados pouco confiáveis ou incertos

***Encontrava-se a Estudar ou em Formação* como razão para Trabalhar em Part-Time, entre os 25-49 anos, no sexo masculino, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000)**

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Europa dos 15	:	:	:	:	:	209	254	253	311	313	295	309	331	297	:
Bélgica	:	:	:	:	:	:	:	:	:	3u	:	:	:	:	:
Dinamarca	11	12	10	9	12	11	17	19	19	15	19	21	21	20	26
Alemanha	65	78	81	92	105	113	145	139	158	161	136	142	151	125	:
Grécia	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Espanha	:	:	6	5u	7	5u	8	7	9	11	9	14	9	14	12
França	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	8u	10
Irlanda	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Itália	16	15	:	7u	8	9	13	9	11	12	16	17	17	15	:
Luxemburgo	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Países Baixos	11	13	31	:	:	5u	:	:	5u	6u	11	11	12	10u	11
Áustria	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	6	:	:	10	10
Portugal	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Finlândia	:	:	:	:	:	9	5	8	7	8	8	6	8	6	7
Suécia	:	:	:	:	:	10	7	8	11	12	9	12	15	17	17
Reino Unido	12	:	18	17	21	30	36	43	41	42	42	45	60	61	59

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

u Dados pouco confiáveis ou incertos

Encontrava-se a Estudar ou em Formação como razão para Trabalhar em Part-Time, entre os 25-49 anos, no sexo feminino, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Europa dos 15	:	:	:	:	:	279	227	235	326	363	389	364	416	371	:
Bélgica	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	5	4u
Dinamarca	9	10	11	10	14	13	16	14	20	16	25	21	26	23	28
Alemanha	125	160	158	154	175	165	100	109	114	129	119	113	140	136	:
Grécia	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Espanha	:	:	4u	5u	4u	7	4u	5	6	6	11	11	12	12	17
França	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	15	9
Irlanda	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	4u	3u
Itália	14	7u	:	7u	7u	12	8	11	11	16	19	19	20	25	:
Luxemburgo	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Países Baixos	15	15	116	7u	6u	9u	8u	6u	8u	10	9u	11	8u	9u	12
Áustria	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	6	:	:	11	13
Portugal	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Finlândia	:	:	:	:	:	6	7	7	7	7	10	9	12	12	12
Suécia	:	:	:	:	:	16	14	14	15	27	24	19	25	27	26
Reino Unido	16	19	27	27	37	37	51	50	60	58	71	67	73	81	72

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

u Dados pouco confiáveis ou incertos

Responsabilidades Familiares ou Pessoais como razão para Trabalhar em Part-Time, entre os 25-49 anos, no sexo masculino, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Europa dos 15	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	134	166	163	:
Bélgica	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	3u	4u	5	5
Dinamarca	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Alemanha	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	78	92	87	:
Grécia	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Espanha	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
França	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	4u	:
Irlanda	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Itália	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Luxemburgo	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Países Baixos	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Áustria	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	2	6
Portugal	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Finlândia	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Suécia	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	4	4
Reino Unido	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	42	48	56	55

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

u Dados pouco confiáveis ou incertos

Responsabilidades Familiares ou Pessoais como razão para Trabalhar em Part-Time, entre os 25-49 anos, no sexo feminino, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Europa dos 15	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	5948	5965	6180	:
Bélgica	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	159	173	167	166
Dinamarca	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	11	10
Alemanha	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	3091	3075	3064	:
Grécia	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	7	:
Espanha	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	104	116	116	134
França	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	131	142
Irlanda	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Itália	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Luxemburgo	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	2	2	9	:
Países Baixos	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	156	152	134	118
Áustria	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	276	253
Portugal	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	30	30	33	30
Finlândia	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	17	16	18	20
Suécia	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	114	120
Reino Unido	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	2170	2142	2108	2143

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

Não encontrou Trabalho a Full-Time como razão para Trabalhar em Part-Time, entre os 50-64 anos, no sexo masculino, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Europa dos 15	:	:	:	:	:	199	202	232	238	226	245	212	:	229	:
Bélgica	:	:	:	:	3u	:	:	:	:	:	3u	5	5	3u	5
Dinamarca	:	:	4u	:	:	4u	4u	6u	:	4u	:	:	4u	4u	5u
Alemanha	:	:	8	10	18	25	25	23	34	37	37	39	:	58	:
Grécia	4u	4u	5	6	7	5	8	6	8	7	5	4u	4u	4u	:
Espanha	:	:	3u	3u	:	:	5u	4u	6	4u	5u	4u	:	4u	4u
França	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	51	32
Irlanda	:	:	:	3u	3u	4u	4u	4u	5	6	6	6	5	6	4u
Itália	31	30	:	25	24	26	24	30	28	28	41	34	39	26	:
Luxemburgo	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Países Baixos	7u	10	:	:	:	5u	:	:	:	:	:	:	:	:	5u
Áustria	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	2
Portugal	:	:	:	:	:	:	:	:	:	9u	8u	:	:	:	:
Finlândia	:	:	:	:	:	:	4u	5	5	6	7	6	6	5	7
Suécia	:	:	:	:	:	13	9	14	15	9	12	9	9	10	10
Reino Unido	36	37	52	68	72	75	73	90	77	72	70	57	61	55	53

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

u Dados pouco confiáveis ou incertos

Não encontrou Trabalho a Full-Time como razão para Trabalhar em Part-Time, entre os 50-64 anos, no sexo feminino, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Europa dos 15	:	:	:	:	:	484	530	563	538	528	528	531	:	694	:
Bélgica	5	5	6	8	7	5	6	7	9	6	9	10	9	12	13
Dinamarca	12	13	18	21	11	17	18	13	15	16	15	12	16	19	20
Alemanha	41	66	60	84	117	120	141	152	161	155	164	187	:	232	:
Grécia	3u	3u	5	5	5	5	6	5	9	6	5	5	7	6	:
Espanha	15	18	11	8	11	14	15	20	21	20	16	20	13	19	23
França	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	184	210
Irlanda	:	:	:	3u	:	3u	3u	:	3u	3u	4u	5	5	5	:
Itália	28	27	:	25	27	25	25	35	36	43	41	40	48	42	:
Luxemburgo	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Países Baixos	38	42	:	:	:	6u	5u	:	:	:	8u	5u	5u	8u	8u
Áustria	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	6	:	:	8	14
Portugal	10u	13u	8u	11u	13u	14u	18	19	26	27	27	19	21	22	22
Finlândia	:	:	:	:	:	11	11	10	13	17	17	16	15	15	15
Suécia	:	:	:	:	:	40	49	48	43	45	33	32	34	35	32
Reino Unido	60	77	93	105	115	116	112	117	113	96	94	89	75	66	65

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

u Dados pouco confiáveis ou incertos

Não queria um Trabalho a Full-Time como razão para Trabalhar em Part-Time, entre os 50-64 anos, no sexo masculino, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Europa dos 15	:	:	:	:	:	435	511	539	609	668	723	633	:	725	:
Bélgica	:	:	:	:	:	:	:	:	:	4u	:	3u	5	7	9
Dinamarca	12	10	9	13	4u	11	9	13	16	15	12	11	17	15	15
Alemanha	28	34	38	46	44	52	87	98	117	130	139	122	:	127	:
Grécia	5	4u	4u	3u	4u	6	4u	3u	5	6	3u	3u	5	3u	:
Espanha	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	5u	:	:	4u
França	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	108	106
Irlanda	:	:	:	:	:	:	:	:	3u	5	7	6	7	7	4u
Itália	21	30	:	27	20	22	23	25	23	22	22	31	28	28	:
Luxemburgo	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Países Baixos	:	:	47	47	62	59	71	71	86	96	131	145	178	176	177
Áustria	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	3	:	:	5	5
Portugal	:	8u	:	:	:	:	:	:	21	19	18	12u	10u	13u	14u
Finlândia	:	:	:	:	:	10	10	7	8	12	15	18	21	25	28
Suécia	:	:	:	:	:	34	22	20	18	16	27	24	25	21	24
Reino Unido	79	77	117	111	124	135	169	188	202	231	251	151	294	190	191

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

u Dados pouco confiáveis ou incertos

Não queria um Trabalho a Full-Time como razão para Trabalhar em Part-Time, entre os 50-64 anos, no sexo feminino, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Europa dos 15	:	:	:	:	:	2980	3134	3219	3398	3574	3703	2194	:	2300	:
Bélgica	5	9	8	9	7	9	11	11	13	15	16	16	25	25	30
Dinamarca	86	85	81	79	69	67	65	76	79	77	80	78	71	66	81
Alemanha	673	847	881	901	882	947	1063	1071	1080	1170	1201	455	:	463	:
Grécia	14	11	14	12	12	16	18	18	20	18	15	13	13	13	:
Espanha	15	13	5	5	3u	4u	6	9	6	14	18	28	23	23	32
França	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	456	439
Irlanda	9	9	5	6	8	8	8	11	14	27	36	39	42	47	25
Itália	61	71	:	52	49	58	50	53	43	54	63	66	80	85	:
Luxemburgo	1u	1u	1u	1u	1u	1u	1u	1u	1u	1u	2	1u	:	1u	:
Países Baixos	60	66	173	204	219	233	255	268	307	317	354	372	433	429	454
Áustria	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	20	:	:	39	31
Portugal	18	25	12u	8u	:	:	10u	11u	24	23	32	34	31	26	29
Finlândia	:	:	:	:	:	9	12	16	14	17	22	26	31	35	40
Suécia	:	:	:	:	:	141	128	122	133	130	116	121	126	107	112
Reino Unido	908	863	1045	1015	1080	1075	1111	1136	1166	1177	1232	397	1361	481	464

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

u Dados pouco confiáveis ou incertos

Por Doença ou Incapacidade como razão para Trabalhar em Part-Time, entre os 50-64 anos, no sexo masculino, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Europa dos 15	:	:	:	:	:	118	133	126	127	157	139	154	:	178	:
Bélgica	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	3u	4u	4u	5	3u
Dinamarca	:	:	:	:	:	:	:	:	:	5u	4u	4u	5u	4u	6u
Alemanha	12	18	15	18	14	16	28	26	26	27	27	43	:	38	:
Grécia	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Espanha	8	6	3u	6	4u	5	7	3u	4u	3u	3u	:	3u	:	4u
França	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	34	20
Irlanda	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Itália	14	14	:	9	10	6u	5u	5u	5u	9	7u	4u	8	:	:
Luxemburgo	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Países Baixos	18	16	29	42	35	37	39	39	36	44	9u	9u	6u	10	11
Áustria	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Portugal	11u	12u	8u	12u	15u	8u	8u	10u	14u	19	15	16	13u	16	13u
Finlândia	:	:	:	:	:	:	3u	4u	:	:	:	:	:	:	:
Suécia	:	:	:	:	:	20	22	14	16	21	20	24	25	25	31
Reino Unido	17	14	15	17	15	17	15	16	18	22	21	23	26	35	34

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

u Dados pouco confiáveis ou incertos

Por Doença ou Incapacidade como razão para Trabalhar em Part-Time, entre os 50-64 anos, no sexo feminino, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Europa dos 15	:	:	:	:	:	126	150	143	162	168	217	252	:	264	:
Bélgica	:	:	:	:	:	:	:	:	:	3u	5	3u	3u	6	6
Dinamarca	:	:	:	:	:	:	:	:	:	4u	7u	:	4u	8	7u
Alemanha	24	41	31	26	29	33	55	52	53	45	47	55	:	52	:
Grécia	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Espanha	5	4u	3u	3u	:	3u	:	:	:	:	3u	:	:	:	:
França	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	67	77
Irlanda	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Itália	6u	9	:	:	:	:	4u	4u	:	4u	:	4u	4u	4u	:
Luxemburgo	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Países Baixos	8u	5u	12	11	16	15	11	16	17	22	10	13	9u	16	15
Áustria	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	4
Portugal	14u	16	9u	10u	12u	9u	8u	13u	22	20	20	20	22	25	18
Finlândia	:	:	:	:	:	4u	4u	:	5	:	:	3u	3u	3u	:
Suécia	:	:	:	:	:	29	37	32	31	34	28	34	38	45	48
Reino Unido	25	23	28	25	24	22	21	17	24	28	32	42	34	34	51

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

u Dados pouco confiáveis ou incertos

Encontrava-se a Estudar ou em Formação como razão para Trabalhar em Part-Time, entre os 50-64 anos, no sexo masculino, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Europa dos 15	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Bélgica	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Dinamarca	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Alemanha	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Grécia	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Espanha	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
França	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Irlanda	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Itália	4u	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Luxemburgo	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Países Baixos	:	:	13	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Áustria	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Portugal	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Finlândia	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Suécia	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Reino Unido	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

u Dados pouco confiáveis ou incertos

***Encontrava-se a Estudar ou em Formação* como razão para Trabalhar em Part-Time, entre os 50-64 anos, no sexo feminino, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000)**

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Europa dos 15	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Bélgica	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Dinamarca	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Alemanha	25	35	36	40	48	39	:	:	:	:	:	11	:	9	:
Grécia	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Espanha	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
França	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Irlanda	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Itália	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Luxemburgo	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Países Baixos	:	:	21	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Áustria	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Portugal	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Finlândia	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Suécia	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Reino Unido	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

Responsabilidades Familiares ou Pessoais como razão para Trabalhar em Part-Time, entre os 50-64 anos, no sexo masculino, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Europa dos 15	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	66u	:
Bélgica	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Dinamarca	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Alemanha	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	33	:	46	:
Grécia	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Espanha	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
França	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Irlanda	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Itália	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Luxemburgo	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Países Baixos	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Áustria	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Portugal	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Finlândia	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Suécia	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Reino Unido	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	12	:	16	17

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

u Dados pouco confiáveis ou incertos

Responsabilidades Familiares ou Pessoais como razão para Trabalhar em Part-Time, entre os 50-64 anos, no sexo feminino, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Europa dos 15	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	1164	:	1219	:
Bélgica	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	5	5	8	6
Dinamarca	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Alemanha	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	788	:	843	:
Grécia	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Espanha	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	14	15	15	11
França	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	10	17
Irlanda	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Itália	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Luxemburgo	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	1u	:
Países Baixos	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	28	25	22	22
Áustria	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	13	9
Portugal	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	14u	12u	13u	13u
Finlândia	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Suécia	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	5	5
Reino Unido	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	301	:	287	313

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

u Dados pouco confiáveis ou incertos

Não encontrou Trabalho a Full-Time como razão para Trabalhar em Part-Time, com 65 e mais anos, no sexo masculino, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Europa dos 15	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Bélgica	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Dinamarca	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Alemanha	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Grécia	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Espanha	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
França	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Irlanda	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Itália	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Luxemburgo	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Países Baixos	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Áustria	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Portugal	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Finlândia	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Suécia	:	:	:	:	:	:	:	3	:	:	:	:	:	:	:
Reino Unido	:	:	:	:	:	11	:	:	:	:	:	:	:	:	:

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

Não encontrou Trabalho a Full-Time como razão para Trabalhar em Part-Time, com 65 e mais anos, no sexo feminino, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Europa dos 15	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Bélgica	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Dinamarca	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Alemanha	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Grécia	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Espanha	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
França	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Irlanda	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Itália	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	8	:	:
Luxemburgo	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Países Baixos	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Áustria	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Portugal	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Finlândia	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Suécia	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Reino Unido	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

Não queria um Trabalho a Full-Time como razão para Trabalhar em Part-Time, com 65 e mais anos, no sexo masculino, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Europa dos 15	:	:	:	:	:	362	378	384	419	418	436	318	:	375	:
Bélgica	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Dinamarca	15	13	16	13	5u	6u	5u	5u	9	:	5u	11	17	12	14
Alemanha	26	33	35	42	41	44	73	83	91	93	103	89	:	99	:
Grécia	4u	:	5	4u	6	7	10	6	5	6	4u	5	6	7	:
Espanha	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
França	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	26	22
Irlanda	:	:	:	:	:	:	:	:	3u	4u	5	5	5	6	4u
Itália	20	25	:	14	21	17	15	19	15	16	16	18	18	15	:
Luxemburgo	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Países Baixos	:	:	32	32	32	32	35	33	40	29	11	29	34	34	44
Áustria	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	4	2
Portugal	8u	12u	10u	8u	:	9u	9u	10u	36	34	43	35	28	26	31
Finlândia	:	:	:	:	:	5	6	5	5	5	7	7	7	8	7
Suécia	:	:	:	:	:	29	21	20	18	17	30	19	25	21	17
Reino Unido	139	125	182	158	152	177	163	172	172	184	185	75	184	109	113

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

u Dados pouco confiáveis ou incertos

Não queria um Trabalho a Full-Time como razão para Trabalhar em Part-Time, com 65 e mais anos, no sexo feminino, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Europa dos 15	:	:	:	:	:	251	267	279	281	308	296	208	:	233	:
Bélgica	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Dinamarca	11	10	10	10	:	:	4u	:	:	:	4u	9	8	8	6u
Alemanha	35	41	47	51	43	49	71	82	79	82	73	56	:	71	:
Grécia	4u	3u	4u	5	5	5	9	6	6	5	4u	4u	6	5	:
Espanha	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	3u	:	:	:
França	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	11	16
Irlanda	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	3u	3u	4u	4u	:
Itália	11	12	:	4u	10	7u	7u	7u	4u	6u	9	10	9	9	:
Luxemburgo	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Países Baixos	:	:	11	11	12	9u	9u	13	7u	12	:	16	17	19	18
Áustria	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	3	:
Portugal	:	:	:	:	:	:	:	:	18	25	22	20	24	22	23
Finlândia	:	:	:	:	:	3u	3u	:	3u	:	:	:	4u	3u	:
Suécia	:	:	:	:	:	14	11	8	6	:	14	12	12	9	9
Reino Unido	113	106	139	137	131	132	124	132	142	149	143	54	153	68	74

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

u Dados pouco confiáveis ou incertos

Por Doença ou Incapacidade como razão para Trabalhar em Part-Time, com 65 e mais anos, no sexo masculino, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Europa dos 15	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Bélgica	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Dinamarca	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Alemanha	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Grécia	3u	:	:	3u	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Espanha	:	3u	:	:	:	3u	3u	:	:	:	:	:	:	:	:
França	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	5u
Irlanda	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Itália	6u	7u	:	6u	:	:	:	4u	:	:	:	:	:	:	:
Luxemburgo	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Países Baixos	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Áustria	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Portugal	16	17	12u	17	16	13u	19	25	33	28	36	31	35	37	35
Finlândia	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Suécia	:	:	:	:	:	:	:	:	3	:	:	:	:	:	:
Reino Unido	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

u Dados pouco confiáveis ou incertos

Por Doença ou Incapacidade como razão para Trabalhar em Part-Time, com 65 e mais anos, no sexo feminino, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Europa dos 15	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Bélgica	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Dinamarca	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Alemanha	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Grécia	3u	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Espanha	3u	:	:	:	:	4u	:	:	:	:	:	:	:	:	:
França	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Irlanda	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Itália	5u	:	:	5u	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Luxemburgo	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Países Baixos	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Áustria	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Portugal	12u	15	:	:	13u	10u	14u	19	35	29	40	38	37	37	39
Finlândia	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Suécia	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Reino Unido	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

u Dados pouco confiáveis ou incertos

Encontrava-se a Estudar ou em Formação como razão para Trabalhar em Part-Time, com 65 e mais anos, no sexo masculino, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Europa dos 15	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Bélgica	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Dinamarca	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Alemanha	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Grécia	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Espanha	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
França	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Irlanda	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Itália	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Luxemburgo	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Países Baixos	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Áustria	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Portugal	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Finlândia	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Suécia	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Reino Unido	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

***Encontrava-se a Estudar ou em Formação* como razão para Trabalhar em Part-Time, com 65 e mais anos, no sexo feminino, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000)**

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Europa dos 15	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Bélgica	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Dinamarca	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Alemanha	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Grécia	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Espanha	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
França	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Irlanda	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Itália	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Luxemburgo	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Países Baixos	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Áustria	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Portugal	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Finlândia	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Suécia	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Reino Unido	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

Responsabilidades Familiares ou Pessoais como razão para Trabalhar em Part-Time, com 65 e mais anos, no sexo masculino, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Europa dos 15	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Bélgica	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Dinamarca	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Alemanha	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	16	:	25	:
Grécia	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Espanha	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
França	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Irlanda	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Itália	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Luxemburgo	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Países Baixos	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Áustria	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Portugal	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Finlândia	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Suécia	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Reino Unido	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

Responsabilidades Familiares ou Pessoais como razão para Trabalhar em Part-Time, com 65 e mais anos, no sexo feminino, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (1000)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Europa dos 15	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Bélgica	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Dinamarca	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Alemanha	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	37	:	37	:
Grécia	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Espanha	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
França	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Irlanda	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Itália	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Luxemburgo	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Países Baixos	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Áustria	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Portugal	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Finlândia	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Suécia	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Reino Unido	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	11	11

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

Taxa de Desemprego Feminina como percentagem da População Activa Feminina, na Europa dos 15, entre 1990-2004

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Europa dos 15	:	:	10,5	11,4	11,9	11,7	11,7	11,6	11	10,1	9,2	8,5	8,7	9	9
Bélgica	10,4	9,8	10	11,5	12,7	12,7	12,5	11,9	11,6	10,3	8,5	7,6	8,2	8,4	8,7
Dinamarca	7,6	8,6	9,2	9,9	8,5	8,1	7,5	6,2	6	5,4	4,8	4,9	4,7	5,9	5,7
Alemanha	:	:	8,2	9,4	9,8	9,4	9,5	10,4	9,7	8,9	8,1	7,9	8,4	9,2	9,3
Grécia	10,8	11,9	12,9	13,6	13,7	14,1	15,2	15,2	16,7	17,8	16,7	15,5	15	14,2	:
Espanha	19,8	19,5	21	24,1	26,1	25,3	24,4	23,4	21,8	18,7	16,7	15,4	16,4	15,9	14,9
França	11,1	11,4	12,2	13	13,6	13,1	13,5	13,3	12,9	12,2	10,9	10	10	10,5	10,6
Irlanda	14,6	15,8	16	16	14,6	12,5	11,8	9,9	7,3	5,5	4,3	3,8	4	4,2	4
Itália	13,5	12,9	13	14,5	15,4	16,1	15,9	16,1	16,1	15,5	14,3	12,9	12,2	11,6	:
Luxemburgo	2,5	2,3	2,8	3,3	4,1	4,3	4,2	3,9	4	3,3	3,1	2,7	3,8	4,6	5,3
Países Baixos	8,5	7,9	7,2	7,5	7,9	8,1	7,7	6,6	5	4,4	3,8	3,1	3	4	5
Áustria	:	:	:	5	4,9	5	5,2	5,4	5,4	4,7	4,3	4,2	4,4	4,7	5,2
Portugal	6,7	5,9	5,1	6,7	7,9	8,2	8,2	7,7	6,4	5,3	5	5	6	7,2	7,5
Finlândia	2,7	5,1	9,6	14,4	14,8	15,1	14,9	13	12	10,7	10,6	9,7	9,1	8,9	9
Suécia	1,7	2,8	4,4	7,3	7,8	7,8	9	9,5	8	6,8	5,3	4,5	4,6	5,2	6,1
Reino Unido	6,4	7,3	7,5	7,6	7,1	6,7	6,3	5,8	5,3	5,1	4,8	4,4	4,5	4,3	4,2

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

Taxa da População Activa Feminina, entre 1999-2003, na Europa dos 15 (1000)

	1999	2000	2001	2002	2003
Europa dos 15	:	:	76069	77176	78226,2
Bélgica	1881,3	1889	1847,7	1894,2	1923,8
Dinamarca	1332,7	1329,2	1341,3	1334	1330,9
Alemanha	17316,5	17334,8	17514,2	17612,3	17798
Grécia	1794,8	1786,1	1745,4	1763	1800,9
Espanha	6780,9	7091	6977,3	7305,9	7622,8
França	:	:	12183,9	12309,2	12519,8
Irlanda	682	723,1	746,6	770,2	791,4
Itália	8936,9	9079,7	9259,1	9381,1	9463,3
Luxemburgo	71,1	73,6	75,7	78,2	80,9
Países Baixos	3395,4	3506,9	3596,8	3690,8	3729,6
Áustria	1674	1684,8	1711,9	1756,2	1761,1
Portugal	2333,6	2374,6	2423,9	2470	2512,3
Finlândia	1221,3	1238,9	1247,8	1257,6	1248,3
Suécia	2073	2079,8	2160,5	2174,5	2183,3
Reino Unido	13062,2	13189	13237	13378,7	13459,6

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

Taxa de Desemprego Masculina como percentagem da População Activa Masculina, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Europa dos 15	:	:	7,7	9,1	9,4	8,9	9,1	8,8	8,2	7,5	6,7	6,5	7	7,4	7,3
Bélgica	4	4,2	5,1	6,7	7,7	7,6	7,4	7,3	7,7	7,3	5,6	6	6,7	7,6	7
Dinamarca	6,8	7,2	8	9,3	7,1	5,6	5,3	4,4	3,9	4,4	4,1	3,9	4,4	5,3	5,2
Alemanha	:	:	5,1	6,5	7,1	7	8,1	9,1	8,6	8,1	7,5	7,8	8,8	10	10,1
Grécia	3,9	4,4	5	5,7	6	6,2	6,1	6,4	7,1	7,8	7,2	6,9	6,6	5,9	:
Espanha	9,6	9,9	11,7	15,5	16,2	14,9	14,4	13,1	11,2	9	7,9	7,5	8	8,2	8
França	6,5	7	8	9,6	10,1	9,4	10	10,1	9,5	9	7,6	7	7,9	8,5	8,7
Irlanda	12,9	14,2	15,1	15,4	14,2	12,2	11,5	9,9	7,7	5,7	4,3	4	4,6	4,9	4,9
Itália	6,2	6	6,3	7,5	8,5	8,8	8,9	8,9	9	8,6	8	7,3	7	6,7	:
Luxemburgo	1,2	1,3	1,7	2,2	2,6	2	2,2	2	1,9	1,8	1,8	1,7	2,1	3	3,4
Países Baixos	4,1	3,9	4,1	5,4	6	5,5	4,8	3,7	3	2,3	2,2	2	2,5	3,6	4,3
Áustria	:	:	:	3,1	3	3,1	3,7	3,7	3,8	3,4	3,1	3,1	3,9	3,9	3,9
Portugal	3,3	2,8	3,6	4,8	6,1	6,5	6,5	6,1	4,1	3,9	3,3	3,2	4,1	5,4	5,7
Finlândia	3,6	8	13,6	18,1	18,1	15,7	14,3	12,3	10,9	9,8	9,1	8,6	9,1	9,2	8,8
Suécia	1,7	3,4	6,6	10,7	10,8	9,7	10,1	10,2	8,4	6,6	5,9	5,2	5,3	6	6,6
Reino Unido	7,2	9,7	11,5	11,9	11	9,9	9,3	7,7	6,9	6,5	5,9	5,5	5,6	5,5	5,1

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

Taxa da População Activa Masculina, entre 1999-2003, na Europa dos 15 (1000)

	1999	2000	2001	2002	2003
Europa dos 15	:	:	99599,3	100174,2	100656,3
Bélgica	2500,9	2512,1	2494,9	2506,3	2508,9
Dinamarca	1526,7	1515,7	1528,2	1520,4	1531,2
Alemanha	22278,9	22112,5	22091,9	22024,8	22022,6
Grécia	2670,7	2641,9	2612,9	2612	2654,2
Espanha	10523,1	10775	10837	11034,4	11199
França	:	:	14380,4	14528,8	14577,4
Irlanda	1007	1046,2	1066,4	1077,5	1095,3
Itália	14424,1	14495	14519,7	14608,8	14684,9
Luxemburgo	109,4	111,7	113	115	114,1
Países Baixos	4495,1	4602,3	4657,7	4708,7	4706
Áustria	2161,5	2164,3	2163,3	2177,5	2140,1
Portugal	2828,7	2857,1	2901,3	2937,8	2947,9
Finlândia	1335,9	1350,4	1357	1351,9	1351,4
Suécia	2314,7	2284,1	2377,6	2380,3	2390,7
Reino Unido	16350,6	16433,7	16498,1	16590	16732,6

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

Taxa de Desemprego Sem Crianças Dependentes, numa População entre os 15-64 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Europa dos 15	:	:	:	:	:	11,6	11,8	11,7	10,9	10,3	9,1	7,9	8,2	8,6	:
Bélgica	7,5	7,2	7,1	8,9	10,7	10,2	9,8	9,7	10	9,9	6,8	6,2	7	7,8	7,4
Dinamarca	8,9	9,3	9,5	11,4	8,1	7	6,9	5,4	5,1	5,2	4,5	4,2	4,3	5,5	5,3
Alemanha	4,9	5,4	6,3	7,7	8,8	8,4	9,3	10,5	10,3	9,4	8,5	8,4	9	10,4	:
Grécia	8,8	9,5	9,5	10,6	11	11,2	11,8	11,7	12,8	13,7	11,3	10,4	10,8	10,1	:
Espanha	19,3	18,3	20	25,2	27,4	25,6	25	23,4	17,6	17,3	15,2	11,3	12,1	11,9	11,9
França	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	9,1	9,5
Irlanda	14	16,2	15,6	16,5	15,1	12,4	12,1	10,6	7,9	5,9	4,4	3,8	4,3	4,6	4,6
Itália	12,3	12,4	:	12,3	13	13,8	14,1	14,2	14,1	13,6	12,7	11,2	10,6	10,1	:
Luxemburgo	1,8	1,5	2,3	2,3	3,6	3,1	3,8	2,8	2,8	2,4	2,5	2	1,5	4,4	:
Países Baixos	7,6	7,5	5,5	6,6	7,5	7,5	6,7	5,7	4,7	3,9	2,9	2,4	2,8	3,9	4,7
Áustria	:	:	:	:	:	:	:	:	:	3,9	3,4	3,7	3,9	4,4	4,3
Portugal	5,4	4,4	4,8	6,5	7,7	8,3	8,8	7,7	5,5	5,2	4,5	4,5	5,4	6,9	7,5
Finlândia	:	:	:	:	:	18,7	17,6	17,4	15,4	11,8	11,2	10,4	10,5	10,5	10,4
Suécia	:	:	:	:	:	9	9,7	10,5	9,1	7,7	5,5	4,8	5	5,6	6,8
Reino Unido	6,9	8,7	9,9	10,7	9,9	8,9	8,5	7,6	6,5	6,5	6	5	5,5	5,4	4,8

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

Taxa de Desemprego por uma Criança Dependente, dos 0- 2 anos, numa População entre os 15-64 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Europa dos 15	:	:	:	:	:	10,1	9,8	8,9	8,5	7,8	6,5	5,8	6,6	6,8	:
Bélgica	7,2	6	5,7	7,2	7,9	9,7	10,6	8,1	9,4	7	6,4	:	:	:	:
Dinamarca	10,5	10,7	9,5	12	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Alemanha	6,5	5,7	6,7	7,9	7,4	6,1	6,3	6,3	6,1	5,8	5	4,7	5,5	7,1	:
Grécia	7	5,6	5	6,8	6,5	7,6	6,9	7	8,2	9,1	:	:	7,3	6,5	:
Espanha	12,9	14,1	14,2	18	20,5	19,2	18,5	15,4	25,2	10,1	9,5	8,5	9	10,2	7,9
França	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	8,3	8,1
Irlanda	11,2	12,8	12,2	12,3	12,5	8,6	7,8u	7,9u	:	:	:	:	:	:	:
Itália	7,3	8,3	:	8,5	9,1	8,3	8,7	8,6	8,1	7,1	6,7	5	6,1	6,4	:
Luxemburgo	:	:	:	:	:	:	:	:	4,9u	:	:	:	:	:	:
Países Baixos	6,4	6,8	5,3	6,1	7,1	6,8	4,9	4,3	2,9	2,9u	1,8u	1,2u	1,6u	3,1	:
Áustria	:	:	:	:	:	:	:	:	:	2,3	2,5	3,8	3,6	1,9	16,2
Portugal	6,5u	5,2u	4,2u	5,5u	7,4u	8,7u	6,6u	8,1u	4,0u	5,0u	3,7u	:	4,6u	7	5,0u
Finlândia	:	:	:	:	:	16,9	13,8	13	9,5	:	:	:	:	:	:
Suécia	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Reino Unido	10,5	10,4	11,6	11,7	10,6	9,9	8,3	6,3	6,2	6	5,4	4,6	4,8	4	4,8

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

u Dados pouco confiáveis ou incertos

Taxa de Desemprego por Duas Crianças Dependentes, tendo a mais nova entre 0-2 anos, numa População entre os 15-64 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Europa dos 15	:	:	:	:	:	9	9,1	8,1	8,4	7,1	6,7	5,2	5,7	6	:
Bélgica	6,9	8,6	5,9	7,2	8,8	7,2	9,9	7,7	8,5	5	6,2	:	:	:	:
Dinamarca	10,4	11,4	11,8	13,7	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Alemanha	4,4	5,9	6,6	6,9	7,7	6	6,4	6,1	6,7	5	4,8	4,7	5,8	7,1	:
Grécia	5	5,1	5,1	5,8	5,2	5,1	5,7	5,3	7,7	8,2	:	:	7,8	5,5	:
Espanha	11,7	12,5	14,5	17,2	17,4	16,7	15,5	13,7	30,5	11,1	10,1	7,6	9,3	7,9	7,4
França	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	6,6	6,1
Irlanda	13,5	13,6	13,1	14,3	12,9	10,8	9,8	8,4	:	:	:	:	:	:	:
Itália	7,1	8,2	:	7,8	8,2	7,9	7,7	8,6	8,8	8,3	7,7	6,4	6	6	:
Luxemburgo	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Países Baixos	7,8	6,4	4,5	4,4	6,3	5,4	5,1	3,2u	3,3	2,9u	2,4u	:	:	1,9u	:
Áustria	:	:	:	:	:	:	:	:	:	1,4	2,1	2,2	2,4	2,9	23,5
Portugal	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	6,2u	6,2u
Finlândia	:	:	:	:	:	10	13,1	12,9	12	:	:	:	:	:	:
Suécia	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Reino Unido	8,8	11	10	11,5	10,3	9,8	8,4	5,8	6,2	4,2	4,3	4,1	4	3,7	3,6

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

u Dados pouco confiáveis ou incertos

**Taxa de Desemprego por Três ou Mais Crianças Dependentes, tendo a mais nova entre 0-2 anos, numa População entre os 15-64 anos,
na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)**

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Europa dos 15	:	:	:	:	:	12,4	13,0	10,9	10,2	10,6	9,4	8,1	8,2	9,2	:
Bélgica	9,3	10,0	10,4	10,7	12,9	13,3	13,7	10,5	10,9	11,0	12,5	:	:	:	:
Dinamarca	12,7u	17,7u	9,9u	11,4u	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Alemanha	5,6	7,9	8,4	9,7	10,4	8,9	10,6	9,8	10,3	9,9	9,6	8,1	8,0	12,5	:
Grécia	:	:	:	:	:	:	6,3u	:	6,5u	:	:	:	:	:	:
Espanha	12,9	11,6	16,6	22,7	23,1	20,4	18,9	17,0	30,9	12,4	13,3	14,6	10,2	13,0	12,3
França	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	11,2	6,7
Irlanda	19,1	20,6	18,5	16,9	15,3	13,4	13,2	13,2	:	:	:	:	:	:	:
Itália	7,6	8,1	:	9,4	12,7	9,2	11,1	9,1	9,4	12,1	10,9	9,7	8,0	8,4	:
Luxemburgo	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Países Baixos	6,9	6,7u	6,5u	4,5u	7,1u	5,9u	5,3u	4,1u	:	:	:	:	:	:	:
Áustria	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	6,5	:
Portugal	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Finlândia	:	:	:	:	:	13,7	10,2	8,4	:	:	:	:	:	:	:
Suécia	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Reino Unido	12,9	15,0	16,6	17,6	18,0	15,1	15,1	10,2	9,8	8,9	6,4	5,4	7,5	6,0	5,7

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

u Dados pouco confiáveis ou incertos

Taxa de Desemprego por uma Criança Dependente, dos 3- 5 anos, numa População entre os 15-64 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Europa dos 15	:	:	:	:	:	10,7	10,9	10,8	10,3	9,2	7,9	6,9	6,8	7,6	:
Bélgica	8,9	8,7	6,1	9	11,7	9,6	10,5	10	11,3	8,8	7,6	:	:	:	:
Dinamarca	:	10,3u	10,5u	10,3u	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Alemanha	5,6	6,2	7,1	9,3	11,2	10,2	9,9	10,6	10,8	9,5	7	8,2	8,2	9,5	:
Grécia	5,4	6,4	6,3	5,7	6,3	6,6	8,3	7,5	7,7	7,9	:	:	8,3	7	:
Espanha	14,1	14,7	17,4	20,1	21,3	19,4	19,7	18,4	29,5	13,2	12,6	8,8	9	10,2	9,1
França	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	9,7	8,7
Irlanda	15,3u	15,1u	17,5u	13,0u	15,9u	13,1u	10,5u	11,2u	:	:	:	:	:	:	:
Itália	7,9	7,3	:	7,1	8,5	8,8	8	8,6	9,6	8,8	7,4	7,1	6,4	6,4	:
Luxemburgo	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Países Baixos	12,0u	8,5u	8,0u	6,9u	9,7u	8,2u	9,2	5,3u	:	:	:	:	:	4,8u	:
Áustria	:	:	:	:	:	:	:	:	:	3,7	3	3,3	3,5	6,5	24,5
Portugal	:	:	:	:	8,7u	6,6u	5,3u	6,3u	4,7u	:	3,6u	:	:	5,4u	5,0u
Finlândia	:	:	:	:	:	14,8	15,2	12	8,4u	:	:	:	:	:	:
Suécia	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Reino Unido	8,2	9,5	12	10,8	10,6	8	8,2	6,7	6,1	7	5,4	4,2	5	4,5	3,8

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

u Dados pouco confiáveis ou incertos

Taxa de Desemprego por Duas Crianças Dependentes, tendo a mais nova entre 3-5 anos, numa População entre os 15-64 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Europa dos 15	:	:	:	:	:	9,4	9,7	9,1	9,2	8,3	7,4	6,3	6,7	7,5	:
Bélgica	8,4	7,2	7,3	6,8	7,1	7,7	7,5	7,5	8,5	6,6	6,9	:	:	:	:
Dinamarca	6,8u	8,6	7,8	9,9	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Alemanha	5	5,5	7,4	9,1	8,5	8,2	7,7	10	10,1	8	7,4	7,1	8,2	8,9	:
Grécia	4,3	5,5	5	5,9	5,2	5,5	6,6	6,6	6,6	7,6	:	:	6,9	6	:
Espanha	11,6	12,1	15,7	17,3	19,2	17,4	19,4	16,5	33,5	13,9	12,2	8	9,6	10,2	9,8
França	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	8,7	8,3
Irlanda	15,6	16,6	14,9	15,1	14,9	13,9	11,9	9,9u	:	:	:	:	:	:	:
Itália	7	7,4	:	6,8	8,7	9,6	9,9	8,3	10	9,1	8,1	6,8	7,3	7,2	:
Luxemburgo	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Países Baixos	7,9	6,9	6,3	4,5	6,3	6,3	6,3	5,5	4,9	3,1u	2,2u	2,0u	2,1u	3,8	:
Áustria	:	:	:	:	:	:	:	:	:	2,4	3,4	2,7	3,4	3,1	18,8
Portugal	:	:	:	:	6,4u	5,9u	6,0u	:	:	:	:	:	:	6,6u	5,0u
Finlândia	:	:	:	:	:	14,8	9,6	7,1	6,1	:	:	:	:	:	:
Suécia	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Reino Unido	7	7,9	9,8	8,8	8,8	6,8	6,3	5,1	4,9	4,8	4,8	3,1	3,3	3,4	5

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

u Dados pouco confiáveis ou incertos

**Taxa de Desemprego por Três ou Mais Crianças Dependentes, tendo a mais nova entre 3-5 anos, numa População entre os 15-64 anos,
na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)**

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Europa dos 15	:	:	:	:	:	12,5	12,7	11,5	12,3	11,7	10,3	8,8	9,4	8,6	:
Bélgica	7,6	8,3	8,7	10	12	10,7	12,5	6,8	10,5	6,9	4,5u	:	:	:	:
Dinamarca	:	:	:	13,6u	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Alemanha	5,4	4,8	8,5	10	11,2	8,5	11,4	10,6	12,7	11,6	10,2	8,7	10,4	11,5	:
Grécia	:	:	:	:	:	:	:	:	7,7u	8,7u	:	:	:	:	:
Espanha	12,4	13,9	14,4	21,8	20	21,6	20,8	23,1	39,9	17,2	17,3	10,6	12,7	7,9	13,6
França	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	12,1	10,8
Irlanda	18,5	18,8	18,2	17,4	17,9	13,1	13,5	11,7	:	:	:	:	:	:	:
Itália	8,5	8	:	8,6	12	14	12,5	10,9	13,3	11,7	10,3	10,5	14	9,1	:
Luxemburgo	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Países Baixos	10,3	8,1u	5,7u	6,2u	7,0u	7,1u	6,0u	4,7u	:	:	:	:	:	5,0u	:
Áustria	:	:	:	:	:	:	:	:	:	5,7	:	:	:	:	:
Portugal	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Finlândia	:	:	:	:	:	15,9	14,2	16,6	6,9u	:	:	:	:	:	:
Suécia	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Reino Unido	9,2	11,2	16,4	16,4	13,5	12,8	10,6	8,8	9,4	8,6	7,5	5,9	5,5	4,7	5,6

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

u Dados pouco confiáveis ou incertos

Taxa de Desemprego por uma Criança Dependente, dos 6-14 anos, numa População entre os 15-64 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Europa dos 15	:	:	:	:	:	8,4	8,4	8,5	8,5	7,7	7	6,1	6,5	6,7	:
Bélgica	6,2	5,6	5,4	6,3	6,8	7,4	8,4	6,9	7,3	5,6	5,8	:	:	:	:
Dinamarca	5,7	7,8	8	8,3	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Alemanha	4,3	4,6	5,9	7	8,4	7,7	7,9	9,2	9,7	8,2	7,4	7	8,3	9	:
Grécia	3,7	4,1	5,3	5,3	5	5,5	5,5	5,9	6,8	8,1	14,6u	:	7,6	6,8	:
Espanha	10,6	11	12,2	15,7	17,6	16,5	15,7	15,4	32,2	11,9	11	8,1	8,9	9,2	9,4
França	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	6	7,5
Irlanda	13,1	14,3	13,9	14,4	13,2	11,4	11,3	9,3	:	:	:	:	:	:	:
Itália	3,8	4,3	:	5,1	5,9	6,1	6,3	6,5	7,2	7,2	6,4	6,2	6	6,4	:
Luxemburgo	:	:	:	:	3,3u	3,2u	:	:	:	:	:	:	20,6u	2,6u	:
Países Baixos	8,7	7	6,4	5,7	6,1	7,3	7	7,5	3,8	3,4	3,2	2,2	2	3,5	:
Áustria	:	:	:	:	:	:	:	:	:	2,6	2,5	2,3	2,7	3,1	18,2
Portugal	3,1	2,8	1,9u	3,8	5	5,2	5,1	4,5	3,8	3,9	3,1	2,5	3,8	5,1	4,8
Finlândia	:	:	:	:	:	13,4	11,8	9,7	9,4	:	:	:	:	:	:
Suécia	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Reino Unido	5	6	6,8	7,8	7,6	7	6,5	5,8	5	4,6	4,8	4,3	3,7	3,4	2,8

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

u Dados pouco confiáveis ou incertos

Taxa de Desemprego por Duas Crianças Dependentes, tendo a mais nova entre 6-14 anos, numa População entre os 15-64 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Europa dos 15	:	:	:	:	:	8,4	8,2	8,2	7,6	7,4	6,5	5,4	5,7	5,6	:
Bélgica	5,5	5,4	5,2	5,1	5,6	5,8	7	7,5	6,3	6,8	4,3	:	:	:	:
Dinamarca	5,6	6,2	6,8	6,2	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Alemanha	4,8	4,6	5,9	7,1	8,5	7,5	7,5	8,1	7,8	7	6,2	5,4	6,3	6,9	:
Grécia	4,4	4,7	5,7	6,1	6,4	5,5	5,9	5,6	6,9	8	:	:	7,4	6,5	:
Espanha	10	10,8	13,5	16,4	18,6	17,8	17,9	16,8	32,1	12,9	11,2	8,7	8,9	9,5	9,1
França	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	5,6	5,6
Irlanda	13,7	15,1	13,4	14,4	14	12,5	12,4	10,1	:	:	:	:	:	:	:
Itália	5,8	5,8	:	6	7,9	7,9	8	8,7	8,8	9,4	8,7	7,2	7,5	6,5	:
Luxemburgo	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Países Baixos	8,7	7	5,2	6,4	6	6,6	5,1	5,9	4,1	3,2	2,3	1,8u	2,4	2,9	:
Áustria	:	:	:	:	:	:	:	:	:	2,9	2,4	2,5	2,4	3,1	15,3
Portugal	3,7u	3,5u	2,9u	2,8u	4,8u	4,8u	4,5u	5,4u	:	:	:	:	:	:	4,6u
Finlândia	:	:	:	:	:	13,5	8,3	8,7	8	:	:	:	:	:	:
Suécia	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Reino Unido	4,9	6	7,2	6,8	6,7	6,1	5,7	4,5	4,5	4,5	3,9	3,3	3,1	2,5	3,4

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

u Dados pouco confiáveis ou incertos

**Taxa de Desemprego por Três ou Mais Crianças Dependentes, tendo a mais nova entre 6-14 anos, numa População entre os 15-64 anos,
na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)**

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Europa dos 15	:	:	:	:	:	11,6	11,5	11	9,3	9,5	7,5	6,7	7,1	7,3	:
Bélgica	5,3u	6,1u	7,7u	5,9u	9,5	7,7	9,3	9,1	8,6	6,1u	8,0u	:	:	:	:
Dinamarca	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Alemanha	5	7,1	8	9,6	9,8	8,8	10,8	11,7	10,6	11,3	8,7	7,3	7,9	10	:
Grécia	4,8u	4,8u	5,9u	6,2u	6,1u	5,8u	7,7u	:	7,3u	9,9u	:	:	8,1u	:	:
Espanha	10,9	12,1	15,7	20	21,4	23,1	22,2	20,9	31,2	14,7	13,5	6,2u	12	13	6,2u
França	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	8	8,3
Irlanda	15,6	16,6	17	17	16,1	11,7	13,8	11,2	:	:	:	:	:	:	:
Itália	5,7	7,8	:	9,2	12,5	13,3	13,6	13,1	10,5	10,9	8,8	10,3	10	10,1	:
Luxemburgo	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Países Baixos	5,8u	7,1u	6,4u	6,2u	8,6u	5,6u	5,9u	4,3u	4,1u	3,3u	:	:	:	:	:
Áustria	:	:	:	:	:	:	:	:	:	5,4	:	6	:	7	:
Portugal	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Finlândia	:	:	:	:	:	13,8u	11,8u	9,3u	8,7u	:	:	:	:	:	:
Suécia	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Reino Unido	10,2	9,1	11,1	11,9	11,4	12	10,4	7,9	6,7	6,9	5,5	5,5	4,5	4,5	:

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

u Dados pouco confiáveis ou incertos

**Taxa de Desemprego pelo Grau Académico Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education (15-24 anos), na Europa dos 15,
entre 1990-2004 (em %)**

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Europa dos 15	:	:	:	:	:	25	24,2	23,5	27	21,3	19,5	17,7	18,2	20,7	:
Bélgica	:	:	15,6	26,1	30,3	31,5	30,3	34,7	32,8	30,4	24,2	30,3	26,9	30,5	25,8
Dinamarca	:	:	11	12	9,7	10	11,1	9,1	8,5	9,1	6,2	9,4	9,5	12,3	7,3
Alemanha	:	:	6,8	8,1	10,5	9,8	10,8	11,5	:	9,9	9,7	8,7	10,1	11,9	:
Grécia	:	:	17	19,8	19,7	20,1	24,1	22,8	24,6	25,7	24,6	24,5	21,7	20,1	:
Espanha	:	:	33,1	42,8	44,6	40,7	41	38,9	34,9	27,3	24,6	20,4	21,4	23,2	22,9
França	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	28,1	29,6
Irlanda	:	:	32,3	35	34,3	31,1	31,1	26,7	:	15,1	13,1	11,2	13,3	14,1	17,1
Itália	:	:	:	28,8	31,5	31,6	33,4	33,8	32,3	31,6	31,7	28,6	28,4	28,9	:
Luxemburgo	:	:	4,1u	5,6u	10,9u	8,5u	11,6u	8,8u	:	:	9,4u	8,2u	11,8u	:	:
Países Baixos	:	:	:	:	:	:	15,4	13,2	12,7	10,3	7,4	5,6	5,9	:	:
Áustria	:	:	:	:	:	:	:	:	:	6,2	6,5	6,8	6	9,7	13,6
Portugal	:	:	9,6	10,8	13,7	14,4	15	13,1	9,5	8,8	8,2	8,6	10,4	13,4	14,9
Finlândia	:	:	:	:	:	56,4	54,8	53,2	45,1	40,4	43,4	38,9	43,4	42	41,6
Suécia	:	:	:	:	:	19,9	23,4	28,6	24,3	22,3	11,4	17,8	18,7	20,9	26
Reino Unido	:	:	18,5	20,6	20	18,8	18,3	17,2	:	30,3	29,1	24,5	26,1	30,2	26,9

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

u Dados pouco confiáveis ou incertos

**Taxa de Desemprego pelo Grau Académico Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education (15-24 anos), na Europa dos
15, entre 1990-2004 (em %)**

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Europa dos 15	:	:	:	:	:	19,2	19,7	19,5	23,9	16,6	14,4	12,3	12,8	14	:
Bélgica	:	:	13,9	16,2	19,2	19,8	19,5	19,5	18,2	20,1	14,4	9,7	13,3	18,3	17,2
Dinamarca	:	:	13,8	16,2	10,1	9,5	10	7	5,4	10,6	7,5	7,6	5,4	6,6	7,6
Alemanha	:	:	5,6	7,4	8,5	7,5	8,8	10,2	:	7,9	7	7,1	8,9	10,5	:
Grécia	:	:	31,1	32,1	33,7	32,8	35,1	36	32,2	34,1	32	29,7	28,1	27,4	:
Espanha	:	:	34,4	41,9	46	43,5	44,4	40,2	35,6	32,4	26,1	21,8	21,7	22	21,5
França	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	14,7	17
Irlanda	:	:	16,4	20	18,1	14,3	14,6	12,9	:	6,1	4,4	5	6,5	6,8	6,3
Itália	:	:	:	32,2	32	35,9	36,2	35,3	35,1	34,3	31,7	27,1	25,8	25,5	:
Luxemburgo	:	:	:	:	:	:	:	:	:	7,0u	:	:	:	10,4u	:
Países Baixos	:	:	:	:	:	:	6,8	5,8	4,9	4,8	2,8	2,3	2,8	:	:
Áustria	:	:	:	:	:	:	:	:	:	4,2	3,1	4,7	5,3	4,4	6,4
Portugal	:	:	10,6u	19,2	18,2	21,6	22,5	17,5	10,4u	9,1u	8,4u	9,9u	9,6u	12,9	11,2u
Finlândia	:	:	:	:	:	32,6	34,5	26,4	30,4	22,3	20,5	19,4	18,9	19,7	18,5
Suécia	:	:	:	:	:	21,7	22	20,1	16,5	15,3	9,4	7,1	8,4	10,1	13,6
Reino Unido	:	:	12,7	15,3	13,8	13,7	12,3	11,7	:	11,3	11,1	9,5	9,8	10,2	10,1

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

u Dados pouco confiáveis ou incertos

Taxa de Desemprego pelo Grau Académico Tertiary Education (15-24 anos), na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Europa dos 15	:	:	:	:	:	19,7	19,8	17,3	24	15	12,3	9,9	11,4	11,4	:
Bélgica	:	:	7,3	11,6	16	11,5	11,9	10	10,1	14,4	6,5	9,7	8,3	6,2	10
Dinamarca	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Alemanha	:	:	5,9	5,7	5,9	6,4	7,4	6,4	:	7,3	6,8	:	:	5,4	:
Grécia	:	:	28,5	28,1	28	32,3	35,2	32,1	34	38,7	28,8	29,1	21,1	26	:
Espanha	:	:	30,4	39,9	44,8	43,8	41,4	39,4	37,9	30,7	26,8	20,1	21,7	19,8	22,4
França	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	13,8	11,1
Irlanda	:	:	15,5	17,4	14,2	9,1	7,9	7,4	:	:	:	:	4,8u	4,6u	4,2u
Itália	:	:	:	34,6	41,9	33,8	38,4	36,2	38	29,9	25,8	28,6	35,8	15,2u	:
Luxemburgo	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Países Baixos	:	:	:	:	:	:	11,1	9,3	:	:	:	:	:	:	:
Áustria	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Portugal	:	:	:	:	:	:	25,9u	:	:	:	:	:	:	:	:
Finlândia	:	:	:	:	:	18,4u	:	25,4u	15,0u	:	14,8u	14,0u	:	:	:
Suécia	:	:	:	:	:	5,5	10,5	12,7	:	:	:	:	:	:	11,7
Reino Unido	:	:	11,6	10,2	10,4	10	10,2	7	:	5,4	5,6	5,2	5,9	5,4	4,2

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

u Dados pouco confiáveis ou incertos

**Taxa de Desemprego pelo Grau Académico Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education (25-49 anos), na Europa dos 15,
entre 1990-2004 (em %)**

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Europa dos 15	:	:	:	:	:	13,6	13,6	13,4	13,6	13	11,7	10,2	10,7	11,5	:
Bélgica	:	:	10	11,6	13,5	13,6	14,9	14,1	14,7	13,3	10,1	10,4	11,5	12,4	13
Dinamarca	:	:	11	16,8	12,4	11	12,2	8,6	6,9	7,6	7,3	5,8	6,5	8,1	7,3
Alemanha	:	:	9,5	12,4	14,9	13,7	14	16,2	:	15,1	13,1	12,8	15,4	18,4	:
Grécia	:	:	6,5	6,8	7,2	7,4	8,1	7,9	9,6	10,6	10,3	9,5	8,9	8,7	:
Espanha	:	:	17,9	22,3	24,4	23,1	23,1	21,7	19,7	16,2	15,1	11,3	12	12,5	12,4
França	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	11,9	12,3
Irlanda	:	:	22,2	23,2	21	18,1	18,9	16,4	:	10,4	8,5	6,4	7,2	7,6	8
Itália	:	:	:	8,8	10,1	10,5	11	11,6	11,9	11,7	11,1	10,3	10,2	10	:
Luxemburgo	:	:	2,1u	3,5	4,1	3,3	4,3	3,4	:	4	3,1u	1,9u	4,4	3,9u	:
Países Baixos	:	:	:	:	:	:	8,7	7,9	6,4	5,7	3,7	2,4	3,2	:	:
Áustria	:	:	:	:	:	:	:	:	:	5,1	5,3	6,3	5,5	7,3	8,1
Portugal	:	:	3,8	4,8	6,6	6,9	7	6,5	4,6	4,4	3,4	3,7	4,1	6,4	6,3
Finlândia	:	:	:	:	:	18,9	17,2	17,3	13,6	14,6	13	12,1	13,4	13	14,2
Suécia	:	:	:	:	:	12,2	11,8	14,4	12,7	12,6	9,5	6	6,1	7,2	8
Reino Unido	:	:	11,6	11,8	11,6	10,5	10	8,4	:	12,2	10,8	10,4	10,9	8,8	8,8

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

u Dados pouco confiáveis ou incertos

**Taxa de Desemprego pelo Grau Académico Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education (25-49 anos), na Europa dos
15, entre 1990-2004 (em %)**

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Europa dos 15	:	:	:	:	:	8,4	8,5	8,6	8,9	7,5	6,7	6	6,4	7	:
Bélgica	:	:	5,3	5,9	7,9	7,9	8,1	7,4	8	6,8	5,5	4,6	6	7,1	6,5
Dinamarca	:	:	9,8	11,5	8,2	6	5,6	4,5	4,4	3,8	3,9	2,8	3,2	4,2	4,4
Alemanha	:	:	6,2	7,3	8,4	7,4	8	8,7	:	7,7	6,9	7,2	8	9,3	:
Grécia	:	:	7,3	8,1	8,7	9,1	9,6	9,6	11	11,5	11,7	10,5	10,4	9,8	:
Espanha	:	:	14,6	17,5	20,7	19,9	18,7	18,3	16,1	13,7	11,7	8,6	9,7	10,1	9,6
França	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	6,8	6,7
Irlanda	:	:	9,6	9,3	10	7,7	7,6	6,7	:	3,8	2,5	2,3	3	3	3,3
Itália	:	:	:	6,8	7,7	8,1	8,3	8,5	9,1	8,9	8,2	7,4	7,1	6,6	:
Luxemburgo	:	:	1,8u	:	1,9u	2,3u	2,1u	:	:	1,2u	1,7u	1,2u	1,3u	2,6	:
Países Baixos	:	:	:	:	:	:	4,8	4,1	3,3	2,3	1,9	1,6	2	:	:
Áustria	:	:	:	:	:	:	:	:	:	2,7	2,4	2,5	2,6	3	3,9
Portugal	:	:	2,8u	4,9	6,8	6,4	6	6,7	4,6	5	3,7	2,7u	4,4	5,4	5,5
Finlândia	:	:	:	:	:	15,6	12,6	12,7	11,6	9,7	9	8,6	8,4	9,1	8,3
Suécia	:	:	:	:	:	8,8	10,1	11	9,5	7,3	5,3	4	4,2	4,6	5,8
Reino Unido	:	:	8,5	8,3	7,8	7	6,6	5,8	:	4,8	4,5	3,7	3,9	3,6	3,8

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

u Dados pouco confiáveis ou incertos

Taxa de Desemprego pelo Grau Académico Tertiary Education (25-49 anos), na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Europa dos 15	:	:	:	:	:	6,3	6,1	6,1	7,5	5,3	4,5	4,1	4,4	4,9	:
Bélgica	:	:	2,7	3,5	3,9	3,6	3,9	3,4	3,5	3,2	2,6	3,1	3,2	3,9	3,4
Dinamarca	:	:	3,6	5,4	4,8	4,6	3,7	3,6	3,6	3,1	2,7	3,5	4	5,6	4,1
Alemanha	:	:	4	4,4	5,1	4,6	4,6	5	:	4,1	3,5	3,4	3,6	4,3	:
Grécia	:	:	4,8	6	5,7	6	6,2	6,2	6,9	8,3	8,1	7,5	7,2	6,4	:
Espanha	:	:	10,4	14	16,2	15,9	15,5	14,9	14	11,7	10,1	7,4	8,3	8	7,8
França	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	5,4	5,6
Irlanda	:	:	4,7	5,5	4,9	4,4	4,3	3,5	:	1,8	1,7	1,6	2	2,7	2,2
Itália	:	:	:	5,6	7,3	9	7,9	8,5	8,2	8,5	7,2	6,6	6,6	6,9	:
Luxemburgo	:	:	:	:	2,6u	:	:	:	:	:	:	:	2,2u	4,7u	:
Países Baixos	:	:	:	:	:	:	4	3,4	2	1,7	1,8	1,4	1,7	:	:
Áustria	:	:	:	:	:	:	:	:	:	1,8	1,3	1,2	1,5	2,2	2,8
Portugal	:	:	:	:	2,6u	3,6	3,8	2,7u	3,1u	2,9u	2,9u	2,4u	3,7	5,3	4,5
Finlândia	:	:	:	:	:	7,7	6,8	6,3	6,3	4,9	4,9	3,9	3,8	3,9	4,8
Suécia	:	:	:	:	:	4,1	4,5	4,5	5,2	4,1	2,3	2,5	3	4	4,4
Reino Unido	:	:	3,2	4,1	3,7	3,6	3,4	2,9	:	2,6	1,9	2	2,4	2,3	2,3

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

u Dados pouco confiáveis ou incertos

**Taxa de Desemprego pelo Grau Académico Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education (50-64 anos), na Europa dos 15,
entre 1990-2004 (em %)**

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Europa dos 15	:	:	:	:	:	8,8	9,1	9,3	8,3	8,8	8,2	6,6	7	7,2	:
Bélgica	:	:	4,2	6	7,7	6,9	7,6	8	7,8	7,8	6,1	4,8	5,1	3,3	5,2
Dinamarca	:	:	8,7	10,7	8,5	9,3	5,1u	6,7	7,1	5,9	4,5u	4,2u	5,3u	5,5u	8,6
Alemanha	:	:	10,6	12,6	13,9	14,4	15,1	17,2	:	16,2	15,3	13,2	14,1	16,3	:
Grécia	:	:	2,9	3,2	3,4	3,9	3,4	3,8	4,2	5,4	4,3	4,7	4,9	3,7	:
Espanha	:	:	10,1	13	14,6	13,9	14,3	13,4	12,1	10,6	10,7	7,5	8,8	7,9	8,7
França	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	7,3	7,7
Irlanda	:	:	12,1	11,9	12,2	11,3	11	9,2	:	6,6	4,2	4	3,7	3,8	3,7
Itália	:	:	:	4	4,9	5,4	5,6	6,2	6	6,2	6,1	5,9	5,8	5,9	:
Luxemburgo	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Países Baixos	:	:	:	:	:	:	5,4	5,1	4	2,9	2,8	1,4u	2,3	:	:
Áustria	:	:	:	:	:	:	:	:	:	6,3	5,9	6,3	6,8	8,3	7
Portugal	:	:	2,2	3,5	4	4,5	5,4	5,2	3,4	3,8	3,6	3	3,7	4,1	6
Finlândia	:	:	:	:	:	13,8	14,9	15	14,7	11,3	10,6	10	8,7	9,3	10,1
Suécia	:	:	:	:	:	8,1	8,7	10,8	8,8	7,2	6,3	4,9	4,6	3,9	4,4
Reino Unido	:	:	8,3	9,5	9,5	7,3	7,1	6,1	:	6,4	5,7	3,4	4,6	4,1	3,5

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

u Dados pouco confiáveis ou incertos

**Taxa de Desemprego pelo Grau Académico Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education (50-64 anos), na Europa dos
15, entre 1990-2004 (em %)**

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Europa dos 15	:	:	:	:	:	8,2	8,5	9,2	5,9	7,8	7,1	6,6	6,5	6,9	:
Bélgica	:	:	3,2	4,1	4,8	5,6	3,9	4,2	5,1	5,6	5,2	2,5	3	2,8	3,4
Dinamarca	:	:	9,1	10,3	7,9	6,2	7,2	5,2	5,2	4,7	4	4	3,8	3,9	5,8
Alemanha	:	:	7,8	9,5	10,4	10,1	11,7	13,9	:	12,6	11,8	11,6	10,8	12,4	:
Grécia	:	:	3,1u	4,5	5,3	4,1	4,8	5,1	6,7	6,6	6,3	5,5	4,4	5	:
Espanha	:	:	7,1	10,5	11	11,7	10,3	10,8	7,9	7,9	7,3	5,5	6,7	6	5,7
França	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	5,9	5,9
Irlanda	:	:	:	7,4u	6,6u	6,3u	:	5,4u	:	:	:	:	:	:	2,6u
Itália	:	:	:	1,6	2,7	2,5	2,2	2,5	2,7	2,2	1,7	2,2	2,2	1,8	:
Luxemburgo	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Países Baixos	:	:	:	:	:	:	4,7	4,1	2,6	2,7	1,9	1,5u	1,8	:	:
Áustria	:	:	:	:	:	:	:	:	:	4,9	4,3	4,4	5,3	4,7	3,4
Portugal	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Finlândia	:	:	:	:	:	14,1	12,5	16,3	8,8	8,9	8	8,2	8,7	8,2	7,9
Suécia	:	:	:	:	:	7,5	7,1	7,9	7,2	6,5	5,1	4,4	4,5	4,8	5,7
Reino Unido	:	:	8,9	10	8,3	7,9	6,8	5,9	:	4,2	4,2	3,5	3,2	2,8	3,1

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

u Dados pouco confiáveis ou incertos

Taxa de Desemprego pelo Grau Académico Tertiary Education (50-64 anos), na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Europa dos 15	:	:	:	:	:	4,8	5,1	4,9	3,4	4,6	4	3,4	3,4	3,8	:
Bélgica	:	:	:	:	2,6u	2,0u	2,1u	2,8	2,8	2,8	1,4u	:	2,7	2,6	2,4
Dinamarca	:	:	4,0u	4,4u	3,4u	5,8	4,1u	2,8u	2,3u	2,9u	2,5u	3,0u	2,5u	2,6u	3,2
Alemanha	:	:	4,7	5,1	6,3	6	7,2	7,9	:	7,7	6,6	6,3	6,2	6,9	:
Grécia	:	:	:	:	:	3,0u	:	2,5u	:	2,2u	:	:	:	2,2u	:
Espanha	:	:	2,8	4,1	4,4	4,3	5,8	4,5	5,7	4,8	3,3	2,2	1,9	2,3	2,9
França	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	3,5	4,5
Irlanda	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Itália	:	:	:	:	:	:	:	1,0u	1,4u	:	:	:	:	0,8u	:
Luxemburgo	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Países Baixos	:	:	:	:	:	:	3,5u	2,8u	1,6u	1,9u	1,5u	1,6u	1,9u	:	:
Áustria	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	2	:	:	:	3,6
Portugal	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Finlândia	:	:	:	:	:	4,7	6,3	2,8u	5,6	4,1	4,8	4,5	4,4	4,6	4,1
Suécia	:	:	:	:	:	3,5	3,6	3,6	2,8	3,7	4,7	1,7	1,7	2,1	2,4
Reino Unido	:	:	5,2	6	5,7	5,1	4,4	3,7	:	3,2	3,2	1,8	2,3	2,5	2

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

u Dados pouco confiáveis ou incertos

**Taxa de Desemprego pelo Grau Académico Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education (65 e mais anos), na Europa dos 15,
entre 1990-2004 (em %)**

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Europa dos 15	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Bélgica	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Dinamarca	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Alemanha	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Grécia	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Espanha	:	:	5	2,9u	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
França	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Irlanda	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Itália	:	:	:	7	3,0u	4,1	4,6	4,5	2,7u	3,4u	3,1u	2,3u	2,0u	2,4u	:
Luxemburgo	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Países Baixos	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Áustria	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Portugal	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Finlândia	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Suécia	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Reino Unido	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

u Dados pouco confiáveis ou incertos

Taxa de Desemprego pelo Grau Académico Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education (65 e mais anos), na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Europa dos 15	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Bélgica	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Dinamarca	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Alemanha	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Grécia	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Espanha	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
França	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Irlanda	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Itália	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Luxemburgo	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Países Baixos	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Áustria	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Portugal	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Finlândia	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Suécia	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Reino Unido	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:

Fonte: Eurostat
: Dados não disponíveis

Taxa de Desemprego pelo Grau Académico Tertiary Education (65 e mais anos), na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Europa dos 15	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Bélgica	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Dinamarca	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Alemanha	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Grécia	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Espanha	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
França	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Irlanda	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Itália	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Luxemburgo	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Países Baixos	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Áustria	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Portugal	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Finlândia	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Suécia	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Reino Unido	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:

Fonte: Eurostat
: Dados não disponíveis

Taxa de Desemprego segundo o Total dos Graus Académicos Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education e Tertiary Education (15-24anos), na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Europa dos 15	:	:	:	:	:	21,2	21,7	21,1	19,3	18,2	16	14	14,6	15,4	:
Bélgica	14,5	14	13,2	18,5	21,8	21,5	20,5	21,3	20,4	22,6	15,2	15,3	15,7	19	17,5
Dinamarca	11,5	11,5	12,3	14,6	10,2	9,9	10,6	8,1	7,2	10	6,7	8,3	7,1	9,8	7,8
Alemanha	4,6	5,5	6	7,7	9	8,5	9,6	10,7	9,8	8,9	8,5	7,8	9,3	11	:
Grécia	23,3	24,5	25	26,7	27,7	27,9	31,2	31	29,7	31,7	29,5	28	25,7	25,1	:
Espanha	31,8	30,5	33,1	42,2	44,9	41,9	41,9	39,3	35,6	29,2	25,4	20,7	21,5	22,3	22,4
França	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	18,4	19,5
Irlanda	19,7	23,1	22,7	25	23	19	18,1	15,9	11,6	8,6	6,6	6,3	7,8	8	8,3
Itália	28,9	28,1	:	30,2	31,8	33,5	34,7	34,6	33,8	32,9	31,5	27,8	27,1	26,8	:
Luxemburgo	3,6u	2,6u	3,7u	4,4u	7,9	7,2u	9,2	7,3u	6,4u	6,8u	6,4u	6,3u	7,0u	11,5	:
Países Baixos	11,1	11,1	8,1	10,4	11,3	12,1	11,4	9,7	8,8	7,4	5,3	4,4	4,6	6,6	8
Áustria	:	:	:	:	:	:	:	:	:	4,8	4,3	5,2	5,5	6,1	8,6
Portugal	10,4	8,7	9,7	12,1	14,5	16	17	14,1	9,4	9,1	8,2	8,9	10,4	13,4	14
Finlândia	:	:	:	:	:	41,2	41,6	35,4	34,6	28,6	28,4	26,6	28,2	27,8	27,5
Suécia	:	:	:	:	:	19,6	21,5	21,9	17,5	16,3	9,5	11,7	12,9	14,3	18,5
Reino Unido	10,4	13,9	15,7	17,5	16,4	15,5	14,9	13,6	12,5	12,5	12,1	10,3	10,9	11,4	10,8

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

u Dados pouco confiáveis ou incertos

Taxa de Desemprego segundo o Total dos Graus Académicos Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education e Tertiary Education (25-49 anos), na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Europa dos 15	:	:	:	:	:	9,6	9,7	9,6	9,2	8,5	7,5	6,6	7	7,4	:
Bélgica	6,6	6,6	6,3	7,2	8,6	8,4	8,9	8,1	8,7	7,6	5,9	5,8	6,5	7,4	7
Dinamarca	7,9	8,9	8,6	10,4	7,8	6,2	6,1	4,9	4,6	4,2	4,2	3,4	4	5,2	4,6
Alemanha	4,7	5,1	6	7,2	8,3	7,5	8	8,8	8,7	7,9	6,9	7	7,9	9,1	:
Grécia	5,6	6,2	6,4	7	7,4	7,7	8,2	8,1	9,5	10,4	10,3	9,4	9,2	8,6	:
Espanha	13,9	13,9	15,9	19,8	21,9	20,8	20,3	19,2	17,4	14,4	12,9	9,5	10,3	10,5	10,2
França	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	7,7	7,8
Irlanda	13,4	15	14,3	14,4	13,4	11	11	9,5	7,2	5,4	4,1	3,2	3,8	4,1	4,1
Itália	7,2	7,7	:	7,8	8,9	9,4	9,6	9,9	10,4	10,2	9,4	8,6	8,3	8	:
Luxemburgo	1,4	1,4	1,9	2,2	3,1	2,6	2,8	2,1	2,6	2,1	2	1,5	2,5	3,3	:
Países Baixos	7,4	6,6	5,3	5,6	6,8	6,5	5,7	4,9	3,8	3	2,3	1,7	2,2	3,1	4,1
Áustria	:	:	:	:	:	:	:	:	:	3	2,7	2,9	2,9	3,5	4,3
Portugal	3,9	3,4	3,2	4,4	6,1	6,3	6,4	6	4,4	4,3	3,4	3,4	4,1	6,1	5,9
Finlândia	:	:	:	:	:	14,5	12,2	12,1	10,2	8,8	8,2	7,3	7,4	7,7	7,7
Suécia	:	:	:	:	:	8	8,8	9,8	8,8	7,1	5	3,8	4,1	4,8	5,6
Reino Unido	6	7,3	8,7	8,8	8,3	7,6	7,1	6	5,2	5,1	4,5	4	4,2	3,9	3,7

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

Taxa de Desemprego segundo o Total dos Graus Académicos Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education e Tertiary Education (50-64 anos), na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Europa dos 15	:	:	:	:	:	7,8	8,2	8,5	8,2	7,5	6,9	5,9	6	6,2	:
Bélgica	4,2	3,1	3,3	4,5	5,6	5,4	5,1	5,5	5,8	5,7	4,5	2,9	3,8	2,9	3,8
Dinamarca	7	7,9	8	9,1	7	6,8	5,8	4,9	4,8	4,5	3,8	3,8	3,7	3,7	5,4
Alemanha	5,8	6	7,6	9,2	10	10	11,2	13	13,2	12	11	10,4	10,1	11,4	:
Grécia	2	2,3	2,8	3,2	3,6	3,8	3,4	3,8	4,3	5,2	4,4	4,4	4,3	3,7	:
Espanha	8,6	8,5	9,2	11,9	13,2	12,6	12,8	11,9	10,8	9,5	9,1	6,3	7,3	6,6	7,1
França	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	6	6,4
Irlanda	10,6	10,6	9,6	9,8	9,9	8,9	8,4	7,3	6,3	4,7	3,2	3	2,8	2,9	2,9
Itália	2,3	2,1	:	3,3	4	4,3	4,4	4,7	4,9	4,7	4,6	4,2	4,1	3,9	:
Luxemburgo	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	1,9u	:
Países Baixos	4,7	5,6	3,5	4,3	4,3	4,5	4,6	4,1	2,8	2,5	2,1	1,5	2	2,7	3,7
Áustria	:	:	:	:	:	:	:	:	:	4,7	4,3	4,1	5	4,9	4,2
Portugal	2	1,8	2	3,4	3,7	4,4	5	4,9	3,2	3,7	3,5	3	3,5	3,9	5,5
Finlândia	:	:	:	:	:	11,7	12,2	13	10,4	8,4	8	7,8	7,4	7,5	7,3
Suécia	:	:	:	:	:	6,8	6,9	7,9	6,6	6	5,3	3,8	3,8	3,9	4,5
Reino Unido	6,3	7,2	8,1	9,2	8,6	7,2	6,5	5,7	4,8	4,6	4,4	3,1	3,5	3,2	3

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

u Dados pouco confiáveis ou incertos

Taxa de Desemprego segundo o Total dos Graus Académicos Pre-Primary, Primary and Lower Secondary Education, Upper Secondary and Post-Secondary Non-Tertiary Education e Tertiary Education (65 e mais anos) na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Europa dos 15	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Bélgica	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Dinamarca	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Alemanha	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Grécia	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Espanha	:	:	4	2,5u	2,4u	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
França	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Irlanda	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Itália	1,7u	1,3u	:	5,8	2,4	3,6	3,7	3,7	2,3u	2,8	2,8	1,9u	1,6u	1,8u	:
Luxemburgo	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Países Baixos	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Áustria	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Portugal	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Finlândia	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Suécia	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Reino Unido	4,2	5,2	4,8	4,4	3,4	2,6	3,3	3,3	3	2,4	:	:	2,8	2	2,3

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

u Dados pouco confiáveis ou incertos

Diferença entre a Média de Ganhos por Hora entre Homens e Mulheres , como percentagem da Média dos Ganhos por Hora dos Homens, na Europa dos 15, entre 1990-2004 (em %)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Europa dos 15	:	:	:	:	16s	17s	16s	16s	16s	15s	16s	16s	:	:	:
Bélgica	:	:	:	:	13	12	10	10	9	11	12	12	:	:	:
Dinamarca	:	:	:	:	11	15	15	13	12	14	15	15	:	:	:
Alemanha	:	:	:	:	21	21	21	21	22	19	21	21	:	:	:
Grécia	:	:	:	:	13	17	15	13	12	13	15	18	:	:	:
Espanha	:	:	:	:	10	13	14	14	16	14	15	17	:	:	:
França	:	:	:	:	13	13	13	12	12	12	13	14	:	:	:
Irlanda	:	:	:	:	19	20	21	19	20	22	19	17	:	:	:
Itália	:	:	:	:	8	8	8	7	7	8	6	6	:	:	:
Luxemburgo	:	:	:	:	17	19	18	:	:	:	:	:	:	:	:
Países Baixos	:	:	:	:	:	23	23	22	21	21	21	19	:	:	:
Áustria	:	:	:	:	:	22	20	22	21	21	20	20	:	:	:
Portugal	:	:	:	:	10	5	6	7	6	5	8	10	:	:	:
Finlândia	:	:	:	:	:	:	17	18	19	19	17	17	:	:	:
Suécia	:	:	:	:	:	15	17	17	18	17	18	18	:	:	:
Reino Unido	:	:	:	:	28	26	24	21	24	22	21	21	:	:	:

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

s Estimativa da fonte Eurostat

Índice de Dependência dos Jovens dos 0 aos 14 anos, pela população entre os 15-64 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2003 (em %)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Europa dos 15	27,2	27,1	26,9	26,8	26,5	26,3	26	25,8	25,5	25,3	25,2	25	24,9	24,8
Bélgica	27	27,1	27,3	27,3	27,3	27,2	27,1	27	26,9	26,9	26,9	26,8	26,7	26,5
Dinamarca	25,5	25,2	25,1	25,3	25,4	25,6	26	26,4	26,8	27,2	27,6	27,9	28,2	28,4
Alemanha	23,1	23,6	23,8	23,8	23,9	23,9	23,7	23,6	23,4	23,2	23,1	22,9	22,6	22,3
Grécia	29,3	28,4	27,6	26,9	26,1	25,3	24,6	23,9	23,3	22,8	22,4	:	:	:
Espanha	30,5	29,2	28	26,8	25,7	24,8	23,9	23,2	22,6	22,1	21,8	21,4	21,3	:
França	30,5	30,5	30,5	30,4	30,2	30	29,7	29,4	29,2	29,1	29	28,9	28,8	28,7
Irlanda	44,7	43,4	42,2	41,1	39,8	38,3	36,9	35,6	34,4	33,5	32,7	31,9	31,4	30,9
Itália	24,5	23,8	23,1	22,9	22,5	22,2	21,9	21,7	21,5	21,4	21,4	21,3	:	:
Luxemburgo	24,9	25,3	25,7	26,2	26,6	27,1	27,4	27,7	27,9	28,1	28,3	28,2	28,2	28,1
Países Baixos	26,4	26,5	26,6	26,7	26,8	26,9	26,9	26,9	27	27,2	27,4	27,5	27,5	27,5
Áustria	25,8	25,7	25,9	26	26,1	26,2	26	25,8	25,5	25,2	25,4	25,1	24,7	24,4
Portugal	31,6	29,2	29,2	28,3	27,5	26,7	25,9	25,2	24,7	24,2	23,8	23,7	23,5	23,4
Finlândia	28,7	28,7	28,6	28,6	28,5	28,5	28,5	28,3	28	27,6	27,2	27	26,8	26,6
Suécia	27,7	28,1	28,5	28,9	29,3	29,6	29,6	29,5	29,3	29,1	28,8	28,5	28,1	27,8
Reino Unido	29	29,2	29,6	29,9	30	29,9	29,8	29,7	29,6	29,4	29,1	28,9	:	:

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

Índice de Dependência dos Idosos com 65 e mais anos, pela população entre os 15-64 anos, na Europa dos 15, entre 1990-2003 (em %)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Europa dos 15	21,6	21,9	22,2	22,4	22,7	23	23,3	23,6	23,8	24	24,3	24,6	24,9	25,2
Bélgica	22,1	22,5	22,9	23,2	23,5	23,8	24,3	24,7	25	25,3	25,5	25,7	25,8	26
Dinamarca	23,2	23,1	23,1	23	22,8	22,7	22,5	22,4	22,3	22,2	22,2	22,2	22,3	22,3
Alemanha	21,6	21,7	21,8	21,9	22,2	22,5	22,8	23	23,2	23,3	23,9	24,5	25,2	25,9
Grécia	20,4	20,8	21,2	21,7	22,2	22,8	23,4	23,9	24,4	25	25,6	:	:	:
Espanha	20,2	20,7	21	21,4	21,8	22,3	22,7	23,2	23,7	24,1	24,6	24,7	25	:
França	21,1	21,5	21,9	22,3	22,6	23	23,4	23,8	24,1	24,4	24,6	24,8	25	25,1
Irlanda	18,6	18,5	18,3	18,2	18	17,8	17,6	17,4	17,2	17	16,8	16,6	16,5	16,4
Itália	21,5	22	22,5	22,9	23,5	24,1	24,7	25,2	25,6	26,1	26,6	27,1	:	:
Luxemburgo	19,3	19,5	19,7	19,9	20,2	20,6	21,4	21,2	21,3	21,4	21,3	20,6	20,8	20,9
Países Baixos	18,6	18,7	18,8	19	19,1	19,3	19,5	19,6	19,8	19,9	20	20,1	20,2	20,3
Áustria	22,1	22,1	22,1	22,1	22,2	22,4	22,6	22,7	22,8	22,9	22,9	22,8	22,9	22,8
Portugal	20	20,6	20,7	20,9	21,2	21,6	22	22,5	22,9	23,4	23,8	24,2	24,5	24,7
Finlândia	19,8	20	20,3	20,5	20,8	21,1	21,5	21,7	21,9	22	22,2	22,4	22,7	22,9
Suécia	27,7	27,7	27,7	27,6	27,6	27,4	27,4	27,4	27,3	27,1	26,9	26,8	26,6	26,5
Reino Unido	24	24,1	24,2	24,3	24,3	24,3	24,2	24,2	24,1	24	23,9	23,8	:	:

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

Social Protection Benefits na Família e Crianças, na Europa dos 15, entre 1990-2001, em milhões de Euros

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Europa dos 15	99841,8	112414	121325,8	127050	132315,4	136811,9	154176	162743,7	165935,6	173086,5	179783,3	184590,2
Bélgica	3595,1	3765,9	4032,4	4451	4535,7	4934,7	4977,4	5287,6	5296,1	5399,8p	5599,4e	5861,1e
Dinamarca	3477,4	3671	3959,6	4341,1	5028,7	5339,5	5482,1	5568,1	5877,9	6158,1	6393,7	6741,7
Alemanha	21844,1	30181,2	34168,9	36873,5	37252,3	39169,8	51267,3	53469,6	54168,1	58802,1	61058,4	61644,0p
Grécia	1074,4	1227,1	1274,5	1332,6	1638,3	1710,9	1873,2	1976,8	2079,9	2181,6	2324,4	2397
Espanha	1316	1383,4	1908	1851,7	1794,3	1896,5	2390	2370,8	2625,7	2829,2p	3058,5p	3279,7p
França	25922,6	26643,6	28113,8	31364,3	32557,3	34428,8	35568	36650,1	36854,7	38201	38867,5	40056,6p
Irlanda	743,5	812,8	906,5	922,4	1033,5	1102,2	1288,2	1510,8	1498,9	1618	1805,4	1993,5p
Itália	9051,7	8129	7975,6	6751,4	6573	6437,4	8188	8845,8	9376,3	10027	10765,0p	11982,0p
Luxemburgo	194,4	219,9	243,8	321,3	378,4	414,8	431,4	438,7	510,5	614	689	757,0p
Países Baixos	3869,6	3925,9	3916,8	4159,9	4022,2	4241,2	4088,4	4252,7	4188,5	4222	4716	4875,0p
Áustria	3402,2	3642	4287,5	4947,2	5814,9	5763,7	5653,6	5313,2	5224,6	5673,6	6151,8	6212
Portugal	527,4	673,5	772,3	796	783,2	856,3	888,3	935	1009	1106,1	1283,5	1457,6p
Finlândia	3525,9	3852	3520,7	2999,6	3786,4	4082,8	3851,5	3878	3909,4	3995,9	4022,9	4103,3
Suécia	:	:	:	7600,8	7917,8	7334,6	7656,7	7337	6621,4	6964,6	7302,3	7180,5p
Reino Unido	15306,4	17678,2	19149,1	19669,8	20837,6	20809,5	22445,1	26886,2	28774,6	27475	28069,9	28446,3p

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

Social Protection Benefits na Família e Crianças, em percentagem do PIB, na Europa dos 15, entre 1990-2001

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Europa dos 15	1,9	2	2	2,1	2,1	2,1	2,3	2,3	2,2	2,2p	2,1e	2,1e
Bélgica	2,3	2,3	2,3	2,4	2,3	2,3	2,3	2,4	2,4	2,3p	2,3e	2,3e
Dinamarca	3,3	3,4	3,5	3,7	3,9	3,9	3,8	3,7	3,8	3,8	3,7	3,8
Alemanha	1,8	2,1	2,2	2,2	2,1	2,1	2,7	2,9	2,8	3	3	3,0p
Grécia	1,6	1,7	1,7	1,7	1,9	1,9	1,9	1,8	1,9	1,9	1,9	1,8
Espanha	0,3	0,3	0,4	0,4	0,4	0,4	0,5	0,5	0,5	0,5p	0,5p	0,5p
França	2,7	2,7	2,7	2,9	2,9	2,9	2,9	3	2,8	2,8	2,7	2,7p
Irlanda	2	2,1	2,2	2,2	2,2	2,2	2,2	2,1	1,9	1,8	1,8	1,7p
Itália	1	0,9	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,9	0,9	0,9	0,9p	1,0p
Luxemburgo	2,2	2,3	2,3	2,7	2,9	3	3	2,8	3	3,3	3,2	3,4p
Países Baixos	1,7	1,6	1,5	1,5	1,4	1,3	1,3	1,3	1,2	1,1	1,2	1,1p
Áustria	2,7	2,7	2,9	3,1	3,5	3,2	3,1	2,9	2,8	2,9	3	2,9
Portugal	0,9	1	1	1,1	1	1	1	1	1	1	1,1	1,2p
Finlândia	3,3	3,9	4,2	4,1	4,5	4,1	3,8	3,6	3,4	3,3	3,1	3
Suécia	:	:	:	4,5	4,4	3,9	3,6	3,4	3	3	2,8	2,9p
Reino Unido	2	2,1	2,3	2,4	2,4	2,4	2,4	2,3	2,3	2	1,8	1,8p

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

e Valores estimados

p Valores provisórios

Cash Benefits na Família e Crianças, na Europa dos 15, entre 1990-2001, em milhões de Euros

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Europa dos 15	73571,9	81168,5	87501,7	90902,7	94341,5	96919,4	111215,5	118083,8	119646,3	127874,9	132877,4	135386,6
Bélgica	3411,4	3594,1	3826,7	4112,8	4259,9	4486,2	4489,9	4804,2	4479,4	4538,9p	4622,1e	4744,1e
Dinamarca	1506,9	1568,7	1686,6	1830	2306,8	2559,9	2472,2	2360,8	2405,6	2509	2588	2677,2
Alemanha	15929,2	20616,4	22645,1	23576	23458,5	24686,1	36440,5	38553	39091,4	43296,7	45410,4	45652,9p
Grécia	557,5	725,4	738,3	799,5	1068,9	1130,6	1160,6	1233,3	1284,6	1295,7	1455,6	1449,3
Espanha	972,9	1013,7	1395,1	1267,8	1233,9	1301,3	1455,1	1497,7	1505,2	1596,6p	1876,4p	1959,9p
França	20719,5	21287,3	22375,9	25014	25904,9	27171,9	28005,2	28919,9	28698	29852,7	30345,5	31287,5p
Irlanda	727,2	794,7	882,4	892,7	984,1	1039,7	1208,5	1401	1376,3	1472,7	1609	1738,5p
Itália	6186,7	5181,5	5146,7	4228,6	3952,3	3774,1	4795,8	5589,1	6085,8	6592	7160,0p	7775,0p
Luxemburgo	165,5	184,4	203,6	274,8	320,6	347,9	356,8	364,2	424,5	508	583	636,0p
Países Baixos	2710,1	2822,8	3011,3	3176,2	3017,7	3103	2984,5	2823,4	2851,8	2828	3035	3110,0p
Áustria	2907,7	3089,9	3650,7	4216,4	5007,1	4900,2	4749	4391,7	4256,9	4657,8	5078,1	5160,6
Portugal	377,4	481,2	546,2	539,8	523,2	562,4	584,9	616,6	666,8	698,2	771,6	820,5p
Finlândia	2045,3	2306,6	2256,9	1917,2	2617,4	2723,8	2388,9	2354,5	2341	2347,2	2347,9	2349,3
Suécia	:	:	:	3968,5	4139,8	3768,6	3477,6	3252,9	3488,1	3564,3	3999,2	3968,7p
Reino Unido	12203,2	14114	15480,1	15887,8	16615,4	16494,3	17806,6	21154,8	21975,7	23412,9	23451,2	23506,4p

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis
e Valores estimados
p Valores provisórios

Cash Benefits na Família e Crianças, em percentagem do PIB, na Europa dos 15, entre 1990-2001

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Europa dos 15	0,2	0,2	0,2	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3p	0,2e	0,2e
Bélgica	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0p	0,0e	0,0e
Dinamarca	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	0
Alemanha	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0p
Grécia	0	0	0	0	0	0	0	0,4	0,4	0,3	0,3	0,3
Espanha	0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1p	0,1p	0,0p
França	0,6	0,6	0,6	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,6	0,6p
Irlanda	0,7	0,8	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,8	0,7	0,7	0,7p
Itália	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0p	0,1p
Luxemburgo	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Países Baixos	:	:	:	:	0	0	0	0	0	0	0	0,0p
Áustria	0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Portugal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0p
Finlândia	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2	0,1	0,1	0	0,1	0,1	0,1	0,1
Suécia	:	:	:	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0p
Reino Unido	0,6	0,6	0,8	0,8	0,8	0,9	0,9	0,8	0,8	0,7	0,5	0,5p

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

e Valores estimados

p Valores provisórios

Social Protection Benefits na Doença e Cuidados com a Saúde, na Europa dos 15, entre 1990-2001, em milhões de Euros

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Europa dos 15	355767,4	407255,3	444400,6	450151,9	464557,1	481884,8	499946,4	507840,3	531023,1	560858,1	604472,7	649763,5
Bélgica	10180,3	11153,2	12816,7	12671,1	13223,4	13299,8	14162,6	13497,6	14011,3	14873,6p	15137,4e	16426,0e
Dinamarca	5866,3	6280	6573,2	7041,3	7165	7667,8	7827,1	7993,5	8743,6	9267,1	9830,6	10311,7
Alemanha	91826,5	113609	132117	138265,9	147757,5	161940,4	160671,4	150773,9	152728,5	159673	164322,7	171355,4p
Grécia	3528,4	3646,7	4090,7	4412,8	4718,3	5034,5	5423,7	6069,3	6182,5	7107,6	8313,3	8931,8
Espanha	22316,9	26343,1	29530,6	27753,3	26646	27346,1	29643,5	29437,9	30458,6	33019,3p	35595,6p	38324,0p
França	71838,2	75478,5	82249,1	89420,5	92857,4	97536	101612,8	101480,4	105939,9	109274,2	116064,6	122651,8p
Irlanda	2224,5	2447,6	2743,9	2858,3	3036,2	3340,8	3462,2	4118,9	4322	5042,3	5713,7	6954,1p
Itália	57169,1	62989	62810,6	54075,2	51765	46411,1	53998,2	58895	60776,4	63504	71136,0p	78274,0p
Luxemburgo	459,1	512,7	582,6	715	707,2	787,4	862,7	863,4	888,3	1017	1054	1146,0p
Países Baixos	19452,2	20739,1	22945,2	25064,3	24951	26383,2	25454,1	25148,2	26426,9	28659,8	30311	33658,0p
Áustria	9349,6	10057,9	11084,4	12346,4	13235,8	14204,6	14229,6	12755,2	13353,9	14383,6	14077,7	14478,9
Portugal	2920,4	3511,9	4256,2	4668,2	5223,9	6006,2	5294,9	5642	6194,9	6920,6	7592,4	8090,2p
Finlândia	7440,4	7724,9	6406,7	5282,2	5632,3	6399	6592,6	6750,1	6900,3	7196,4	7637,1	8263,6
Suécia	:	:	:	14611,2	14095,5	14350	15877,9	16390,5	17280	19161,1	21861,7	21894,4p
Reino Unido	41414,8	51649,3	54516,8	55379,1	58261,1	56212,5	60256,5	74093,7	82998,5	88866,1	104138,3	117935,5p

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis
e Valores estimados
p Valores provisórios

Social Protection Benefits na Doença e Cuidados com a Saúde, em percentagem do PIB, na Europa dos 15, entre 1990-2001

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Europa dos 15	6,8	7,1	7,5	7,5	7,4	7,4	7,3	7	7	7,1p	7,2e	7,4e
Bélgica	6,6	6,8	7,4	6,9	6,7	6,3	6,7	6,2	6,3	6,3p	6,1e	6,5e
Dinamarca	5,6	5,8	5,8	5,9	5,6	5,6	5,4	5,4	5,7	5,7	5,7	5,8
Alemanha	7,8	7,9	8,5	8,3	8,4	8,6	8,6	8,1	8	8,1	8,1	8,3p
Grécia	5,3	5	5,3	5,5	5,6	5,6	5,5	5,7	5,7	6	6,8	6,8
Espanha	5,6	6	6,4	6,6	6,4	6,1	6,2	5,9	5,8	5,8p	5,8p	5,9p
França	7,5	7,6	7,9	8,2	8,2	8,2	8,3	8,2	8,2	8,1	8,2	8,3p
Irlanda	6	6,3	6,6	6,7	6,6	6,6	6	5,8	5,6	5,6	5,6	6,1p
Itália	6,6	6,7	6,6	6,4	6	5,5	5,6	5,7	5,7	5,7	6,1p	6,4p
Luxemburgo	5,3	5,3	5,6	6,1	5,5	5,7	6	5,6	5,3	5,4	5	5,2p
Países Baixos	8,4	8,5	8,9	9,1	8,5	8,3	7,8	7,6	7,5	7,7	7,5	7,8p
Áustria	7,3	7,4	7,5	7,8	7,9	7,9	7,8	7	7,1	7,3	6,8	6,8
Portugal	5,2	5,4	5,6	6,3	6,8	7,3	6	6	6,2	6,4	6,6	6,6p
Finlândia	6,9	7,7	7,6	7,2	6,7	6,4	6,6	6,2	6	6	5,9	6,1
Suécia	:	:	:	8,6	7,8	7,6	7,4	7,5	7,8	8,1	8,4	8,9p
Reino Unido	5,3	6,2	6,6	6,7	6,6	6,5	6,4	6,3	6,5	6,5	6,7	7,4p

Fonte: Eurostat
: Dados não disponíveis
e Valores estimados
p Valores provisórios

Cash Benefits na Doença e Cuidados com a Saúde, na Europa dos 15, entre 1990-2001, em milhões de Euros

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Europa dos 15	65007,1	73518,4	81456,7	80936,1	80348,4	83839,3	81017,6	76212,3	80040,7	86712,9	92481,5	99284,3
Bélgica	2269,7	2438,3	2993	3055,4	3148,6	2504,7	2503	2590,5	2541,5	2624,4p	2388,3e	2621,6e
Dinamarca	1253,6	1156,5	1179,6	1290,4	1225,7	1558,7	1593,3	1555,3	1501,4	1562,9	1614,7	1726,6
Alemanha	23501,4	27774	32043,5	33037,5	33287,3	37656	33972,9	28352,2	27998,9	30917,5	32103,8	34425,5p
Grécia	615,8	632	629,4	643,1	667,3	680,3	699,8	748,7	854	915,6	935,1	936,1
Espanha	4042,6	4852,2	5677,1	5216,5	4947,8	5039,4	5442	5109,2	5066,5	5467,9p	6091,2p	6758,2p
França	6347,6	6734,7	7278,1	7653,5	7709,4	8061,4	8447,3	8287,2	8696,6	9225,1	9686,8	10473,2p
Irlanda	372	387,6	414,9	405,8	400,1	557,2	456,9	493,7	525	557,7	606	658,1p
Itália	8032,7	8126,5	8322,6	7110	6817,7	6260,2	6914	7126,7	7491,4	7733	8357,0p	8650,0p
Luxemburgo	61	68,7	77,7	84,2	88	94,7	99,5	99,2	105,7	120	131	144,0p
Países Baixos	6744,2	6751,7	6985,5	7397,8	7498,1	7831,2	7763,1	7605,8	8360,7	9075,6	9337	10067,0p
Áustria	1523,6	1667,9	1820,7	1938,6	2034,6	2097,2	1977	1840,9	1907,4	2174,1	2088,7	2213,5
Portugal	308,7	382,9	453,6	393,3	411,1	486,1	489	504,3	493,3	464,7	499,9	502,0p
Finlândia	1637,3	1648,9	1318,9	1038,3	1099,9	1251,3	1246	1274,2	1328,9	1417	1524,8	1623,5
Suécia	:	:	:	3736,4	3174,4	3021,6	2949,5	3064	3884,6	4857,8	6099,4	6423,2p
Reino Unido	5420,6	7655,8	8754,4	8578,5	8505,8	7419,7	7164,2	8309,1	10138,7	10515,2	11952,9	12997,8p

Fonte: Eurostat

**: Dados não disponíveis
e Valores estimados
p Valores provisórios**

Cash Benefits na Doença e Cuidados com a Saúde, em percentagem do PIB, na Europa dos 15, entre 1990-2001

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Europa dos 15	1,2	1,3	1,4	1,4	1,3	1,3	1,2	1,1	1,1	1,1p	1,1e	1,1e
Bélgica	1,5	1,5	1,7	1,7	1,6	1,2	1,2	1,2	1,1	1,1p	1,0e	1,0e
Dinamarca	1,2	1,1	1	1,1	1	1,1	1,1	1	1	1	0,9	1
Alemanha	2	1,9	2,1	2	1,9	2	1,8	1,5	1,5	1,6	1,6	1,7p
Grécia	0,9	0,9	0,8	0,8	0,8	0,8	0,7	0,7	0,8	0,8	0,8	0,7
Espanha	1	1,1	1,2	1,2	1,2	1,1	1,1	1	1	1,0p	1,0p	1,0p
França	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7p
Irlanda	1	1	1	1	0,9	1,1	0,8	0,7	0,7	0,6	0,6	0,6p
Itália	0,9	0,9	0,9	0,8	0,8	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7p	0,7p
Luxemburgo	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,6	0,6	0,6	0,6	0,7p
Países Baixos	2,9	2,8	2,7	2,7	2,6	2,5	2,4	2,3	2,4	2,4	2,3	2,3p
Áustria	1,2	1,2	1,2	1,2	1,2	1,2	1,1	1	1	1,1	1	1
Portugal	0,5	0,6	0,6	0,5	0,5	0,6	0,6	0,5	0,5	0,4	0,4	0,4p
Finlândia	1,5	1,7	1,6	1,4	1,3	1,3	1,2	1,2	1,1	1,2	1,2	1,2
Suécia	:	:	:	2,2	1,8	1,6	1,4	1,4	1,8	2,1	2,3	2,6p
Reino Unido	0,7	0,9	1,1	1	1	0,9	0,8	0,7	0,8	0,8	0,8	0,8p

Fonte: Eurostat
: Dados não disponíveis
e Valores estimados
p Valores provisórios

Social Protection Benefits nos Idosos, na Europa dos 15, entre 1990-2001, em milhões de Euros

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Europa dos 15	:	:	:	645715,9	677686,6	710136	755158,6	799608,5	828577,6	872933,4p	936916,3e	965455,2e
Bélgica	11743,8	12864	14112	15889	16850,2	18042,3	18274,3	18536	19511,9	20547,3p	21026,4e	21990,3e
Dinamarca	10745,8	11208,5	11815,3	12660,9	15122,9	16226,2	17123	17343,2	17339,5	17978,3	18527,2	19309
Alemanha	125653,2	147416,4	164158,6	181723,8	193424,5	213102,2	215771,6	213106,4	219749,7	228423,2	235157,2	243445,2p
Grécia	7189,7	7499,7	7886,7	8432,4	8848,8	9614,2	10793,8	11899,8	12883,8	14130,1	14555,7	16633,9
Espanha	29625,5	33529,6	36508,4	35448	35377,8	37830,6	41446,9	42320,7	44473,4	47114,8p	51547,4p	54223,0p
França	91807,6	96983,9	105720,8	115549,3	121924,9	128665,5	134968,3	136904,4	141914,8	148218,7	152657,6	159174,2p
Irlanda	1548,7	1661,2	1780,6	1794,3	1874,3	1876	1918,1	2172,4	2239,8	2419,2	2706,8	3059,8p
Itália	97145,5	109260,3	118840,9	107487,9	109104,1	105336,2	120554,3	133181,4	137341,5	142864	148887,0p	154839,0p
Luxemburgo	760,5	884	960,1	1083,8	1182,4	1303,5	1324	1367,9	1405	1458	1528	1646,0p
Países Baixos	22056,7	23188,8	24931,3	27117,3	27636,5	30008	31060,5	32099,1	33464	35785,7	38279	40036,0p
Áustria	12501,1	13518,1	14610,8	16450,2	17778,3	19124,8	19540,6	19567,1	20146,8	21249,1	22250,5	23251,2
Portugal	2659	3339,3	4163,5	4483,6	4749,9	5695,8	6212,1	6525,9	7141,1	8026,3	8919,2	9984,0p
Finlândia	7730	8291,3	7691,9	6996,4	7777,9	8830,8	9215,4	9199	9271,9	9781,6	10234	11023,3
Suécia	:	:	:	22088	22689,2	22671,5	26094,6	26420,6	26380	27573,8	29244,1	27733,3p
Reino Unido	70473,5	81585	87135,9	88511	93345	91808,4	100861,1	128964,6	135314,3	147363,2	181396,2	179107,0p

Fonte: Eurostat
: Dados não disponíveis
e Valores estimados
p Valores provisórios

Social Protection Benefits nos Idosos, em percentagem do PIB, na Europa dos 15, entre 1990-2001

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Europa dos 15	9,7	10	10,4	10,7	10,7	10,8	10,9	11	10,8	10,9p	10,9e	10,9e
Bélgica	7,6	7,9	8,1	8,6	8,5	8,5	8,6	8,6	8,7	8,7p	8,5e	8,7e
Dinamarca	10,2	10,3	10,4	10,7	11,8	11,8	11,9	11,6	11,3	11,1	10,8	10,9
Alemanha	10,6	10,3	10,5	10,9	11	11,3	11,5	11,4	11,5	11,5	11,6	11,7p
Grécia	10,9	10,3	10,2	10,6	10,5	10,7	11	11,1	11,8	12	11,8	12,7
Espanha	7,4	7,6	8	8,4	8,4	8,5	8,6	8,5	8,5	8,3p	8,5p	8,3p
França	9,6	9,8	10,2	10,6	10,7	10,8	11	11	10,9	10,9	10,7	10,8p
Irlanda	4,2	4,3	4,3	4,2	4,1	3,7	3,3	3,1	2,9	2,7	2,6	2,7p
Itália	11,2	11,6	12,5	12,7	12,6	12,6	12,4	12,9	12,8	12,9	12,8p	12,7p
Luxemburgo	8,7	9,1	9,2	9,2	9,1	9,4	9,3	8,9	8,3	7,8	7,2	7,5p
Países Baixos	9,5	9,5	9,7	9,8	9,4	9,5	9,6	9,6	9,5	9,6	9,5	9,3p
Áustria	9,8	9,9	9,9	10,4	10,6	10,6	10,7	10,8	10,6	10,8	10,8	10,9
Portugal	4,7	5,1	5,5	6,1	6,2	6,9	7	6,9	7,1	7,4	7,7	8,1p
Finlândia	7,2	8,3	9,2	9,5	9,2	8,9	9,2	8,5	8	8,2	7,9	8,2
Suécia	:	:	:	13	12,6	12	12,2	12,1	11,9	11,7	11,3	11,3p
Reino Unido	9	9,8	10,5	10,7	10,6	10,6	10,8	11	10,7	10,7	11,6	11,2p

Fonte: Eurostat
: Dados não disponíveis
e Valores estimados
p Valores provisórios

Cash Benefits nos Idosos, na Europa dos 15, entre 1990-2001, em milhões de Euros

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Europa dos 15	:	:	:	622073,3	652041,7	684086,3	728053,9	771898,1	799743,4	844576,2p	905747,3e	933332,6e
Bélgica	11725,4	12842,4	14085,8	15863,1	16819,3	17897,7	18110,8	18410,8	19305,8	20339,5p	20819,6e	21779,7e
Dinamarca	8361,6	8790,2	9326,9	10077,1	12382,5	13248,4	13973,2	14117,7	14486,5	15067,9	15538,8	16174,7
Alemanha	123176,5	143166	158865,5	175644,9	186738,7	206393,1	210027,2	209349,8	216006,1	224333	231084,9	239308,8p
Grécia	7157,9	7455,7	7842,5	8389,5	8797,2	9559	10703,8	11775	12749,3	14005,1	14426,5	16503,7
Espanha	28939,6	32743,6	35663,7	34627,1	34577,8	36984,6	40660,1	41515,4	43638	46035,0p	50289,9p	52859,4p
França	90061,8	95155,5	103674	113356,1	119413,5	126099,7	132314,5	134361,8	139458,7	145831,5	150172,4	156384,5p
Irlanda	1402,5	1501	1610,4	1624	1692,7	1687,7	1744,4	1967,6	2030,9	2186,9	2425,2	2707,9p
Itália	96117,6	108126,2	117632,2	106369	108007,1	104545,3	119527,3	132198,9	136328,4	141756	147701,0p	153466,0p
Luxemburgo	738,9	861,8	933,4	1058,4	1158,2	1275,7	1299,7	1347,1	1369,5	1453	1524	1641,0p
Países Baixos	20823,5	21903	23572,7	25660,2	26080,1	28407,6	29516,3	29960,5	30897,4	33417,7	35509	37323,0p
Áustria	12363,9	13368,8	14432,2	16243,1	17502,3	18801,5	19095,4	18838,1	19346,4	20350,4	21297,7	22305,4
Portugal	2596	3250,2	4055,1	4347,7	4612,1	5522	6046,2	6337,8	6917,6	7766	8612,1	9604,8p
Finlândia	6909,8	7440,7	6968,1	6340,4	7052,1	7964	8293	8295,9	8362,9	8814,6	9184,7	9866,5
Suécia	:	:	:	17305,4	17872,5	18076	20429,9	20692,8	20492,5	21331,1	22477,4	21190,7p
Reino Unido	67828,7	78520,9	83982,6	85167,3	89335,5	87624	96312	122728,9	128353,3	141888,4	174683,9	172216,6p

Fonte: Eurostat
: Dados não disponíveis
e Valores estimados
p Valores provisórios

Cash Benefits nos Idosos, em percentagem do PIB, na Europa dos 15, entre 1990-2001

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Europa dos 15	9,4	9,6	10	10,3	10,3	10,4	10,5	10,6	10,5	10,5p	10,6e	10,5e
Bélgica	7,5	7,9	8,1	8,6	8,5	8,5	8,5	8,5	8,6	8,6p	8,4e	8,6e
Dinamarca	8	8,1	8,2	8,5	9,7	9,6	9,7	9,5	9,4	9,3	9	9,1
Alemanha	10,4	10	10,2	10,5	10,6	11	11,2	11,2	11,3	11,3	11,4	11,5p
Grécia	10,8	10,2	10,2	10,5	10,4	10,6	10,9	11	11,7	11,9	11,7	12,6
Espanha	7,3	7,4	7,8	8,2	8,2	8,3	8,5	8,4	8,3	8,1p	8,2p	8,1p
França	9,4	9,6	10	10,4	10,5	10,6	10,8	10,8	10,7	10,8	10,6	10,6p
Irlanda	3,8	3,9	3,9	3,8	3,7	3,3	3	2,8	2,6	2,4	2,4	2,4p
Itália	11,1	11,5	12,4	12,5	12,5	12,5	12,3	12,8	12,8	12,8	12,7p	12,6p
Luxemburgo	8,5	8,9	9	9	8,9	9,2	9,1	8,7	8,1	7,8	7,2	7,5p
Países Baixos	9	9	9,1	9,3	8,9	9	9,1	9	8,8	8,9	8,8	8,7p
Áustria	9,7	9,8	9,8	10,2	10,4	10,5	10,5	10,4	10,2	10,3	10,3	10,5
Portugal	4,6	5	5,4	5,9	6	6,7	6,8	6,7	6,9	7,2	7,5	7,8p
Finlândia	6,4	7,4	8,3	8,6	8,4	8	8,2	7,7	7,2	7,3	7,1	7,3
Suécia	:	:	:	10,2	10	9,5	9,6	9,5	9,3	9	8,6	8,7p
Reino Unido	8,7	9,4	10,1	10,3	10,2	10,1	10,3	10,5	10,1	10,3	11,2	10,8p

Fonte: Eurostat
: Dados não disponíveis
e Valores estimados
p Valores provisórios

Taxa Geral do PIB, segundo os preços de 1995, na Europa dos 15, entre 1990-2006, em milhões de Euros

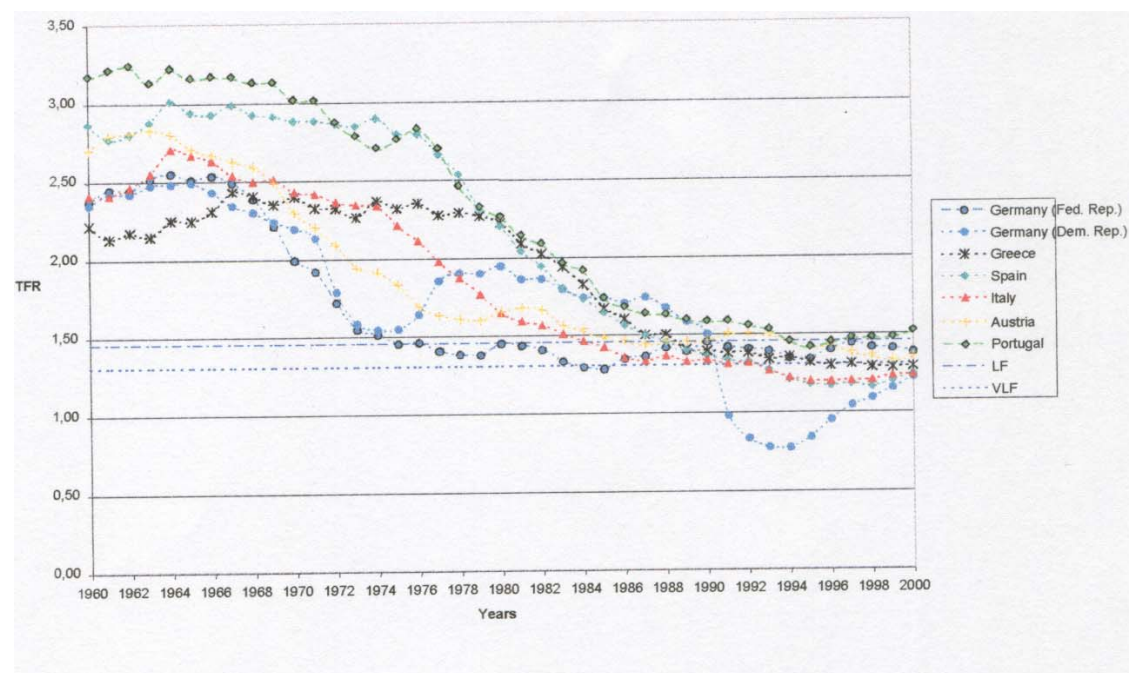
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Europa dos 15	:	6221955	6299738	6270995	6443545	6596931	6705267	6871994	7071969	7276133	7535443	7661956	7740149	7800308	7982477,6f	8159279,8f	8347062,7f
Bélgica	195434	199016,8	202063	200120	206577	211504	213990,2	221399	225895	233104,8	242142	243882,5	246087	249184,9	255334,0f	261708,8f	268498,7f
Dinamarca	124988	126381,6	127154	127152	134102	137793	141263,9	145459	149049	152976,5	157309	159758,8	161384	162098,5	165757,2f	169705,4f	173061,3f
Alemanha	:	1785742	1825720	1805888	1848266	1880207	1894611	1921019	1958596	1998679	2055775	2072998	2074668	2072162	2111308,0f	2143086,9f	2179629,6f
Grécia	84488	87108,9	87716,2	86313,5	88039,6	89888,3	92008,2	95355,1	98562,6	101933,1	106497	111045,7	115074	120248,8	124856,3f	128969,5f	133188,0f
Espanha	414691	425238	429194	424767	434890	446881	457772,7	476204	496897	517885	540694	555806,7	568214	582408,1	597497,5f	612898,1f	629170,1f
França	1E+06	1138197	1155177	1144928	1168583	1188101	1201205	1224081	1265715	1306384	1355936	1384351	1400755	1407304	1441596,3f	1472635,2f	1505245,1f
Irlanda	40447	41227,7	42606	43753,2	46271,6	50809	54931,7	60883	66288,1	73646,8	80949,7	85813,4	91076,4	94404,1	99335,5f	104122,1f	109320,4f
Itália	787687	798636,7	804711	797599	815206	839042	848213	865400	880925	895581,4	922691	938969,2	942346	944769,9	956873,1f	974042,0f	991308,2f
Luxemburgo	11392	12376,2	12601,4	13130,7	13632,4	13827,7	14288,9	15476,4	16542,7	17834,7	19444	19745,2	20231,9	20822,5	21649,2f	22403,6f	23207,2f
Países Baixos	286218	293102,3	297468	299405	307982	317323	326967,7	339519	354286	368442	381214	386654	388852	385436,1	390987,9f	397471,5f	407045,2f
Áustria	164598	170518,6	174545	175127	179787	183221	188019,4	191478	198296	204882,4	211759	213277,5	215764	217399,1	221446,9f	226717,3f	232166,8f
Portugal	75937	79253,8	80117,3	78480,3	79237,5	82631	85560,2	88948,6	93022,9	96558,5	99821,2	101534,5	101957	100758,3	102047,1f	104241,5f	106719,5f
Finlândia	103774	97146	93444,3	92283,4	95914,9	99220	103083	109529	115005	118882,6	124969	126300,3	129171	131784,1	135742,8f	139884,9f	143719,3f
Suécia	182692	180719,6	178583	175020	182309	189698	192147,2	196831	204007	213346,8	222578	224908,2	229352	232715,9	241430,3f	249027,6f	256155,6f
Reino Unido	797994	787101,1	788637	807027	842747	866787	891204,7	920412	948881	975996,3	1013666	1036999	1055336	1078600	1113793,2f	1145458,4f	1178061,9f

Fonte: Eurostat

: Dados não disponíveis

f Dados previstos

Tendência da Taxa de Fecundidade em seis Países que apresentam uma Taxa de Fecundidade inferior à Média Europeia, entre 1960-2000



Fonte: Sleebos, Joëlle E., 2003

LF – Low Fertility

VLF – Very Low Fertility

Estudos relativos aos impactos das Políticas na Fecundidade

Country	Authors and years	Data and area	Dependent variables	Methods of analysis	Policy variables considered	Findings
<i>International</i>	Castle (2002)	Late 1990s. OECD countries	Total period fertility rate	Cross country regressions	<ul style="list-style-type: none"> ● Formal childcare provision ● Publicly funded childcare ● Maternity/childcare leave ● Social expenditure on families ● Flexible workplace arrangements 	<ul style="list-style-type: none"> ● Strong positive impact of formal childcare, in particular for children aged less than 3. ● Weak impact for flexi-time ● Negligible or preserve impact for other policy variables
	Blanchet and Ekert-Jaffe (1994)	1969 – 83 11 countries in Western Europe	Total period fertility rate	Two stage squares regression and two-stage least squares regression	Index of family policy	<ul style="list-style-type: none"> ● Positive effect.
	Ekert (1986)	1971–83 8 Western European countries	Total period fertility rate	Ordinary least squares regression	Index of family policy	<ul style="list-style-type: none"> ● Positive effect.
	Gauthier and Hatzius (1997)	1970 – 90, OECD countries	Total period fertility rate	Pooled cross-national and time-series regression	Family cash benefits	<ul style="list-style-type: none"> ● Weak positive impact.
<i>Austria</i>	Hoem, Prskawetz and Neyer (2001)	1995-1996	Third order births	Intensity (or hazard) regression analysis	A one-year extension of parental leave	<ul style="list-style-type: none"> ● Positive impact on timing of third birth
<i>Canada</i>	Bélanger <i>et al</i> (1998)	1996 Quebec	Third-order births		Financial allowances for newborn children	<ul style="list-style-type: none"> ● No effect

Estudos relativos ao impacto das Políticas na Fecundidade (continuação)

Country	Authors and years	Data and area	Dependent variables	Methods of analysis	Policy variables	Findings
	Brouillette, Felteau, Lefebvre (1993)	1985-88	Conditional fertility probabilities	Maximum likelihood	Direct and indirect cash transfers to families	<ul style="list-style-type: none"> • Weak positive effect.
	Duclos (2000)	1981-96 Quebec		Fixed-effects regressions		<ul style="list-style-type: none"> • Fertility rates in Quebec increase relatively to other provinces
	Hyatt and Milne (1991)	1948-86	Total period fertility rate (log)	Ordinary least squares	Maternity benefits	<ul style="list-style-type: none"> • Weak positive effect
	Kearns (1996)	1975-93 Quebec		Qualitative response model [NOT CLEAR WHAT IT IS]		<ul style="list-style-type: none"> • Fertility is less responsive to public support in Quebec than in other provinces • Strong increase of third births in Quebec
	Lefebvre and Merrigan (2001)	1981-77	Birth rate	Multivariate regression / difference-in-difference approach	Family cash benefits	<ul style="list-style-type: none"> • Positive effects on the probability of first, second and (especially) third child.
	Milligan (2000)	Quebec	Total fertility rates	Difference-in-difference approach	Pro-natalist tax policy provided by the province of Quebec	<ul style="list-style-type: none"> • Strong impact, particularly on the probability of a third child.
	Zhang, Quan and Meerbergen (1994)	1971-83	Total period fertility rate	Generalized least squares	<ul style="list-style-type: none"> • Tax exemptions • Child tax credit • Family allowances • Maternity leave 	<ul style="list-style-type: none"> • Strong positive effects.

Estudos relativos ao impacto das Políticas na Fecundidade (continuação)

Country	Authors and years	Data and area	Dependent variables	Methods of analysis	Policy variables	Findings
Germany	Buttner and Lutz (1990)	1964-87	Age specific fertility rates	Age-period-cohort analysis	Pro-natalist measures introduced in 1976	• Positive effect on birth rate up to 5 years after implementation.
	Cigno, Casolaro and Rosati (2001)	1960-95	Total period fertility rate	Value at Risk method	Social security (pensions)	• Higher old-age pensions have a negative effect on fertility (but a positive effect on aggregate household saving)
	Hank and Kreyenfeld (2001)	1984-1995 West Germany	Transition to the first child in western Germany	Multilevel discrete-time logit models	<ul style="list-style-type: none"> • Availability of public childcare • Availability of childcare through social networks 	• No effect of childcare availability on fertility.
Hungary	Olah (1998)	1992-93	Second birth rate	Intensity (or hazard) regression	<ul style="list-style-type: none"> • Family-friendly policies • Gender equity 	• Positive influence (<i>i.e.</i> limited decline of fertility compared to other in Eastern and Central Europe)
Italy	Del Boca (2002b)	1991-95	Probability of working and having children	Pooled cross-sections Fixed-effect logit estimator	<ul style="list-style-type: none"> • Availability of publicly-provided child care • Part-time employment opportunities 	• Positive impact
Norway	Kravdal (1996)	1988	Probability of first, second, and third birth	Logistic regression	Day care facilities	• Weak positive effect
Sweden	Hoem (1993)	1961-90	Parity-specific birth rate	Indirect standardization	Parental leave	• Positive impact

Note: This table extends the findings reported in Coombes (2004).

Estudos relativos ao impacto das Políticas na Fecundidade (continuação)

Country	Authors and years	Data and area	Dependent variables	Methods of analysis	Policy variables	Findings
	Olah (1996, 1998)	1992-93	Second-birth rates	Intensity (or hazard) regression	<ul style="list-style-type: none"> ● Family-friendly policies ● Gender equity 	<ul style="list-style-type: none"> ● Positive influence of public policies on individual's childbearing behaviour ● Greater equity in relationship between men and women has a positive effect on fertility.
	Olausson <i>et al.</i> (2001)	1985	Probability of teenage birth	Multiple logistic regression	Welfare benefits	<ul style="list-style-type: none"> ● Receipt of welfare benefits is positively associated with teenage birth
	Walker (1995)	1955-90	Total period fertility rate	Time-series analysis	<ul style="list-style-type: none"> ● Parental benefits ● Public child care availability ● Child allowances 	<ul style="list-style-type: none"> ● Small positive effect on fertility since the early 1970s (only partially offsetting the larger and negative effects of higher female earnings and return to human capital).
<i>The Netherlands</i>	Beets (2001)	2000	Age at first birth	Multivariate regressions analysis	<ul style="list-style-type: none"> ● Family policies to reconcile family- and labour market careers 	<ul style="list-style-type: none"> ● Small reduction of the age at first birth, but this does by no means guarantee a change in the ultimate family size
<i>United Kingdom</i>	Barmby and Cigno (1990)	1980	Completed fertility	Micro-econometric model	A raise in benefit rate payable for the first child.	<ul style="list-style-type: none"> ● Positive effect
	Cigno and Ermisch (1989)	1980	Completed fertility	Ordered probit model	<ul style="list-style-type: none"> ● Child benefits ● Taxes 	<ul style="list-style-type: none"> ● Positive effects of higher child benefits on fertility. ● Higher women's hourly earnings net of tax reduce fertility.
	Ermisch (1988)	1971-86	Parity- and age specific birth rates	Time series regression	Child allowances	<ul style="list-style-type: none"> ● Higher child allowances increase the change of third and fourth births, as well as early motherhood
	Ermisch (1991)	1980	Pre-marital birth	Proportional hazards model	Welfare benefits	<ul style="list-style-type: none"> ● Small effects of higher welfare benefits on pre-marital births.

Fonte: Sleebos, Joëlle E., 2003

Principais Características dos Equipamentos de Cuidados à Criança, em Portugal

Crianças dos 0-6 anos			
	Grupo Etário	Prestadores	Duração dos Cuidados à Criança
Creches	6 meses - 3 anos	Privados, mais de 70% pertencendo à rede de Solidariedade Social	4 a 11 horas/dia
Creches baseadas na família/Amas	6 meses - 6 anos	Públicos e Privados da rede de Solidariedade	
Educação Pré-Escolar	3 anos - 6 anos	Públicos e Privados da rede de Solidariedade	5 horas de actividades educativas e cuidados opcionais durante tempos livres
Cuidados às Crianças de famílias em risco		Públicos e Privados exclusivamente na rede de Solidariedade	

Fonte: OECD, 2004d